

# Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey silhouette of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, is positioned to the right of the title. The word 'Albuquerque' is written in a large, black, cursive script that overlaps the top and right sides of the map.

ISSN 1983-9472



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO SUL**

**Reitora:**

Célia Maria Silva Correa Oliveira

**Vice-Reitor:**

João Ricardo Filgueiras Tognini

**Câmara Editorial**

**Coordenador** – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** – Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emília Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupercio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

**Conselho Científico**

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

**Revisão:** A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

**Capa:** Marília Leite e Lennon Godoi

**Ilustração da capa:** Estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Campo Grande. Década de 40(Arquivo de IHGMS)

**Revista Albuquerque**

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@gmail.com

Coordenadoria de Editora e Gráfica – PROPP/UFMS

Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.  
– v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009- .  
v. ; 21 cm.

Semestral  
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	5
<b>ARTIGOS</b>	
CORRÊA, Valmir Batista <i>O trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis</i>	9
SQUINELO, Ana Paula <i>Um engenheiro expedicionário ou expedicionário viajante? Alfredo d'Escragnolle Taunay e suas andanças pelos sertões mato-grossenses</i>	37
FRANCO, Gilmara Yoshihara <i>Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República</i>	55
MENEZES, Marco Antonio de <i>Baudelaire e os sujeitos da modernidade</i>	81
CANAZILLES, Karolinne Sotomayor A.; ALVES, Gilberto Luiz; MATIAS, Rosemary <i>Os Kinikinau: trajetória histórica e a reinvenção do artesanato</i>	99
COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro; GRECO, Maria Madalena Dib Mereb <i>Acordo e Convenção. Representação das mulheres pioneiras no sul de Mato Grosso</i>	121
SOUZA, Claudio Freire de <i>Mato Grosso do Sul – Paraguai: um olhar fronteiriço</i>	139
REYNALDO, Ney Iared <i>Uma análise econômica da Província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX</i>	157
VARGAS-HERNÁNDEZ, José G.; GARCIA, Ernesto Guerra; HERNÁNDEZ, Maria Eugenia Meza <i>Evaluación sociointercultural para proyectos de inversión en comunidades indígenas Wixarikas</i>	185

KASHIMOTO, Emilia Mariko; MARTINS, Gilson Rodolfo  
*Arqueologia da região do maciço do Urucum e Pantanal de  
Corumbá-Ladário/MS* 201

**CADERNO ESPECIAL**

*A posse do dr. Vespasiano Martins na Interventoria do Estado* 229

# Apresentação

Com seu décimo número, a Revista Albuquerque comemora 5 anos de existência, divulgando trabalhos, relatórios de pesquisas de professores da UFMS e de outros pesquisadores nacionais e estrangeiros. Mantém um espaço aberto que acolhe as mais diversas linhas de pesquisa e, também, reserva alguns números para a publicação de dossiês de grande interesse. A Revista Albuquerque continua a preservar seu Caderno Especial, onde divulga documentos inéditos da História de Mato Grosso do Sul.

No presente número, a Revista Albuquerque registra trabalhos individuais e coletivos, com pesquisas significativas para a compreensão e o entendimento da História Regional. O artigo de Valmir Batista Corrêa, um levantamento e interpretação pioneiras, traça o perfil dos trabalhadores rurais e urbanos, suas lutas e sobrevivência em Mato Grosso, num período marcado pelos fenômenos do coronelismo e banditismo regionais. Ana Paula Squinelo traça um interessante perfil de Alfredo d'Escragnonle Taunay, militar e escritor, cujos relatos correspondem a uma das mais relevantes contribuições para a compreensão da guerra com o Paraguai, que envolveu parte do território da fronteira da Província mato-grossense.

Gilmara Yoshihare Franco publica pesquisa sobre os embates políticos entre os coronéis para a consolidação do poder em Mato Grosso, após a proclamação da república. Sobre as questões indígenas, Karolinne Sotomayor A. Canazilles, Gilberto Luiz Alves e Rosemary Matias fazem uma imersão profunda no mundo dos Kinikinau, na sua trajetória histórica e a reinvenção do seu artesanato. Outro trabalho coletivo produzido por Dolores Pereira Ribeiro Coutinho e Maria Madalena Dib Mered Greco traz um instigante artigo sobre contratos de casamentos, arras e relações de gênero a partir de documentos encontrados no acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Produzido por Claudio Freire de Souza, o artigo Mato Grosso do Sul – Paraguai: um olhar fronteiriço reflete as instituições, o poder e a realidade nos territórios de fronteira. Por sua vez, Ney Iared Reynaldo faz uma importante análise econômica da situação da Província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX. Finalmente, Emilia Kashimoto e Gilson Rodolfo Martins, dentro da grande produção de pesquisas na área da Arqueologia, neste caso focam a área situada na região do Maciço do Urucum e Pantanal.

Tendo em vista que a Revista Albuquerque não exclui outros campos de saber da História, mesmo com seu perfil regional, publica ainda os trabalhos de Marcos Antonio de Menezes que discute a modernidade em Beaudelaire, na busca da arte e do artista entre gente comum. Outro trabalho coletivo, José G. Vargas-Hernández, Ernesto Guerra Garcia e Maria Eugenia Meza Hernandez tratam da discussão sobre projetos de investimentos para as comunidades indígenas Wixarikas.

Para encerrar esta edição, na seção Caderno Especial, a Revista Albuquerque transcreve a ata de posse do interventor do Estado de Mato Grosso, Dr. Vespasiano Martins, um documento ímpar e crucial para dirimir dúvidas sobre o governo do Estado de Mato Grosso durante a Revolução Constituinte.



*Artigos*





# O Trabalhador Rural e Urbano na Terra dos Coronéis

Valmir Batista Corrêa\*

A história de Mato Grosso, no período da República Velha (1889-1930), foi marcada pelos fenômenos do coronelismo e do banditismo, configurando uma história de predomínio da violência como estratégia de poder e de sobrevivência. Nesse contexto de domínio do latifúndio, da prevalência de um mundo rural sobre o urbano, bem como da política oligárquica, surgiram os trabalhadores urbanos e rurais concentrados nas atividades da construção da grande ferrovia e nas atividades portuárias, no caso de Corumbá. Imigrantes estrangeiros e migrantes de outras regiões brasileiras formaram o novo componente da sociedade mato-grossense e constituíram o embrião da classe trabalhadora que chegou pelos trilhos e pelo rio Paraguai.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Trabalhador rural. Trabalhador urbano.

*O Brazil, esta republica dos negociantes está dividida em três classes distintas: a dos patronatos (coroneis quasi sempre) sugando o operariado; a dos operarios, espoliados pelos patrões e a dos politicos, composta sempre de venaes, canalhas, capachos, bajuladores e gatunos.*

*A Plebe, Cuiabá, 04.10.1927*

**O** estudo sobre a evolução histórica dos trabalhadores e de suas organizações em Mato Grosso<sup>1</sup>, no período da República Velha, constituiu-

---

\*Doutor em História, professor titular aposentado da UFMS. Coordenador da Revista Albuquerque – História da UFMS. Presidente do Conselho Editorial do IHGMS. Membro da Academia Sul-matogrossense de Letras. valmir.correa@uol.com.br

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão com algumas alterações de um relatório final de um projeto com o mesmo título, concluído em 1987. Publicado em Universidade do Trabalho –Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, 1992, 41 p. e na Revista *Intermeio*, Campo Grande/UFMS, n. 1, 1995, p. 53-72. Revisado em 12.04.2013.

The story of Mato Grosso, in the period of the Old Republic (1889-1930), was marked by the phenomena of coronelismo and banditry, configuring a predominance of violence as a strategy for power and survival. In this context of domain of folwark, the prevalence of a rural world on urban, as well as the oligarchic politics, urban and rural workers were concentrated in the construction of the great railroad

and port activities, in the case of Corumbá. Foreign immigrants and migrants from other regions of Brazil formed the new part of Mato Grosso and society constituted the embryo of the working class that reached the tracks and the Paraguayan River.

**Keywords:** Coronelismo. Rural worker. Urban worker.

---

-se à primeira vista um desafio ao restaurar uma face esquecida de um estado oligárquico, marcadamente rural e expresso pelo vigor das disputas coronelistas. A esta circunstância histórica somaram-se as demais peculiaridades de Mato Grosso nesta época, tais como, o predomínio do latifúndio; o distanciamento dos centros mais desenvolvidos e avançados do país; a baixa densidade demográfica e o isolamento dos seus poucos núcleos urbanos. Além disso, um agravante na história do Brasil, capaz de criar irreversíveis lacunas e entraves ao estudo de temas como o objeto deste trabalho, decorreu do processo político imposto pelo golpe de 64 que implantou o medo e a perseguição no seio da classe operária, através da repressão aos sindicalistas, do fechamento de sindicatos, ligas e associações de trabalhadores e do desaparecimento e destruição de arquivos sindicais e jornais da categoria. Se na República Velha o trabalhador foi tratado como uma *questão de polícia*, no período de autoritarismo militar o trabalhador tornou-se um *problema de segurança nacional*.

Desse modo, um trabalho de garimpagem foi necessário para que, com o material disponível, disperso e de difícil acesso, fosse possível recompor a trajetória do operariado mato-grossense após a guerra com o Paraguai. Isso sem contar com as armadilhas deixadas pela documentação e pela historiografia que refletiam o pensamento oficial e conservador. Neste sentido, o dia a dia do trabalhador e seu papel no desenvolvimento histórico da região estavam completamente comprometidos e ausentes dos registros da classe dominante.

Nessas condições, as primeiras indagações que motivaram este estudo partiram da necessidade de compreender a convivência de trabalhadores rurais, urbanos e suas organizações, com os latifúndios. No entanto, ao lado do trabalhador rural, que em determinados momentos conseguiu romper a esfera de abrangência clientelista dos coronéis e, portanto, escapou da categoria de

agregado, peão ou jagunço, também apareceu em Mato Grosso um operariado urbano com significativa participação nas lutas por melhores condições de trabalho. Não foi, porém, a sirene das fábricas que marcou as origens dessa nova categoria. O trabalhador urbano de Mato Grosso nasceu sob os apitos das embarcações que trafegaram pelo rio Paraguai e das locomotivas da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

## 1. O Trabalhador Rural na Terra dos Coronéis

Os ervais nativos da região fronteira sul de Mato Grosso despertaram a cobiça de um comerciante responsável pelo fornecimento de gêneros à Comissão que demarcou os limites do Império brasileiro com o Paraguai, após a guerra, Tomaz Larangeira. No entanto, somente a partir de 1880, como Companhia Mate Larangeira, teve início a exploração em grande escala da erva-mate. “Não lhe fora difícil obter exclusividade na exploração dos ervais, mediante contratos de arrendamento que não permitiam o ingresso de intrusos”, afirmou Temístocles Linhares<sup>2</sup>. Estabeleceu-se então na vasta região fronteira o monopólio da exploração da erva-mate, favorecido pela desarticulação da produção paraguaia arrasada pela guerra e num momento em que o produto alcançava alta cotação no mercado internacional.

Contando com mão de obra barata, em sua quase totalidade de paraguaios e de gaúchos, estes egressos da Revolução Federalista, com trabalho escravo a Mate Larangeira transformou-se em um grande império econômico, formando um poder paralelo dentro do próprio estado de Mato Grosso, através de seus vínculos acionários e políticos com o Banco Rio-Mato Grosso e com a oligarquia dos Murtinho.

De início, aproveitando a situação da República paraguaia sob o domínio das forças vitoriosas, e de suas vinculações com as autoridades brasileiras, a Companhia utilizou prisioneiros paraguaios na produção ervateira. O pesquisador que colheu depoimentos e registrou o cotidiano da vida ervateira, Helio

---

<sup>2</sup> LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 150.

Serejo, afirmou que a maior parte dos primeiros trabalhadores veio da prisão paraguaia de Vilarica.

Muitos deles, criminosos de alta periculosidade, eram transportados amarrados e sob vigia e guarda policial, formada *entre os bandidos de melhor comportamento e merecedores de confiança* entre os tiranos membros da ADMINISTRACIÓN./ Ninguém jamais poderá negar que centenas e centenas ficaram ao longo da *estrada do martírio*, mortos que foram, sem nenhuma piedade, pelos que comandavam a trágica caravana dos condenados a uma vivência de sofrimentos inenarráveis<sup>3</sup>.

Apesar das relações de violência com o trabalhador, a atividade ervateira exerceu forte atrativo na região fronteiriça, provocando uma corrente migratória que de certa forma também não atendeu, pela conseqüente disputa pela terra, aos interesses de controle e monopólio da Companhia. Isso motivou, no âmbito político, a medida de Manuel Murтинho em 1907 de tentar impedir o fluxo migratório para a zona ervateira, forçando assim o deslocamento de trabalhadores para outras regiões do estado.

Porém, os *mineiros* (ervateiros) que ingressaram no trabalho dos ervais arrendados pela Companhia jamais conseguiram escapar ao jugo da empresa. A *comissaria* (armazém) de propriedade da Companhia fornecia alimentos, roupas e outras necessidades, fazendo com que o trabalhador ficasse cada vez mais endividado e, por mais que trabalhasse, não conseguisse quitar a sua dívida. Para Serejo, a vida dos trabalhadores nos ervais “pode representar uma época em que o *homem era escravo do homem*, em que dominava a lei do mais forte e em que, saía com vida aquele que apertava o gatilho!”, e que para “construir era necessário aniquilar, destruir, arrasar”<sup>4</sup>.

Assim, para escapar à exploração que lhe definhava a vida, o ervateiro, ilusoriamente, trabalhava cada vez mais. Porém, a maior dificuldade não era o corte da folha. O trabalho mais terrível e desumano era o transporte do fardo do mate, chamado *raído*, carregado pelo próprio ervateiro e que pesava às vezes mais de 150 kg. Segundo Hernani Donato, que escreveu um romance sobre a atividade ervateira narrando com calor a crueldade da exploração do trabalhador,

<sup>3</sup> SEREJO, Helio. *Vida de Erval*. s/d. p. 14.

<sup>4</sup> SEREJO, Helio. *De Galpão em Galpão*. Presidente Wenceslau, s/d. p. 37

o raído passa uma alça ao redor da cabeça do mineiro. Ela solda a carga ao homem e evita que a espinha dorsal se parta. Ao fim de cem passos, quando o raído *assenta*, a alça começa a latejar, como se batesse para entrar nas paredes do crâneo. Vencido um quilômetro, os ombros ficam insensibilizados pelas duas correias que os enlaçam. Por cima dos outros pesos há também o de suas preocupações: não errar um passo -- pois o tombo pode quebrá-lo debaixo do fardo; e não permitir que a espinha dorsal de curve<sup>5</sup>.

Como o ganho era calculado pela quantidade de arrobas transportadas, o ervateiro trabalhava até o limite de suas forças, engrossando o pescoço e enriquecendo a Companhia. Por isso, uma prática nos ervais, que muitas vezes transformou-se num bom negócio, consistiu em entregar a própria mulher (esposa ou companheira) como pagamento de dívidas. Isso também demonstrou o papel da mulher no universo do ervateiro submetido ao domínio da folha de erva-mate.

Ao ervateiro restava a alternativa da fuga para libertar-se das condições de trabalho impostas pela Companhia. A fuga, porém, era considerado o maior crime que poderia cometer um ervateiro, sendo a sua prática jamais tolerada e os fugitivos, castigados exemplarmente. Os que não morriam fuzilados pelos capangas retornavam amarrados e sucumbiam sob a surra de chicote de couro de anta. Esse mesmo castigo também era aplicado aos ladrões de erva que ousavam trabalhar clandestinamente nos ervais da Companhia. Em 1907, segundo uma estimativa, trabalhavam na Mate Larangeira aproximadamente 3.000 ervateiros<sup>6</sup>.

Na década de 20, a Companhia organizou uma guarda armada, chamada *comitiveiros*, cujo objetivo era perseguir os trabalhadores fugitivos. Para Serejo, “agiram nas zonas ervateiras, com poderes sem limites, ferindo, surrando, torturando, inutilizando para sempre, matando desapiadadamente, estuprando e deflorando humildes mocinhas”<sup>7</sup>. O braço armado da Companhia, impondo pela repressão e pela violência o medo, não permitiu a efetiva organização dos trabalhadores e sua reação ao brutal regime de trabalho.

O grau máximo de organização alcançado por esses trabalhadores foram as *ranchadas*, grupos formados com o objetivo de garantir a sobrevivência de cada

---

<sup>5</sup> DONATO, Hernani. *Selva Trágica*. São Paulo: Edibolso, 1976. p. 21.

<sup>6</sup> FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. *História das Indústrias e do Trabalho no Brasil* (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982. p. 187.

<sup>7</sup> SEREJO, Helio. *Vida...op. cit.*, p. 51.

um. Por outro lado, reações de desespero contra a Companhia sempre existiram. A única que teve registro e que envolveram posseiros e ervateiros ocorreu em 1932. Esse pequeno levante foi encabeçado por João Christiano Ortt, filho de um posseiro que chegou à região dos ervais em fins do século XIX. Procedente do Rio Grande do Sul, o pai, João Christiansen, permaneceu inicialmente na posse Taquapiry e depois na internada Maracahy, próxima do rio Paraná. Esta área foi desde o início de sua ocupação alvo da cobiça da Companhia que conseguiu, em 1932, a concessão formal de uso. Não restando alternativa, João Ortt “entendeu-se com amigos de confiança, alistou gente, conseguiu armas, conspirou, mediu conseqüências, e julgando-se forte pelas muitas adesões que recebia diariamente, partiu de Maracahy, em 5 de março de 1932, com um grupo de homens, dispostos a enfrentar a tradicional inimiga”<sup>8</sup>. Esperava Ortt receber adesão de mais grupos armados, o que não ocorreu. Em conseqüência, ao primeiro fracasso Ortt refugiou-se no Paraguai. Segundo ainda Umberto Puiggari, a

Empresa, de parceria com as autoridades policiaes e com o objectivo de não deixar apparecer o motivo real do levante, passou a telegraphar aos quatro ventos, que nos herveas havia surgido uma revolução... COMMUNISTA! Pobre João Ortt... elevado á dignidade de chefe communista, sem saber mesmo até hoje o que venha a ser communismo<sup>9</sup>.

Foi desencadeada uma repressão violenta por parte das autoridades policiais e funcionários da Companhia. Indistintamente, ervateiros e posseiros foram espancados, torturados e assassinados (fuzilados ou degolados). Novamente, retornou João Ortt aos ervais, com 28 homens armados, desta vez sofrendo perseguição do 11 RCI, de Ponta Porã, por autorização do general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar, para combater o *levante comunista*. Impossibilitado de enfrentar as forças militares, João Ortt exilou-se definitivamente no Paraguai, acabando a resistência contra o poder da Companhia.

A área não abrangente dos ervais, ainda na região sul do estado, também envolvida diretamente na invasão paraguaia, ficou totalmente devastada com esse conflito. Da incipiente economia existente na região na fase anterior à guerra quase nada restou, com casas e plantações destruídas e os animais de criação,

---

<sup>8</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso*. Terra abandonada. São Paulo: Mayença, 1933. p. 113.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 114.

que não serviram para alimentar os combatentes, ficaram dispersos pelo campo. Além deste quadro de desolação e devastação, os que retornaram às suas antigas posses, ou seus novos ocupantes, depararam-se também com a violência do pós-guerra. Era comum a ação de grupos de bandidos, desertores e ex-soldados remanescentes do conflito, saqueando o pouco que restou.

Ao mesmo tempo, intensificou-se o fluxo migratório de paraguaios e de gaúchos para a região. A possibilidade de trabalho na pecuária, na extração da erva-mate e na exploração do quebracho, do qual se extraía o tanino para o curtimento do couro, exerceu um fascínio nos *sem-terra* e *sem-trabalho* da época. Existiam também terras e pastagens em abundância, porém sem valor, o que permitiu a formação de grandes posses e a transferência de rebanhos de outras localidades. Porém, a reocupação das terras no sul de Mato Grosso foi feita sob o tacão da violência e da imposição dos mais fortes. A necessidade de mão de obra para os fazendeiros no pós-guerra sedimentou a base do que foi o coronelismo guerreiro na região. E, a ausência do Estado, representado por suas agências fiscais e aparatos de segurança, permitiu que esses coronéis exercessem de fato o poder e a justiça de acordo com seus interesses. Desse modo, a riqueza e o poder foram acumulados através da apropriação do trabalho de uma massa marginalizada no processo de ocupação extensiva das terras, concentradas nas mãos de um reduzido grupo de fazendeiros. Assim, trabalhadores, agregados e jagunços conviveram no universo de exploração e de compromisso dos senhores de terras e comandantes de homens. Todos eram *funcionários*, trabalhadores e soldados, a serviço do latifundiário e submetidos a uma relação unilateral e escamoteada de trabalho escravo, sem alternativas de sobrevivência fora da sua esfera de poder. A pouca representatividade da economia de subsistência e de abastecimento interno no sul de Mato Grosso jogava a população rarefeita e pobre nos braços do coronelismo.

Entre estes se encontravam índios que lutaram na grande guerra ao lado das forças brasileiras e, depois, facilmente cooptados pelos grandes fazendeiros, foram empregados de preferência em atividades da pecuária. O mesmo ocorreu com os escravos engajados de forma compulsória nos batalhões *Voluntários da Pátria*. Muitos não retornaram às suas regiões de origem, desertando e conquistando uma ilusória liberdade. Até mesmo os paraguaios, prisioneiros ou que apenas vaguearam voluntariamente além de suas fronteiras, engajaram-se também

de forma compulsória nas grandes fazendas ou em trabalhos de reconstrução de estadas, segundo denúncias da época.

Uma grande diferença estabeleceu-se nas relações do reduzido número de homens acumuladores de terras, rebanhos e conscientes de seu poderio, com os peões ou camaradas (como foram chamados na região) cujo modo de vida, sem posses e aparentemente livre nas lides do campo, não estabelecia vínculos com o lugar onde trabalhavam e viviam, sem consciência de pertencimento e, muito menos, de cidadania. Além disso, a precariedade de comunicação entre as distantes regiões que gerava o isolamento, a fragilidade do Estado e a ausência das suas ações efetivas também reforçavam o domínio praticamente absoluto desses coronéis que, com seu prestígio e poder, exerceram o controle político e administrativo de toda a região sul do Mato Grosso, impondo sempre as suas vontades. Configurou-se uma dicotomia, com os coronéis todo-poderosos de um lado e os trabalhadores rurais providos de quase nada, de outro.

Em seu ensaio *Oeste*, Nelson Werneck Sodré afirmou que a

expansão notável dos rebanhos, nos chapadões e nas terras baixas do pantanal não pôde ser acompanhada, de perto, pelo poder público. Autoridade e meios de repressão, como a própria moeda, que é o símbolo do Estado, permaneceram nas cidades. Em torno delas, na razão direta da distância, campeia a impunidade. Grandes proprietários, forçados pelo desequilíbrio, montaram a repressão própria. Clãs rurais, verdadeiras sobrevivências daqueles que dominaram certas zonas do país, sob o segundo império, -- surgiram e mantêm-se. Na pobreza de elemento humano, -- outro traço eterno do regime pastoril, -- disperso numa extensão infinita, cortada por caminhos longuíssimos, onde os pousos são espaçados, -- a grande propriedade, conseqüente ao regime pastoril e ao despovoamento, estendeu os seus domínios. A desordem, a dispersão e a autonomia pessoal ou dos clãs passaram a ser os dogmas<sup>10</sup>.

Desse modo, enquanto no sul mato-grossense com o término da guerra com o Paraguai recomeçou o processo de ocupação das terras fronteiriças com economia extrativa e agro-pastoril, no norte, as atividades econômicas tradicionais, desde o período colonial como a pecuária, a cana-de-açúcar e a extração da poaia

---

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 16/17.



tiveram novos atrativos econômicos como a extração da borracha e a abertura de novos garimpos na região do Garças.

A febre da borracha, provocada pelas demandas internacionais, também atingiu a região amazônica de Mato Grosso. O modo como foi implantada a atividade extrativa do latex fez com que os seringais, perdidos no meio da floresta, fossem transformados em verdadeiros *campos de concentração*. Os trabalhadores ficavam à mercê da vontade do patrão, cercados por capangas, febres, animais selvagens e atrelados ao armazém da fazenda. Endividados, sem que o rendimento do trabalho mensal pudesse quitar suas dívidas, sempre crescentes, esses trabalhadores jamais se libertavam do domínio do patrão. A revolta e a morte eram os meios do seringueiro escapar da tirania dos patrões. Em 1914, na região de Rosario, seringueiros rebelaram-se e marcharam armados para a cidade. Estes rebeldes tentaram estender o movimento a outros grupos de seringueiros, sem alcançar o resultado esperado. O Partido Republicano Conservador, governista, autorizado a organizar uma força civil de mais de 200 homens, derrotou-os<sup>11</sup>.

À semelhança da economia da seringa, outras atividades no norte de Mato Grosso também foram estimuladas pelas demandas dos mercados internacionais. O interesse estendeu-se às grandes propriedades agropastoris voltadas à produção de carne, de seus subprodutos como couros, e da cana-de-açúcar. A atividade usineira no norte mato-grossense desfrutou de forte prestígio e desenvolvimento avançado (mesmo com o significativo crescimento da pecuária no estado) e constituiu-se a principal base político-econômica do coronelismo nortista. Os velhos engenhos e engenhocas deram lugar às modernas usinas, já a partir dos fins do século XIX. A usina Conceição, iniciada em 1896, importou as suas máquinas da Inglaterra. Itaiçi, do coronel Totó Paes, datada do mesmo ano, foi a mais moderna do estado e contou com financiamento argentino e maquinaria procedente da Alemanha. Mais tarde, na década de 1920, funcionavam regularmente em Mato Grosso 13 usinas de grande porte.

Apesar de muitas dessas usinas oferecerem moradias especialmente construídas para os trabalhadores, como o caso de Itaiçi, que tinha luz elétrica e mantinha uma banda de música para o lazer dos seus operários, além de escola

---

<sup>11</sup> *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18.08.1914.

para seus filhos, as condições de trabalho pouco se diferenciavam dos antigos engenhos coloniais. Iniciando a lide antes do amanhecer, a jornada diária nos períodos de safra se estendia até as 23 horas. Logo depois do *quebra-torto* (primeira refeição do operário ao se levantar), segundo Lenine Póvoas, “a todos era servida uma dose de aguardente (pinga) fabricada na casa, para dar maior estímulo ao trabalho”<sup>12</sup>.

Como acontecia nos ervais e nos seringais, o trabalhador das usinas ficava sempre em débito com o armazém, que lhe fornecia gêneros de subsistência a preço imposto pelo patrão. Por mais que trabalhasse, a dívida crescia além do ganho do trabalhador, levando-o assim a uma relação de dependência e submissão à empresa. “Os contratos de trabalho eram livremente estabelecidos entre o patrão e o trabalhador, que não tinha direitos senão aqueles que o próprio patrão lhe facultava”, registrou Póvoas<sup>13</sup>.

Na fazenda ou empresa rural a justiça era exercida pelo próprio coronel. Além das exigências de produção e de trabalho até a exaustão, o trabalhador ficava à mercê da prepotência e da arbitrariedade de capangas a serviço dos coronéis, como denunciou corajosamente por diversas vezes o jornal cuiabano *A Plebe*. Referindo-se ao proprietário da usina São Miguel, por exemplo, o jornal afirmava que as suas dívidas com os trabalhadores “nunca são pagas porque o trabalhador é allí condenado ao trabalho perpétuo, e sem remuneração”, chegando inclusive a prender “mulher e filhas para garantir a dívida do marido”<sup>14</sup>. Além de cárceres privados, o castigo mais comum utilizado nas usinas mato-grossenses foi o *tronco*. Ainda segundo Póvoas, o tronco era um

instrumento formado por duas pesadas vigas de madeira, de quatro a cinco metros de comprimento, dividida em duas metades que se ajustavam, com furos, de espaços a espaços, nos quais se prendiam os braços, as pernas ou mesmo o pescoço dos *condenados*, que assim ficavam deitados, sobre um couro, ao relento, onde, ainda, por vezes, conforme a gravidade da falta cometida, recebiam algumas chibatadas<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> PÓVOAS, Lenine. *O Ciclo de Açúcar e a Política de Mato Grosso*. s/d. p. 50.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 53.

<sup>14</sup> *A Plebe*, Cuiabá, 22.11.1927.

<sup>15</sup> PÓVOAS, Lenine. *O Ciclo...*, *op. cit.*, p. 53. Ainda segundo o autor, na cidade de Lujan, Argentina, num museu local, existe um tronco semelhante ao utilizado em Mato Grosso com a seguinte

Segundo também o cônego Jacomo Vicenzi, que passou por Mato Grosso em 1918, os castigos mais usados contra os trabalhadores eram “páo, solitaria e tronco”<sup>16</sup>.

No entanto, a violência contra o trabalhador raramente era conhecida fora dos limites das fazendas e usinas, dificultando sua divulgação nos jornais. *O Correio do Estado* de Cuiabá, de 7 de novembro de 1920, órgão do Partido Republicano Matto-Grossense, publicou um extenso artigo, sob o título *Camara-das e Patrões*, rebatendo acusações feitas contra usineiros publicadas em outro jornal cuiabano, *O Republicano*, que por sua vez havia transcrito um artigo do jornal *A União*, do Centro da União dos Operários de Cuiabá. Segundo o *Correio do Estado*, o professor Feliciano Galdino, redator da *A União*, “pseudo defensor do operariado” segundo seus opositores, fez acusações contra o coronel Palmyro Paes de Barros e também contra os “usineiros do Rio Abaixo”, chamados de “escravocratas” e “verdadeiros senhores, por assim dizer, do baraço e cutello”. O usineiro João Pedro de Arruda, que fez a defesa das relações de trabalho vigentes entre usineiros e trabalhadores, demonstrou com clareza no seu artigo o pensamento dominante no latifúndio. Afirmava que

quanto a questão propriamente entre camaradas e patrões é racionalmente impossível que se queira de um momento para outro, com propagandas subversivas, substituir um costume e implantado pelos nossos maiores e que tem sido seguido até os nosso dias. A rotina até aqui seguida de se dar ao trabalhador adiantadamente, certa quantia por conta, foi e é o único meio de se obter o serviço desejado. Presentemente o proprietário é obrigado muitas e muitas vezes adiantar á camaradas somma muito maior do que antigamente quando se adquirira o escravo, tendo como garantia unica do seu dinheiro a promessa de serviço; não é justo, portanto, que esses individuos, não cumprindo esses compromissos deixem de trabalhar, porque se o proprietario tem suas letras á pagar o que se verifica fatalmente no dia do vencimento, esses individuos que só tem o seu braço e por isso pedio dinheiro adiantado, deve também ser obrigado a trabalhar. É verdade que precisamos quanto antes que se regule essa matéria, mas, enquanto os poderes públicos não levarem a serio esse problema, estabelecendo, um systema de vida entre o operario e o patrão, nós, os industriaes não poderemos deixar de seguir os processos antigos por sermos a isso obrigados<sup>17</sup>.

---

inscrição “instrumento de tortura usado na Espanha, ao tempo da Inquisição e introduzido, pelos espanhóis, na Argentina” (p.53/54).

<sup>16</sup> VICENZI, Jacomo. *Paraíso Verde*. Impressões de uma viagem a Matto Grosso, s/d. p. 134.

<sup>17</sup> *O Correio do Estado*, Cuyabá, de 07.11.1920.

Ainda nesse artigo, Arruda citava a *incompreensível ingratidão* dos trabalhadores, por ter dado

ao meu pessoal em numero de 60 a maior prova de consideração e estima fazendo-os reunir em um almoço intimo no qual tomei parte juntamente com elles e depois do offerecimento que fiz com palavras de amizade entreguei a todos suas cadernetas relevando a uns, os seus debitos em quantia apreciavel e aos demais pagando os seus saldos. De então para cá adoptei o systema de pagamento mensal e qual não foi este ano o meu desapontamento ver o meu trabalho diminuir 50% e cada operario um snr. que me fazia o favor de trabalhar menos da metade do que nos annos anteriores e ainda provocando grèves, criando dias santificados, enfim um sem numero de obstáculos para diminuir o serviço<sup>18</sup>.

Encerrava seu artigo, convidando o redator da *A União*, Feliciano Galdino, a visitar qualquer usina do Rio Abaixo pela certeza que “envez de se tornar um Lenine, se tornaria um antigo Czar da Russia”<sup>19</sup>.

Somente com a revolução de 1930, o interventor de Mato Grosso, coronel Mena Gonçalves, impôs a presença do aparato estatal para coibir o mandonismo dos usineiros, invadindo seus redutos com contingentes militares, *libertando os trabalhadores* e submetendo os coronéis donos de usinas à humilhação, sendo presos em seus próprios *troncos*. Ao contrário do que possa parecer, a ação do interventor, mais do que o interesse humanitário de resgatar os direitos dos trabalhadores mato-grossenses, tinha por objetivo submeter a prepotência dos grandes usineiros locais à tutela da nova ordem revolucionária. Entretanto, quase nada foi alterado após 1930 nas relações entre trabalhadores rurais e patrões.

## 2. As Curvas do Rio e do Trem na Rota dos Trabalhadores Urbanos

Mesmo existindo profundas diferenças regionais desde fins do século XIX, em várias cidades do país, as principais categorias de trabalhadores urbanos foram formadas por ferroviários, estivadores e portuários, gráficos, textéis e operários da construção civil. Os estados mais densamente povoados e de maior

---

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> *Idem*.

expressão política, em condições favoráveis para obter capital e mão de obra disponível, concentraram o esforço da industrialização brasileira. Segundo F. Foot e V. Leonardi, as disparidades da produção industrial no Brasil, em 1919, estavam assim detectadas “São Paulo: 31,5%; antigo Distrito Federal e estado do Rio: 28,2%; Rio Grande do Sul: 11,1%; Pernambuco: 6,8%; Minas Gerais: 5,6%; Paraná: 3,2%; Bahia: 2,8%; Santa Catarina: 1,9%; Região Norte no seu conjunto: 1,3%; Goiás e Mato Grosso juntos: 0,4%”<sup>20</sup>. Tais índices demonstraram claramente que a industrialização do Mato Grosso era um processo extremamente débil em relação à sua economia, com predominância agropastoril. Escapando dos limites desse estado agrário, o operariado urbano e suas respectivas organizações classistas foram formadas, em especial, sob os apitos dos navios e dos trens.

Nesse sentido, a primeira questão a ser retomada foi a internacionalização das águas do rio Paraguai, obtida formalmente após a Guerra da Tríplice Aliança, que transformou Corumbá, porto de carga e descarga, num centro pioneiro na organização de trabalhadores do setor portuário. Conforme Azis Simão, as “associações sindicais, até a Primeira Guerra, intitulavam-se: Centro, Círculo, Sociedade, Associação, Liga e União; as federações de categorias: União Geral. O título de Sindicato passa a ser mais frequente a partir de 1920”<sup>21</sup>. Em segundo lugar, no estado de Mato Grosso, tanto a atividade fluvial como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil constituíram-se reflexos do avanço do capitalismo sobre novos territórios, integrando-os ao mercado internacional pela navegação fluvial via Bacia do Prata e pelos trilhos que cortaram o sertão brasileiro. Além disso, a navegação fluvial e a ferrovia foram os pontos de atração de imigrantes, muitos deles com experiências anteriores de lutas trabalhistas e organização operária.

No caso específico da navegação pelos rios platinos, a organização dos trabalhadores teve um caráter nitidamente internacionalista. Estabeleceu-se uma estreita ligação entre as tripulações dos navios de diversas bandeiras que transitavam da foz do Prata a Corumbá, inclusive em movimentos grevistas. Nesse caso, Mato Grosso não fugiu à regra brasileira, onde as questões sociais foram tratadas como *casos de polícia*, com uma estreita vinculação dos empresários ao

---

<sup>20</sup> FOOT, F., LEONARDI, V. *Op. cit.*, p. 66/7.

<sup>21</sup> SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, USP, 1966. Nota. p. 209.

aparelho repressor estatal. Segundo Paulo Sergio Pinheiro, na “Primeira República, os empresários tinham a mania de expulsar a *escumalha* social que vinha da Europa, *os agitadores profissionais*. Mantiveram listas negras de *maus* elementos, isto é, militantes políticos ou organizadores sindicais, aos quais negavam trabalho”<sup>22</sup>.

A estrada de ferro, avançando pelo interior do país, constituiu-se um fato novo que alterou o equilíbrio de poder dos coronéis. A ferrovia exerceu um forte atrativo às populações sertanejas utilizadas como força de trabalho braçal ou estabelecendo-se na periferia do processo, nos *bolichos* à beira da estrada. O fato é que a estrada de ferro funcionou como um elemento desagregador da estrutura coronelista, atraindo seus antigos agregados e, dessa forma, esvaziando o seu *exército de reserva*, o que, por sua vez, permitiu o controle do estado sobre os seus domínios.

Com uma linha inaugurada em 1914, que ia da estação de Itapura em São Paulo ao ponto terminal de Porto Esperança, em pleno Pantanal (próximo a Corumbá), a ferrovia foi construída sob condições insalubres de trabalho, exploração salarial, altos riscos de acidentes e natureza hostil. O jornal *A Voz do Trabalhador* denunciava em 1909 as condições subhumanas impostas pela companhia Noroeste do Brasil aos seus trabalhadores. Conforme este jornal, na NOB “enganam-se os operários com falsas promessas, pagam-lhes mal, ou não lhes pagam, obrigam-nos a trabalhar muito dando-lhes de comer mal e pouco; são victimados pelas febres, pelo cansaço e pela fome e assassinados pelos capangas às ordens de Machado de Mello & Cia”<sup>23</sup>. Criticava o governo pelas ocorrências na construção da estrada e pregava um levante popular e a resistência dos trabalhadores. O jornal chegou a iniciar uma campanha de alerta aos trabalhadores para que não fossem trabalhar na ferrovia, pois “ali morre-se victimados pelas febres, pela miséria e pelo chumbo dos capangas”<sup>24</sup>. A solidariedade com os trabalhadores da Noroeste, sobre as denúncias das más condições de trabalho e das arbitrariedades, foi encabeçada pela União dos Sindicatos de S. Paulo que se propôs também a distribuir panfletos, inclusive nos países de origem dos imigrantes que traba-

<sup>22</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio. Prefácio, in: FOOT, F., LEONARDI, V. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>23</sup> *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, ano I, n. 9, de 17.04.1909 (edição fac-similar).

<sup>24</sup> *Idem*, ano I, n. 10, de 01.05.1909.

lhavam na ferrovia. Nessa campanha, *A Voz do Trabalhador* chegou a publicar o termo de contrato de trabalho da empresa que, de forma draconiana, impunha, entre outras condições, 10 horas mínimas de trabalho, incluindo sábados, domingos, feriados e períodos noturnos; a não aceitação de reclamações salariais; a obrigatoriedade dos trabalhadores de comparem no armazém do empreiteiro e o pagamento dos salários vencidos em um mês somente no dia 30 do mês seguinte.

Em 1913, o jornal *A Voz do Trabalhador* anunciava, sem determinar o lugar, que “os operarios da estrada de ferro Noroeste do Brazil declaram-se em greve por não receberem os seus salarios ha 9 mezes”<sup>25</sup>. A situação atingiu níveis insustentáveis e a reação dos operários foi violenta. Destruíram a *ferro e fogo* “tudo aquilo que pertencia” à empresa, para “evitar que os mesmos instrumentos sirvam para explorar outros trabalhadores” e abandonaram o trabalho e o lugar.

A partir dos anos 1910, os trabalhadores urbanos de Mato Grosso já esboçavam uma incipiente tentativa de organização e reação. Em 1911, o jornal *O Comercio* noticiava que em Corumbá as tripulações dos vapores *Mercedes* e *Miranda*, ambos do Lloyd Brasileiro, estavam em greve por atraso de pagamento<sup>26</sup>.

Em abril de 1915, um grupo de operários de Cuiabá publicou nos jornais um convite para uma reunião preparatória para comemorar, pela primeira vez, o 1º de Maio. Isso bastou para que as forças conservadoras, encabeçadas pela Igreja Católica, comesçassem a desmobilizar essa iniciativa. Dada a influência exercida pela Igreja sobre a sociedade no período, pode-se imaginar como foi grande o isolamento dos poucos operários que tentaram dar um rumo às lutas trabalhistas.

O jornal católico *A Cruz*, em 1915, demonstrava todo o conservadorismo e o preconceito ao tratar as manifestações dos trabalhadores e a festa do 1º de Maio em Mato Grosso. Fazendo um alerta ao operariado católico cuiabano e procurando desestimular a sua participação, o jornal afirmava:

1 de Maio é a festa dos operarios revoltosos das officinas e fabricas contra a Justiça de Chicago pela execução de tres operarios; 1 de Maio, a data revolucionaria dos operarios anarchistas e socialistas, não tem nenhuma razão de encontrar echo no coração do próbo e pacifico operariado cuiabano./ Datas, festas e doutrinas ha com que os filhos das trevas têm conseguido illudir por

---

<sup>25</sup> *Idem*, ano VI, n. 45, de 15.11.1913.

<sup>26</sup> *O Comercio*, Cuyabá, 11.08.1911.

longo espaço de tempo, enganar matreiramente o espirito catholico, mas, o 1 de Maio, uma dessas datas vermelhas, que nos centros de grande movimento, a Policia tem registrado como um dos maiores perigos sociaes, tal o seu character francamente revolucionario, não póde, nem poderá obter por isso mesmo, em parte alguma a adhesão, o apoio dos operarios catholicos que a têm repudiado formalmente./ Para lançarem num meio sosegado e excessivamente condescendente como o nosso o germen ou melhor, o fermento desse mal, que só prejuizos e desgraças tem causado á sociedade com incendios, dynamites e horrendos massacres, como aconteceu em Barcelona, os promotores e planejadores de tal festa, já vem, naturalmente, á socapa, perante o nosso bom operariado com a mesma labia, com a mesma astucia dos barriqueiros, grevistas e arruaceiros dos centros populosos, dizendo ser *a festa pacifica do trabalho, a nobre festa do operariado intelligente*, mas, em primeiro lugar: *sem distincção de crenças!* Mas, é bom que saiba, que comprehende o nosso operariado intelligente ser essa data anarchista e socialista: *anti-catholica, anti-capitalista e anti-militarista*<sup>27</sup>.

Mais adiante, e sugerindo a comemoração em outra data, o jornal fazia uma diferenciação entre o operariado cuiabano e os *turbulentos e arruaceiros dos centros populosos* e terminava o artigo afirmando que:

Não ha motivos para que o nosso bom e pacifico operariado queira aprender como se fazem arruaças./ Primeiro de Maio é uma data revolucionaria, data de odios e vinganças, data de brado contra as auctoridades constituidas, data de assalto contra todos os fóros da civilisação moderna.

Os operarios cuiabanos em geral catholicos, honestos, patriotas e bem pensantes não podem e nem devem festejar o 1 de Maio<sup>28</sup>.

A pressão católica foi insuportável e atingiu seus objetivos, pois, uma semana depois, o mesmo jornal *A Cruz* voltou à carga com um manifesto de oposição assinado por alguns *operários*:

Operarios! Sabendo que uns individuos que nunca tomaram interesse pela nossa classe convidam a uma reunião para se combinar o melhor meio de se festejar a data de 1 de Maio, data socialista e anarchista, cujos festejos em toda a parte só tem servido para desmoralizar a nossa classe, vos dirigimos esse appello:

Operarios! Não concorramos de modo algum, não demos o nosso apoio a essa festa porque essa data tem sido a vergonha do operariado honesto, tem sido a

---

<sup>27</sup> *A Cruz*, Cuiabá, 11.04.1915.

<sup>28</sup> *Idem*.



causa do afastamento que nos tem votado espiritos rectos e as vezes, os nossos maiores amigos, nos centros adiantados!

Operarios! Nós estamos acostumados a uma vida pacifica nesta terra abençoada, nos que somos amantes da ordem, que estamos em pleno abrigo das leis, em pleno gozo de nossos direitos de cidadão de uma patria livre e rica, não temos por ora, nenhum direito a reivindicar.

Nenhum direito nos temos de reivindicar porque não há em nosso meio quem amontoe fortuna com o suor do nosso rosto, não há aqui quem arranque da boca dos nossos filhos o que ganhamos com o suor do nosso trabalho honesto!/  
/

Somos nós o operariado inteligente, um operariado diferente daquelle que celebra o 1 de Maio, porque para a manutenção de nossas familias basta o nosso trabalho, basta o sagrado suor do nosso rosto! Não queiras ir aprender com os socialistas e anarchistas de 1 de Maio a assaltar o cofre dos ricos!

Operarios! Associarmo-nos a essa festa, é demonstrarmos, para a nossa vergonha, que somos um operariado a quem os socialistas e anarchistas tornaram famintos com as mais tristes explorações, é demonstrarmos, para a nossa baixeza, que também estamos á mercê desses exploradores que nada desejam de bem para o operariado, atijando-os ás desordens, ás arruaças!

Esses que estão por ahi a illudir-nos, a convidar-nos com mal nos labios, tem as mesmas intenções dos socialistas impios, anti-militaristas e anti-capitalistas de toda a parte. Querem se pôr no meio de nós para conquistar a nossa amizade, para conquistar o prestigio perante nós para o suffragio das eleições, para explorarem o que ganhamos para a manutenção de nossas familias!

Nos os conhecemos de perto. Nenhum interesse tem pela nossa felicidade, elles só miram os seus interesses pessoases!

1 de Maio é a festa do operariado de peor especie, desordeiros da mais baixa camada!/  
/ Honestos operarios! Laboriosos companheiros! Para comemorarmos a festa do trabalho devemos escolher uma das gloriosas de nossa patria!

Não nos associaremos á festa de 1 de Maio que não é digna de nós! (Alguns operarios)<sup>29</sup>.

O silêncio do jornal sobre o assunto após esta data permite de fato considerar que, com esse patético apelo e com a pressão da Igreja, as forças conservadoras conseguiram bloquear e desestimular uma tentativa bem sucedida de

---

<sup>29</sup> *A Cruz*, Cuiabá, 18.04.1915.

participação dos operários cuiabanos numa festa marcadamente politizada, de denúncia, de reivindicação e de caráter internacionalista.

Nesse mesmo ano, surgiu em Cuiabá, no Arsenal da Marinha, a Sucursal do Circulo de Operários da União (depois Centro Operário de Cuiabá), filial da organização congênere do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. No ano seguinte, o deputado Amarildo de Almeida apresentou um projeto de lei na Assembléia Legislativa, autorizando

subvencionar, mediante indicação da Succursal de Circulo Operário da União, nesta capital, com a quantia de cento e vinte mil réis cada um, até o numero de 12 jovens mato-grossenses, que desprovidos de recursos pecuniarios, queiram ir fazer seus estudos em escola profissional ou aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais em officina da capital da União<sup>30</sup>.

Pelo fato de ser criada sob a disciplina e a ótica militar do Arsenal da Marinha, a organização teve um caráter assistencial e beneficente. Essa situação modificou-se muito pouco, pois em 1943, Firmo Rodrigues afirmava que “é com o operariado disciplinado e ordeiro, morigerado e obediente, que o Centro Operário vem-se mantendo, há mais de trinta anos, prestando auxílios a seus associados e elevando-se no conceito social”<sup>31</sup>.

Porém, foi em Corumbá que os operários, ligados à navegação fluvial, organizaram-se regularmente em associações classistas. Em 1917 foram fundados o Gremio dos Machinistas da Marinha Civil, o Gremio dos Machinistas Civis e a Sociedade União dos Taifeiros; e em 1919, a Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante e o Centro Operário de Corumbá.

O Gremio dos Machinistas da Marinha Civil, fundado em 20 de maio, estabelecia que seus filiados somente eram “obrigados a trabalharem durante 8 horas por dia nos dias uteis da semana, nos portos ou em viagem”<sup>32</sup>. Outra preocupação da agremiação foi proteger seus filiados de transferências arbitrárias para outras embarcações, ou mesmo da exigência de trabalhar fora das embarcações onde estavam lotados. Esse Regimento, evidentemente, procurava impedir a costumeira exploração do trabalhador por parte dos ar-

<sup>30</sup> *Gazetta Official*, Cuiabá, 27.07.1916.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Firmo. *Figuras e Coisas de nossa terra*. Cuiabá, 1959. p. 143.

<sup>32</sup> *Gremio dos Machinistas da Marinha Civil*. Regimento Interno aprovado em 05.10.1919.

madores, no porto de Corumbá. Já o Gremio dos Machinistas Civis propunha “organizar uma bibliotheca instructiva, promover conferências e fundar aulas primarias e profissionaes”<sup>33</sup>.

A Sociedade União dos Taifeiros, por sua vez, defendia “o engrandecimento, prosperidade e elevação, moral e intellectual e pessoal dos seus associados”, e “sem distinção de nacionalidade”<sup>34</sup>. Outra agremiação, a Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante, registrava entre seus objetivos que

os socios que compõe o gremio dos Marinheiros, ao constituir-se em Sociedade, é com o fim unico de melhorar as suas condições material, moral e intellectual, e inculcar-se-lhes os verdadeiros principios de solidariedade, fazendo com os mesmos reunir em um só pensamento o direito de todos, como também ajudar-se mutuamente a desfrutar dos beneficios que a todos proporcionam o esforço de cada um<sup>35</sup>.

No ano de 1917, a carestia e a crise econômica que assolavam Corumbá, reflexos da Primeira Guerra Mundial e do colapso da navegação fluvial, atingiram duramente a classe trabalhadora, em especial, a portuária. Isso refletiu claramente na análise que os taifeiros fizeram para justificar a organização da Sociedade União dos Taifeiros. A Sociedade surgiu obedecendo as seguintes considerações:

PRIMEIRA: Na actualidade, operou-se um augmento extraordinário nos preços dos generos de primeira necessidade, de maneira que nós obreiros, que vivemos de nosso salario achamos impossibilitados de manter, com o que ganhemos, as nossas familias; SEGUNDO: A crize chronica reinante tende a agravar-se cada vez mais ficando o obreiro sem esperança de melhorar a sua má situação; TERCEIRO: Os armadores estão-se prevalecendo da circunstância crítica do momento para diminuir o ordenado e despençar pessoal nos vapores e demais embarcações, augmentando, portanto, as dificuldades da vida dos obreiros sem compadecerem-se delles<sup>36</sup>.

Em vista dessas considerações, os taifeiros organizaram-se para tomar as seguintes medidas através da Sociedade:

---

<sup>33</sup> *Estatutos do Gremio dos Machinistas Civis de Corumbá.*

<sup>34</sup> *Estatutos da Sociedade União dos Taifeiros.*

<sup>35</sup> *Estatutos da Sociedade dos Marinheiros Unidos da Marinha Mercante.*

<sup>36</sup> Anexo do Ofício do Presidente da União dos Taifeiros, Eugenio Ferreira Saldanha ao Illmo. e Exmo. Senr. D. Francisco de Aquino, D. Presidente do Estado, Corumbá, 13 de Maio de 1918.

A- Fazer o possível para fundar uma sociedade que torne efectiva a união da mesma classe dos Taifeiros e que logo trate de conseguir um ordenado compatível com as suas necessidades; B- Fazendo-se efectiva a organização lógica a estabilidade dos seus direitos podendo-se então corrigir qualquer abuso ou irregularidades da parte dos armadores; C- fazer cada um uso dos seus direitos preparando-se moralmente por meio da pratica continua delles a ser homem apto no sentido generico dentro e fóra da mesma sociedade<sup>37</sup>.

No ano seguinte, os operários do Arsenal de Marinha também denunciaram a aflitiva situação dos trabalhadores do estado, “determinadas pela elevação de preços dos generos de primeira necessidade e pela alta dos alugueis de casa, dando aspecto mais doloroso a nossa vida de pobres, quando sentimos a penuria em casa e a impossibilidade material de dar aos nossos filhos uma educação elementar”<sup>38</sup>. Denunciaram também o abandono a que estavam sujeitos, comparando seus salários aos aumentos salariais de outras categorias. Ilustrando essa denúncia, afirmaram que

os funcionarios das Alfandegas e das Delegacias Fiscaes tiveram os vencimentos augmentados até 40% de vencimentos anteriores como os tiveram augmentados em notavel proporção os funcionarios da Estrada de Ferro, por duas vezes os funcionarios dos Correios, por uma vez ainda os operarios do Arsenal do Rio de Janeiro, ficamos nós esquecidos em Matto-Grosso como ficaram esquecidos os nossos colegas operários do Arsenal do Pará<sup>39</sup>.

A questão da educação, por sua vez, foi colocada no documento dos trabalhadores como uma peça fundamental de suas preocupações. Porém, alertavam que o trabalho de seus filhos era necessário à complementação do rendimento salarial familiar e, deixar de trabalhar para frequentar escola, significava “minguar o pão em casa”<sup>40</sup>. Por outro lado, para os operários do Arsenal da Marinha, o baixo salário tornava impraticável o pagamento de escola à noite. Assim, denunciavam que “não possuindo o Estado escolas profissionaes, a officina do operario terá que ser a escola do filho, por não se conciliarem as horas dos ensinos elementar e profissional”<sup>41</sup>. Essa preocupação com a educação dos trabalhadores

---

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> Abaixo-assinado ao Presidente do Estado, Arsenal de Marinha de ladário, 24.05.1918.

<sup>39</sup> *Idem*.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> *Idem*

e de seus filhos apareceu em todas as associações e centros de operários em Mato Grosso. Nos estatutos do Centro Operário de Corumbá, por exemplo, além da proposta de uma biblioteca, com livros de “artes, jornaes, revistas, etc.”, foi incluída a fundação de “uma ou mais escolas onde seja ministrada instrucção aos socios, seus filhos e dependentes”. Chegou-se inclusive a definir a escola como “de instrucção primaria para ambos os sexos”, com cursos no período diurno e noturno, sendo de “desenho linear e geométrico” e “industriales para os filhos e irmãos menores dos associados para aprenderem officios”<sup>42</sup>.

A imprensa, expressando interesses de grupos econômicos, ou do próprio governo, raramente divulgava questões relacionadas aos trabalhadores, ressaltando sempre o aspecto policiaesco da questão. As lutas trabalhistas eram encaradas como problema policial, manifestação de oposição ao governo ou mesmo como influência de trabalhadores vindos de outros estados ou de outros países. O Jornal *O Matto-Grosso*, do Partido Republicano Mato-Grossense, sobre a greve dos trabalhadores da estrada do Urucum (Corumbá), publicou uma nota narrando que

começam as greves na estrada do urucum a Corumbá, provocadas pelos trabalhadores vindo há poucos dias do Rio e S. Paulo. Hoje, pela manhã, o subdelegado de policia de Ladario pediu por telephone o auxilio da força publica que accendeu incontiente fazendo seguir uma força de treze homens sob o comando de um official, a qual chegou a tempo de evitar a explosão preparada por uma das turmas, restabelecendo a ordem e fazendo voltarem todos ao trabalho<sup>43</sup>.

Em outra edição, o mesmo jornal relacionava a greve aos interesses políticos e partidários denunciando que

os trabalhadores da estrada das Minas e Viação estão sendo preparados por conhecidos valentões conservadores<sup>44</sup> do Ladario mancomunada com o delegado de policia, para se collocarem em attitude hostile, impondo condições á companhia. Hontem, cerca de 40 individuos abandonaram o trabalho, vindo á delegacia capitaneados pelo *bravo* de Mimoso, exigindo augmento de salario. O delegado procurou o director da companhia, exigindo que attendesse a reclamação. Esses homens não voltaram ao trabalho<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> *Estatutos do Centro Operário de Corumbá*, Typ. Do Commercio, 1919.

<sup>43</sup> *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 14.07.1918.

<sup>44</sup> Refere-se aos membros do Partido Republicano Conservador.

<sup>45</sup> *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 08.09.1918.

Foi, portanto, a falta de espaço na imprensa cuiabana que motivou o aparecimento, em maio de 1919, do jornal *A União*, voltado aos interesses do operariado mato-grossense.

As dificuldades dos operários continuaram a persistir com a baixa qualidade de vida, as cruéis relações de trabalho, a carestia e os baixos salários. Neste ano de 1919 a situação tornou-se mais aguda com a rápida expansão de uma epidemia de gripe que se alastrou por todo o estado, com alto índice de mortalidade, disseminada pela navegação fluvial. Veicularam na ocasião notícias de tentativas de greves dos operários portuários e embarcações em Corumbá e de trabalhadores da Madeira Mamoré Railway Company. Os trabalhadores da Cia. Minas e Viação, também em Corumbá, iniciaram um movimento grevista, armados e ameaçando impedir a extração de minério de manganês. Segundo o jornal *O Matto-Grosso*, policiais tomaram de assalto o “reducto dos revoltosos, prendendo 15 dos cabeças, todos hespanhoes”<sup>46</sup>.

No entanto, o movimento grevista de maior intensidade ocorreu com os trabalhadores da estrada de ferro sediados em Aquidauana, que estavam construindo a ponte sobre o rio do mesmo nome. Na construção desta ferrovia, a participação de imigrantes com experiências de lutas trabalhistas, inclusive difundindo livros estrangeiros de interesse da classe trabalhadora (segundo tradição oral, no Centro Operário de Aquidauana os operários da estrada de ferro reuniam-se para ouvir a leitura de livros estrangeiros que terminava com debates entre os participantes), conferiu um direcionamento político às reivindicações dos trabalhadores. O jornal *O Matto-Grosso*, de 04.08.1919, noticiou que o professor Jorge Bodstein Filho insuflava os operários para entrarem em greve, prejudicando assim a construção da ponte.

Mais uma vez a questão foi colocada como reflexo das disputas entre partidários do Partido Republicano Mato-Grossense e do Partido Republicano Conservador do senador Antonio Azeredo. A greve que se iniciou em outubro daquele ano, foi vista inicialmente pelo jornal *O Matto-Grosso*, de 19.10.1919, como pregação dos conservadores liderados por Bodstein para desmoralizar o governo de D. Aquino Corrêa.

Os operários da NOB reivindicavam aumento de salário, demissão do médico Marinho Rego, do inspetor de tração Machado e a revogação da remoção de

---

<sup>46</sup> *Idem*. 18.05.1919.

Francisco Garcia, presidente do Centro Operário. O jornal *O Matto-Grosso* afirmava ainda que “o verdadeiro motivo da greve é a exploração que desde muito vem fazendo, com fins políticos, o professor Bodstein, comparsa azeredista, produzindo discursos incendiários no Centro Operário, de cuja diretoria faz parte”<sup>47</sup>.

Próximo ao rio Aquidauana, os grevistas cortaram dormentes, deixando os trilhos suspensos para impedir a passagem do trem de passageiros. O descarrilamento que se seguiu fez tombar a locomotiva, o carro de correio e o de transportes de animais, não sendo, porém, atingidos os carros de passageiros. Da sabotagem, ficaram gravemente feridos o maquinista e o foguista.

A repressão foi fulminante, com mais de uma centena de prisões. Em editorial, *O Matto-Grosso* deu outra conotação ao movimento grevista, afirmando que o professor Jorge Bodstein Filho constituiu-se no principal explorador dos “pobres trabalhadores da estrada de ferro, mettendo-se a pregar as estapafúrdias idéas maximalistas”, levando a classe operária a “commeter excesso e desmandos de toda ordem, ao ponto de ter o governo de usar contra ella de medidas de rigor”<sup>48</sup>. De fato, o inquérito sumário do delegado especial Mario Monteiro concluiu com o envolvimento de 10 empregados. Porém, a Justiça Federal não deu andamento ao processo e os dois operários que ainda estavam presos, o líder Francisco Garcia e outro de nome Magalhães foram libertados por força de *habeas-corpus*. Não se teve notícias dos possíveis desdobramentos desta greve. As acusações do jornal *O Matto-Grosso* aos grevistas da estrada de ferro, chamando-os *maximalistas*, teve origem nas repercussões da Revolução Russa entre as organizações operárias. Segundo José Ingenieros, citado por Lima Barreto, maximalismo<sup>49</sup> definia-se como “a aspiração de realizar o máximo de reformas possíveis dentro de cada sociedade, tendo em conta as suas condições particulares”<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> *O Matto-Grosso*, Cuyabá, 23.10.1919.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> Segundo NEGRO, Helio, LEUENROTH, Edgard, que escreveram *O que é Maximismo ou Bolchevismo*. Programa Comunista, São Paulo, 1919, a forma correta é maximismo ou bolchevismo, que que “Maximalismo ou Bolshevikismo, etc., são idiotismos que tiveram origem na tradução do idioma russo para o inglês e deste para o português”. (p. 5)

<sup>50</sup> BARRETO, Lima. Sobre o Maximalismo, in: BARRETO, Moniz. *O ano vermelho* (a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 359.

Por outro lado, os cocheiros de praça da cidade de Campo Grande, ao sul do estado, fizeram a sua primeira greve, que contou com o apoio do promotor público Jayme de Vasconcellos. A reação dos cocheiros foi contra a tabela de preços organizada pela Câmara Municipal e sancionada pelo intendente. Além disso, manifestaram-se contra instruções a respeito emitidas pela Chefatura de Polícia. Na mesma ocasião e na mesma cidade, registrou-se a notícia da fundação da Sociedade União dos Trabalhadores ligada aos ferroviários da Noroeste, que em pouco tempo passou a coordenar a luta dos trabalhadores para a indignação do engenheiro civil Armando de Arruda Pereira. Contratado pela Companhia Construtora de Santos, para a construção de quartéis na fronteira, registrou Pereira o seu confronto com os trabalhadores organizados em 1922:

recebiamos cartões do secretario da *SOCIEDADE OPERARIA UNIÃO DOS TRABALHADORES E FORÇA RECONSTRUCTORA DO MUNDO*, apresentando-nos operarios. Sim senhor! C. Grande, que jámais conhecera organização de trabalho em grande escala, onde os methodos modernos de construção ainda eram desconhecidos, já possuindo um syndicatos operario! Breve surgiram os boletins malcreados, instigadores das desordens por qualquer motivo. O Syndicatos só visava uma cousa: Atrazar os serviços, implantar a desordem para mais tarde, levar a cabo fins lucrativos... Recebi varios officios aos quaes não dei resposta por julgar que não estavam em termos. Prosseguiram, e, já as instigações eram sediciosas e os termos insultuosos. Exigiam. Pregavam grêve. Ameaçavam!<sup>51</sup>.

A pressão contra a organização dos trabalhadores pareceu ter atingido seus objetivos, pois segundo Pereira,

Esclareci o quanto poude que estavam sendo explorados por meia duzia de estrangeiros aos quaes pagavam mensalidades para que elles vivessem sem trabalhar. Avisei e com especialidade aos nacionaes, que se retirassem da Sociedade onde não havia ideaes dignos, e que servissem de exemplo aos demais. Estava decidido, uma vez que os syndicatos tinham passado á ameaçar, responder-lhes agindo com a maxima energia<sup>52</sup>.

No entanto, a área de maior intensificação de organizações dos trabalhadores urbanos continuou sendo Corumbá, especialmente na atividade fluvial. Na

---

<sup>51</sup> PEREIRA, Armando de Arruda. *Construindo...* São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930. p. 25/6.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 26.



década de 1920, apesar da decadência da navegação fluvial via Bacia do Prata, além das organizações por categoria, maior expressão teve o movimento operário com a criação de uma confederação das organizações sindicais. Em 1920, os portuários paralisaram todo o movimento de malas postais, cargas e passageiros. O jornal *O Matto-Grosso*<sup>53</sup>, defendendo os interesses dos proprietários de embarcações noticiava que os tripulantes “pleiteam neste instante um aumento de salario correspondente a 50% do que percebiam, alem da elevação da tripulação e redução de tempo de serviço”. O escandalizado jornal cuiabano qualificava essas reivindicações como uma “pretensão absurda, visto o vultuoso accrescimo de despesas mensaes, que accarretariam a fallencia dos donos de embarcações”, e que os trabalhadores com suas reivindicações queriam que “os capitais abrissem mãos dos lucros e trabalhassem exclusivamente para proporcionar ganhos às tripulações, sem compensação para o riscos a que estão expostos”. Os proprietários de embarcações, como tentativa de desmobilização do movimento grevista, uniram-se em *locaute* para submeter os trabalhadores “às condições até ha pouco existentes entre ambas as partes”. Acusava também a Capitania dos Portos de garantir aos tripulantes todos os benefícios colocando-os em igualdade de condições com os proprietários, “creando a estes uma situação de constantes dificuldades e ameaças”. Solicitava ainda o *O Matto-Grosso* que ao lado das medidas para amparar o “trabalhador do braço pobre”, também “garanta o capital que ampara o trabalhador e assegura sua continuidade”.

Por esta época, conforme Edgar Rodrigues<sup>54</sup> fundou-se em Corumbá um jornal, homônimo de outro em Cuiabá, *A União*, defendendo a organização sindical dos trabalhadores e marítimos e um sindicalismo independente. Também foi fundada na cidade a Escola Centro Operário, tendo à frente o professor Luiz Feitosa Rodrigues<sup>55</sup>.

O antagonismo de classes, contrapondo trabalhadores e empresários, já não podia mais ser disfarçado. A participação dos trabalhadores nas assembléias e o cumprimento das decisões tomadas mostravam o quanto os portuários de Corumbá estavam coesos e avançados em sua organização. A força dos trabalhado-

---

<sup>53</sup> *O Mato-Grosso*, Cuyabá, 19.12.1920.

<sup>54</sup> RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos* (História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil)(1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livre, s/d., p. 59.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*. p. 91.

res também apareceu com clareza em documentos oficiais, estabelecendo uma forte oposição entre as organizações sindicais e os armadores locais. É óbvio que as autoridades policiais e governamentais viam sempre os armadores como vítimas das exigências dos trabalhadores. O capitão-tenente Durval Julião, da Capitania dos Portos de Corumbá mostrava claramente essa posição afirmando que os armadores estavam “a mercê da massa infelizmente ignorante”<sup>56</sup>, que através de decisões de assembléias faziam “imposições ellegaes e absurdas”, criando assim “uma situação de ameaça constante á navegação e consequentemente ao commercio, economia e vida deste Estado”. O capitão-tenente Durval Julião representou, de fato, o elo da repressão entre os grandes centros e o porto de Corumbá, combatendo as lutas dos trabalhadores “dentro da Lei e fóra della”<sup>57</sup>, usando como exemplo a atuação da polícia com a prisão, em 1921, no Rio de Janeiro, de 600 grevistas como forma adequada de tratamento aos trabalhadores sindicalizados. Advogou ainda o capitão dos Portos a invasão e o fechamento dos grêmios dos trabalhadores e a prisão de suas lideranças.

Em 1925, o mesmo capitão dos Portos, em relatório, criticou o direito de associação e relacionou a luta dos trabalhadores fluviais com o “movimento comunista que durante um anno suspendeu toda a navegação da Republica Argentina”<sup>58</sup> e que esta situação permitiu a vinda para a região de “muitos indezêjáveis e com elles suas idéas perniciosas”.

O caráter internacional da navegação fluvial favoreceu os contatos entre tripulantes de diversos países, contribuindo assim para que a troca de idéias e de experiências criasse no porto de Corumbá um operariado consciente, forte e aguerrido. A denúncia de que a formação de grêmios de trabalhadores foi uma influência da navegação platina simplesmente confirmou esta posição.

Em 1930, o Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores encaminhou ao presidente do Estado de Mato Grosso, Annibal de Toledo, informações sobre a propaganda comunista nos portos de Corumbá e de Ladário, inclusive ventilando a hipótese de expulsão de estrangeiros do território nacional. Em có-

---

<sup>56</sup> Ofício do capitão-tenente Durval Julião ao Exmo. Snr. Presidente do Estado de Matto-Grosso, Corumbá, 18.07.1923.

<sup>57</sup> Ofício do capitão do porto Durval Julião ao Secretario Geral do Estado, Virgilio Corrêa Filho, 18.02.1925.

<sup>58</sup> *Idem*.

pia reservada do Arsenal de Marinha, citava como agitadores entre o “pessoal marinheiro de Flotilha”, o capitão-tenente reformado Francisco Lucas Gomes Paulino e Aurélio Fretes.

O Capitão Tenente Francisco Gomes Paulino é um sincero entusiasta da causa comunista e um ardente propagandista de suas idéas. Exercendo aqui as funções de pintor está sempre cercado de gente da peor especie e de estrangeiros, notadamente bolivianos e paraguayos. Aurelio Fretes, paraguayo, é o Presidente da Associação dos Taifeiros, a mais revolucionaria das Associações de classe de Corumbá. Verificou o Delegado de Policia dessa última cidade que aquella Associação entrou em accordo com a *Asociacion Obrera*, de Assumpção, para um trabalho commum pela causa bolchevista. Quanto a esse estrangeiro parece-me facilmente se poderá aplicar a lei da expulsão<sup>59</sup>.

Nesse mesmo mês de julho de 1930, o Gabinete do Ministro voltou a informar ao presidente Annibal de Toledo a existência de um comitê de obreiros comunistas no sul de Mato Grosso.

Esses avisos do governo federal com grande probabilidade serviram de pretexto à repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, que a revolução de 1930 nada alterou. O escudo do anticomunismo serviu como forte argumento para combater o avanço das conquistas sociais dos trabalhadores. Um documento enviado ao Interventor Federal, capitão Menna Gonçalves<sup>60</sup>, em nome dos “humildes proletarios da marinha mercante”, assinado por Manuel Eugenio de Guimarães, presidente da Sociedade União dos Foguistas; José Lyvio, presidente da União dos Taifeiros; Manuel Maria, presidente da Sociedade dos Marinheiros Unidos, denunciava a artimanha dos patrões e da repressão. Segundo o documento

devemos, preliminarmente, evidenciar um phenomeno que não deve fugir á observação de V. Excia. É que, a falta de argumentos verdadeiros contra o pessoal embarcado e pertencentes ás sociedades que representamos, pretendem os que desejam e não conseguem escravisal-os, prolongar até os dias de hoje, um artificio crudelissimo, terrivel, hediondo até, e do qual vinham se valendo como arma infalivel, nos ultimos tempos do governo deposto em 24 de Outubro do anno p. findo. Esse artificio era o seguinte: qualquer attitude

---

<sup>59</sup> Cópia n. 309. Reservado. Ministério da Marinha. Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, em 2 de julho de 1930. João Francisco de Azevedo Milanez. Capitão de Fragata.

<sup>60</sup> Ofício ao Interventor Federal Coronel Antonino Menna Gonçalves, Corumbá, 18.03.1931.

dos humildes trabalhadores visando melhoria para a sua situação, inspirava logo, de imediato, um grito que era assim como uma senha, mediante a qual se desencadeavam contra os oprimidos, todas as iras e todos os recursos de pesada opressão policial! Esse grito que consistia na exploradíssima palavra *COMMUNISTAS!*... nós o ouvimos envergonhados até, diante da insensatez que condenava, mas produzia os seus efeitos desejados: prisões, deportações, ameaças e truculências as mais injustas, as mais revoltantes<sup>61</sup>.

Neste documento, os operários procuravam desfazer o rótulo de comunistas, denunciando ao mesmo tempo a exploração a que estavam submetidos. Mostravam também o dia a dia de suas vidas e de seus familiares e esperavam justiça, principalmente “quando o governo benemerito de V. Excia. acaba de fazer raiar de novo, nas Usinas do Estado, o sol vivificante de 13 de Maio— libertando quasi uma centena de escravos brancos”, numa referência à atitude de Menna Gonçalves de invadir as usinas e prender os usineiros *escravistas*.

“O facto de sermos humildes não nos deve privar da Justiça, num paiz como o nosso e sobretudo sob os auspícios da Nova República! Queremos Justiça!”, foram as palavras derradeiras e contundentes do documento, sem saber os seus signatários que uma *nova república* salvadora viria travestida de *farsa* no tratamento da classe trabalhadora em Mato Grosso e no resto do país.

---

<sup>61</sup> *Idem.*

# Um engenheiro expedicionário ou um expedicionário viajante? Alfredo d'Escraignolle Taunay e suas andanças pelos sertões mato-grossenses

Ana Paula Squinelo\*

Apresento neste texto as imagens produzidas relacionadas ao Mato Grosso por Alfredo d'Escraignolle Taunay, engenheiro militar que participou de duas campanhas da Guerra do Paraguai (1864-1867), sendo uma a da Coluna Expedicionária rumo ao sul de Mato Grosso. Da experiência na Guerra legou uma vasta bibliografia e nesta registrou imagens acerca do cotidiano, assim como suas impressões sobre a fauna, flora, população e costumes mato-grossenses.

**Palavras-chave:** Alfredo d'Escraignolle Taunay; Guerra do Paraguai; Mato Grosso;

I present in this paper the images related to Mato Grosso produced by Alfredo d'Escraignolle Taunay, military engineer who participated in two campaigns of the Paraguayan War (1864-1867), one of the Expeditionary Column heading south of Mato Grosso. From experience in the War bequeathed a vast bibliography and recorded images on this every day, as well as his

**I**númeras imagens acerca da antiga Província de Mato Grosso foram pensadas, vivenciadas e construídas a partir de um imaginário ligado ao “outro”, ao “desconhecido”; palco de inúmeras expedições científicas e naturalistas teve seu solo percorrido por austríacos, alemães, franceses, entre outros que legaram a partir de suas visões de mundo suas impressões sobre a fauna, a flora, o espaço geográfico, as intempéries e a população mato-grossense.

Via de regra essas imagens traçadas em papel e reproduzidas pela imprensa europeia apresentavam a dicoto-

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2006). Professora de História no CPAQ-UFMS. [apsquinelo@yahoo.com.br](mailto:apsquinelo@yahoo.com.br)

---

mia que marcara aquele contexto histórico, a saber: a província mato-grossense vista como um lugar longínquo, distante, não habitado, o “sertão” desconhecido, ou seja, o não lugar; essas impressões variavam de acordo com as situações a qual o narrador estava submetido, podendo este “sertão” ser visto do ponto de vista da natureza como algo idílico, edênico, afinal a paisagem, as águas, a flora, a fauna e a exuberância de sua beleza natural desenvolveram um imaginário ligado ao próprio paraíso; esta idéia do éden terrestre muitas vezes contestada quando confrontada a uma natureza selvagem e desconhecida por esses viajantes-narradores-expedicionários; quanto a população que habitava foi vista como o oposto do “processo civilizatório” vivenciado por esses olhares europeus tão peculiares.

Nesse sentido as imagens que circularam acerca do antigo Mato Grosso estão afinadas com as discussões e teorias científicas desenvolvidas durante o XIX: “civilização x barbárie”; “modernidade x atraso”; “inferno x paraíso”; “intempéries x natureza”; “progresso x civilização”, etc.

Para a historiadora Lylia Galetti, tanto:

[...] estrangeiros, brasileiros e mato-grossenses enxergaram Mato Grosso pela mesma matriz das concepções ocidentalistas de *progresso e civilização* e pelas mesmas lentes das teorias evolucionistas e raciais que dominaram os horizontes ideológicos e culturais entre fins do século XIX e inícios do XX. Mas, há também uma diferença de fundo entre estes três olhares, produto das relações distintas que mantinham com o seu objeto de observação. Assim, visto pela ótica dos viajantes estrangeiros, Mato Grosso era concebido como uma *região* ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus<sup>1</sup>.

Já os brasileiros enxergaram:

[...] este espaço e suas populações pela ótica da Nação, mas tendo como referência o modelo europeu, os brasileiros elaboraram imagens ambíguas acerca

---

<sup>1</sup> GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 32.

de Mato Grosso: valorizado negativamente em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, também o era positivamente como *sertão e fronteira* da pátria, noções fundamentais para a própria idéia de nacionalidade brasileira no período em foco. A fronteira porque delimita o espaço do Outro, o estrangeiro, e o sertão porque, embora identificado como lugar do atraso e da barbárie no território da Nação era percebido, simultaneamente, como *locus* de sua verdadeira identidade cultural<sup>2</sup>.

E em relação aos mato-grossenses, Galetti apontou que

[...] compartilhando desta visão ambígua sobre a *terra natal*, manifestaram um profundo mal estar cultural face à uma identidade estigmatizada pela barbárie. Nas manifestações culturais constitutivas da redefinição desta identidade, indissociáveis das tensões sociais e políticas que lhe são contemporâneas, foram fundamentais os investimentos em torno de uma construção de uma memória fundada nas origens bandeirantes do povo mato-grossense, em um passado de lutas pela ampliação e defesa do território e para manter acesa em seus sertões a chama da civilização. Um passado que autorizava as projeções de um futuro promissor, assegurando pela dimensão e inesgotáveis riquezas da *terra natal*<sup>3</sup>.

Assim,

[...]em seus múltiplos e ambivalentes sentidos, as noções de sertão e fronteira forneceram os elementos chaves com os quais viajantes estrangeiros e brasileiros do *litoral* produziram a caracterização da *região mato-grossense* como *confins* do mundo *civilizado* e da nação brasileira, do mesmo modo como subsidiaram os esforços dos mato-grossenses no sentido de alterar esta definição de sua identidade<sup>4</sup>.

É nesse universo múltiplo que se insere o protagonista que desejo dialogar para compor esta reflexão.

Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay nasceu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843. Filho de Gabriela Hermíria de Robert d’Escragnolle e de Amado Félix Emílio de Taunay, que entre outras atribuições, foi preceptor de d. Pedro II. Nesse sentido, vale ressaltar, que desde cedo Alfredo d’Escragnolle Taunay conviveu no ambiente imperial.

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 33.

Em relação aos seus estudos foi aluno do Colégio Pedro II, da Escola Militar, e por último, estudante do curso de engenharia militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro.

Nessa escola foi promovido à segundo-tenente de artilharia e quando a Guerra do Paraguai eclodiu na Bacia Platina, Taunay contava, apenas, com 21 anos. Apesar de sua pouca idade incorporou o Exército Brasileiro como engenheiro militar, fazendo parte da coluna expedicionária que, partindo de São Paulo tinha como objetivo alcançar a fronteira com o Paraguai e expulsar as tropas guaranis do sul da província de Mato Grosso.

De acordo com Doratiotto, estudioso da Guerra do Paraguai:

O governo imperial decidiu-se por enviar uma coluna para Mato Grosso, tal como Caxias propusera, convocando 12 mil guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. No começo de abril [de 1865] começaram as tarefas para organizar a chamada Coluna Expedicionária de Mato Grosso<sup>5</sup>. [...] A coluna tinha a designação oficial de Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso, nome pomposo para uma força numericamente acanhada<sup>6</sup>.

Cabe destacar que Taunay não apresentava vocação para a Guerra, desejava em seus sonhos de jovem, quem sabe, ser médico; entretanto a tradição familiar ligada às guerras européias “obrigou-o” a partir para o teatro de operações. Sua mãe enfaticamente frisava “Tens que honrar a tradição da família. Irás para a Guerra e voltarás com pompas e títulos!”

Prevaleceu naquele momento, portanto, mais a tradição familiar do que a vontade própria.

Tais considerações podem ser confirmadas em um trecho de sua obra *Memórias* na qual confessou que

Todo o interior do Brasil se abria ante os nossos passos, nada mais, nada menos, e, certamente, a vastidão tem em si inúmeros atrativos e grandioso prestígio, a que se uniam pretensões científicas de certo alcance, *fazer coleções de minerais preciosos, ou então descobrir, senão um gênero novo de planta,*

---

<sup>5</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 120.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 33.



*pelo menos uma espécie ainda não estudada e classificá-la – sonhos enfim, de mocidade em que havia bastante de pedantismo*<sup>7</sup>. (grifo nosso).

Influenciado talvez pela corrente naturalista, pelos viajantes e pelas variadas expedições de cunho exploratório que percorreram os sertões imperiais durante todo o século XIX, Taunay, com seu espírito inquietante e observador, também desejava “explorar” e “reconhecer” aquelas terras que se colocavam tão distantes de seu universo urbano, civilizado e imperial.

Mesmo com esse espírito inquietador, para Taunay:

[...] A carreira militar era a única digna de um “homem superior”, sempre lhe foi dito. As armas moldavam o espírito defensor da Honra e da Pátria. O corpo do exército propiciava a educação técnica. A vida na corte desenvolvia o bom gosto, os bons modos, a sensibilidade para as artes e para a palavra. O resultado da combinação seria bom senso e força, o ideal do soldado ilustrado, o soldado do rei. Taunay representou perfeitamente esse papel, que simbolizava o tipo intelectual que mais se enquadrava no perfil imperial brasileiro, para o qual a Guerra do Paraguai, e suas conseqüências, foi de especial importância. Foi um verdadeiro teste de convicções<sup>8</sup>.

Interessante ressaltar que mesmo diante das inúmeras adversidades enfrentadas na Campanha de Mato Grosso e relatadas em diversas obras por Taunay, este protagonista do conflito platino absorveu a imagem de que

[...] O Paraguai era o “outro”, o inferno da civilização que sonhávamos. Fugir dele extirpar seu horror, era necessário. [...] <sup>9</sup>; e, ainda: A fronteira entre a civilização e a barbárie, entre o progresso e o atraso, entre a lucidez e a loucura, entre o sonho e o pesadelo, entre Natureza e Cultura, entre o branco e o mestiço, entre o mestiço e o índio, entre o litoral e o sertão, entre o Romantismo e o Realismo, entre o Império e a República. O sertão é uma vasta fronteira de significados obscuros que o bom senso do Visconde quer desvendar<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> *Apud* MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *Um polígrafo contumaz*. (O Visconde de Taunay e os fios da memória). 1996. Tese. (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 107.

<sup>8</sup> ALAMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura*. Representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. 1999. Tese. (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 4. (Capítulo 1 – Item 2: O bom senso em Retirada ou o Binóculo de Taunay).

<sup>9</sup> *Idem*. p. 8. (Capítulo 1 – Item 2: O bom senso em Retirada ou o Binóculo de Taunay).

<sup>10</sup> *Idem*. p. 11. (Capítulo 1 – Item 2: O bom senso em Retirada ou o Binóculo de Taunay).

Taunay, portanto, participou de todo o trajeto que a Coluna Expedicionária rumo ao sul de Mato Grosso percorreu e em 1867, findada a Retirada, foi escolhido para levar até o governo imperial no Rio de Janeiro notícias sobre o corpo expedicionário e todas as provações pelas quais passaram. Entre 1867 e 1868 publicou algumas de suas obras, como por exemplo, *Cenas de Viagem, A Retirada da Laguna* e redigiu e publicou o *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros* elaborado no percurso da campanha de Mato Grosso.

Entretanto, em 1869, quando o conde d'Eu, genro de d. Pedro II, assumiu o comando das forças brasileiras em operação no Paraguai, Taunay retornou ao teatro de operações como secretário do estado-maior do conde d'Eu.

Terminada a guerra em 1870 e tendo retornado ao Rio de Janeiro resultou dessa experiência a publicação da obra *Diário do Exército* no qual descreveu a ocupação do Paraguai e a morte do líder guarani Francisco Solano López.

Fato interessante de pontuar é que embora Taunay tenha participado de duas fases da campanha da Guerra do Paraguai, pouco esteve presente nos combates propriamente dito. Alambert com grande maestria traduz tal situação ao apontar que

Note-se que o autor [Taunay] nunca se apresenta trabalhando. Ele não é nem mesmo o “nobre-guerreiro”. Seu trabalho é o trabalho da razão que arrazoa, que balança, observa e registra. Sua posição, nesse sentido, tange à situação do homem do Império em sua acepção ideal mais bem realizada; não trabalha: estuda, observa com seu binóculo racional, escreve, corrige e anota os dilemas da moralidade, buscando colocá-los na balança dos trunfos que podem vir a construir a civilização brasileira<sup>11</sup>.

Nesse sentido a vasta obra de Taunay, em especial, as que o autor dedicou-se a relatar sua presença em solo mato-grossense, possibilita-nos compreender as dificuldades pelas quais passou o Corpo Expedicionário no sul de Mato Grosso e a conseqüente Retirada.

Este Corpo Expedicionário organizado pelo governo imperial, desde o início, enfrentou diferenciados problemas. Cabe frisar, por exemplo, os diversos comandos a que esteve submetido: primeiro o Coronel Manuel Pedro Drago, seguido pelo Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, pelo Coronel Carlos de Moraes Camisão e, finalmente, pelo Major José Thomaz Gonçalves.

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 39. (Capítulo 1 – Item 2: O bom senso em Retirada ou o Binóculo de Taunay).

A morosidade que marcou os primeiros meses da expedição e outros imprevistos e improvisações submeteram o efetivo do corpo expedicionário a situações adversas que vão desde a falta de abastecimento de alimentos e gêneros afins, até as doenças e exposição ao perigo por falta de conhecimento militar por parte do comando; Taunay em várias obras de sua autoria como *Campanha de Mato Grosso. Scenas de Viagem, Dias de guerra e de sertão, A Retirada da Laguna*, e *Cartas da campanha de Mato Grosso, 1865-1866*, registrou esses momentos que me utilizo para demonstrar as agruras narradas por Taunay na Campanha de Mato Grosso e, conseqüente Retirada da Laguna.

Para a elaboração desta reflexão não estabeleci como objetivo a análise do conjunto da obra de Taunay, tendo em vista sua amplitude e diversidade; entretanto, para que pudesse exemplificar o quão é extensa a produção do autor em questão, vale ressaltar, em diferenciados gêneros literários, apresento uma amostra de parte de suas obras e, dessa forma, para melhor compreender e visualizar apresento dividindo-as nos seguintes grupos, levando em consideração a *natureza* de cada obra:

1º) Romances:

- Ouro sobre azul<sup>12</sup>;
- O Encilhamento<sup>13</sup>;
- No Declínio (Romance Contemporâneo)<sup>14</sup>;
- Manuscrito de uma mulher (A primeira edição foi publicada sob o título *Lágrimas do coração* e subtítulo *Manuscrito de uma mulher*)<sup>15</sup>;
- Inocência<sup>16</sup>;
- A mocidade de Trajano<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay. *Ouro sobre azul*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1921.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *O Encilhamento*. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1923.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *No declínio* (Romance Contemporâneo). 3. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1926.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *Manuscrito de uma mulher*. 3. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1928.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Inocência*. 34. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *A mocidade de Trajano*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1984. (v. 13).

2º) Contos:

- Ao entardecer<sup>18</sup>;
- Irecê a Guaná<sup>19</sup>.

3º) Peças teatrais:

- Amelia Smith<sup>20</sup>;
- A conquista do filho; Por um triz coronel!; Da mão á boca se perde a sopa<sup>21</sup>.

4º) Viagens e descrições da natureza brasileira:

- Viagens de Outr'ora<sup>22</sup>;
- Campanha de Mato Grosso. Scenas de Viagem<sup>23</sup>;
- Paizagens Brasileiras<sup>24</sup>;
- Dias de guerra e de sertão<sup>25</sup>;
- Visões do sertão<sup>26</sup>;
- Céus e terras do Brasil; Viagens de outrora; Paisagens Brasileiras<sup>27</sup>.

5º) Memórias, depoimentos pessoais e autobiografia:

- Trechos de minha vida<sup>28</sup>;

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Ao entardecer* (Contos varios). 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1926.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Irecê a Guaná seguido de Os índios do distrito de Miranda e Vocabulário da Língua Guaná ou Chané*. 2. ed. Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2001.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Amelia Smith*. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1930.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *A conquista do filho; Por um triz coronel!; Da mão á boca se perde a sopa*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1931.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Viagens de Outr'ora*. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1921.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *Campanha de Matto Grosso. Scenas de Viagem*. 2. ed. II. São Paulo: Livraria do Globo; Irmãos Marrano Editores, 1923.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. *Paizagens brasileiras*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1926.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *Dias de guerra e de sertão*. 3. ed. II. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1927.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Visões do sertão*. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1928.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *Céus e terras do Brasil* (9. ed.); *Viagens de outrora* (3. ed.); *Paisagens Brasileiras* (2. ed.). São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Trechos de minha vida*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1921.

- Reminiscências<sup>29</sup>;
  - Memórias<sup>30</sup>.
- 6º) Biografias:
- José Mauricio Nunes Garcia<sup>31</sup>;
  - Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso<sup>32</sup>.
- 7º) Política e sociedade imperial:
- Homens e cousas do Imperio<sup>33</sup>;
  - Brasileiros e estrangeiros<sup>34</sup>.
- 8º) Cidades imperiais:
- A cidade do ouro e das ruínas<sup>35</sup>;
  - Goyaz<sup>36</sup>.
- 9º) Narrativas de guerra: a Campanha de Mato Grosso:
- Marcha das forças. Expedição de Mato Grosso (1865-1866). Do Rio de Janeiro ao Coxim<sup>37</sup>;
  - Em Matto Grosso invadido<sup>38</sup>;

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *Reminiscências*. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1923.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *Memórias*. Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *José Mauricio Nunes Garcia*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1930.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Augusto Leverger*. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1931.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. *Homens e cousas do Imperio*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1924.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Brasileiros e estrangeiros*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1931.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. *A cidade do ouro e das ruínas*. Matto-Grosso antiga Villa Bella. O rio Guaporé e a sua mais illustre victima. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1923.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *Goyaz*. Atualização e notas por Wolney Unes. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2004. (Brasil Central).

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *Marcha das forças*. Expedição de Matto Grosso (1865-1866). Do Rio de Janeiro ao Coxim. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1928.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Em Matto Grosso Invadido* (1866-1867). São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1929.

- Cartas da Campanha de Mato Grosso<sup>39</sup>;
  - A Retirada da Laguna<sup>40</sup>.
- 10º) Narrativas de guerra: a Campanha da Cordilheira:
- Cartas da Campanha<sup>41</sup>;
  - Diário do Exército<sup>42</sup>.
- 11º) Narrativas de guerra:
- A Guerra do Pacífico<sup>43</sup>.
- 12º) Livro didático:
- História do Brasil para o segundo ano colegial<sup>44</sup>.

Cabe destacar que tal divisão cumpre apenas uma função didática, na medida em que objetiva proporcionar uma maior visualização da produção de Taunay. Em seu estudo Maretti apontou que além das inúmeras obras produzidas pelo citado escritor, o mesmo realizou ainda traduções de livros de sua autoria; traduções de livros e textos alheios; e apontou, também, que foram várias as edições e reedições de suas obras, como também alguns de seus escritos foram adaptados ao cinema e ao teatro; é o caso, por exemplo, do romance *Inocência*.

Entendo Taunay como um ser humano dotado de algumas qualidades que lhe permitiram escrever e atuar em diferenciadas áreas; apresenta-se como um exímio narrador, descritor, desenhista, conhecedor da história e da geografia, bem como exibe traços de uma personalidade detalhista, organizada e extremamente perfeccionista.

Da experiência e vivência obtidas na Guerra do Paraguai produziu *romances*, como o clássico *Inocência*, inspirado, segundo o próprio autor, nas imagens da guerra. Sua vivência política lhe permitiu escrever sobre *idades, a política e a*

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *Cartas da Campanha de Matto Grosso* (1865-1866). Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1944.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *A Retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. Tradução e Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Retratos do Brasil).

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Cartas da Campanha*. A cordilheira. Agonia de Lopez (1868-1870). São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1922.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *Diário do Exército* (1869-1870). A Campanha da Cordilheira e De Campo Grande a Aquidabã. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. (v. 259 e 260).

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. *A Guerra do Pacífico*. Chile versus Perú e Bolívia. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1925.

<sup>44</sup> MORAES, Dicâmor; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *História do Brasil para o segundo ano colegial*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

*sociedade imperial*, como também produziu *peças teatrais* que levam o leitor a compreender o universo da época imperial, seja rural ou urbano. Da experiência nas duas fases da Guerra, isto é, na Campanha de Mato Grosso e na Campanha da Cordilheira, produziu suas *narrativas de guerra*, como também grande parte de seus *relatos e descrições da natureza brasileira*; de sua convivência com as tribos indígenas na Campanha de Mato Grosso legou-nos preciosas informações sobre hábitos, costumes e vocabulário indígenas. Sua convivência com a alta sociedade permitiu-lhe ainda compor *biografias* de pessoas tidas “como ilustres” na época e, finalmente, com o intuito de legar à posteridade a “imagem desejada” de sua existência escreveu também suas *Memórias, Reminiscências e Autobiografia*.

Interessante registrar que os *relatos e descrições da natureza brasileira* apresentam alguns elementos peculiares, isto é: a) relaciona-se mais aos aspectos ligados à natureza, do que aos episódios que enfrentou na Campanha de Mato Grosso; b) apresenta caráter *descritivo e narrativo*; e c) descreve com riqueza de detalhes as flores, os frutos, os rios, a mata, a paisagem, os animais, a fauna, a flora e os acidentes geográficos. Em sua obra *Campanha de Matto Grosso – Szenas de Viagem* que marcou o início da escrita de Taunay – cujo ano de publicação foi 1868 -, se comparada a outros escritos do autor, apresenta um caráter mais “original”, embora Taunay não se revele ainda o exímio escritor da *Retirada da Laguna* e “abuse” de seus conhecimentos científicos e gerais o autor não imprimiu na escrita desta obra os recursos estilísticos que marcaram a *Retirada da Laguna* e que a tornou um grande clássico da Literatura Brasileira.

Sua maestria em desenhar legou-nos, ainda, uma vasta iconografia acerca das imagens de Mato Grosso: paisagens, aldeias, referenciais geográficos etc, são contemplados pelo escritor.

Para Maretti:

A experiência adquirida na guerra contra o Paraguai é decisiva para a consideração do soldado-viajante como um narrador-viajante: tal condição é expressa nos inúmeros relatos de viagem, tanto os de caráter técnico-militar quanto aqueles em que o escritor exercita o seu virtuosismo descritivo, todos eles publicados durante e depois da guerra. A seqüência narrativa segue linearmente a trajetória das viagens: os dias transcorrem um após o outro e as estradas, pontes e rios vão sendo enumerados a cada passo. Tal comportamento narrativo obedece a uma dupla imposição: a de corresponder às expectativas militares,

de composição de relatórios técnicos minuciosos em que a catalogação de dados é o critério fundamental, e aquela ditada pela já tradicional perspectiva dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil e registraram passo a passo as suas impressões e observações. <sup>45</sup>[...].

A estudiosa dividiu as obras de Taunay acerca da Guerra do Paraguai, em duas “imagens”: 1ª) “as imagens de ida”, que se referem às obras produzidas na viagem de ida à Guerra do Paraguai, momento em que Taunay teve “tempo” para observar, escrever, analisar e registrar suas impressões, quer fossem com o olhar do “engenheiro militar” quer do “expedicionário naturalista”; 2ª) “as imagens de volta”, que se referem ao momento da volta de Taunay, quando recebeu a missão de levar notícias do ocorrido com a Coluna relacionadas à Retirada da Laguna para a corte imperial; a urgência da missão não lhe permitiu observar e registrar as imagens que viu no trajeto de volta.

Em sua obra *Campanha de Matto Grosso – Scenas de Viagem*, Taunay registrou diferenciadas impressões acerca dos aspectos relacionados à natureza e a população com a qual começou a ter contato em uma das missões que recebeu para realizar um processo de reconhecimento na região dos Morros (Aquidauana/ Miranda); desta experiência narrou:

Diante de nós abriam-se os campos além, com cerrados ao longe; á nossa direita, havia um matosinho com olhos d’água, e, á esquerda, levantava-se uma serrania elevada, cujos cabeços mais proximos reflectiam ao sol, grandes quebradas vermelho-rubras, confundindo-se os mais afastados, n’uma linha continua, com o azul do céu.

A serra de *Maracajú* percorre a direcção constante média de N.N.E. a S.S.O., desde perto do piquiry até as ramificações na republica do Paraguay e na provincia do Paraná [...].

Sua estrutura geologica é de grés argiloso, compacto em certos pontos; tendo soffrido a acção de aguas, manifestadas, em muitos lugares, pelas extensas linhas paralelas, como já o havíamos observado na serra da cabelleira em Goyaz, e em outros setores, do caminho de Coxim [...].

A serra de Maracajú não foi, de certo, resultado de erupção, mas sim de levantamento, devido a algum terremoto, das camadas da região que a cerca, e que apresenta os mesmos typos geologicos.

---

<sup>45</sup> MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *Op. cit.*, pp. 104-5.



A vegetação acompanha as dobras e declives da serra até o topo: só os pedaços de desagregação acham-se desnudados<sup>46</sup>.

Em outra obra intitulada *Memórias* o autor registrou seu “encanto aliado a perplexidade e espanto” com a variedade de animais que se deparou em terras mato-grossenses:

Pelas dimensões, chama logo as vistas o *surubi*, também denominado *surubim* e em Mato Grosso mais comumente *pintado*, por causa das malhas esbranquiçadas em fundo escuro. Peixe de pele, às vezes com malhas irregulares pelo corpo, algumas formando como que losangos, tem cabeça chata, grande, barbas ou apêndiculos à maneira do bagre, olhos pequenos metidos em concavidades. A carne pouco espinhenta, é em extremo saborosa, sobretudo nos exemplares pequenos ou de tamanho regular, nos maiores, oleosa e bastante forte. Aliás, o *surubim* é bem conhecido, pois existe em muitos rios do Brasil e não raro se o pesca na Paraíba, Rio de Janeiro.

Cresce extraordinariamente, pelo menos a variedade ou espécie que se encontra em Mato Grosso, e chega, então no dizer de muitos, a atacar o homem. Por isto, o confundem com o *jaú*, cuja bôca enorme se escancara como a do jacaré<sup>47</sup>.

Para Taunay:

[...] essas duas monstruosidades, o *jaú* e o *jacaré* se associam sempre no meu espírito com horror, pois, na passagem do rio Aquidauana que eu e o Lago acabávamos de atravessar a nado, poucos minutos depois de um camarada nosso, chamado Ciriaco, foi arrebatado à nossa vista por um dêesses dois medonhos entes. “É um jaú!” bradaram aterrados os tropeiros, enquanto as águas no gol-fão que de súbito formaram, se tingiam de sangue do mísero.

Dali a instantes... só o deslizar sereno de tranqüilo rio. O pobre do Ciriaco havia desaparecido para todo sempre! Que angústia, que apertar de coração a todos nós em momento tão terrível e por muitos dias! À noite eu me via cercado dos mais extradordinários monstros naquelas ínvias e asselvajadas regiões, sujeito aos seus assaltos, dilacerado por êles, devorado!...<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle Taunay. *Campanha de Matto Grosso*. Scenas de Viagem. 2. ed. Il. São Paulo: Livraria do Globo; Irmãos Marrano Editores, 1923, p. 53.

<sup>47</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle Taunay. *Memórias*. Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 212.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 212.

Perceba como se processa na narrativa uma mudança abrupta em relação a este aspecto da natureza, de uma variedade encantadora de peixes, como o pintado, o dourado, o pacu, se transforma em um ambiente ameaçador e desconhecido... não civilizado... a natureza perde o tom do idílico, do edênico e, se transfigura na imagem do perigo a ser enfrentada constantemente e a qualquer momento.

Taunay na referida obra também registrou a presença do sertanejo em meio a natureza; para o escritor: “O sertanejo, comtudo, passo calmo e cantando: apenas, de vez em quando, examina, debruçando-se sobre as águas paradas, se os perfidos enleios das hervas não lhe impedirão a passagem”<sup>49</sup>.

Interessante pontuar que esta ideia cristalizada por Taunay em relação ao sertanejo será retomada no processo de divisão do estado do antigo Mato Grosso, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde a figura do herói sul-mato-grossense, como por exemplo Guia Lopes, será identificada com esta figura do sertanejo descrita por Taunay.

Em relação as impressões gerais da população mato-grossense registradas por Taunay, pontuou que

A indolencia parece ter assentado sua séde em Matto-Grosso.

Existe nos campos d’aquella provincia, uma população *sui generis*, meramente entregue á criação de gado, com habitos arraigados, que a inhabilitam para qualquer outro trabalho.

No districto de Miranda, ou se é negociante ou fazendeiro.

A vida do fazendeiro é marcar, em certas épocas do anno, os bezerros, *costear* o gado, de quando em quando, negociar com elle.

[...]

Ahi passará elle toda sua existencia; 50, 60 annos, sem que lhe corra pela idéa a necessidade de um melhoramento em suas terras, em sua palhoça, a fruição de um canto aprazivel, de um pomar. Raras vaccas mansas rodeam um espaço limpo só pelas patas do gado; porém dezenas de milhares de rezes percorrem as suas campinas desertas e innumerous touros mugem ao longe<sup>50</sup>.

Sua descrição carregada de juízo de valor de um homem que vive na corte imperial e que tem como referência o modelo civilizatório europeu ocidental,

---

<sup>49</sup> *Idem*, p. 212.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 217.

será mais enfático ainda ao analisar alguns dos costumes indígenas; Taunay teve contato com várias dessas tribos em solo mato-grossense: guaycurús, chanés, terenas, laianas, quinquinaós, guanás, são algumas elencadas.

Em relação aos costumes preservados por parte das tribos, alguns chocam a “visão de mundo” que Taunay tem intrínseca a sua formação e vivência. Em relação aos laços que unem pais e filhos asseverou:

D’essa submissão resulta a verdadeira venda que se executa entre o pae de uma mulher nubil e qualquer homem que a queira para companheira ou mero passatempo: a filha sujeitar-se-á á imposição paterna, aceitando sem murmurar o esposo, que lhe apresentem ou despresando aquelle, cuja separação aconselharem<sup>51</sup>.

Sobre as mulheres, registrou ainda que estas:

[...] amamentam as crianças por tempo indeterminado: vimos rapazotes de seis a sete annos, que vinham correndo suspender-se aos seios de suas complacentes mães.

Esta pratica faz com que, com a maternidade, fiquem as mulheres completamente estragadas: os seios, com a prolongada pressão, pendem-lhes ao longo do corpo, o qual também, pelo habito de carregarem as crianças cavalgando n’um dos quadris, fica arqueado e desengraçado<sup>52</sup>.

Outros trechos permitem-nos pensar o quão Taunay olha esse “sertão distante, longínquo”, com o olhar do expedicionário-viajante-estrangeiro. “O casamento é cerimonia pouco usual [...]”; “Por dinheiro obtem-se mulher [...]”; “O genio dos indios do districto, em que o ciume é sentimento quasi desconhecido [...]”; “Aos 10 annos, mal apontam os seios, ainda não nubil, é a noiva entregue ao futuro marido [...]”; “Esse habito de entregarem meninas e homens é geral [...]”; “As mulheres envelhecem com extrema rapidez [...]”.

Entretanto mesmo sendo severo em relação a “aparência” do ponto de vista estético, Taunay se apaixonou por uma índia, esta da tribo *guaná*, era “[...] Antonia, filha de pae quinquinaó e mãe guaná, que sobre ser verdadeiro typo de belleza pela venustade de rosto, delicado da epiderme e elegancia de corpo, tinha summa graciosidade e donaire”<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> *Idem*, p. 220.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 220.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 269.

A vivência nos Morros e a paixão despertada por Antonia em Taunay o levou a viver uma “aventura nos trópicos”, ao se propor “tomar para si” a bela índia, a beleza selvagem, como registrado em suas *Memórias*:

Era Antônia uma bela rapariga da tribo *chooronó* (guaná propriamente dita) e da nação *chané*.

Muito bem feita, com pés e mãos singularmente pequenos e mimosos, cintura naturalmente acentuada e fina, moça de quinze para dezesseis anos de idade, tinha rosto oval, cutis fina, tez mais morena desmaiada do que acaboclada, corada até levemente nas faces, olhos grandes, rasgados, negros, cintilantes, bôca bonita ornada de dentes cortados em ponta, à maneira dos felinos, cabelos negros, bastos, muito compridos, mas um tanto ásperos.

Sobremaneira elegante de porte, costumava trajar, com certo donaire, vestidinhos de chita francesa, quando não se enrolava à moda dos seus numa *julata* que a cobria tôda até aos seios<sup>54</sup>.

#### Seu amigo e amante da índia, o Tenente Lili

Mandara [...] buscá-la e aos parentes, de certo ponto além Aquidauana.

Tendo essa gente, ao cumprir a ordem recebida, subido a serra de Maracaju do lado do Morro Azul perto do pôrto do Canuto daquele rio, devia passar pelo acampamento de Chico Dias e depois pelo nosso, do João Pacheco, para descer o outro lado da cordilheira.

Era uma tarde e estava eu acororado perto do còrredozinho do nosso abarracamento, quando vi chegar a anunciada caravana. Na frente, como é de rigor entre índios, o chefe, atrás a mãe, dando a mão a um filhinho, depois uma rapariguinha, quase moça feita, e afinal a Antônia, montada, esta, ou melhor escanchada, num boi manso<sup>55</sup>.

#### Taunay se encantou com a imagem a sua frente:

E tão sedutora me pareceu que fiquei tolhido de surprêsa e admiração e de súbito inflamado, achando-a muito, mas muito acima de quanta descrição me havia sido feita, até pela própria bôca do Lili, que se gabara, a mim, da formatura da amante.

---

<sup>54</sup> *Idem*.

<sup>55</sup> *Idem*.

Sabendo logo que essa gente pousaria perto, por causa da noite, chamei o sargento Salvador, já então meu *factotum*, e despachei-o a indagar quais os meios que poderiam impedir Miguel Ângelo (assim se chamava o pai) e a família que continuarem a viagem, mudando de intenções em relação ao Lili.

Verdadeiro rapto esbocei.

A primeira conferência entre meu embaixador e o índio foi infrutífera, fazendo êste grande alarde não só do cavalheirismo e bondade do tenente, como da amizade que lhe dedicava a rapariga.

Voltando o Salvador à carga, patentearam-se mais algumas disposições no sentido de qualquer acôrdo. Entretanto, as exigências por parte do chefe da família não eram pequenas – um saco de feijão, outro de milho, dois alqueires de arroz, uma vaca para corte e um boi montaria – o que tudo importava, naquelas alturas e pelos preços correntes, nuns cento e vinte mil réis.

Além disto, pleno consentimento da Antônia, que não se mostrava assim, sem mais nem menos disposta, a deixa o Lili que a esperava impaciente<sup>56</sup>.

Mas encantado pela “bela índia” Taunay aceitou as exigências:

Já noite fechada, fui ter com Miguel Ângelo para lhe significar que tudo aceitava, embora o meu intermediário se mostrasse positivamente indignado com semelhantes exorbitâncias. ‘Tôdas as índias juntas, objetava, e mais algumas brancas por cima, não valem todo êsse *despotismo* de cobreira!’

A fim de vencer a relutância de Antônia, levava-lhe eu um colar de contas de ouro, que, em Uberaba, me havia custado quarenta ou cinqüenta mil réis. Foi argumento irresistível! Assim mesmo ela, ainda que tôda embelezada do apetecido ornato, adiou para o dia seguinte o sim, mas pediu para ficar desde logo com o fascinador colar.

Acedi de bom grado; mas o salvador se mostrou inflexível, tirando-lho das mãos: ‘Amanhã, amanhã, disse piscando um ôlho; conheço bem estas senhoras e as lograções que sabem pregar’.

Vinte e quatro horas depois, todos os compromissos estavam saldados a contento das partes interessantes [...] <sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> *Idem*, p. 270.

<sup>57</sup> *Idem*.

Taunay em seus relatos descreve os momentos de “convivência” com Antonia na região dos Morros, entretanto este “amor” é interrompido quando se viu obrigado a retornar ao Rio de Janeiro.

Analisar Taunay e suas obras é um desafio no mínimo instigante, a riqueza de detalhes, a narrativa, a escrita, a poesia que caracteriza o conjunto de sua obra, é capaz de encantar o desatento leitor; entretanto devo lembrar que a grande maioria de seus escritos foram baseados em um diário de viagem, em suas anotações e aquilo que o substrato de sua memória permitiu guardar e/ou selecionar; de qualquer forma uma leitura atenta e minuciosa aliada as ferramentas do ofício do historiador nos permite não só visualizar aspectos do cotidiano, da natureza e da vida privada daquele contexto histórico, como também desvendar a partir de quais referenciais e de qual “lugar social” essas imagens foram construídas e constituídas sobre a província de Mato Grosso.

De qualquer forma espero que os pontos expostos nesta reflexão despertem o atento e curioso leitor/pesquisador a conhecer e apreciar a visão de Alfredo d’Escagnolle Taunay acerca dos sertões mato-grossenses.

# Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República

Gilmara Yoshihara Franco\*

A transformação política no Brasil, por ocasião do golpe que pôs fim à Monarquia em 15 de Novembro de 1889, propiciou, em Mato Grosso, a recomposição das forças políticas e a emergência de novas lideranças. Naquele momento, dois grupos protagonizaram embates pelo controle do poder no estado: de um lado, o Partido Nacional, depois renomeado Partido Nacional Republicano, que tinha à frente Antônio Maria Coelho, militar indicado pelo governo republicano para ocupar a Presidência de Mato Grosso, e, de outro, o Partido Republicano, comandado por Generoso Paes Leme de Souza Ponce e pelos irmãos Manoel e Joaquim Murinho. As disputas entre esses dois grupos se arrastaram até 1892 e terminaram com um enfrentamento armado. Objetivando compreender esse tumultuado momento da política local, o presente artigo se propõe a analisar como esses grupos se articularam e quais as respectivas estratégias de que eles lançaram mão na tentativa de controlar a política em Mato Grosso.

## Introdução

A Proclamação da República no Brasil foi saudada como um tempo promissor. Os entusiastas referiam-se ao novo regime como uma “evolução inevitável”, fruto do movimento que extirpou a “flor exótica” que existia na América. Periódicos que apoiavam a mudança, como *O Paíz*, registraram que a “revolução” havia se desenrolado dentro da ordem, sem derramamento de sangue. Para este jornal, ao Governo Provisório, formado pela união dos

---

\*Doutoranda em História - UNESP/Franca. Bolsista FAPESP. gilmara\_franco@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** República. Mato Grosso. Política.

The political transformation in Brazil due to the Coup d'état that ended the Monarchy on November 15, 1889, resulted in the recomposition of the political forces and the emergence of new leaderships in Mato Grosso. At that time two groups fought for power in the State: on one side the National Party (Republican) which had as leader Antonio Maria Coelho, a military appointed by the Republican government for the presidency of Mato Grosso and

on the other side, the Republican Party, led by Generoso Paes Leme de Souza Ponce and by Manoel and Joaquim Murtinho brothers. The disputes between these two groups dragged until 1892 and ended in an armed confrontation. In order to understand this tumultuous period in the politics of Mato Grosso, this article aims to analyze how these groups have articulated themselves and which strategies they used in trying to control politics in the state.

**Keywords:** Republic. Mato Grosso. Politics.

---

representes do “povo” e da Armada, cabia a “missão” de “garantir a ordem pública e os direitos dos cidadãos”.<sup>1</sup>

Todavia, para além do entusiasmo das manchetes de jornal, a emergência do regime republicano descortinou um cenário complexo em que ocorreram inúmeras composições, recomposições e disputas por espaços de poder, tanto em nível federal como nos estados, envolvendo novos e velhos atores políticos que passaram a buscar o seu “lugar sob sol” da República.

Desse modo, num momento em quem a República ainda se caracterizava como um *vir a ser*, sem uma feição jurídica e ideológica definidas, e mesmo após a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 1891, os anos iniciais do regime são caracterizados pelo desdobramento do processo de (re)significação dos valores que dariam forma à cultura política republicana, por intensas disputas pelo controle do político, verificadas em todas as esferas, podendo ser percebidas como processo complexo e heterogêneo de acomodação de poderes e pela definição dos papéis que cada grupo desempenharia em face do novo regime.

No caso de Mato Grosso<sup>2</sup>, a República, que foi reverenciada e recebida sem qualquer questionamento, em pouco tempo transformou-se num campo de

---

<sup>1</sup> OLL (Oliveira Lima Library). Proclamação. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 16 de nov. de 1889, s/p.

<sup>2</sup> Até o ano de 1977, o Estado do Mato Grosso compreendia desde a divisa com o Estado do Amazonas, ao norte, até a divisa com os Estados de São Paulo e Minas Gerais, no sudeste e Paraná, ao sul, numa extensão aproximada de 1.500.000 Km<sup>2</sup>. A partir daquela data, a região foi desmembrada. No sul do Estado surgiu, então, o Estado de Mato Grosso do Sul. Neste texto, ao mencionarmos Mato Grosso, estamos nos referindo ao Estado íntegro, indiviso, uma vez que o objeto em análise se localiza temporalmente na virada do século XIX para o XX.



batalhas que mobilizou estratégias diversas, por parte dos grupos que pleiteavam o controle político. Entre os anos de 1889 a 1917, a formação de alianças partidárias efêmeras, sedições e recomposições foram comuns ao jogo político local. Ao longo desse período, onde somente um dos Presidentes do estado, Joaquim Augusto Corrêa da Costa, 1911-1914, cumpriu o seu mandato na integralidade, a palavra capaz de sintetizar a experiência republicana foi: instabilidade.

Ao longo dessa conturbada etapa, nos chamou a atenção o papel que o uso da imprensa escrita desempenhou para instrumentalizar discursos e conferir uma aura de legitimidade às pretensões de cada um dos partidos em disputa pelo poder. Um outro aspecto instigante diz respeito à disposição dos grupos em partir para o confronto armado, ou para garantir sua permanência no controle da política local ou para tentar usurpar o poder quando impedido de obtê-lo pelas vias legais. Desse modo, neste artigo, nos deteremos, particularmente, na análise do uso da imprensa periódica - jornais - e dos enfrentamentos armados como parte das estratégias utilizadas pelos grupos/partidos para se estabelecerem no controle do mando. A argumentação aqui aventada parte do pressuposto de que a análise da disputa pelo controle do poder verificada em Mato Grosso, nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, oferece subsídios para compreender a dinâmica e os valores que se tornaram comuns às práticas políticas locais vivenciadas ao longo de toda a Primeira República.

## *Pelos jornais: a instabilidade política nos primeiros anos da República em Mato Grosso*

Na noite de oito de dezembro de 1889, a elite mato-grossense estava reunida em Cuiabá num baile em homenagem ao Império.<sup>3</sup> Estavam presentes na comemoração ninguém menos que o Presidente da Província, Cunha Matos, e o Presidente da Assembleia Provincial, Generoso Paes Leme de Souza Ponce.

Na madrugada seguinte, poucas horas após o término no baile, as informações que davam conta da queda da Monarquia e colocavam os mato-grossenses

---

<sup>3</sup> A bibliografia consultada apresenta duas versões para o baile ocorrido naquele 08 de dezembro: a primeira registra que a festa tinha como objetivo homenagear o Império, mais especificamente em comemoração ao aniversário de D. Pedro II; e a segunda era que a festa tinha por objetivo saudar Generoso Ponce por ter conquistado a Presidência do Legislativo Provincial.

a par do início da República chegaram a Mato Grosso. Ao receber as notícias trazidas pelo paquete<sup>4</sup> que fazia o transporte entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, emissários logo foram avisar os interessados e, como “rastilho de pólvora”, a notícia se espalhou pela cidade.

À 1 hora da madrugada de 9 de dezembro, fora acordado o redator [do jornal *A Gazeta*] pelos cidadãos tenente coronel José Marques Fontes e Majores Ernesto Frederico de Oliveira e André Virgílio Pereira de Albuquerque, com a notícia da queda da monarquia e proclamação da República a 15 de novembro<sup>5</sup>.

Na correspondência, o Presidente do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, indicava o então Brigadeiro Antônio Maria Coelho para o governo de Mato Grosso. Nesse mesmo dia, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, Presidente da Assembleia Provincial decaída, convocou uma reunião para oficializar a República e referendar a indicação do novo governante aclamar a República. Não é demais lembrar que nesse evento, encontravam-se, basicamente, as mesmas lideranças presentes no baile da noite anterior, todavia, o motivo da nova reunião era paradoxalmente oposto.

Em seu pronunciamento, Antônio Maria Coelho, o escolhido para representar a nova ordem em Mato Grosso, bradou:

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Viva o Estado de Mato Grosso! Mato-grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro. Está proclamada a República na nossa estremecida pátria, e Mato Grosso já não é mais a Província de uma monarquia. É, sim, um estado de uma República ligada às suas irmãs pelos laços da Federação<sup>6</sup>.

Embora não nos seja possível tecer considerações sobre o alcance que as reivindicações do movimento republicano tinham em meio à população mato-grossense, quanto à elite, sabe-se que estava ciente das duras críticas que Im-

<sup>4</sup> Em 1889, o serviço de telégrafo ainda não havia entrado em funcionamento em Mato Grosso; desse modo, o transporte de mercadoria, pessoas e correspondências era feito através de paquetes. Paquetes eram embarcações de médio calado e constituíam-se como o principal meio de comunicação entre Cuiabá, a capital de Mato Grosso, e outras regiões.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Rubens. *História do poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá: Assembléia Legislativa, 1968, p. 36.

<sup>6</sup> A *Gazeta* apud ROCHA, Jucá Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009, p. 79.

pério sofria, especialmente pela imprensa, bem como acerca do movimento republicano propriamente dito, que, especialmente após abolição da escravidão, ganhava força na Capital do Império e em outras regiões do país.<sup>7</sup>

A indicação do nome de Antônio Maria Coelho, que no antigo regime esteve filiado ao Partido Liberal<sup>8</sup>, não encontrou, inicialmente, nenhuma resistência entre os políticos mato-grossenses. Todavia, não tardou ocorrer intensa movimentação política, com vistas a fomentar (re)arranjos, formar novos grupos e pleitear espaços de poder.

Com a extinção dos partidos imperiais, um novo sistema representativo começou a ser formado. Assim, objetivando se alinhar aos novos pressupostos políticos, dois novos partidos surgiram no início do ano de 1890 em Mato Grosso, foram eles: 1) o Partido Nacional, criado pelo General Antonio Maria Coelho, e 2) o Partido Republicano, fundado por Generoso Paes Leme de Souza Ponce, reunindo as forças opositoras.

Em torno do Partido Republicano, além da presença do fundador Generoso Ponce e dos irmãos Manoel e Joaquim Murtinho, estavam também Virgílio Al-

---

<sup>7</sup>Em Mato Grosso, o periódico voltado para a divulgação da ideia republicana era A República. O jornal, embora não realizasse ataques radicais contra a Monarquia, trazia artigos sobre as atividades do movimento republicano dos grandes centros do país, especialmente o do Rio de Janeiro. Além das notícias veiculadas via imprensa, a “distante” província era conhecida como local das “deportações” de militares envolvidos nos questionamentos ao Império. Prova disso foi o envio de Deodoro da Fonseca para a região. Também vieram para Mato Grosso, nessa mesma época, “alguns oficiais que [eram] declaradamente republicanos.” Desse modo, é possível inferir que a elite mato-grossense estava muito bem informada sobre os desdobramentos da crise do Império. Sobre o assunto, ver: MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957, p. 346.

<sup>8</sup>Antônio Maria Coelho era filho de militar e nasceu em Cuiabá a 08 de setembro de 1827. Lutou na Guerra do Paraguai e foi comandante da tropa responsável pela retomada de Corumbá em 1867. As referências sobre sua trajetória política anterior à Proclamação da República são bastante exíguas. No Arquivo Geral do Exército, no Rio de Janeiro, onde consta uma pasta com todo o histórico de sua atuação como militar: promoções, nomeações, etc, não há qualquer menção as suas atividades políticas. No opúsculo, de autoria de Agostinho Francisco Ribeiro (1890), as menções sobre a atuação política de Antonio Maria Coelho se restringem ao ano de 1889, ocasião em que o Partido Liberal indicou nomes em uma lista tríplice para uma vaga ao Senado por Mato Grosso; o nome de Antonio Maria Coelho, que havia sido cotado para figurar nessa lista foi retirado. Em seu lugar, o indicado foi Joaquim Murtinho. Sobre a biografia de Antônio Maria Coelho, ver: RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

ves Correa, Antônio Correa da Costa, Pedro Celestino Correa da Costa e Antônio Francisco Azeredo. Já em torno do Partido Nacional, do então governador de Mato Grosso, estavam seu sobrinho e também militar, major Antônio Aníbal da Motta, o republicano histórico José da Silva Rondon (que depois passariam para o lado de Ponce), Francisco Antonio Ribeiro, Cel. Caetano de Faria e Albuquerque e Luís Benedito Leite.

A partir de então, um cenário complexo que envolvia partidos políticos insipientes e atores políticos fortes, capazes de influenciar e mobilizar poder econômico, prestígio político e homens armados dispostos a lutar, passou a compor, por excelência, o universo político do estado. Nota-se que os componentes desses grupos, que na sua grande maioria apoiavam e se beneficiavam da estrutura imperial, agora tentavam se adequar aos novos tempos sem perder a influência anteriormente conquistada. Com o intuito de ascender politicamente tanto na esfera estadual quanto federal, esses novos grupos não hesitavam em estabelecer acordos e, em pouco tempo, rompê-los em face de uma conjuntura política instável que marcou o Brasil após a Proclamação da República.

Embora a Constituição Republicana de 1891 tenha instituído um arcabouço legal afinado com os novos tempos, a ideia de partido e mesmo a sociabilidade através dessa forma de expressão social aos moldes do pressuposto republicano só foi aos poucos sendo assimilada pelo grosso da população; isso porque não houve uma ruptura com o caráter excludente que caracterizara a política brasileira até aquele momento.

No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo senso, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente *antidemocrática* e resistente a esforços de democratização<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 44/45.

O início do novo regime, que ganhava forma a partir de ideias e concepções bastante heterogêneas sobre o modelo republicano a ser instituído, suscitou disputas entre os diversos grupos, como civis, militares, jacobinos e republicanos históricos, que estiveram unidos, momentaneamente, por ocasião da Proclamação. Mesmo no interior dos partidos, ocorreram disputas e dissidências em torno do projeto de poder a ser estabelecido, o que evidencia que mesmo naquele espaço diminuto (o partido) havia grupos com ideologias distintas.

Os grupos dominantes que disputavam o poder tinham diferentes percepções sobre a República a ser implantada e, conseqüentemente, distintas expectativas sobre seu destino. Essas expectativas adquiriram contornos mais nítidos no desenrolar da própria história, não sendo, portanto, fundamentos de um projeto previamente definido.

Podemos identificar pelo menos três concepções de República no Brasil do fim do século XIX. Primeiramente, a de uma República federativa e presidencialista (...). Em segundo lugar, (...), os novos militares acreditavam que só uma verdadeira ditadura republicana regeneraria os organismos sociais corrompidos. (...) Por último, havia os que viam na República parlamentarista (...) a melhor forma de governo<sup>10</sup>.

Em Mato Grosso, nomes como Generoso Ponce e Manoel Murinho e tantos outros republicanos de “última hora” compreenderam logo que aderir significava sobreviver politicamente. Esses atores, muitos dos quais políticos influentes ao longo do Império aderiram à causa republicana e incorporaram-se às siglas partidárias que surgiram como forma de não ficarem alheios ao cenário político que se iniciava.

Ser adesista representava, em última instância, trazer para o jogo político republicano concepções de sociedade e de fazer política bastante arraigada ao longo da história colonial e imperial do Brasil. Essas estruturas mentais, ligadas a uma sociedade agrária, comandadas por diferentes formas de coronelismo, dialogaram longamente com as muitas interpretações de República que se pensava aplicar no Brasil.

Uma consideração distinta pode ser tecida em relação a Joaquim Murinho<sup>11</sup>. Enquanto esteve vinculado ao Partido Liberal, no final do Império, teve

---

<sup>10</sup> JANOTTI, Maria de L. M. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 199, p. 17.

<sup>11</sup> Dentre os membros da família Murinho, os que tiveram atuação política mais destacada foram

reiteradamente vetada sua entrada na vida política, o que acabou aproximando-o das aspirações republicanas. As investidas de Murтинho sempre foram barradas pelos “figurões” do Partido Liberal do Rio de Janeiro. Por ocasião da última eleição do regime imperial, em agosto de 1889, por exemplo, a candidatura de Murтинho ao Parlamento Imperial foi preterida pela indicação do famoso jornalista carioca Carlos de Laet. Uma possível explicação ao veto pode estar relacionada às polêmicas que estabeleceu com Imperador, através do *Jornal do Comércio* na defesa dos princípios da homeopatia ou mesmo de sua vinculação ideológica ao *spencerianismo* que mais o aproximava de movimento republicano que o vinculava aos valores da Monarquia. Joaquim Murтинho também foi preterido para uma cadeira no Senado, pouco antes da queda do antigo regime.

Assim, o início do regime republicano, já gozando de respeitável prestígio e com acesso a nomes da elite republicana, entre os quais Deodoro da Fonseca, seu ilustre paciente, Francisco Glicério e Manoel Vitorino, representou um novo recomeço para as pretensões políticas de Joaquim Murтинho. Para viabilizar seu projeto passou a atuar em duas frentes: a primeira delas era estreitar vínculos com os republicanos e construir uma teia de relações, na capital da República, que o favorecesse politicamente; a segunda era alinhar uma aliança, em seu estado natal, que desse sustentação às suas intenções de poder. Para isso, aliou-se a Generoso Ponce, figura capaz de mobilizar as forças políticas em Mato Grosso, para juntos, viabilizarem a disputa por espaço político naquele estado, em prol do PR local.

Os partidos, via de regra, formados por homens de prestígio político e econômico, aglutinavam em torno si enormes parentelas, que seguiam a um poder que precedia a ideia de Partido Republicano. Diante da falta de uma sociabilidade política fomentada pelo “partido”, a estratégia adotada pelas lideranças foi apelar para os jornais como forma de sociabilizar ideias, legitimar interesses, esclarecer os partidários das contendas que se passavam nos bastidores do poder.

Assim como em outros estados, em Mato Grosso, quando do início das formações partidárias alinhadas ao novo regime, observa-se a união entre repu-

---

Manoel e Joaquim Murтинho, o primeiro ascendeu politicamente a partir do exercício da atividade jurídica em Cuiabá; o segundo, de acordo com as escassas fontes disponíveis sobre sua vida pessoal, permaneceu em Mato Grosso até os treze anos de idade, época em que foi para o Rio de Janeiro. Na Corte, bacharelou-se em medicina e, concomitantemente, passou a atuar politicamente.

blicanos adesistas e republicanos históricos. Nesse estado, esse tipo de aliança foi comum aos dois partidos que passaram a disputar espaço de poder, imediatamente após a chegada das notícias da Proclamação da República.

Desse modo, as ambições de dois grupos distintos, ambos tentando se firmar no cenário político de contornos mal definidos, instituído em 15 de Novembro, tornaram-se latentes. De um lado, Antônio Maria Coelho, indicado por Deodoro, gozando de prestígio frente aos mato-grossenses em face de sua nomeação, com laços de parentesco e amizade junto às principais bases locais do exército – Cuiabá e Corumbá; de outro, Generoso Ponce e os irmãos Murтинho, que tinham a política como seus horizontes de atuação e buscavam, por isso, estabelecer um projeto sólido e duradouro de poder. Começou aí uma verdadeira queda de braço.

Nessa disputa, que durou até maio de 1892, muitos foram os lances de lado a lado para a tomada efetiva de poder e a instituição de bases minimamente consistentes para o estabelecimento da República em Mato Grosso.

Como a vida e as discussões partidárias se restringiam a um pequeno número de atores, os debates e embates ganharam visibilidade por meio da imprensa local. O uso de jornais como instrumentos de luta política tornou-se uma prática recorrente em Mato Grosso ao longo da Primeira República. Os grupos políticos protagonizaram discussões viscerais e empolgantes. Os jornais, que muitas vezes traziam logo abaixo do título, na primeira página, o nome do partido ao qual se vinculavam, tornaram-se porta-vozes dos interesses em jogo. Entre os muitos periódicos que atuaram nesse sentido, destacamos, nos anos iniciais da República, *O Matto Grosso* e *O Quinze de Novembro*.

Circulando desde 1879, com o nome de *A Província de Matto Grosso*, logo após a mudança de regime, o periódico passou a ser publicado com a denominação de *O Matto Grosso*, e tornou-se o porta-voz do Partido Republicano<sup>12</sup>. Já em 20 de agosto de 1890<sup>13</sup>, essa vinculação tornou-se explícita. Na primeira página, logo abaixo do nome, aparecia grafada a expressão “Órgão do Partido Republicano”. *O Matto Grosso*, desse modo, se firmou como grande crítico da atuação do governo

---

<sup>12</sup> JUCÁ, Pedro Rocha. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009, p. 62.

<sup>13</sup> APMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso). *O Matto Grosso*. Cuiabá: 20 de ago. de 1890.

do estado. De outra parte, o Presidente Antônio Maria Coelho lançou o jornal *O Quinze de Novembro* e fez dele sua trincheira de combate aos opositores.

Em um dos momentos que marcam o início da polarização entre os grupos que disputavam o poder no estado, Joaquim Murtinho, orador eloquente e mordaz, utilizando-se das páginas d'*O Matto Grosso*, fez publicar, em 13 de abril de 1890, nas duas primeiras páginas, duro questionamento à forma de condução do governo por parte de Antônio Maria Coelho. Em seu artigo, Murtinho convocava os “concidadãos” mato-grossenses a ingressarem no Partido Republicano, argumentando que “no partido (...) o elemento ativo de organização [era] o cidadão que representa a fonte e origem de todo movimento político. No partido nacional [...], o cidadão foi anulado, o presidente chamou a si e exerceu os direitos de eleitor”<sup>14</sup>.

O debate pelos jornais avolumou-se dia a dia, especialmente diante da aproximação da primeira eleição republicana, destinada a eleger deputados e senadores para redigir a Carta Constitucional do novo regime, marcada para 15 de setembro de 1890.<sup>15</sup>

Diante da iminência do primeiro pleito republicano, os partidos começam a discutir aqueles que, dentre os seus membros, poderiam lançar-se para as vagas do Senado e da Câmara Federal. Pelo Partido Republicano, destacaram-se as manifestações de Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo. O primeiro, lançando de maneira sutil sua candidatura ao Senado, afirmava:

(...) quanto a mim, repito mais uma vez, (...) *não sou candidato a cargo político do Estado de Matto Grosso, só com sacrificio, com muito sacrificio*, embora com muita honra *poderia aceitar um lugar entre os representantes do povo*, se o Estado de Mato Grosso julgasse necessários os meus serviços. Tenho vivo

---

<sup>14</sup> APMT. MURTINHO, Joaquim. Aos meus concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 13 abr.1890, pp.1-2.

<sup>15</sup> O Decreto 511, de 23 de junho de 1890, denominado Regulamento Alvim, dispôs sobre as primeiras eleições para a formação do legislativo republicano. Segundo essa norma, para o Senado, cada Estado elegeria 3 representantes; já para a Câmara Federal, o critério que determinava o número de representantes baseava-se no contingente populacional de cada Unidade Federada. Por esse critério, coube a Mato Grosso eleger 2 representantes. A forma estabelecida criou uma hierarquia de poder entre as unidades que compunham a Federação e fortaleceu politicamente estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, detentores das maiores bancadas. Para maiores detalhes ver: Decreto n. 511, Superior Tribunal Eleitoral, 1890. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 28 de junho de 2012.



interesse pela sorte da república em Matto Grosso independente, porém, de qualquer cargo político (...), (grifos meus).<sup>16</sup>

Antônio Azeredo<sup>17</sup>, que também não ia a Cuiabá, lembrou todo o trabalho realizado como jornalista no Rio de Janeiro, ainda no tempo do Império, no intuito, segundo ele, de trazer melhorias para sua terra natal. Anunciando-se ostensivamente na disputa pela representação por Mato Grosso, escreveu:

Republicano desde os bancos acadêmicos e aspirando um lugar na representação nacional pela terra em que nasci, estou convencido de que qualquer outro mattogrossense a representará melhor do que eu, mas também estou convencido que ninguém o fará com amor nem lealdade.<sup>18</sup>

Nessa mesma publicação, Joaquim Murтинho fez uma contestação explícita à candidatura do Major Caetano de Albuquerque que era membro do Partido Nacional e apoiado pelo então Presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho. Embora candidato pelo partido adversário, a recusa contra o nome do militar dava-se nos seguintes termos: “podemos bater a candidatura do Sr. Caetano de Albuquerque, não por motivos pessoais, mas porque o ilustre cidadão professa princípios que julgamos perniciosos ao estado e a República”<sup>19</sup>; todavia, a publicação não apresentava razões ou argumentos que explicitassem os *princípios perniciosos* que motivaram o ataque.

Embora se possa observar pelos jornais uma crescente defesa de posição de lado a lado, houve uma tentativa de aproximação entre as agremiações partidárias. O propósito do diálogo era buscar a formação de uma chapa comum para a primeira eleição para o legislativo federal, marcada para 15 de setembro de 1890.

---

<sup>16</sup> APMT. MURТINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 1-2.

<sup>17</sup> O bacharel em Direito e jornalista Antônio Francisco Azeredo, assim como Joaquim Murтинho, atuou politicamente a partir do Rio de Janeiro, ou seja, mesmo sendo representante de Mato Grosso pouco vezes ia ao estado. Embora não se tenha dúvidas quanto ao protagonismo exercido por Azeredo na política republicana, tanto na Câmara Federal (1890 - 1896) como no Senado (1897 -1930) ainda faltam estudos para dimensionar sua atuação política, especialmente no diz respeito às alianças que ele estabeleceu com frações da oligarquia mato-grossense.

<sup>18</sup> APMT. AZEREDO, Antônio. Ao eleitorado de Matto-Grosso. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2.

<sup>19</sup> APMT. MURТINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2

Ao que tudo indica a iniciativa do diálogo não partiu das lideranças mato-grossenses. É provável que a aproximação tenha sido mediada por Deodoro da Fonseca, uma vez que este possuía vínculos com membros dos dois lados em litígio. Joaquim Murtinho era seu médico particular e Antônio Maria Coelho e Caetano de Albuquerque eram companheiros de caserna. Havia por parte do Deodoro, conforme consta de matéria em *O Quinze de Novembro*<sup>20</sup>, interesse na eleição tanto de Joaquim Murtinho quanto de Caetano de Albuquerque. Portanto, é provável que tenha partido do próprio Marechal Presidente a tentativa de entendimento entre os grupos.

Assim, em torno de uma proposta conciliatória, as duas agremiações partidárias se reuniram no Teatro da capital, Cuiabá, em 27 de julho de 1890. Nesse encontro, ficou resolvida a dissolução do Partido Nacional (de Antônio Maria Coelho), a formação de uma única comissão executiva e a ratificação do Partido Republicano como agremiação que congregava todas as lideranças políticas do estado. À frente do Partido, dois adesistas: um antigo liberal, Generoso Ponce, e um antigo conservador, padre Antonio Henrique de Carvalho Ferro.

Numa outra reunião, ocorrida na casa de Generoso Ponce e relatada n' *O Matto Grosso*, de 04 de agosto de 1890, a cúpula da nova versão do Partido Republicano decidiu quais seriam os nomes que iriam compor a chapa para a Câmara e o Senado Federal. Os membros da Comissão se pronunciaram para indicar os nomes que formariam a chapa. Na indicação feita por Joaquim José Pinho (antigo PN), sobressaiam nomes ligados ao grupo de Antônio Maria Coelho, e na indicação feita por Manoel Murtinho (irmão do Joaquim Murtinho), os que vinham do antigo Partido Republicano. Embora seja notória a continuidade da divisão, cabe observar que entre os nomes que figuravam na chapa sugerida por Manoel Murtinho (antigo PR) estava o de Antônio Maria Coelho (antigo PN) para o Senado e não constava o nome do Major Caetano de Albuquerque.

Percebe-se também que a estratégia de Manoel Murtinho, então Vice-Presidente de Mato Grosso<sup>21</sup>, tinha dois objetivos: 1) ao indicar o nome do General

---

<sup>20</sup> A referida matéria é parte das justificativas dadas pelo Major Caetano de Albuquerque à deposição do governo de Manoel Murtinho, ocorrida em 01 de fevereiro de 1892. Cf. APMT. ALBUQUERQUE, Caetano M. F. O deputado Caetano de Albuquerque e a lógica do Sr. Manoel Murtinho. *O Quinze de Novembro*, Cuiabá, 14 de fev. 1892, p. 1-2.

<sup>21</sup> A informação da nomeação de Manoel Murtinho para o cargo de primeiro Vice-Governador de

Antônio Maria Coelho para o Senado, afastava-o de Cuiabá, posto que, após a eleição, que era iminente, este teria que se deslocar para o Rio de Janeiro. Assim, Manoel Murinho assumiria o controle do estado e, de quebra, barraria a crescente influência de Antônio Maria Coelho que, já velho, não teria, àquela altura, condições físicas de exercer a atividade política por muito mais tempo; 2) ao não indicar o nome do Major Caetano de Albuquerque, minava ainda mais a influência dos membros do antigo Partido Nacional.

Entretanto, enquanto transcorria a reunião, Antônio Maria Coelho foi consultado sobre a indicação de seu nome e declinou da possibilidade de concorrer a uma das três vagas para o Senado. Ao final da sessão, ficou acordado que concorreriam para o Senado: Joaquim Duarte Murinho (do antigo PR), Aquilino Leite do Amaral (ex-PN) e Antonio Pinheiro Guedes (ex-PN). Para a Câmara Federal foram indicados os nomes de Antonio Francisco de Azeredo (antigo PR) e João Moraes de Mattos.<sup>22</sup>

O desfecho da reunião deixa claro que a recusa de Antônio Maria Coelho significava sua firme definição de permanecer em Mato Grosso, e que as restrições dos partidários de Generoso Ponce quanto à indicação do Major Caetano de Albuquerque também não se desfizeram. Ao fim, o acordo de costura frágil, ao não conseguir uma solução consensual, pôs em xeque a aliança estabelecida entre as forças que tentavam formar a coalizão.

A convergência entre as lideranças se desfez em poucos dias, o Partido Nacional foi restabelecido com o nome de Partido Nacional Republicano e buscou fortalecer suas posições políticas no estado. Em atitude que denota o enrijecimento de sua postura em face da aproximação das eleições, o Presidente Antônio Maria Coelho adotou uma dupla estratégia, e a primeira delas foi indicar os representantes dos diretórios municipais encarregados de fiscalizar as eleições e, depois, aumentar o contingente policial nos principais redutos eleitorais do estado. Como resultado obteve expressiva vitória nas urnas.

O pleito resultou na eleição de Antonio Pinheiro Guedes, Aquilino Amaral e Joaquim Murinho para o Senado, e Antonio Azeredo e o Major Caetano Ma-

---

Mato Grosso aparece em *O Matto Grosso*. A matéria narra a resistência de Antônio Maria Coelho em publicar o Ato de Nomeação. Todavia, a leitura do referido jornal não nos permitiu identificar, até o momento, em que data Manoel Murinho assumiu o posto, cf: APMT. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 11 de mai. de 1890. Gazetilha, p. 2

<sup>22</sup> APMT. Partido Republicano. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 20 ago. de 1890. Gazetilha, p. 1.

noel de Faria e Albuquerque para a Câmara Federal.<sup>23</sup> Esse resultado garantiu ao Partido Republicano somente duas vagas, uma no Senado para Joaquim Murinho e outra na Câmara Federal para Antônio Azeredo. Os dois, que moravam no Rio de Janeiro, por lá continuariam após a eleição. Por outro lado, Antônio Maria Coelho alçava-se como chefe local do Partido Nacional Republicano.

O resultado das eleições de 15 de setembro de 1890, com expressiva vitória do Partido Nacional Republicano, acabou reforçando a sensação de poder em Antônio Maria Coelho. Daí em diante, as perseguições aos partidários da oposição se acirraram.

Em um só ato, o general demitiu o 1º. e 2º. Suplentes e Delegado da Capital, o Engenheiro de Obras Públicas, o Coletor, o escrivão de feitos da Fazenda, o ajudante de impressor da Tipografia Oficial, o Secretário do Tesouro, o amanuense da Secretaria de Governo, todos a bem do serviço público e da moralidade da administração [...] E mais, baseado nos mesmos fundamentos, suspendeu os funcionários do Tesouro Público, o Juiz de Direito de Livramento e até o da capital, Manoel Murinho<sup>24</sup>.

Diante do resultado político alcançado na eleição de setembro de 1890, Antônio Maria Coelho começou a preparar o terreno para a formação da primeira Assembleia mato-grossense. Além da demissão dos oponentes, o Presidente do estado nomeou 21 oficiais para “reforçar” o contingente da Guarda Nacional na Capital como forma de evitar que seus oponentes tentassem tramar contra seu governo.<sup>25</sup>

Ao convocar os cidadãos comuns para se alistarem com o objetivo de aumentar o efetivo das tropas, nos parece claro que o objetivo de Maria Coelho era não correr qualquer risco e, assim, garantir o resultado do pleito. Confiante em sua estratégia, e diante dessa certeza, ao receber o Decreto Federal nº 802

---

<sup>23</sup> APMT. *A Gazeta Oficial*. Cuiabá, 23 de set. de 1890. Seção Noticiosa, p.3.

<sup>24</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *A República em Mato Grosso*. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, p. 14. Todas as demissões mencionadas por Virgílio Corrêa Filho constam na *Gazeta Oficial*. Cabe notar que as demissões foram publicadas em setembro de 1890, após o resultado das eleições para o Senado e a Câmara Federal.

<sup>25</sup> PORTELA, Lauro Virginio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação. Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 71.

que dispunha sobre a convocação de eleições para a formação das Assembleias Constituintes Estaduais, o Presidente de Mato Grosso não titubeou e marcou<sup>26</sup> as eleições para 03 de janeiro de 1891.

Mesmo ciente das atitudes tomadas pelo Presidente do estado, o Partido Republicano saiu a campo: distribuiu “um manifesto aos seus correligionários, animando-os e convidando-os a concorrer às eleições de janeiro”.<sup>27</sup> O Partido Nacional Republicano, por sua vez, intensificou a mobilização das tropas, enviando reforço para os municípios para “supervisionar” o desenrolar da eleição. Além disso, procurou desarticular a atuação dos principais membros do partido adversário.

Quatro dias depois do manifesto republicano, (...), tendo corrido por esta cidade [Cuiabá] o boato da demissão dos cargos de governador e comandante das armas, alguns republicanos, satisfeitos naturalmente com a notícia, queimaram foguetes em sinal de regozijo.

Isso foi o bastante (...); determinou-se que fossem imediatamente presos o dr. Manoel Murtinho, 1º. vice-governador do estado (...), o tenente coronel José Magno da Silva Pereira, redator de *O Mato Grosso* (...) e o tenente Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calháo, proprietário do *Mato Grosso*<sup>28</sup>.

As notícias sobre a demissão de fato não eram infundadas. Em 31 de dezembro de 1890, Deodoro baixou Decreto exonerando Antônio Maria Coelho e nomeando para o posto o Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, militar do Exército, e que participou ativamente dos acontecimentos que culminaram com a Proclamação da República.

Mais uma vez, a falta do telégrafo dificultou a chegada das notícias a Mato Grosso. Sem saber das mudanças postas em curso, a eleição de 03 de janeiro transcorreu como planejado, garantindo, assim, a eleição para a Assembleia Constituinte Estadual aos candidatos do Partido Nacional. Era só o início de uma

---

<sup>26</sup> A chamada para as eleições à Assembleia Estadual Constituinte foi publicada na *Gazeta Oficial* de 18 de novembro de 1890. Cf. APMT. Decreto 39, de 15 de Novembro de 1890. *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18 de nov. 1890, p.1.

<sup>27</sup> APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador; Manifesto do partido republicano. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

<sup>28</sup> APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador. Manifesto do partido republicano. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

série de ações e agitações que elevariam a temperatura política, tanto no plano federal como no estadual, no ano de 1891.

Diante da chegada do Cel. Sólon em Cuiabá, a 15 de fevereiro, investido da autoridade conferida pelo Decreto Presidencial, Antônio Maria Coelho não opôs resistência e entregou pacificamente o cargo. Porém, não terminaram aí suas pretensões ao poder. Nos bastidores, tramou e colocou em prática seus planos para retomar o cargo perdido.

Para tentar colocar a ordem republicana nos trilhos, Sólon convocou novas eleições, garantindo ao Partido Republicano a composição de uma nova Assembleia Constituinte. O pleito, transcorrido em 28 de maio, não paralisou as atividades iniciadas pelos constituintes eleitos em Janeiro pelo PRN. Daí em diante, os trabalhos para a elaboração da Constituição Estadual seguiram sendo feitos por dois grupos de constituintes: um do Partido Nacional outro do Republicano.

A permanência de Sólon à frente do governo estadual durou poucos meses. Alegando razões de saúde, o Coronel partiu em direção ao Rio de Janeiro em junho de 1891, sendo substituído pelo também Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet

Já empossado no cargo, Mallet tentou acalmar os ânimos das lideranças mato-grossenses, reunindo Antônio Maria Coelho e os membros dos diretórios dos Partidos Republicano e Nacional, para tentar por fim à duplicidade de Assembleias Constituintes e encaminhar a sucessão ao governo do estado. *O Matto Grosso* reproduziu os termos da reunião e ratificou a concordância de ambas as partes. Aparentemente, o conflito tinha chegado ao final. Nessa mesma publicação, também foi redigido um manifesto com o título “Unamo-nos” que fazia um chamamento à conciliação nos seguintes termos:

Os homens de boa vontade; aqueles que sentem correr pelas veias o verdadeiro sangue brasileiro e amam sinceramente esta nossa grande e formosa pátria, devem unir-se ao nosso ilustre administrador para que a sua obra seja a mais válida e duradoura. Na crise atual devemos todos ter o procedimento daqueles dois chefes gregos que, inimigos irreconciliáveis, esqueciam seus rancores pessoais quando, juntos, tratavam dos sagrados e supremos direitos da pátria.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> APMT. Unamo-nos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 12 jun. de 1891, p.2

Mas a aparência de união se dissipou em poucos dias. Mais uma vez Antônio Maria Coelho voltou atrás. Em face da posição adotada pelo General e pelo Partido Nacional, e também de posse da informação da anulação da Assembleia Constituinte eleita em 03 de janeiro de 1891 pelo então ministro da Justiça, Manoel de Campos Salles, o Governador João Nepomuceno Medeiros Mallet reconheceu a Constituição elaborada pelo Partido Republicano e deu encaminhamento à eleição para o cargo de Governador do Estado, que ocorreu por voto indireto.

No pleito, realizado em 15 de agosto de 1891, elegeu-se a chapa formada por Manoel José Murтинho, como Governador, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, 1º. Vice-Governador, José da Silva Rondon 2º. Vice-Governador e Pedro Celestino Correa da Costa como 3º. Vice-Governador. O novo Governador tomou posse em 16 de Agosto, momento em que a política federal passava por séria turbulência.

Nesses primeiro momentos da República em Mato Grosso, o uso da imprensa pelos grupos que pleiteavam o controle político de Mato Grosso nos permite evidenciar o caráter fundamentalmente político-partidário dos principais periódicos da imprensa local. Ao analisar esses jornais, podemos perceber a construção das estratégias de parte a parte, compreender as formas de cooptação de sujeitos e opiniões, mapear as posições dos partidos e os argumentos que embasavam a defesa dos interesses de cada grupo. Mais do que isso, os periódicos aqui mencionados informam sobre os próprios eventos, descrevendo o cotidiano das movimentações dos políticos em geral. A notória preocupação com a descrição, mesmo que sob o prisma que mais interessava aos editores, caracteriza os jornais de Mato Grosso uma vez que os mesmos estão inseridos no conjunto das folhas que aqui denominamos de pequena imprensa.

Ao contrário do que se via em grandes centros, onde à época a modernização dos meios de comunicação já havia modificado a estrutura e ampliado o campo de cobertura do jornalismo, fazendo com que a grande imprensa tivesse um alcance maior e com temas variados diante da opinião pública<sup>30</sup>, em cidades

---

<sup>30</sup> Não desconhecemos o fato de que esse cenário de protagonismo grandes dos jornais, vislumbrado, sobretudo, em cidades do porte de algumas capitais, não deixou de conviver, todavia, com a chamada pequena imprensa e com os veículos alternativos, jornais operários e de nichos específicos. Todavia, dadas as dimensões da discussão aqui apresentada, não nos deteremos em caracterizar e/ou estabelecer comparações entre as formas de imprensa do período.

de menor porte, como era o caso de Cuiabá, e mesmo em muitos outros estados, a chamada grande imprensa chegou mais tardiamente. Nessas localidades,

(...) a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais [de estados de menor expressão política e econômica] com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar<sup>31</sup> (SODRÉ, 1999, p. 324).

Desse modo, os jornais mato-grossenses de finais do século XIX e início do XX ainda tinham as feições da chamada pequena imprensa. Devido às condições da economia local e ao reduzido contingente populacional, os jornais permaneceram nas mãos de chefes partidários não preocupados com os aspectos econômicos da venda dos mesmos, tampouco com a opinião do público em geral, já que publicavam matérias que dialogavam especialmente com o político concorrente. Por isso mesmo, em Mato Grosso e em regiões onde não houve grandes incrementos na transformação dos parques gráficos, a exemplo do que acontecia na capital do Brasil em décadas anteriores, “os jornais não noticiavam: produzem acontecimentos”<sup>32</sup>.

O que queremos enfatizar são duas dimensões que consideramos fundantes da produção dos jornais aqui mencionados: ao mesmo tempo em que descrevem os acontecimentos oferecendo pistas valiosas para a narrativa dos embates políticos em Mato Grosso, também informam sobre os valores e ideias que diferenciavam os projetos futuros de cada grupo; afinal, como insistiu Eni Orlandi<sup>33</sup>, toda palavra escrita produz um discurso.

---

<sup>31</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 199, p. 324.

<sup>32</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823). São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 16. Embora o início do século passado tenha marcado o advento da grande imprensa, conforme analisado por inúmeros historiadores, é fato que os pequenos e médios órgãos de imprensa, além das publicações alternativas não deixaram de ter papel importante na circulação de notícias e ideias, mesmo nas grandes cidades. Acerca da imprensa nos estados após a Proclamação da República, Nelson Werneck Sodré afirma que, na maior parte deles, continuou existindo a chamada pequena imprensa. Segundo o autor, na passagem do século XX para o XIX, eram “raros os jornais (...) com estrutura de empresa”, observa ainda que o móvel desses órgãos de imprensa era a política. Sobre esse assunto ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*

<sup>33</sup> Orlandi, Eni d Lourdes P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.



Ainda não se tem uma discussão esboçada sobre o uso político da imprensa mato-grossense. Mas, talvez, um dos motivos que explica essa estreita ligação entre imprensa e política seja a carência de concretude e significado histórico da experiência partidária bem como a falta de uma sociabilidade partidário-republicana. Seja como for, é notório que em Mato Grosso muitos jornais tornaram-se a voz de grupos ou de atores políticos que substituíam o embate ideológico e intelectual intrapartidário pelo debate através das páginas do jornal.

## *O enfrentamento armado põe fim à disputa entre as facções em conflito*

Outra estratégia que se tornou comum às facções que polarizam a luta pelo controle do poder em Mato Grosso ao longo da Primeira República foram os enfrentamentos armados. O primeiro, ocorrido em 1892<sup>34</sup>, envolveu o embate entre as forças capitaneadas por partidários de Antônio Maria Coelho, de um lado, e de Generoso Ponce, de outro, logo após a eleição de Manoel Murтинho, em agosto de 1891, para o governo do estado.

A oportunidade investir contra Murтинho ocorreu por ocasião da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca ao cargo de Presidente da República<sup>35</sup>. Alegando que Manoel Murтинho teria dado apoio à tentativa de Deodoro da Fonseca para dissolver o Congresso Nacional em 03 de novembro de 1891, tramaram o golpe. Naquela ocasião, Mato Grosso viveu o que a historiografia local consagrou como a primeira “revolução mato-grossense”.

---

<sup>34</sup> Ao longo dos primeiros anos da República foram comuns os enfrentamentos armados, gerados por disputas pelo controle político em Mato Grosso. Entre os mais célebres estão os conflitos de 1892, 1899, 1906 e 1916.

<sup>35</sup> A coalizão republicana que esteve unida momentaneamente, por ocasião do golpe que pôs fim à Monarquia, gradativamente se fragmentou. Por ocasião da eleição que escolheria, através do voto, o primeiro Presidente da República do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca, saiu-se vitorioso. Todavia, as disputas entre o Executivo e o Legislativo, e diversas outras divergências demonstram profundas clivagens entre os “fundadores” do novo regime. Desse modo, as pressões advindas do ato de Deodoro para dissolver o Congresso levaram-no à renúncia, em novembro de 1891.

O levante reuniu, no início de 1892, as tropas dos quartéis localizados em Nioaque, Miranda e Corumbá<sup>36</sup>, no sul do antigo Mato Grosso<sup>37</sup>. Capitaneados pelo Coronel João da Silva Barbosa e pelo Major Antônio Aníbal da Motta, tomaram o controle da intendência de Corumbá e ali instalaram uma Junta Governativa.

Depois de obter o controle do porto fluvial de Corumbá<sup>38</sup>, os militares, liderados pelo Major Antônio Aníbal da Motta, Deputado pela extinta Assembleia de 03 de Janeiro, e sobrinho de Antônio Maria Coelho, encaminharam-se para a capital, Cuiabá, e sem encontrar maiores resistências visto que o Comandante do Arsenal de Guerra, João Maciel da Costa, não se posicionou contrário ao levante, depuseram, em 01 de fevereiro, o governo de Manoel Murтинho. A estratégia era, obviamente, tomar o poder pela força das armas. Para isso,

(...) uma comissão de oficiais, encabeçada pelo major e deputado Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, entra na residência presidencial (casa particular de Manoel Murтинho). Caetano de Albuquerque, sempre propenso a discursos, começa a falar. Intima o mandatário, “*em nome do povo, a deixar o alto posto*”.

O presidente o interrompe “*Povo não, só vejo soldados*”.<sup>39</sup>

Entre os meses de fevereiro e maio de 1892, instalou-se, em Mato Grosso, um cenário de caos político.<sup>40</sup> A primeira medida dos militares foi entregar o poder a uma Junta Governativa que representasse o poder do PNR. Como

---

<sup>36</sup> Parte do apoio ao levante militar veio dos comerciantes corumbaenses, pois como afirma Valmir Batista Correa, estes comerciantes estariam descontentes com o aumento de impostos realizado pelo governo de Manoel Murтинho. Sobre o assunto ver: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1889-1943). Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, pp. 95-98.

<sup>37</sup> A referência “antigo sul de Mato Grosso” ocorre porque depois da divisão do Estado, ocorrida em 11 de outubro de 1997, os municípios acima mencionados (Miranda, Nioaque e Corumbá) passaram a integrar o Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>38</sup> Corumbá era o principal entreposto comercial de Mato Grosso, bem como importante ponto de comunicação e acesso entre a capital do Estado, Cuiabá, e a capital federal, o Rio de Janeiro. Desse modo, controlar esse porto era vital para qualquer tentativa de levante.

<sup>39</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952, p. 90, grifos do autor.

<sup>40</sup> Nesse mesmo período, ou seja, entre a queda do governo Deodoro da Fonseca e a nomeação de Floriano Peixoto como Presidente da República, além dos conflitos em Mato Grosso e o início da Revolução Federalista também aconteceram tentativa de sedições e/ou enfrentamento armados nos estados de São Paulo, Amazonas, Ceará e Pernambuco, conforme menciona CAMPOS SALES, Manoel Ferraz de. *Da propaganda à Presidência*. Lisboa: Tipografia A Editora, 1908, p. 116

Antônio Maria Coelho, símbolo maior da oposição, encontrava-se no Rio de Janeiro, tomou seu lugar na Junta Governativa seu sobrinho, o Major Antônio Aníbal. Além do Major, a Junta foi composta por Luís Benedito Pereira Leite, 1º. Vice-Presidente eleito pela Assembleia de 03 de janeiro, e pelo Presidente da referida Assembleia, José Marques Fontes. Dois dias após a instalação da Junta, o governo passou efetivamente para as mãos do Coronel da Guarda Nacional, Luis Benedito Pereira Leite.

Em meio aos acontecimentos, Generoso Ponce escreveu para o Coronel Frederico Sólton, que havia sido governador de Mato Grosso em 1891, para que esse intercedesse em favor de seu grupo junto ao Marechal Floriano.<sup>41</sup> Para buscar esse auxílio, organizou a reação do Partido Republicano em duas frentes. Manoel Murinho, o Presidente deposto, viajou para o Rio de Janeiro para arregimentar mais apoio político; seu aliado, Generoso Ponce, que também era Coronel da Guarda Nacional<sup>42</sup>, saiu a campo, percorrendo diversos municípios para reunir correligionários, homens e armas que compusessem uma força armada. Com os esforços de Ponce junto a outras lideranças políticas formou-se a *Legião Patriótica Floriano Peixoto*<sup>43</sup> que retornou à Capital e montou acampamento nos arredores da cidade, aguardando os desdobramentos da situação.

Ao longo do mês de março, chegou a Cuiabá a notícia de que o governo do General Floriano Peixoto havia nomeado para o comando de Mato Grosso o General Luis Henrique de Oliveira Ewbank.<sup>44</sup> Ao tomar conhecimento da movi-

---

<sup>41</sup> IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Carta de Generoso Ponce ao Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro. Cuiabá, 04 de fev. de 1892. Lata 558, pasta 82.

<sup>42</sup> Generoso Ponce foi nomeado para o comando da Guarda Nacional em Mato Grosso em Agosto de 1890 e assumiu o cargo em Fevereiro de 1891 depois da queda Antônio Maria Coelho. Cf: PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Op. cit.*

<sup>43</sup> As Legiões Patrióticas são formações que assemelhavam a milícias. No Brasil surgiram após a Proclamação da República com intuito de defender o novo regime ante a ameaça de restauração monárquica. Tinham formação social heterodoxa e multiplicaram-se no período do governo de Floriano Peixoto. O emprego dessas forças era uma das formas de ação dos jacobinos na defesa de suas bandeiras políticas. Em Mato Grosso, em 1892, as legiões tinham a finalidade de defender as posições políticas de Generoso Ponce e Antônio Maria Coelho, ou seja, não tinham qualquer ligação com a ação dos grupos jacobinos. Sobre o caráter e atuação das legiões, ver: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 84 e ss.

<sup>44</sup> Observando o curso dos acontecimentos, percebe-se que a situação inicial, favorável ao General Antônio Maria Coelho e ao PRN, logo começou a se reverter. É possível inferir que, ciente da

mentação do governo federal, as lideranças do movimento em Corumbá se alarmaram e de Cuiabá enviaram o seguinte telegrama aos jornais do Rio de Janeiro:

O povo reunido em massa repele a nomeação do general Ewbank. A repulsa é geral, a atitude enérgica, e a revolução firme. O general não assumirá o governo, porque este estado tem Governo Constitucional.<sup>45</sup>

Para além de repudiar a ação do governo federal, o controle do movimento em Corumbá impediu que o General nomeado por Floriano Peixoto aportasse naquela cidade. Conforme observou Corrêa<sup>46</sup>:

A decisão de impedir o general de assumir o comando do Distrito Militar trouxe, então, várias implicações para o movimento *revolucionário*. Assim, representa uma ruptura da disciplina militar e a desobediência direta ao poder central, que o Partido Republicano bem soube catalisar para angariar a simpatia do governo federal (...), (grifo do autor).

Enquanto os homens de Ponce permaneciam no acampamento acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, um fato novo contribuiu para precipitar o desfecho do conflito que havia colocado em lados opostos as facções políticas em Mato Grosso.

Na manhã do dia 07 de Maio de 1892, Libano Horácio dos Santos, guarda-livros da empresa Firmo & Ponce, atravessava a praça da Matriz, no centro de Cuiabá, quando foi interpelado pelo Capitão Norberto Idelfonso Muniz que, juntamente com Tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva e o alferes Joaquim Augusto de Azevedo Saldanha, encontrava-se em frente ao 21º Batalhão situado num dos limites dessa mesma praça. Ao atender o chamado do militar, Libano foi levado para as dependências do batalhão onde foi assassinado.

De acordo com relato de Miguel Palermo<sup>47</sup>, a notícia correu as ruas de Cuiabá rapidamente e, menos de duas horas depois, chegou ao acampamento das

---

perda do controle político da situação que se desenrolava em Mato Grosso, em razão da nomeação do General Ewbank e da movimentação de seus adversários, Antônio Maria Coelho tenha se posicionado contra Floriano Peixoto, assinando o manifesto dos Generais pedindo a fim do governo do Marechal. Essa postura selou o destino do levante promovido por seus correligionários em Mato Grosso.

<sup>45</sup> Discurso citado por: PONCE FILHO, Generoso. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>46</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 98.

<sup>47</sup> PALERMO, Miguel A. *Nioac – evolução política e revolução de Matto-Grosso*. Vila Concepção: El Eco de la Campana, 1892, p. 111.

tropas de Generoso Ponce. Diante daquele acontecimento, Generoso Ponce não tergiversou; conduziu seus homens em direção ao centro e tomou de assalto a capital de Mato Grosso.

Em poucos dias, as principais lideranças da sublevação deixaram a cidade. Todavia, um pequeno grupo, sob a liderança do Capitão Norberto Ildefonso Muniz e do Tenente Gabriel Mamede de Araújo e Silva, os mesmos que haviam assassinado o guarda-livros de Generoso Ponce, continuaram resistindo nas instalações do 21º Batalhão de Infantaria. Porém, a superioridade bélica do “inimigo” acabou colocando termo à resistência daquele grupo e ao combate como um todo.

Ao final da refrega, um acordo de rendição foi negociado, os militares aceitavam entregar-se sob a condição de terem suas vidas preservadas. Todavia, enquanto eram conduzidos ao prédio do Arsenal de Guerra onde permaneceriam presos, os militares foram assassinados em retaliação à morte do guarda-livros de Generoso Ponce.<sup>48</sup> O fim das lutas em Cuiabá não tinha, entretanto, significado a pacificação total do estado.

Apesar de consolidado seu poder na capital, restava ainda a Ponce derrotar as forças rebeldes de Corumbá e do restante do sul do estado (...) Ponce deslocou-se com seu *exército* para o sul e contou com as forças do PR nas regiões de Nioaque e Miranda (...) Após 5 meses de lutas, a vitória das forças governamentais consolidou o poder do Partido Republicano no estado e a aliança *oligárquica* Ponce e Murtinho<sup>49</sup> (grifos do autor).

A vitória do grupo poncista sobre os partidários do PN(R), em maio de 1892, garantiu a recondução de Manoel Murtinho ao governo de Mato Grosso e alijou Antônio Maria Coelho, definitivamente, do cenário político local. Muitos dos partidários do velho General, ao contrário, permaneceram atuantes, compondo-se com o grupo vencedor ou rearticulando-se sob novas bases de atuação.

---

<sup>48</sup> Os dados referentes ao número de mortos não são precisos. Em seu livro, o Almirante Custódio de Mello menciona um total de 18 mortos e, aproximadamente, 70 feridos. Miguel A. Palermo menciona um total de 100 mortos nos combates e Lauro Virgínio Portela, com base na mensagem apresentada por Generoso Ponce à Assembleia Legislativa, em 1892, menciona um total de 14 mortos. Sobre o assunto, ver respectivamente: MELLO, Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 155; PALERMO, Miguel A. *Op. cit.*, p. 119; PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Op. cit.*, p. 82. Em relação ao assassinato dos militares, ocorrido ao final do conflito, embora a historiografia não faça alusão explícita ao comportamento de Generoso Ponce, é bom lembrar que essa não foi a única vez que um seu desafeto pagou com a vida a conta de divergências políticas.

<sup>49</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 104.

Do ponto de vista das disputas políticas, a vitória pelas armas contribuiu para ampliar “a capacidade de mando”, revigorar e nobilitar o vencedor. Como observa João Edson de A. Fanaia<sup>50</sup>:

Neste universo complexo de disputas, a *honra* não era apenas um detalhe, mas acima de tudo condição *sine qua non* definindo o espaço que cabia ao vitorioso, num amalgamento de respeito e temor onde a reverência não deixava de ocupar lugar de destaque (grifo do autor).

De outro modo, o desfecho do conflito que marcou a vitória das tropas ar-regimentadas por Generoso Ponce, consolidou da aliança entre ele e os irmãos Murtinho. O fim desse episódio, todavia, não colocou um ponto final na conflituosa relação política que se estabeleceu em Mato Grosso no período republicano; ao contrário, apenas enunciou o que estava por vir.

## Algumas considerações

Pensar a imprensa como uma das estratégias utilizadas nos embates políticos verificados em Mato Grosso nos permite compreender que os partidos políticos que surgiram sob a égide do regime republicano, particularmente nos anos iniciais da Primeira República, ao mesmo tempo em que descreviam os eventos políticos e o cotidiano das disputas partidárias, procuravam, através dos jornais, narrar para a produção de sentido que corroborasse com a ambição política do grupo do qual faziam parte.

Nos que diz respeito aos enfrentamentos armados, outra face das mesmas disputas, eles revelam que o uso da violência com fins político-partidários traz em si a inobservância das regras que pautavam o exercício da política-partidária; todavia, se o conflito estava despido da “tessitura” legal “ao menos estava permeado de legitimidade e para a resolução, mesmo que provisória das contendas, já bastava”, como bem observou João Edson de Arruda Fanaia (2006, p. 179).

Desse modo, no raiar dos novos tempos, período em que a República tinha à frente apenas um horizonte de incertezas, caracterizado por um *vir a ser* de

---

<sup>50</sup> FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 161.

feições ainda indefinidas, o uso das armas para a conquista do poder demonstra, em grande medida, que, para muitos dos novos protagonistas, mais do que um conjunto determinado de valores, o novo regime representou a oportunidade de tomar posse de um domínio político.





# Baudelaire e os sujeitos da modernidade

Marcos Antonio de Menezes

Baudelaire reclama uma arte e um artista que, saídos do meio da rua, da multidão, consigam traduzir os sentimentos desta gente comum de que o mundo é composto. Ele quer um artista que não seja o eleito dos deuses e que deva, para sobreviver, curvar-se como qualquer outro às leis do mercado, ser igual a todo mundo e não ter nada de santo.

**Palavras-Chave:** modernidade; história; sujeitos sociais; Baudelaire.

Baudelaire calls an art and an artist, leaving the middle of the street, the crowd, able to translate the feelings of this common people that the world is composed. He wants an artist that is not the chosen of the gods and that must, to survive, to bow

Os homens do século XIX talvez tenham sido os primeiros a se perceber em meio ao turbilhão das mudanças provocadas pela sociedade capitalista. Viram suas potências geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia, anuladas. Encontravam-se em um ambiente que prometia aventuras, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao seu redor, mas, ao mesmo tempo, esse

---

\* Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás trabalhando na graduação em Jataí e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Goiânia é autor de: Olhares sobre a cidade: narrativas poéticas das metrópoles contemporâneas. São Paulo: Cone Sul, 2000; Narrativas da modernidade: história, memória e literatura. Uberlândia: Edufu, 2011, Jatay: espaços de morar – 1880-1935. Goiânia: Editora da PUC/GO, 2012; O poeta da vida moderna: história e literatura em Baudelaire. Curitiba: Editora CRV, 2013. [pitymenezes.ufg@gmail.com](mailto:pitymenezes.ufg@gmail.com)

to the laws like any other market, be like everyone else and not have anything holy.

**Keywords:** modernity, history, social subjects; Baudelaire.

---

ambiente ameaçava destruir tudo o que tinham, tudo o que sabiam, tudo o que eram<sup>1</sup>.

A sociedade até então “estável” vai, no século XIX, lançar abruptamente o indivíduo numa vida desprovida de valores. Este novo mundo que começa faz o homem sentir uma mistura de estupefação e horror, uma sensação de decadência, decomposição e morte. Há um grande desespero perante a vida, cujo sentido não se consegue perceber. É um clima sombrio, carregado de ódio e tristeza.

Os homens vêem sua existência interior e exterior desmoronar e, ao mesmo tempo, não conseguem se localizar no novo mundo exterior. Esta perdição é a grande tragédia da época. *Mas é neste campo que germina, simultaneamente, a revolta. Contra a grande urbe que a todos deglute, contra o sistema e as convenções sociais que oprimem, contra a burguesia, contra a própria realidade que não dá saídas.*<sup>2</sup>

A sensação da proximidade do abismo, da iminência do desenlace, inunda as almas dos vivos. Os acontecimentos caem sobre suas cabeças como avalanche e alteram a disposição e o sentido de tudo. Quando o homem olha ao redor, dirá Lukács, não encontra nunca os opostos claramente separados, todas as coisas se confundem e se transformam umas nas outras<sup>3</sup>. A vida está por um fio. Pode a qualquer momento desatar.

A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

<sup>2</sup> PEIXOTO, Nelson Brissac. *A sedução da barbárie: o marxismo na modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 28.

<sup>3</sup> Cf. LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

<sup>4</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 67.

Os novos senhores fazem seus novos “escravos” produzirem maravilhas, dá-se a impressão de que a paz poderá reinar, há empregos e produtos para o consumo. Mas a fome monstruosa destes senhores é insaciável, e a mão do “escravo novo” sangra.

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível “pagamento em dinheiro”. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimento pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração marcada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despidorada, direta e árida.<sup>5</sup>

O inimigo não habita mais as torres, as alturas; ele caiu, mas na queda se fez forte e agora está ao lado, é ele, é o outro, o mais próximo. A concorrência e a competição desmedida acabam com a solidariedade existente nas antigas oficinas. Não há mais mestre ou aprendiz, todos são empregados de um único dono, a burguesia.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência.

A burguesia rasgou o véu de comovente sentimentalismo que envolvia as relações monetárias. [...] Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.<sup>6</sup>

A perda do sagrado é a marca bestial que o novo homem forjado pelo ferro e fogo da grande indústria irá para sempre carregar. Esta *experiência vital* — *experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e*

---

<sup>5</sup> *Idem*, p. 68-69.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 69.

*perigos da vida — foi e é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo.*<sup>7</sup> Quando a experimenta pela primeira vez, Baudelaire sente espanto e horror. Baudelaire é o poeta deste tempo.

## A perda do halo

No poema “A perda do halo”<sup>8</sup>, Baudelaire, na opinião de Marshall Berman, apresenta cenas arquetípicas da vida moderna. Um poeta atravessa um *boulevard*, este espaço construído em Paris durante as reformas urbanas do Barão Haussmann, quando seu *halo* vai ao chão em meio ao lamaçal da rua. Não é uma rua qualquer; é antes, a nova rua que nasce na cidade reurbanizada, rua larga, em linha reta, que corta a metrópole. Quando foi projetada, pensava Napoleão III que ela não só poderia sorver o tráfego rápido, mas também servir de fácil locomoção dos exércitos de sua majestade para conter eventuais revoltas populares.

No poema acontece o encontro entre dois homens; antes, porém, há o encontro entre o poeta e as forças dispersas na rua: tráfego, animais, pessoas. O diálogo entre o homem do povo e o poeta acontece em um *mauvais lieu*, um bordel. O homem se espanta em ver ali um poeta: *O quê!? Você aqui, meu caro? Você, num lugar desses!*<sup>9</sup>

O homem que via no artista um santo, alguém acima do bem e do mal, fica escandalizado. O *halo* representa isto: o sagrado na arte. Não só Baudelaire, mas muitos de sua época viam a arte e o artista como algo puro. O que cai é o sagrado. O divino é a morte de Deus na arte que caminha para o grande mercado capitalista. A imagem lembra o *Manifesto Comunista*<sup>10</sup>. Vejamos então o poema em prosa de Baudelaire.

O quê!? Você, meu caro? Num lugar desses! Você, o bebedor de quintessências! O comedor de ambrosia! Francamente, é de surpreender.

Meu caro, bem conhece o pavor que tenho dos cavalos e dos coches. Agora há pouco, quando atravessava apressado o bulevar, saltando sobre a lama, através desse caos movente em que a morte chega a galope, por todos os lados ao

<sup>7</sup> BERMAN, Marshall. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>8</sup> BAUDELAIRE, Charles. A perda do halo. In: BAUDELAIRE, Charles. *O spleen de Paris: pequenos poemas em prosa*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>10</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 69.

mesmo tempo, minha auréola, num movimento brusco, escorregou de minha cabeça para o lodo do macadame. Não tive coragem de apanhá-la. Julguei menos desagradável perder minhas insígnias do que quebrar os ossos. E depois pensei cá comigo, há males que vêm para bem. Agora posso passear incógnito, praticar ações baixas, entregar-me à devassidão como os simples mortais. E aqui estou eu, igualzinho a você, como pode ver!

Deveria ao menos dar parte do desaparecimento dessa auréola, comunicar o ocorrido ao comissário.

Ah, não. Me sinto bem. Só você me reconheceu. Aliás, a dignidade me aborrece. Depois, penso com alegria que algum poeta medíocre vai achá-la e com ela, imprudentemente, se cobrir. Fazer alguém feliz, que prazer! E principalmente um felizardo que me faça rir! Pense em X ou em Z! Hein? Como vai ser engraçado!<sup>11</sup>

O herói de Baudelaire é aqui o anti-herói. O encontro entre o homem e o poeta acontece em um lugar onde não há o que esconder. Um surpreende o outro, e o véu se rompe. Não há desculpas a serem dadas, são o que são. É esta a grande contribuição destes novos espaços urbanos: para se livrar da morte no tráfego, você tem de se despir de medos, preconceitos, e se vê obrigado a lutar com as armas que possui. É neste momento, nu, que percebemos que somos todos iguais, feitos do mesmo tecido. Lançado no turbilhão do trânsito da cidade, o poeta é o arquétipo do homem moderno, perdido no tráfego da grande metrópole do século XXI.

O poema mostra como, nesta cidade moderna, cada pessoa tem de aprender a se arranjar, ou morre debaixo da roda das carroças. Mas, ao mesmo tempo, esta nova experiência vai mostrar a este homem como ele pode ser livre e vagar por toda a cidade, fazer dela seu ninho, seu quase paraíso. O poeta de Baudelaire sabe agora que a arte não é santa e que ela pode nascer em qualquer lugar, até mesmo na sarjeta.

Um dos paradoxos da modernidade, como Baudelaire a vê aqui, é que seus poetas se tornarão mais profunda e autenticamente poéticos quanto mais se tornarem homens comuns. Lançando-se no caos da vida cotidiana do mundo moderno — uma vida de que o novo tráfego é o símbolo primordial — o poeta pode apropriar-se dessa vida para a arte.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Op. cit.*, p. 137-138.

<sup>12</sup> BERMAN, Marshall. *Op. cit.*, p. 155.

Baudelaire reclama uma arte e um artista que, saídos do meio da rua, da multidão, consigam traduzir os sentimentos desta gente comum de que o mundo é composto. Ele quer um artista que não seja o eleito dos deuses e que deva, para sobreviver, curvar-se como qualquer outro às leis do mercado, ser igual a todo mundo e não ter nada de santo.

Segundo Gagnebin, esse pequeno texto sarcástico de Baudelaire contém muito da teoria benjaminiana da perda da aura.

O tema comum essencial é o da secularização da arte na época moderna: o artista não é mais comparável a um santo e as obras de arte perderam sua função original de objeto de culto. Essa função primeira, que liga a arte ao sagrado, havia deixado, segundo Benjamin, um traço sobre as obras de arte em geral; uma espécie de emanação degradada que garantia seu caráter único e inefável e sua “aura”, mesmo quando já não eram criadas para o culto ou em homenagem à divindade. A aura desaparece no momento em que o desenvolvimento técnico torna obsoleta a singularidade da obra, reprodutível ao infinito.<sup>13</sup>

O livro, agora, pode ser reproduzido em inúmeras edições. Não há mais a garantia do original. Tudo pode ser copiado. Muda a função social do artista. De que serve um poeta à economia capitalista? Vai mudar também a relação do público com a arte e seu criador. Ele passa a ser aquele poeta que deixou cair na lama seu halo e pode circular pela cidade, sentar-se nos cafés mal frequentados, entregar-se ao vício e à mitificação como o mais comum dos mortais. Incógnito, pode até rir do mau poeta que porventura pegue na lama seu halo e o coloque sobre a cabeça.

É este novo artista que vai povoar os escritos de Baudelaire. Em “Os olhos dos pobres”, outro poema da série *O spleen de Paris*, o poeta conta a história de uma família de pobres que observava um casal através da vidraça de um belo café em um desses novos *boulevards*.

Plantados diante de nós, na calçada, um bravo homem de seus quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, trazia pela mão um menino e no outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. Ele desempenhava o ofício da empregada e levava as crianças para tomarem o ar da tarde. Todos em farrapos. Esses três rostos eram extraordinariamente sérios e os seis olhos contempla-

---

<sup>13</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da História*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 53.

vam fixamente o novo café com idêntica admiração, mas diversamente nuancada pela idade.<sup>14</sup>

Vários outros poetas contemporâneos de Baudelaire falavam desse cenário. Victor Hugo talvez tenha sido o mais eloquente em seu *Os miseráveis*. Mas esta não era só uma ideia literária, mas antes a mais brutal realidade. As mudanças sociais provocadas pelo novo modo de produção fizeram com que as cidades inchassem e aqueles que não encontravam emprego no mercado estavam fadados a viverem nas ruas e praças.

Neste cenário, não só o poeta não tem o que fazer. Milhares de pessoas perambulam em busca de pão. Mas no poeta a dor é maior. Não se trata apenas de vender sua força de trabalho a outrem, mas sua produção intelectual. Afinal, o artista, mensageiro dos deuses, como podia, agora, ver-se obrigado a se entregar a tão vil “amante”?

Há um misto de dor e prazer nesta entrega; em um momento ele a recusa, mas no outro se vê obrigado ao ato. Afinal, a burguesia consegue despojar da auréola, como denunciava Marx, todas as profissões liberais. Transformou também o artista em trabalhador assalariado. Se não há mais o mecenas, existe o gosto geral e particular que deve ser agradado.

Bela ironia! A dor aqui é pela perda da gaiola. É exatamente a sensação desmedida de liberdade que tem o homem do século XIX, até que, como um soco, a burguesia lhe bata na cara e diga: vagabundo, vá trabalhar! Se não há produção, não há compensação financeira; é a entrega total ao desconhecido amante.

Baudelaire resiste. As metáforas em seus textos são registro de um grito de espanto. Ele quer escapar a este “moinho satânico”. Não quis atender ao gosto do público, *desopilar o fígado do povo*<sup>15</sup>, e oferecer-lhe “espelhos” onde seus rostos fossem refletidos. Quis, antes, mostrar o escárnio da vida diária.

É a morte de Deus, do sagrado. Tudo que persiste são homens obrigados a se relacionarem em uma grande feira, onde tudo é venal, onde tudo tem um preço. Não há mais ajuda mútua, agora é “olho por olho, dente por dente”.

---

<sup>14</sup> BAUDELAIRE, Charles. Os olhos dos pobres. In: BAUDELAIRE, Charles. O spleen de Paris..., *op. cit.*, p. 84.

<sup>15</sup> BAUDELAIRE, Charles. *A musa venal*. In: As flores do mal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1985, p. 126-127.

Baudelaire vai produzir uma literatura na qual o Bem briga com Satanás, este comandante de homens danados, escravos da máquina, da mercadoria, da moda; seres humanos transformados em *Prometeus*, incapazes de produzirem experiência.

Não é uma busca do passado, uma necessidade de recolocar sobre a cabeça o halo caído na lama, mas antes uma recusa à ideia desmedida de um progresso que impregnava seu tempo e impregna o nosso. Ele não se deixa trair por *essas vinhetas decadentes*<sup>16</sup>, ele quer o novo que não seja mera cópia ou repetição do ontem.

Baudelaire parece mostrar-se totalmente descrente da função revolucionária, na qual acredita Marx. Ele é, aqui, antes de mais nada um espírito ambivalente que reclama tanto da direita quanto da esquerda.

Para Baudelaire, o ocidental lê o “seu” jornal, em “seu” botequim, e se crê rodeado pelo progresso materializado no vapor, na eletricidade e na iluminação a gás, esses milagres desconhecidos pelos romanos. O poeta vê no progresso o homem fechado no círculo de fogo da lógica divina, semelhante ao escorpião, condenado a picar-se com a própria cauda.

Marx vê na revolta, na organização dos explorados por esse progresso, a única maneira de romper a lógica de “círculo de fogo”, de não mais ser levado à eterna repetição. Baudelaire, ante a destruição de seu Deus, desespera-se e vê no novo as mesmas marcas do passado. Há momentos nos quais sua descrença no homem o faz achar que toda a humanidade está condenada a vagar em um mundo que não é o seu. Aparece a imagem do vampiro como sendo este homem em uma terra estranha onde não há correspondências.

Imbecil! — se de teu retiro  
Te libertássemos um dia,  
Teu beijo ressuscitaria  
O cadáver de teu vampiro!<sup>17</sup>

[O vampiro, v. 21-24]

<sup>16</sup> BAUDELAIRE, Charles. O ideal. In: *As flores ...*, *op. cit.*, p. 146.

<sup>17</sup> BAUDELAIRE, Charles. Abel e Caim. In: *As flores do mal*, *op. cit.*, p. 418-421. “Race d’Abel, dors, bois et mange; / Dieu te sourit complaisamment // Race de Caïn, dans la fange / Rampe et meurs misérablement // Race d’Abel, voici ta honte: / Le fer est vaincu par l’ épieu! / Race de Caïn, au ciel monte / Et sur la terre jette Dieu!”



O poeta reclama um tempo mítico, perdido, destruído por Satanás, que nada mais é do que o capital da grande indústria. Neste novo tempo, o indivíduo aprende a reorientar seu olhar estético; a arte é pensada como linguagem específica. Como escritor e artista, restava a Baudelaire encerrar-se numa república das letras para afirmar sua autonomia, para não virar apenas um número. Para desespero do artista, a autonomia das artes vem junto com o mercado. A burguesia dá com uma mão e tira com a outra. *A burguesia permite, para usarmos uma imagem de Adorno, que a arte se consolide como locus de liberdade, mas em contraposição à própria lógica de mercado que funda a sociedade capitalista.*<sup>18</sup>

Na época do poeta, a fotografia e o folhetim foram as vedetes que ajudaram a transformar o artista em mero número, um entre tantos. Há um choque entre erudito e cultura popular de mercado. A coexistência de uma esfera de bens restritos e outra de bens ampliados coloca de imediato um conflito.

Em Baudelaire esta dualidade é latente. Escreve ele sobre o Salão de 1859: *Nesses dias deploráveis, surgiu uma nova indústria, que muito contribuiu para confirmar a tolice na sua fé e para destruir o que podia restar de divino no espírito francês.*<sup>19</sup>

## O herói marginal: os deserdados na poesia de Baudelaire

No século XIX, a segregação urbana não é só um tema recorrente na literatura; é, sim, a mais dura realidade. As bocas das fábricas expeliam, nos principais *boulevards* de Paris, mais que os coloridos dos tecidos, objetos industrializados e uma série de quinquilharias; despejavam homens e mulheres famintos, destituídos dos meios materiais que garantiam suas vidas.

Com sua arte poética, Charles Baudelaire observa esse momento e capta na sua escrita a “dança” da dessacralização da vida e da arte, capta o momento em que a navalha toca e roça a “contrapelo a história”. Como artista, Baudelaire vive a queda do halo, a aura da obra de arte. Ele sabe que o poeta não tem mais lugar naquela sociedade, onde a reprodutividade técnica e o mercado desfizeram

---

<sup>18</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 66.

<sup>19</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Salão de 1855: poesia e prosa*, v. único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 801.

a magia da criação artística. A modernidade, os “tempos modernos” são vistos pelo poeta, que melancolicamente os traz para a sua poesia.

Para Walter Benjamin, a boemia de Baudelaire se assemelha à de Marx no momento em que ele aponta nesse estilo de vida, comum no século XIX, o herói, aquele que, *no centro da própria engrenagem inventa a contra-mola que resiste*<sup>20</sup>. Mas com relação à tintura política de Baudelaire, alerta Benjamin:

Em princípio, os vislumbres políticos de Baudelaire não excedem os destes conspiradores profissionais. Se dirige suas simpatias ao reacionarismo clerical, ou se oferece à insurreição de 1848, sua expressão desconhece mediações, e seu fundamento permanece frágil.<sup>21</sup>

Em *As flores do mal* aparece uma litania intitulada “Abel e Caim”, na qual, é claro, o que Baudelaire pensa dos deserdados, que são, em muitos dos seus poemas, o herói moderno:

Raça de Abel, frui, come e dorme  
Deus te sorri bondosamente.  
Raça de Caim, no lodo informe  
Roja-te e morre amargamente. [...]  
Raça de Abel, eis teu fracasso:  
Do ferro o chuçõ ganha a guerra!  
*Raça de Caim, sobe ao espaço*  
E Deus enfim deita por terra.<sup>22</sup>

[Abel e Caim, v. 01-04, 29-32]

Aqui o conflito entre dois irmãos, personagens bíblicos, vira o de duas classes eternamente irreconciliáveis. O poeta, contrariando a tradição bí-

<sup>20</sup> APOLINÁRIO, João. *Primavera nos dentes*. Poesia musicada por João Ricardo, filho de João Apolinário. Música contida no disco “Secos e Molhados”, álbum de estreia do grupo de mesmo nome lançado em 1973 pela gravadora Continental.

<sup>21</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11.

<sup>22</sup> BAUDELAIRE, Charles. Abel e Caim. In: *As flores...*, *op. cit.*, p. 418-421. “Race d’Abel, dors, bois et mange; / Dieu te sourit complaisamment // Race de Caïn, dans la fange / Rampe et meurs misérablement // Race d’Abel, voici ta honte: / Le fer est vaincu par l’ épieu! / Race de Caïn, au ciel monte / Et sur la terre jette Dieu!”

blica, exalta os “filhos de Caim”, o primeiro flagelo humano, o fundador da classe dos oprimidos. A visão teológica da luta entre os dois irmãos, entre o desfavorecido e o favorecido, foi traduzida por Marx numa visão da história como luta de classes. Baudelaire, não sendo socialista, não tem uma visão da sociedade como este, porém, confere uma expressão teológica a esta luta.<sup>23</sup>

Ao final do poema o autor passa a fazer conjecturas. Para a vergonha da raça de Abel, *Le fer est vaincu por l'épieu!* (Do chuço ganha a guerra!)<sup>24</sup>. O ferro do arado da sua geração laboriosa é vencido pelo da espada dos nômades de Caim, invertendo a situação de ambos, como aparece no *Gênese*: Caim agricultor e Abel pastor. E a raça de Caim sobe ao céu *Et sur la terre jette Dieu!* (E Deus enfim deita por terra!)<sup>25</sup>. Ao lado da dimensão simbólica dessa divisão dos homens podemos enxergar também uma história social, vendo na geração de Abel o burguês, o homem integrado e satisfeito. A raça de Caim não se limita ao pobre destituído e explorado pelo novo sistema fabril e à sua vítima final, mas é também o anúncio da vitória do proletariado revoltado.

Os deserdados na poesia de Baudelaire são prostitutas, criminosos, jogadores, vagabundos e mendigos, mais próximos do lumpesinato e da boemia do que do mundo do trabalho. Ele vê nesses tipos o herói moderno e quase deposita sua fé no novo sobre eles. Baudelaire descreve o artista, ele próprio, como herói, aquele que não tem mais valor nesta nascente sociedade. Para que serve um poeta no capitalismo? Esta pergunta muitas vezes percorreu a sua alma como um cubo de gelo raspando pelas costas.

Ao longo dos subúrbios, onde nos pardieiros  
Persianas acobertam beijos sorrateiros,  
Quando o impiedoso sol arroja seus punhais  
Sobre a cidade e o campo, os tetos e os trigais,  
Exercerei a sós minha estranha esgrima,  
Buscando em cada canto os acasos da rima,

<sup>23</sup> Cf. KOTHE, Flávio René. *Benjamin e Adorno*: confronto. São Paulo: Ática, 1978, p. 85.

<sup>24</sup> BAUDELAIRE, Charles. Abel e Caim. In: *As flores...*, op. cit, p. 418-421.

<sup>25</sup> *Idem*,

Tropeçando em palavras como nas calçadas,  
Topando imagens desde há muito já sonhadas<sup>26</sup>

[O sol, v. 01-08]

O poeta é o esgrimista lutando para não se entregar aos grilhões que o querem acorrentar. A luta do artista é inglória, já que o mercado era o seu fim. Mas não é pacífica esta entrega: o autor luta, sofre e resiste. O poeta vê no proletariado nascente o novo escravo da esgrima.

“Seja qual for o partido a que se pertença”, escreve Baudelaire, em 1851, “é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia, que engole a poeira das fábricas, que inala partículas de algodão, que deixa penetrar seus tecidos pelo alvaiade, pelo mercúrio e por todos os venenos utilizados para produzir obras-primas [...] Essa população se mata esperando as maravilhas a que o mundo lhe parece dar direito; sente correr sangue purpúreo em suas veias e lança um longo olhar, carregado de tristeza, para a luz do sol e para as sombras dos grandes parques”<sup>27</sup>.

São estes os homens que dão ao poeta a silhueta do herói. Para ele, o herói é o verdadeiro sujeito da *modernité*. Marx, nos seus escritos, reclama este homem novo capaz de redimir a humanidade e libertar todos os homens do ciclo infernal do Prometeu. *Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas — os operários modernos, os “proletários”*.<sup>28</sup>

A fê messiânica de Marx neste homem novo é inabalável. Acredita ele que o desenvolvimento capitalista dava ao proletariado, seu contrário, mais força para derrubá-lo. Acreditava que o desenvolvimento da grande indústria destruiria a base sobre a qual a burguesia produzia e que a queda da burguesia seria a ascensão do proletariado, a redenção da raça humana.

---

<sup>26</sup> BAUDELAIRE, Charles. O sol. In: *As flores...*, *op. cit.*, p. 318-319. “Le long du vieux faubourg, où pendent aux masures / Les persiennes, abri des secrètes luxures, / Quand le soleil cruel frape à traits redoublés / Sur la ville et les champs, sur les toits et les blés, / Je vais m’exercer seul à ma fantasque escrime, / Flairant dans tous les coins les hasards de la rime, / Trébuchant sur les mots comme sur les pavés, / Heurtant parfois des vers depuis longtemps rêvés.”

<sup>27</sup> KOTHE, Flávio (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985, p. 98.

<sup>28</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 72.

No final da resenha sobre o Salão de 1845, Baudelaire considera que os pintores, seus contemporâneos, estão desatentos ao presente, tão cheio de atos heróicos: *não obstante, o heroísmo da vida moderna nos rodeia e nos pressiona*.<sup>29</sup>

Em vários escritos, o poeta reclama uma arte nova que seja capaz de mostrar o que acontece à sua volta. Ele critica os artistas oficiais que estão a serviço do governo. Acredita que a vida privada está cheia de heroísmos. Enfatiza que bastava ler a *Gazette des Tribunaux* e o *Moniteur* para provar que era necessário apenas abrir os olhos para ver o peculiar heroísmo que os rodeava.

Baudelaire apresenta a figura da mulher lésbica como heroína moderna. Ele faz de um modelo erótico a mulher viril; esta imagem está impregnada pelo modelo histórico.<sup>30</sup>

O advento da industrialização e a produção desmedida de mercadorias incluem no mercado de trabalho a mão de obra feminina: o capital não tem sexo. Alguns teóricos acreditam que, ao exercer tarefas antes masculinas, a mulher adquire traços do homem, perdendo sua feminilidade.

Baudelaire mostra esta passagem, mas da denúncia da exploração de trabalho feminino passa à defesa da sexualidade e feminilidade. Benjamin coloca o poeta ao lado dos sansimonistas, que cultivavam o ideal de androginia e militavam pela emancipação da mulher.

Não há na modernidade lugar para o herói. Ela o prende para sempre em uma ilha; ela o entrega a uma eterna ociosidade. Os heróis do poeta representam o herói em cena na nova sociedade. Não faz nenhuma apologia, mas presta atenção no papel desempenhado por eles, que não estão integrados, escapam à uniformização da ordem nascente. O mais genuíno desses heróis é o próprio Baudelaire, que assiste ao espetáculo, horrorizado e fascinado, mas nunca de forma complacente.

---

<sup>29</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Salão de 1845*: poesia e prosa, v. único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 1079.

<sup>30</sup> BAUDELAIRE, Charles. Lesbos. In: *As flores...*, *op. cit.*, p. 498-499. “Lesbos, onde as Frinéias uma à outra esperam, / Onde jamais ficou sem eco um só queixume, / Tal como Pafos as estrelas te veneram, / E Safo a Vênus, com razão, inspira ciúmes! / Lesbos, onde as Frinéias uma à outra esperam.”

## O tempo não para

Parar o tempo e a história era a firme intenção de Baudelaire, nem que para isso fosse necessário jogar o próprio corpo sobre os relógios. Era preciso interromper o círculo de fogo da lógica divina. Três mil e seiscentas vezes por hora, os olhos deste homem viram ao redor dele um mundo em ruínas. A caducidade da metrópole foi a única visão permitida. Ele quis restaurar a identidade e a medida de todas as coisas e ainda estabelecer uma ordem social imediatamente transparente. *Fez do desconcerto e da alucinação que nos provocam a dispersão da arte moderna, o fluxo incessante das trocas ou o burburinho da multidão, a condição da localização e da disposição de tudo.*<sup>31</sup> Este homem falou a linguagem de seu tempo e sua obra é uma amostra clara disso. Teve a ousadia de questionar o progresso e, com o dedo em riste, disse não a este farol cego.

Não era preciso se empenhar em nenhuma luta incerta, não era preciso tomar nenhuma iniciativa incômoda: tudo estava assegurado por um “progresso” que estava fazendo avançar a humanidade como um todo, de maneira mais ou menos homogênea, na direção de uma infinita perfectibilidade (se a heterogeneidade se manifestava, se um país se atrasava, se uma classe sofria, tais tropeços logo seriam absorvidos pela tendência global). A humanidade era vista caminhando, no ritmo possível, no interior de um tempo vazio, artificialmente uniformizado.<sup>32</sup>

Uma arte filosófica que seja capaz de unir espírito e matéria é o desafio da nova modernidade; unir novamente nossos passos ao de nossos ancestrais é o desafio. Ler nas pegadas deixadas pelas ruas do “monstro urbano” o passado e, com ele, aprender o futuro é nossa missão.

Desesperadamente, Baudelaire percorreu as cidades — becos, bulevares e avenidas; rostos perplexos e anônimos — e, no meio da multidão, tentou resgatar o homem.

À medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontra-

<sup>31</sup> PEIXOTO, Nelson Brissac. *Op. cit.*, p. 203.

<sup>32</sup> KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 90.

mo-nos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.<sup>33</sup>

É preciso não perder contato com nossas experiências e saber conjurar no momento exato a tradição para usá-la em proveito do futuro. A decepção com o desenvolvimento tecnológico e o impacto da vivência têm de ser barrados como os choques em Baudelaire. Uma nova sensibilidade deve dar lugar a uma decepção trágica. Como detetives, temos de descobrir novas marcas nos lugares e objetos cotidianos.

Os movimentos artísticos do século XIX tentaram expressar a nova maneira de ser que surgia. Esse movimento envolvia o âmago da sociedade. Essa nova realidade foi lida por Baudelaire não só na arte, mas também nas lojas de departamento, na indústria de diversão.

Há uma homologia entre a mobilidade política, sua representação e a expressão das circulações geográficas e de consumo [...] A modernidade coloca em andamento o indivíduo. Por isso vamos encontrá-lo como ator político, consumidor, viajante. No imaginário dos homens modernos o indivíduo ocupa um lugar de reverência; ele é o fulcro da ideologia liberal, o núcleo das estratégias publicitárias, o centro do narcisismo das modas e do consumo.<sup>34</sup>

Quando este homem percebe que toda esta liberdade é falsa e que ele é apenas mais uma mercadoria entre tantas, a modernidade vira tensão. É essa tensão que percorre os textos de Baudelaire. A indignação de saber que apenas mudou de uma gaiola menor para outra maior o faz soltar um brado de horror. Liberdade e opressão, patrão e operário *colidem* num antagonismo estrutural.

Para Breton, só o olho selvagem funciona bem. Este olho máquina se ajusta à nova percepção e quase perde a capacidade de deixar cair uma única lágrima. O homem se torna alguém que perdeu o que o tempo não traz: a capacidade de se indignar.

Os futuristas pregaram um desejo quase insano: *demolir os museus e as bibliotecas*<sup>35</sup>. Marinetti, divulgador do futurismo e porta-voz de Mussolini, prega

---

<sup>33</sup> BERMAN, Marshall. *Op. cit.*, p. 17.

<sup>34</sup> ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 264.

<sup>35</sup> “Noi vogliamo distruggere i musei, le biblioteche [...]”. MARINETTI, Filippo Tommaso. *Manifesto futurista*. Publicado originalmente no jornal parisiense Le Figaro em 20 de fevereiro de 1909.

uma arte ligada à técnica nascente, à eletricidade. Mas *as musas vingaram-se com focos elétricos, meu velho*<sup>36</sup>. Por sorte, como nesta estrofe da poesia “Marinetti, acadêmico”, de Fernando Pessoa, essa ideia ficou caduca e morreu pela descarga de seus próprios átomos.

Marx aponta para a redenção com o proletariado guindado a sujeito do conhecimento e da história. Para ele, os trabalhadores, libertados da coisificação imposta pelo capitalismo, serão capazes de reconstituir o mundo com totalidade.

No século XIX, em meio às transformações na sociedade, Marx foi praticamente o primeiro a lançar sua voz contra as forças destruidoras do capital. Sua literatura, como no *Manifesto Comunista*, queria fazer com que as pessoas sentissem o que ocorria à sua volta. Ele queria, como um terremoto, acordar a humanidade do sono “tranquilo” do progresso. *Cada vez mais a burguesia suprime a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.*<sup>37</sup>

Sua narrativa é quase uma epopeia. Marx quer reestruturar a comunidade humana e chama sua atenção. Para ele, só o homem, o homem novo, produto destes tempos modernos, tem o poder de restaurar a medida das coisas.

Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.<sup>38</sup>

O gesto épico e a ação revolucionária visam restaurar a identidade e a medida de todas as coisas, estabelecendo uma ordem social imediatamente transparente. *No lugar da velha sociedade burguesa com suas classes e antagonismos de classes surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.*<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 415.

<sup>37</sup> MARK, Karl; ENGELS, Friederich. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>38</sup> *Idem.*, p. 45.

<sup>39</sup> *Idem.*, p. 54.



Tudo está impregnado de seu contrário e só *quem tem consciência para ter coragem*<sup>40</sup> pode ver invertida no espelho a realidade. Mesmo já *perdido nunca desespera*<sup>41</sup>, não foge a esta realidade e a explora em seu favor e de todos.

O novo cenário urbano que nasceu com a industrialização foi pensado pelos urbanistas do século XX como um conjunto formado por partes que devem ser conectadas entre si e não mais deixadas às suas particularidades. Ao cruzarem toda a cidade com linhas de transporte coletivo e de comunicação, romperam com o isolamento entre vários bairros, mas também romperam com a antiga solidariedade entre pessoas que as ligava.

Essas reformas também possibilitaram a retirada dos pobres das regiões centrais para outras mais distantes — o perigo deve ficar longe. Quanto mais longe estivessem uns dos outros, em bairros separados, mais difícil seria sua união. Todas essas medidas, é claro, vieram atender a um clamor do capital; bairros inteiros tiveram que ser construídos e a construção seria feita por grandes empreiteiras. A cidade já não era mais um órgão vivo particular, mas um campo aberto abstrato.

A topografia dos lugares é uma tradução dessas relações sociais. Existe um vínculo orgânico entre as pessoas e o meio ambiente que habitam. [...] A rigidez das pedras e das construções garantiriam assim a perenidade da tradição. A modernidade rompe com este princípio; para usar uma metáfora de Marx, [...] ela “dissolve” o que é “sólido”.<sup>42</sup>

Marx e seus contemporâneos sentiram a modernidade como um todo. Baudelaire também se entregou de corpo e “alma” a essa tarefa. Teve a coragem de nadar contra a correnteza quando a catástrofe era inevitável.

Despertar os já quase mortos habitantes da metrópole era uma tarefa à qual nenhum dos teóricos do marxismo e nem mesmo Baudelaire se furtaram. Benjamin levou até as últimas consequências essa batalha. *Mesmo os mortos não estarão a salvo do inimigo se este vencer; e este inimigo só tem colecionado*

---

<sup>40</sup> APOLINÁRIO, João. *Op. cit.*

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> ORTIZ, Renato. *Op. cit.*, p. 215.

*vitórias*<sup>43</sup>. Para Benjamin, o inimigo é o progresso cego levado a cabo por seus vassallos e pelo seu senhor: a burguesia.

Hoje, mais de um século depois de os olhos do poeta Baudelaire terem se assombrado, mas não se fechado, diante da caducidade de sua metrópole, uma rede da qual ninguém pode escapar leva o processo de modernização aos mais remotos cantos do mundo e transforma mais ainda as cidades em terra estrangeira para seus cidadãos.

Parece que nós, modernos do novo milênio, perdemos o contato e o controle sobre as contradições que esses nossos antepassados tiveram de agarrar com toda força, em suas vidas cotidianas, para sobreviverem. Voltar atrás, ler Baudelaire, Benjamin, Marx, pode ser uma maneira de continuar a resistir e ter coragem de preparar os modernistas deste século.

Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o modernismo de volta às suas raízes, para que ele possa nutrir-se e renovar-se, tornando-se apto a enfrentar as aventuras e perigos que estão por vir. Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades — e nos homens e mulheres modernos — de amanhã e do dia depois de amanhã.<sup>44</sup>

Muitos de nós, que temos medo da cidade com suas ruas entulhadas de veículos e gente, já tivemos vontade de fugir dela. Mas na fuga desesperada do “monstro urbano”, acabamos deixando para trás nossas raízes e cultura, estas mesmas que podem nos ensinar como vencer as ruas e fazer do asfalto brotar girassóis, flores que não têm medo de encarar os raios do sol.

---

<sup>43</sup> BENJAMIN, Walter. *Illuminations*, apud ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 124.

<sup>44</sup> BERMAN, Marshall. *Op. cit.*, p. 35.

# Os Kinikinau: Trajetória Histórica e a Reivenção do Artesanato

*Karolinne Sotomayor A. Canazilles\**

*Gilberto Luiz Alves\*\**

*Rosemary Matias\*\*\**

Este estudo possibilita conhecer um pouco da história da etnia Kinikinau e sua trajetória em Mato Grosso do Sul. A discussão caracteriza sua família lingüística e sua organização social. Discorre sobre o processo migratório que envolveu sua saída do Chaco Paraguai para adentrar em território brasileiro, o desaldeamento oriundo de disputas territoriais e responsável pela suposta “extinção” da etnia, até o reagrupamento de seus membros na Reserva Indígena Kadiwéu. Também trata dos aspectos envolvidos na mobilização política dos Kinikinau, associados à reivindicação de etnicidade própria e distinta dos Terena, e como a resistência desse grupo indígena influenciou na busca por tradições esquecidas, que, contraditoriamente, fez surgir um artesanato inovador, no qual impera criatividade derivada da “vontade de diferença”.

## 1. Introdução

**E**tnia considerada “extinta” por quase um século, os Kinikinau pertencem à família lingüística Aruak e descendem dos Txané-Guaná, assim como os Terena, Exoaladi – Guaná<sup>1</sup> – e Layana.

[...] o nome Aruák vem de povos que habitavam principalmente as Guianas, região próxima ao norte do

---

\* Mestre, Anhanguera-Uniderp, [ksotomayorac@gmail.com](mailto:ksotomayorac@gmail.com)

\*\* Doutor, Anhanguera-Uniderp, [gilbertoalves9@uol.com.br](mailto:gilbertoalves9@uol.com.br)

\*\*\* Doutora, Anhanguera-Uniderp, [rosematias@yahoo.com.br](mailto:rosematias@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Os Exoaladi, também conhecidos por “Guaná”, provocaram confusões pelos cronistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, por coincidir com a denominação do conjunto dos subgrupos Guaná composto pelas etnias indígenas Terena, Layana, Kinikinau e Exoaladi.

**Palavras-chave:** Resistência indígena; Identidade étnica, Invenção de tradições

This study makes it possible to learn a little about the history of Kinikinau ethnicity and its trajectory in Mato Grosso do Sul. The discussion characterizes their linguistic family and its social organization. Discusses the migration process that involved his departure of Paraguayan Chaco for entering Brazilian territory, the desaldeamento originally from territorial disputes and responsible for the supposed “extinction” of ethnicity, until the reunification

of their Indigenous people Kadiwéu reserve members. Also treats of the aspects involved in the political mobilization of the Kinikinau, associated with the claim of their own ethnicity distinct from Terena, and as the resistance of this indigenous group influenced in the search for forgotten traditions, which, paradoxically, has an innovative craftsmanship, in which reigns criatividade ade derived from the “willingness of difference”.

**Keywords:** Indian resistance, ethnic identity, Invention of tradition

---

Brasil e algumas ilhas da América Central, na região das Antilhas [...] Aruák veio a ser usado pelos europeus para identificar um conjunto de línguas encontradas no interior do continente sul-americano.<sup>2</sup>

As mesmas autoras continuam a caracterização dessa família linguística afirmando que

Todos estes grupos indígenas que falam a língua Aruák têm diferenças entre si, mas possuem uma mesma língua de origem. Além desta proximidade que indica uma origem comum, estes grupos têm semelhanças na forma de sua organização social. Todos esses grupos possuem ou possuíram formas de organização internas características, sendo tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica<sup>3</sup>.

De acordo com sua organização social, os membros da sociedade Txané-Guaná se dividiam em três camadas hierárquicas, basicamente compostas por chefes, considerados nobres, soldados, considerados guerreiros, e escravos, conhecidos por cativos. Segundo Azanha e Ladeira<sup>4</sup>,

Os estudiosos dos povos Chaquenhos afirmam que os Chané ou Guaná dispunham de uma base social muito mais sofisticada do que seus vizinhos Mbayá. Estavam estratificados em camadas hierárquicas: os “nobres” ou “capitães” (os naati ou “os que mandam”) e a “plebe” ou “soldados” (Wahêrê-Xané ou “os que obedecem”). [...] Estas camadas são denominadas naati (“gente de

---

<sup>2</sup> BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000. 156 p.

<sup>3</sup> *Idem*, p.18.

<sup>4</sup> AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Terena. 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/print>>. Acesso em: 05 ago 2012.

chefes”), wahêrê (“gente que pede” ou “guerreiros”, ou ainda modernamente “soldados”) e cauti (corruptela de “cativo” outrora aplicada a indivíduos de outras etnias capturados nas guerras e incorporados na sociedade (...) como trabalhadores e serviços)<sup>5</sup>.

Oliveira<sup>6</sup> relata que a maior parte dos cronistas setecentistas e oitocentistas adotou para os grupos Aruák da bacia do Paraguai o designativo Guaná, empregado usualmente na Etnologia. Conforme o mesmo antropólogo, os grupos Guaná teriam migrado para o Brasil em meados do século XVIII e se instalado próximo ao rio Miranda.

Os demais grupos Guaná acima referidos (Terêna, Layana, Kinikinau e Exoaladi) teriam atravessado o rio Paraguai, em ondas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVIII, e se instalaram na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos de 19° e 21° de latitude, onde foram encontrá-los os viajantes do século XIX” [...] Os depoimentos do Padre Sanches Labrador são conclusivos a esse respeito, quando registra os primeiros movimentos migratórios desses índios em direção ao Brasil, entre 1760 e 1767<sup>7</sup>.

Silva<sup>8</sup> menciona que “os Terena e Laiana (...) construíram suas habitações em Miranda. Os Kinikináo e Guaná, em sua maioria, habitaram Albuquerque. Segundo Castelnau<sup>9</sup>, “Albuquerque, que até 1810 não era mais do que uma fazenda real, guardada por quatro soldados comandados por um cabo, passou a povoação em 1826, e a freguesia em 1833”<sup>10</sup>.

Atualmente Albuquerque é um distrito do Município de Corumbá – MS, localizado a 70 Km de distância deste. Região precária, com uma população estimada em 2.000 pessoas, sendo na grande maioria pescadores e pequenos produtores rurais.

---

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, R. C. de. *Do índio ao bugre*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>8</sup> SILVA, V. C. da. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2001, p. 5.

<sup>9</sup> CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1949. v. 2.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 243.

De acordo com Souza<sup>11</sup>, a população dos Kinikinau alcançava mil habitantes<sup>12</sup>.

Segundo Max Schmidt “a migração principal de toda a massa da população Guaná - para o Brasil - somente se iniciou na época em que os franciscanos substituíram as missões jesuítas”<sup>13</sup>.

A expulsão dos jesuítas, a ocupação do território pelos camponeses e as guerras intertribais frequentes foram as razões que moveram os quatro grupos Guaná, já referidos, para sair da região nordeste do Chaco Paraguai, transpor o rio Paraguai e ocupar a região sul de Mato Grosso. O Gran Chaco é uma região de aproximadamente 1.280.000 km<sup>2</sup> e compreende partes dos territórios *\_paraguai, boliviano, argentino e brasileiro\_*.

O relato de Félix, índio ancião Terena da aldeia Cachoeirinha, reafirma um dos motivos do deslocamento dos Guaná do Êxiva<sup>14</sup> em direção ao Brasil.

Eu tenho a história comigo, história do meu pai. Aqui na Cachoeirinha não havia ninguém... Meu pai é daqui mesmo. O bisavô dele veio do Eêxiwa (região compreendida entre a margem direita do rio Paraguai e a chamada “morraria” de Albuquerque – hoje Corumbá – na margem esquerda do mesmo rio), meu pai contava. Eles tinham sido atacados por outros índios diferentes lá do Eêxiwa. Aí eles vieram de lá, atravessaram o rio Paraguai até Porto Esperança, atrás da morraria... Ficaram um pouco perto de Corumbá e depois fizeram aldeia aqui, em Miranda... Naquele tempo não tinha purutuyé (brancos, portugueses), só mesmo índio Terena, Laiana, Kiquinao, Echoaladi, Caduveo...<sup>15</sup>.

Com o deslocamento para o Brasil a partir de 1760, os Kinikinau ocuparam um grande território, na margem oriental do rio Paraguai, próximo a Corumbá e

---

<sup>11</sup> SOUZA, I de. Kinikinau: uma língua à beira da extinção. *Revista Guavira*, Três Lagoas, v.1, n. 8, p. 149-165, 2009. Disponível em: <<http://www.pgletras.ufms.br/revistaguavira/downloads/revguavira008.pdf>>. Acesso em: 24 set 2012.

<sup>12</sup> De acordo com Karl Von den Steinen (Entre os aborígenes do Brasil Central. São Paulo: Dep. de Cultura, 1940, p.694), no Arquivo da Diretoria dos Índios, cap. XIV, as Atas Cuiabana orçavam 800 Kinikinau e mais 200 Kinikinau para 1848, isto é um milheiro. Leverger (Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até o Paraná, 1845. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, v. 25, p. 222, 1862) também estimou 800 Kinikináu existentes em 1847 (*Apud OLIVEIRA, R. C. de. Op. cit.*, p. 29).

<sup>13</sup> *Apud OLIVEIRA, R. C. de. Op. cit.*, p. 26.

<sup>14</sup> Denominação que os Terena usam para o Chaco Paraguai

<sup>15</sup> AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*

Albuquerque, conhecido por Mato Grande (Figura 1), onde puderam se dedicar à agricultura, estabelecendo, mais tarde, alianças com os luso-brasileiros. A outra região onde os Kinikinau também se instalaram citada por Félix e que fica próxima a Miranda provavelmente é Agachi (Figura 1).

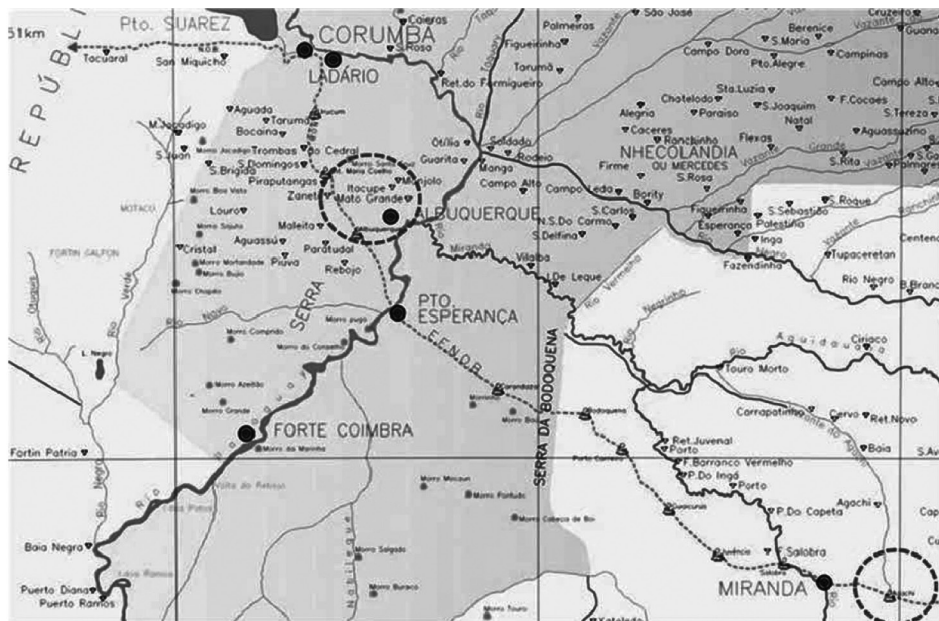


Figura 1: Mapa do município de Corumbá: Mato Grande e Miranda: Agachi

Fonte: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/fazendas/corumba.jpg>

Entre os anos de 1843 a 1847, um viajante francês, chamado Francis de Castelnau, percorreu o Paraguai, a Bolívia, o Peru e o Brasil. Esteve no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Em suas andanças, visitou o aldeamento dos Kinikinau em 1845 e o descreveu:

Três léguas a nordeste de Albuquerque fica a aldeia dos quinquinaus, tribo pertencente à mesma nação dos guanás, porém menos civilizada do que a destes últimos. Esta aldeia fica assente na borda de uma baía formada pelo Paraguai e é bastante grande; é ela rodeada de dois lados por lindas montanhas e disposta em quadrado, como a dos guanás. No meio do largo fica um espaçoso barracão, que serve de sala de conselho.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> CASTELNAU, F. *Op. cit.*, p. 248.

Castelnau<sup>17</sup>, em outra citação, especifica melhor a localização da aldeia, se referindo também à proximidade com o rio Miranda.

Continuamos a subir o Paraguai, passando quase a seguir pela embocadura da Baía Grande, onde fica o aldeamento dos quinquinaus, já por nós referido. Fica este aldeamento três léguas a nordeste de Albuquerque e a igual distância do Paraguai, em linha reta. Depois de navegar mais uma légua e meia, entramos no rio Mondego, chamado pelos índios Mbotetei ou Mbotetin e muitas vezes conhecido por rio Miranda, nome do posto fundado em 1797 na sua margem direita<sup>18</sup>.

Em dezembro de 1850, de acordo com Sganzerla<sup>19</sup>, Frei Mariano de Bagnaia, destinado a catequizar os índios do Baixo - Paraguai<sup>20</sup>, embarca para o sul do Brasil e encontra os Guaná.

Depois de 20 dias de viagem pelos rios Cuiabá, Parudos, Paraguai até um pouco abaixo da foz do Taquari cheguei a Albuquerque. Entrei neste deserto, num vale bellissimo; encontrei três tribos de índios: Quinquinaos, Guanás e Tere-nas. Aos chefes expliquei o motivo de minha vinda. Logo todos se ergueram de pé e me acolheram amigavelmente<sup>21</sup>.

Esse acolhimento ocorrido pode ter sido facilitado pela relação comercial já existente entre os Guaná e os brasileiros períodos antes, daí a vinda do missionário não causar estranheza entre os grupos indígenas. Castelnau<sup>22</sup> afirma que “o aldeamento dos quinquinaus é composto de setecentas ou oitocentas pessoas. Estes índios são muito laboriosos e entretêm com os brasileiros um grande comércio de farinha de mandioca e de arroz. Suas lavouras são extensas e muito bem plantadas”.

Segundo Castro<sup>23</sup>, os Chané-Guaná já estabeleciam trocas com outros grupos indígenas e com os europeus em períodos chaquenhos, antes de se deslocarem para o Brasil.

---

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 286.

<sup>19</sup> SGANZERLA A. *A história do Frei Mariano de Bagnaia: O missionário do Pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992

<sup>20</sup> Toda a região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e entorno é denominada durante o século XIX, nos documentos oficiais e nas narrativas de expedicionários, como Baixo - Paraguai.

<sup>21</sup> *Apud* SGANZERLA A. *Op. cit.*, p. 182.

<sup>22</sup> CASTELNAU, F. *Op. cit.*, p. 248.

<sup>23</sup> CASTRO, I. Q de. Os Chané-Guaná e os europeus na constituição do Gran Chaco Colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Simpósio Temático... São Paulo: ANPUH, 2011.



Preferencialmente, os Chané-Guaná do Gran Chaco se relacionaram com outros grupos através de uma extensa rede de trocas que demandaram grandes expedições com destino a outras aldeias, a outras regiões como, por exemplo, a andina e a dos Itatin e, em meados do século XVIII, aos centros provinciais como Assunção e Santa Cruz de la Sierra.[...] Os Chané-Guaná periodicamente se deslocavam para os núcleos coloniais, em direção à Assunção e seus arredores para realizarem trocas ou prestarem serviços temporários, como passaram a fazer a partir de meados do século XVIII. São inúmeros os registros coloniais hispânicos a descreverem as periódicas viagens dos Guaná à Assunção, na época do Chaco. Essa atividade de deslocamentos para realizar trocas ou prestar serviços teve continuidade no território luso-brasileiro, para onde se transferiram na segunda metade do século XVIII<sup>24</sup>.

Essa diplomacia revela para Castro<sup>25</sup> um grande interesse desses grupos étnicos pela ampliação de relações capazes de garantir fontes de bens e de conhecimento da cultura ocidental.

A conduta receptiva dos Guaná ao evento da chegada dos europeus mostra a expectativa de povos que já estavam habituados ao intercâmbio com outros grupos indígenas e que tinham interesse por novas possibilidades de trocas e pela ampliação de relações, que poderiam ser convertidas em alianças proveitosas, como fonte de bens e de conhecimento, capazes de concorrer para a sua sobrevivência, ou aumento de prestígio dos seus líderes. A receptividade Chané-Guaná constatada pelos europeus correspondeu a uma das tendências dos povos Aruák que, historicamente, revelaram um irrefreável interesse pelos objetos e conhecimentos dos ocidentais, como foi comum a muitos outros povos, mostrando como e porque eles se aproximaram, ofereceram seus préstimos e estabeleceram relações com aqueles novos sujeitos e seus objetos <sup>26</sup>.

A relação de aliança que os Guaná tinham com os Mbayá-guaicuru, tão comumente citada por estudiosos, afirma esse intercâmbio tribal.

As relações de aliança Guaná-Mbayá estavam alicerçadas no casamento: os chefes Guaná cediam mulheres da sua casta para casar-se com os “maiorais” Mbayá. As relações entre os dois grupos, por essa via, consolidariam ao longo do tempo uma estrutura social complexa: de um lado, um segmento social

---

<sup>24</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>25</sup> *Idem*.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 6.

autônomo na posição de fornecedor de mulheres e alimentos; de outro, uma casta guerreira tomadora de mulheres e responsável pela segurança dos grupos locais e supridores de instrumentos de ferro e cavalos<sup>27</sup>.

Próximo à região de Albuquerque, Frei Mariano implanta o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho e consegue reunir 3.000 índios.

A três léguas de Albuquerque, numa região habitada principalmente pelos Quinquinaos Frei Mariano implanta o aldeamento do Bom Conselho, isto é, de Nossa Senhora do Bom Conselho. Feita a implantação, o Frei Mariano, seja em suas cartas seja em seu Diário documenta o desenrolar desta missão. Em pouco tempo ele consegue reunir 3.000 índios. Não só reunir, mas acima de tudo civilizá-los<sup>28</sup>.

Inicia então sua catequese com a implantação de benfeitorias. “Em 1851 começa uma escola, cria um centro de artes e ofícios para em 1854 construir uma igreja (...). Organiza também uma banda de música. A escola contava com a frequência de uma centena de índios”<sup>29</sup>.

Frei Mariano recebe elogios dos presidentes de Província. Em 1850, João José da Costa Pimentel, que segundo Sganzerla<sup>30</sup> estava ansioso para que se implantasse entre os Terena de Miranda o que se tem conseguido no Bom Conselho, enaltece o desempenho do religioso nessa Missão.

No Baixo-Paraguai, diversas tribos particularmente das nações Guanás, Guaiurus, existem aldeamentos com um tal qual princípio de civilização, e entretém conosco relações mais ou menos estreitas. Revela fazer aqui muito especial atenção da grande aldeia dos Quinquinaos que habitam o lugar chamado Mato Grande, distante três léguas de Albuquerque. Quando lá visitei há cinco anos, a sua população excedia de 700 almas. A civilização que teve começo a mais de 20 anos continua a progredir e recentemente não pequeno impulso recebeu do zeloso Apostolo Missionário Capuchinho Frei Mariano de Bagnaia [...]<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*.

<sup>28</sup> SGANZERLA, A. *Op. cit.*, p. 183. Os agrupamentos indígenas desenvolveram elementos culturais complexos, que incluem tanto a arte, como a religião, características da civilização. O fato destes elementos não apresentarem atributos do mundo ocidental não poderá desqualificá-los como tal.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 183.

<sup>30</sup> *Idem*.

<sup>31</sup> *Apud* SGANZERLA, A. *Op. cit.*, p. 187.

Moutinho<sup>32</sup>, em visita ao engenho do Barão de Vila Maria em 1862, teve a oportunidade de conhecer o aldeamento “modelo” e o elogiou afirmando que “o aldeamento de mais digna menção na província era o dos *Quiniquinaus*, na Aldeia do Bom Conselho em Albuquerque”. Durante a estadia, o Barão de Vila Maria ofereceu uma grande festa aos hóspedes e decidiu convidar os Kinikinau. Os convidados enalteceram a “civilidade” dos indígenas.

S. Excia, reunindo ali a gente mais grada de Corumbá e Albuquerque, convidou também os *Quiniquinaus*, [...]. Os rapazes formavam uma excelente banda de música, e as raparigas todas, muito bem vestidas e calçadas, dançavam perfeitamente. Formamos com elas uma quadrilha de 16 pares, escolhendo dentre muitas outras as mais moças e bonitas, e que trajavam melhor. Seus vestidos eram de cambraia branca orlada de fitas azuis ou cor-de-rosa, com cintos da mesma cor do enfeite, e tinham na cabeça grinaldas de flores naturais muito bem dispostas. Ficamos pasmos das circunspeção e moralidades dessas raparigas, algumas das quais de tipo bellissimo. Acabando de dançar, sentavam-se todas, não se negando a uma conversa séria que entretinham muito bem<sup>33</sup>.

Pode-se notar que o contato de Frei Mariano com os Kinikinau impactou diretamente nos elementos da cultura e maneira de viver dessa etnia. Sganzerla<sup>34</sup> descreve os dizeres do Frei reprovando o modo de vida do grupo, quando recém se instalou no Sul de Mato Grosso.

Ao ver aquela multidão de homens e mulheres nus, com pele pintada com várias cores a maior parte pretos como carvão; andava eu pensando: [...] Como conseguir eliminar a conduta pagã fortemente arraigada no coração desses índios? Como convencê-los de que devem andar vestidos? Como movimentar essa gente parada, contrária ao trabalho?<sup>35</sup>

Para Souza<sup>36</sup>,

[...] influência que teve impacto sobre a cultura dos Kinikinau foi o contato sistêmico e prolongado com frei Mariano de Bagnaia, “protetor” dos Kinikinau,

---

<sup>32</sup> MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Matto Grosso*: seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a’ S. Paulo. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869. p. 135. Disponível em: < [http://books.google.com.br/books/about/Noticia\\_sobre\\_a\\_provincia\\_de\\_Matto\\_Gross.html?id=8yAQAQAIAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Noticia_sobre_a_provincia_de_Matto_Gross.html?id=8yAQAQAIAAJ&redir_esc=y) >. Acesso em: 21 set. 2012

<sup>33</sup> *Idem*, p. 136.

<sup>34</sup> SGANZERLA, A. *Op. cit.*

<sup>35</sup> *Idem*, p. 237.

<sup>36</sup> SOUZA, I de. *Índios Kinikinau*: aspectos etnolinguísticos. Revista Tellus, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 103-133, out. 2007.

no século XIX. Segundo Taunay (1930), o referido frei construiu uma escola e colocou todas as crianças para estudar. Ensinava-lhes a ler, escrever, dava aulas de música e de catecismo, impondo a eles a cultura e a língua do dominante<sup>37</sup>.

Segundo Sganzerla<sup>38</sup>, Frei Mariano de Bagnaia administrou o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho por aproximadamente dez anos.

São três os períodos de ação do Frei Mariano de Bagnaia entre os índios. O primeiro situa-se na região de Albuquerque, mais concreto no Mato Grande onde funda e dirige o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho de 1849 a 1859. O segundo desenvolverá na vila de Miranda de 1859 a 1864. E o terceiro período que foi em Campos Novos Paulista, São Paulo, nos últimos anos de sua vida<sup>39</sup>.

Se com a influência do Frei Bagnaia os elementos da cultura Kinikinau estavam ameaçados, outro episódio significativo afetaria ainda mais a vida dessa e de outras etnias indígenas: A Guerra do Paraguai. Ocorrida entre 1864 e 1870, Taunay<sup>40</sup> afirma que os três subgrupos Guaná tiveram participação no conflito. A descrição de Pacalalá, um índio Kinikinau, dada pelo cronista, reafirma a participação dessa etnia na guerra.

Assim estava Pacalalá naturalmente indicado para assumir a chefia de sua gente numa emergência grave como a que decorreria da invasão paraguaia. E os acontecimentos justificaram plenamente a confiança depositada em sua inteligência, coragem e espírito de energia e decisão<sup>41</sup>.

Diversos grupos indígenas aliaram-se aos brasileiros durante essa guerra a fim de preservar seu território. Ribeiro<sup>42</sup> evidencia que as aldeias junto ao Paraguai e às regiões próximas ao rio Miranda foram palcos da conflagração.

Notícias da primeira metade do século XIX indicam que alguns grupos (Guaná) foram aldeados junto ao Paraguai; outros, mais a leste, no rio Miranda,

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>38</sup> SGANZERLA, A. *Op. cit.*

<sup>39</sup> *Idem*, p. 284.

<sup>40</sup> TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: IPE, 1948.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Entre nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1940, p. 30.

<sup>42</sup> RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1986.

viram-se envolvidos na guerra entre brasileiros e paraguaios e tiveram suas aldeias invadidas<sup>43</sup>.

Os Kinikinau e outras etnias, além de participarem do conflito ao lado do exército brasileiro, serviram como guias das tropas por conhecerem bem a região. Em uma empreitada, buscaram refúgio nas serras de Maracajú, em conjunto com tropas luso-brasileiras.

[...] guanás, kinikináus e layanos ultimamente se uniram com a população fugitiva (de Miranda, rumo à Serra de Maracaju); [...] Foram os kinikináus os primeiros que subiram a serra do Maracaju, pelo lado aliás mais íngreme e se estabeleceram na belíssima chapada que coroa aquela serra<sup>44</sup>.

Para a subsistência própria e dos refugiados, cultivaram e forneceram alimentos provenientes de sua agricultura.

Taunay relata que os Kinikinau e os Guaná (Exoaladi) logo começaram a plantar, a produzir alimentos e criar galinhas, colaborando com o abastecimento local, enquanto durou a guerra. O autor acrescenta ainda que o chefe dos Kinikinau, um jovem destemido e valente, chamado Pacalalá, era hábil em descer a serra e buscar o gado que ficara vagando pelos campos, depois da fuga em massa da população. Numa dessas perigosas aventuras, o jovem capitão Kinikinau foi surpreendido pelos paraguaios e morto<sup>45</sup>.

Durante o refúgio, Taunay se refere aos meses que passou na Serra de Maracajú como época alegre e despreocupada em que vivia na íntima convivência dos muitos índios Terena, Kinikinau, Laiana e Guaná.

Boa temporada a dos Morros! De esplêndidos pastos e espaçoso descanso fartou-se o meu bicharoco<sup>46</sup>; [...] Os Morros! Que época alegre e despreocupada da minha vida! Que período de existência original e divertido! Muitos meses lá passei naquele planalto umbroso da serra de Maracaju, [...]. Sentia-me de-veras feliz no seio daquela esplêndida natureza, debaixo daquelas gigantescas árvores ou à beira de puríssimas águas correntes e na íntima convivência dos muitos índios terenas, quinquinaus, laianas e guanás que nos cercavam<sup>47</sup>.

---

<sup>43</sup> *Idem*, p. 83-84.

<sup>44</sup> TAUNAY, A. E. Memórias..., *Op. cit.*, p. 268.

<sup>45</sup> SOUZA, I. de. Kinikinau... 2009, *Op. cit.*, p. 156.

<sup>46</sup> Taunay se referindo ao burro chamado 'Paissandu' que comprou de um sujeito vestido à mineira no valor de 140 mil réis para poder prosseguir viagem ao Mato Grosso, depois de terem lhe furtado 'Dona Branca', seu cavalo (p. 287-291).

<sup>47</sup> TAUNAY, A. E. *A Retirada da Laguna*: episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia

Após a Guerra, os Kinikinau decidiram voltar para suas aldeias destruídas durante os combates e, para surpresa desse grupo e de outras etnias indígenas, a maior parte de suas terras estava ocupada por “novos proprietários”, dentre os quais oficiais desmobilizados do Exército Brasileiro, comerciantes e fazendeiros. Essa guerra, portanto, significou a perda de grande extensão do território indígena. Para Ribeiro<sup>48</sup>,

Findas as hostilidades, voltaram a instalar-se nos antigos locais e entraram em competição com os criadores de gado que, nesse período, começavam a ocupar a região. A maior parte dos grupos Guaná – entre eles os Kinikináo e os Layâna – perdeu suas terras, sendo compelidos a trabalhar para os que delas se apossaram, ou a se dispersar.

A Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi um dos instrumentos que facilitou a retenção das áreas indígenas para esses “novos proprietários”. Com o intuito de inibir a propriedade da terra através da simples apropriação pela posse - devido aos primeiros sinais da abolição e iminente imigração – o governo pôde, através dessa lei, garantir os interesses dos grandes proprietários.

Os que já estavam nas áreas indígenas, incluindo invasores e posseiros, receberam o título de proprietários. As terras ainda não ocupadas, ou seja, devolutas, passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas por meio de leilões. As pesquisadoras Bittencourt e Ladeira<sup>49</sup> afirmam que grande parte das terras indígenas foram incorporadas pelo governo.

A Lei de Terras (...) autorizava o governo a vender, por leilão, as terras devolutas, isto é, terras que não possuíam registro de propriedade. Apenas um mês depois da aprovação da Lei de Terras, o Ministério do Império mandava incorporar como terras devolutas as terras dos índios que já não viviam em aldeamentos<sup>50</sup>.

Atualmente, das etnias do Mato Grosso do Sul que possuem áreas demarcadas pelo governo estão as Terena, Kadiwéu, Guarani, Guató e Ofayé. Os índios dessas etnias não ocupam todos os territórios de origem porque grande parte dessas terras ainda está ocupada por particulares, que disputam a posse na Justiça<sup>51</sup>.

---

das Letras, 1997, p. 294-296.

<sup>48</sup> RIBEIRO, D. *Op. cit.*, p.84.

<sup>49</sup> BITTENCOURT, C.M.; LADEIRA, M. E. *Op. cit.*

<sup>50</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>51</sup> VITORINO, P. Polícia Federal retira Kadiwéus de fazenda em porto murinho. *Campo Grande*

Dentre as etnias “estrangeiras” podemos considerar os Atikum e os Kamba. Os Atikum, etnia oriunda do sertão de Pernambuco e que possui terras demarcadas lá, chegaram ao Mato Grosso do Sul em 1980. Hoje vivem em território indígena Terena no município de Nioaque<sup>52</sup>. Já os Kamba, oriundos da Bolívia, chegaram ao Mato Grosso do Sul a partir da segunda metade do século XX e vivem atualmente na periferia de Corumbá<sup>53</sup>. Essas duas etnias ainda não possuem terras regulamentadas no estado.

Os Kinikinau, segundo José da Silva e Souza<sup>54</sup>, “além de não possuírem terras demarcadas, não são reconhecidos pelo órgão indigenista oficial brasileiro e os poucos livros que se referem a eles os tratam como um grupo do passado e, portanto, *extinto*”<sup>55</sup>.

Atualmente, sua maioria está concentrada na Aldeia São João, localizada dentro da Reserva Indígena Kadiwéu. De acordo com José da Silva e Souza<sup>56</sup>, “Há notícias de membros desse grupo residindo também em aldeias dos Terena, nos municípios de Miranda (Cachoeirinha e Lalima) e Nioaque (Brejão)”<sup>57</sup>.

[...] Como vivemos em terra alheia, sempre ameaçados por algumas famílias de outra etnia, não queremos mais esta vida sem liberdade. Por isso, pedimos a volta para o nosso território de origem Kinikinau, onde possamos viver em liberdade, garantindo um futuro mais feliz para as nossas crianças, para que não esqueçamos nossas tradições e que todos nos reconheçam e nos respeitem como povo Kinikinau<sup>58</sup>.

---

News. Campo Grande, 02 nov. 2012. Disponível em:< <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/policia-federal-retira-kadiweus-de-fazenda-em-porto-murtinho>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

<sup>52</sup> SILVA, G. José da. *Além do que os olhos vêem*: reflexões sobre etnia, etnicidade e identidade étnica - os índios Atikum em Mato Grosso do Sul. Revista Tellus, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2003.

<sup>53</sup> SILVA, José da G. *Identidade, etnicidade, globalização e populações indígenas em fronteiras*: a presença Kamba em Corumbá-MS (1945-1987). História Revista, Goiás, v. 10, n. 2, 2005.

<sup>54</sup> SILVA, G. José da. ; SOUZA, J. L. de. *O despertar da fênix*: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 6, n. 2, 2003.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 154.

<sup>56</sup> *Idem*.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 152.

<sup>58</sup> SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES: a presença indígena em MS, 1., 2003. Corumbá, MS.

A partir da segunda metade do século XX, muitos antropólogos e indigenistas (MASON; RIBEIRO<sup>59</sup>; OLIVEIRA<sup>60</sup>; TOVAR e TOVAR<sup>61</sup> *apud* SOUZA<sup>62</sup>) consideraram a etnia Kinikinau “extinta”. Isto porque, após a Guerra do Paraguai, os Kinikinau foram expulsos de suas terras de origem e se dispersaram.

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século (XX), podemos apontar os Kinikináu (Guanã) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena<sup>63</sup>.

O ancião Leôncio Anastácio, mais antigo Kinikinau da aldeia São João, no final de 2003 concedeu entrevista ao biólogo Kinikinau Rosaldo de Albuquerque Souza, esclarecendo que, em 1940, após inúmeras perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores, o SPI - Serviço de Proteção aos Índios – levou os Kinikinau para a Reserva Indígena Kadiwéu. Na entrevista, Leôncio dizia:

[...] Após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kinikinawa, além de outros, sofreram sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos Kinikinawa foi disperso, mas algumas famílias estabeleceram-se em Agachi, próximo à Miranda. Os invasores de terra novamente os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar. Ficaram sabendo que no local chamado Corvelo havia terras devolutas e para lá partiram. Nesse tempo, já estavam recebendo orientações de um chefe do SPI, conhecido como Nicolau Horta Barbosa. Chegando ao Corvelo, fizeram suas casas, a terra era boa, então começaram a plantar, mas não demorou muito para aparecer um suposto “dono das terras”. O grupo comunicou o fato ao SPI e este o orientou a procurar o campo dos Kadiwéu. Foi o que os homens fizeram. No dia 13 de junho de 1940, duas famílias chegaram à aldeia de São João, que na época era desabitada. O Coronel Nicolau os acompanhou e determinou onde deveriam construir suas casas. O transporte que usavam era o carretão, uma espécie de carro de

<sup>59</sup> RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*

<sup>61</sup> TOVAR, A., TOVAR, C. L. *Catálogo de las lenguas de América del Sur: con clasificaciones, indicaciones tipológicas, bibliografía y mapas*. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

<sup>62</sup> SOUZA, I. de. Kinikinau..., *Op. cit.*

<sup>63</sup> OLIVEIRA, R. C. de. *Op. cit.*, p.27.



boi com rodas e eixo de madeira. O grupo que chegou à aldeia era de aproximadamente doze pessoas<sup>64</sup>.

Souza<sup>65</sup> afirma que os Kinikinau teriam estabelecido relações intersocietárias com os Kadiwéu, que exigiam daqueles, por serem agricultores, tributos em troca de proteção e da permanência em seu território. Essa afirmação se dá com base na dissertação de mestrado do antropólogo Siqueira Júnior<sup>66</sup>:

[...] Esses Terenas, vem sendo aliado com os Kadiwéu, sempre vivendo subordinado, os Kinikinau subordinados aos Kadiwéu. Não podia fugir porque eles tinham uma tarefa a fazer com ele, então trouxeram eles. Eles escolheram um lugar como de agricultura e coisa e tal. O único, o recurso mais próximo que eles mesmo acharam de tocar um recurso de agricultura, no caso, uma lavourinha que eles fazem, é aqui para o lado do PI São João, porque fica perto de Três Morros, que existia primeiro bolixo que eles se mantinha daquele lugar. Então eles, os patrícios disseram: - Então vocês ficam aqui [...] aqui é o canto da nossa área, aqui qualquer coisa, qualquer irregularidade que vocês vê, procuram nos localizar, nos avisar o que está acontecendo. Agora vocês têm obrigação, planta milho, arroz, feijão, tudo o que se dá aqui vocês planta, e nós vamos comercializar entre nós mesmos, lá pelo rio Paraguai, por aí, tudo o que nós conseguir nós entrega aqui, nós não temos como negociar [...] Nós vamos negociando, isso aí, vocês ficam como vigilante nosso, como ponto de segurança nosso. Aí toparam, onde existe o PI São João<sup>67</sup>.

Souza<sup>68</sup> ainda afirma que a extinção dos Kinikinau teve concessão do poder público, gerando, como consequência, a impossibilidade da etnia de se pronunciar diante de suas necessidades.

[...] A expulsão das terras tradicionais fez com que os Koinukonoen, ao vagarem por terras alheias, fugissem dos “civilizados”, fato observado em muitas

---

<sup>64</sup> SOUZA, R. de Albuquerque. Leôncio Anastácio e a Chegada dos Kinikinawa à aldeia São João em Porto Murtinho: Entrevista concedida na aldeia São João. Porto Murtinho, MS. 2003.

<sup>65</sup> SOUZA, J. L. de. O lugar Kinikinau: a trajetória dos Koinukonoen, em Mato Grosso do Sul, na perspectiva da Geografia Cultural. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL - Patrimônio Histórico e Cultural: Identidade e Poder, 7., 2004, Campo Grande. Anais...Campo Grande: ANPUH-MS/ UCDB, 2004.

<sup>66</sup> SIQUEIRA JR. J. G. *Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. 1993. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 130-131.

<sup>68</sup> SOUZA, J. L. de. O lugar..., *op. cit.*

sociedades indígenas. Tal situação se assemelhou a uma investida contra os Koinukonoen, cujas consequências foram os silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações desse grupo. Sob a égide dos valores universais e a concessão do poder público vigente à época foi de fato imposto uma exterminação de populações indígenas inteiras, a dos Koinukonoen foi uma delas<sup>69</sup>.

Por causa dessa “exterminação” dos Kinikinau e por terem “ficado ocultos em meio ao grupo majoritário Terena, (...), foram pouco mencionados em livros e documentos (...). Tornou-se natural referir-se a eles como um sub-grupo Terena, (...)”<sup>70</sup>

Órgãos indigenistas, como a Funai (Fundação Nacional do Índio), deixaram de registrar nascimentos de crianças dessa etnia e os Kinikinau foram convencidos a se registrarem como Terena:

[...] foi negada aos Koinukonoen pelo próprio órgão indigenista, primeiramente o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e depois a Funai, a possibilidade de se identificarem como Kinikinau, pois eram obrigados pelos chefes de posto a se registrarem como Terena. Dessa forma, identificar-se como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido<sup>71</sup>.

Segundo Albuquerque Souza<sup>72</sup>, os Kinikinau “ressurgiram” em 1997, quando a Prefeitura de Porto Murtinho, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, iniciou um trabalho de Educação Escolar na Reserva Indígena Kadiwéu com a perspectiva da implantação de escolas que atendessem às necessidades de cada aldeia.

Na aldeia São João, entre 1997 e 1999 foram realizadas reuniões e debates sobre a escola que os índios desejavam, verificando-se que a maioria rejeitava um tratamento igual aquele oferecido aos Kadiwéu. Isso levou a se pensar, então, em uma escola que atendesse a índios Terena, o que também foi rejeitado pelo grupo. Evidente que

---

<sup>69</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>70</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. *Op. cit.*, p. 150-151.

<sup>71</sup> SILVA, G. José da. Ressurgidos, emergentes, resistentes: reflexões sobre as presenças indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 5., 2007, Três Lagoas. Anais... Três Lagoas: UFMS, 2007, p. 87.

<sup>72</sup> SOUZA, R. de Albuquerque. O Povo Kinikinau e sua trajetória ao ensino superior. In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: SABERES LOCAIS, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA, 3., 2009, Campo Grande. Resumos. Campo Grande: UCDB, 2009.

esse fato causou muita estranheza e, ainda que timidamente, os Kinikinau começaram a expressar a partir desse episódio, uma identidade étnica distinta<sup>73</sup>.

O antropólogo Giovani José da Silva e o sociólogo José Luiz de Souza fizeram parte no trabalho de revitalização deste grupo indígena. Segundo eles:

Os Kinikinau, assim como membros de outras sociedades indígenas do Brasil de hoje, não desejam ser chamados de ressurgidos, pois entendem que a conotação seja pejorativa e pouco explicativa da situação histórica a que foram submetidos. Preferem, por essa razão, a expressão “resistentes”<sup>74</sup>

Conforme Souza<sup>75</sup>, na década de 1990 os Kinikinau decidiram entrar em contato com os órgãos competentes para exigir o reconhecimento de sua identidade. José da Silva<sup>76</sup> também afirma o mesmo, citando que “no final de 1990 os Kinikinawa iniciaram uma intensa mobilização política, ainda em curso, reivindicando uma etnicidade própria e distinta dos indígenas Terena, com quem foram confundidos durante muito tempo”.

Atualmente, são 250 indivíduos que vivem na Aldeia São João, dentro da Reserva Indígena (RI) Kadiwéu<sup>77</sup>. Hoje, possuem reconhecimento de sua etnia pela Funai, constatado em seus próprios registros de identidade, porém, ainda não possuem território.

Na entrevista feita com o Sr Ambrósio Góis, índio Kinikinau, Carlito<sup>78</sup> descreve a carteira de identidade do indígena. Nota-se que Ambrósio possuía 51 anos de idade quando da data de expedição de sua carteira no ano de 2000.

---

<sup>73</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>74</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. I. de. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>75</sup> SOUZA, I de. *Koenuknoe Emo'u: a língua dos índios Kinikinau*. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

<sup>76</sup> SILVA, G. José da. *Ressurgidos...*, *Op. cit.*, p. 86.

<sup>77</sup> SILVA, G. José da ; SOUZA, J. L. de. *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Kinikinau. 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kinikinau/print>>. Acesso em: 24 set 2012.

<sup>78</sup> CARLITO, M. P. *Transcrição de trechos do diário de bordo da 2ª Expedição Guaicuru ao Sudoeste de MS: Entrevista concedida na aldeia São João*. Porto Murtinho, MS. 2002. Disponível em : <<http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-os-ex-extintos-kinikinawa-parte-1>>. Acesso em: 10 nov 2011.

Entre outras coisas, o senhor Ambrósio nos contou que era evangélico e que possuía carteira de identidade na qual constavam os seguintes dados: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio/Administração Executiva Regional - Campo Grande/MS, Lei nº6001/73 - Estatuto do Índio; Nome: “Ambrósio Góis”; Identidade: nº 013.758/FUNAI; Aldeado em: PIN São João - MS; Expedida em 10/01/2000; Filiação: Emílio Góis e Aureliana Marques; Nascido em 07/12/1949; Local: Aldeia São João/Porto Murtinho/MS; Cútiis: Morena; Nação: Kinikinawa; Sexo: Masculino; com assinatura do portador e da Administração Regional/FUNAI-MS<sup>79</sup>.

Em 2003, ocorreram dois eventos onde foi manifestada a existência dos Kinikinau: O ‘I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial’ realizado em Olinda-PE, entre os dias 15 e 19 de maio, e o ‘Seminário dos Povos Resistentes: A presença indígena em Mato Grosso do Sul’, realizado em Corumbá-MS, entre os dias 10 e 12 de dezembro.

Segundo José da Silva e Souza<sup>80</sup>, “Nesses encontros, o professor indígena e ex-policial militar (Inácio Roberto) falou sobre a difícil luta que os Kinikinau têm travado para serem conhecidos e oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro”.

Em 2004, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, organizou o ‘Seminário Povo Kinikinau: Persistindo a Resistência’ na cidade de Bonito, entre os dias 16 e 18 de junho<sup>81</sup>. Compareceram cerca de quarenta indígenas Kinikinau que “puderam debater sobre a situação atual em que vivem e elaboraram um documento, a *Carta de Bonito* (Figura 2), em que exigem, dentre outras reivindicações, reconhecimento oficial da existência da etnia por parte do Estado Brasileiro”<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> *Idem*.

<sup>80</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. Povos..., *Op. cit.*

<sup>81</sup> VILHALVA, S. Kinikinau: Valorizando a História e a Pedagogia de um Povo. In SEMINÁRIO POVO KINIKINAU: PERSISTINDO A RESISTÊNCIA, 1., 2004, Bonito. *Anais eletrônicos...* Bonito: Arara Azul, 2004. Disponível em: < <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=57> >. Acesso em: 18 mar 2012.

<sup>82</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. Povos..., *Op. cit.*

## CARTA DE BONITO

Aos dezesseis, dezessete e dezoito dias do mês de junho de 2004, no Hotel Pousada Águas de Bonito, no município de Bonito, MS, por promoção da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), com recursos do Programa Fome Zero, reuniram-se membros da sociedade indígena KINIKINAU, o antropólogo Giovanni José da Silva (Unesco/UFMS), o sociólogo Jose Luiz de Souza (UFMG/Capes), as linguístas Ilda de Souza (Unicamp) e Valéria Guimarães (UFMS), o diretor do Campus de Três Lagoas (UFMS) Dr. Dercir Pedro de Oliveira, sob a coordenação da Professora Miriam Moreira Alves (técnica da SED/MS) para participarem do *Seminário Povo Kinikinawa: persistindo a resistência*, com os seguintes objetivos:

1. Exigir o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da etnia KINIKINAU e o direito desta etnia às terras tradicionais, historicamente ocupadas pelo grupo;
2. Requerer o início dos processos de identificação e delimitação das terras tradicionais;
3. Estabelecer que o etnônimo do grupo passa a ser KINIKINAU, com base em documentação histórica;
4. Reconhecer o direito das famílias KINIKINAU, residentes em outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais

Bonito, 18 de junho de 2004.

Ronaldo de Albuquerque Souza  
Margarida Maria de Souza  
Sônia Maria Codorniz Costa  
Valéria Guimarães  
Giovanni José da Silva  
Jose Luiz de Souza  
Ilda de Souza  
Valéria Guimarães  
Dercir Pedro de Oliveira  
Miriam Moreira Alves  
Shirley Vilhalva  
Alcery Marques Gabriel  
Wanderley Dias Cardoso  
Sônia Maria Codorniz Costa  
Nilza Catalina Silva  
Iara Quêlho de Castro  
Selma Viviane Benedita Rodrigues

Em tempo, registramos que estiveram presentes também ao Seminário Shirley Vilhalva (SED/MS), Alcery Marques Gabriel (SED/MS), Wanderley Dias Cardoso (SETASS/Programa Fome Zero), Olívia Valdez Silveira (SED/MS), Sônia Maria Codorniz Costa (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Nilza Catalina Silva (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Iara Quêlho de Castro (UNICAMP) e Selma Viviane Benedita Rodrigues (Sec. Mun. de Bonito).

Figura 2: Carta de Bonito elaborada no Seminário Povo Kinikinawa: Persistindo a Resistência.

Fonte: <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=57>

Os objetivos descritos na *Carta de Bonito* foram: 1) Exigir o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da etnia KINIKINAU e o direito desta etnia às terras tradicionais, historicamente ocupadas pelo grupo; 2) Requerer o início dos processos de identificação e delimitação das terras tradicionais; 3) Estabelecer que o etnônimo do grupo passe a ser Kinikinawa, com base em documentação histórica; 4) Reconhecer o direito das famílias KINIKINAU, residentes em outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais.

“Dados como “extintos” por antropólogos e indigenistas, dispersos por diferentes aldeias Kadiwéu e Terena, buscam hoje retomar seu território tradicional,

localizado entre os atuais municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá<sup>83</sup>. Atualmente, uma parte do grupo se deslocou para Miranda em busca de suas terras tradicionais,

Os Kinikinau estão preocupados com o futuro, pois já não são apenas 12 pessoas, como afirmara o ancião Leôncio Anastácio, quando da chegada dos ‘pioneiros’, em 1940. É provável que a população acompanhará o ritmo crescente observado em muitos outros grupos indígenas, necessitando de mais terras para sobreviver física e culturalmente. Entretanto, o desejo que se torna imperioso entre eles é o de regressarem para casa, para um lugar Kinikinau, onde possam reconstruir a memória do grupo, institucionalizar o espaço através dos ritos e dos mitos, assegurando, dessa forma, a continuidade da presença histórica Kinikinau<sup>84</sup>.

O desejo pelo território tradicional é nada além de um direito que a Constituição Brasileira prevê por meio do Art.231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens<sup>85</sup>.

Apesar de terem sido acolhidos nas terras dos Kadiwéu e estarem bem “próximos cultural e lingüísticamente dos Terena”<sup>86</sup>, os Kinikinau desejam reconhecimento. Querem se auto-afirmar, nem que precisem se reinventar.

O fato é que estão dispostos a reverter o quadro e lutar pela reafirmação de sua identidade. (...) Mostravam-se entusiasmados com a perspectiva de um fortalecimento cultural que os levasse a uma existência digna, sem a perda de sua referência nativa. Como disse um Kinikinawa: “nem que seja preciso a gente inventar nossa tradição”<sup>87</sup>.

<sup>83</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. O despertar..., *Op. cit.*

<sup>84</sup> JOSÉ DA SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. de. *História, etnicidade e cultura em fronteiras: os Kinikinau em Mato Grosso do Sul*. In: ROCHA, L. M.; BAINES, S. G. *Fronteiras e espaços interculturais*. Goiânia: UCG, 2008, p. 33.

<sup>85</sup> BRASIL. *Constituição (1988)*. Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo VIII – Dos índios. Art. 231. *Lex*: Secretaria especial de editoração e publicações. Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, p. 37. 2010. Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/ con1988/ CON1988\\_05.10.1988/CN1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/ con1988/ CON1988_05.10.1988/CN1988.pdf)>. Acesso em: 24 set 2012.

<sup>86</sup> SOUZA, I. de. *Kinikinau...*, *Op. cit.*

<sup>87</sup> CARLITO, M. P. *Op. cit.*

“Um dos sinais diacríticos utilizados pelo grupo para se auto-afirmar Koinukonoen (autodenominação) é a produção de cerâmica (Figura 3), nitidamente inspirada na conhecida cerâmica Kadiwéu”<sup>88</sup>. O artesanato Kinikinau estabelece, então, um contraponto inicial de fortalecimento cultural.

Desde cedo os indivíduos se habituem a ver e a desenhar padrões convencionais, a produzir artefatos peculiares a cada tribo, familiarizando-se com essas imagens que passam a ser a forma de exprimirem seu modo de ser, sua personalidade cultural. Neste sentido, a arte, tal como a língua, as crenças, as narrativas míticas e outros elementos da cultura vem a ser um mecanismo ideológico que reforça a etnicidade e, em consequência, a resistência à dissolução da etnia<sup>89</sup>.

Os artesãos inventam uma nova “antiga tradição”. Muitos de seus produtos artesanais, concebidos pelas mulheres e homens dessa etnia, apresentam atributos inéditos. Apesar da produção de cerâmica dar continuidade a uma antiga tradição Guaná, suas ornamentações apresentam características não inerentes às expressões culturais de seu passado, mas manifestadas na atualidade pelo que José da Silva e Souza denominam de “vontade de diferença”<sup>90</sup>.



Figura 3: Casa do Artesão: Cerâmica Kinikinau. Campo Grande - MS.

Fonte: <http://picasaweb.google.com/lh/photo/sfKoVyklTnR8xtZjVN-tDg>

<sup>88</sup> SILVA, G. José da. Ressurgidos..., *Op. cit.*, p. 86.

<sup>89</sup> RIBEIRO, B. G. *Arte indígena, linguagem visual*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1989, p. 32-33.

<sup>90</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. *História...*, *Op. cit.*, p. 30.

Essa “vontade de diferença” deriva da situação de invisibilidade que este grupo étnico viveu, por ter sido considerado extinto e confundido com os Terena durante muito tempo. O artesanato, então, surge estabelecendo um contraponto de auto-afirmação do grupo. Ele se torna mais um elemento de fortalecimento da etnia. Surge então, a necessidade em se atentar para a comercialização deste artesanato renovado, onde afloram resquícios de arte. “Hoje a ‘vontade de diferença’ se revela na fabricação de cerâmica pelas mulheres, dentre outras práticas culturais”<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> SILVA, G. José da; SOUZA, J. L. Ressurgidos..., *Op. cit.*, p. 87-88.



# Acordo e Convenção. Representação das mulheres pioneiras no sul de Mato Grosso

*Dolores Pereira Ribeiro Coutinho\**  
*Maria Madalena Dib Mereb Greco\*\**

Neste trabalho, o documento escrito foi preponderante na análise de um grupo determinado em função do material encontrado no Acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Contratos e Escrituras datados do século XIX criaram perguntas: como viviam e qual o papel das mulheres que aparecem nestes registros, as pioneiras na ocupação da região sul de Mato Grosso? Assim o cotidiano das sombras femininas e sua importância na família ganharam mais espaço e dimensão na busca de novas interpretações das relações sociais.

**Palavras-chaves:** Sant'Anna de Paranayba – Contratos de casamento e Arras – Relações de gênero.

In this work, the written document was preponderant in the analysis of a group determined in function of the material found in the collection of the Court of Justice of Mato Grosso do Sul. Contracts and Deeds dating from the 19th

**P**ara uma História de Mulheres é imprescindível, pela posição atualmente conquistada, que a História passe a ser entendida como resultado de interpretações que tenham como fundo as relações de poder, que perpassam o econômico e o social. Independente dos novos objetos que a História aborda, desvinculada das visões tradicionais e das correntes que prevaleceram nos últimos cem anos nos estudos das mais variadas sociedades humanas e seus mais variados arranjos, considera-se que as questões

---

\* Mestre em História e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora independente. [doloresribeiro@uol.com.br](mailto:doloresribeiro@uol.com.br)

\*\* Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em História Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. [famgreco@hotmail.com](mailto:famgreco@hotmail.com)

century created questions: how they lived and what is its role of women appearing on these records, the pioneers in the occupation of the region South of Mato Grosso? So the daily lives of female shadows and its importance in

the family gained more space and dimension in the search for new interpretations of social relations

**Keywords:** Sant'Anna de Paranayba – wedding Contracts and Arras – gender relations.

---

que focalizam mulheres são pertinentes e já ocupam um expressivo lugar nos estudos históricos no Brasil.

Neste trabalho, os focos são as mulheres de uma família em especial, em razão da quantidade de documentação encontrada no Acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, os Garcia Leal, e a cidade de Sant'Anna de Paranayba. Trata-se de um recorte e um estudo preliminar que se pretende aprofundar com o tempo, em especial para verificar o papel real das mulheres nos grupos familiares e nas sociedades sertanejas isoladas do resto do mundo e, sobretudo se tiveram força para fazer valer seus interesses e desejos. Ou, ao contrário, apenas gravitaram nas sombras dos interesses e do poder constituído num excludente mundo masculino.

Os documentos pesquisados referem-se a trajetória do pioneirismo destes descendentes de portugueses, oriundos da Província de Minas Gerais, que se instalam na cabeceira do Rio Paraná, lá se estabeleceram e fundaram a cidade atualmente chamada Paranaíba e referência na região do Mato Grosso do Sul (conhecida como Bolsão), na divisa com os estados de Minas Gerais e de Goiás. Os Garcia Leal figuram nesses documentos escolhidos, em grande parte como protagonistas, ou como testemunhas, narradores ou mesmo representantes de terceiros, pelo poder, prestígio e credibilidade instituída de que eram portadores na região.

Em um segundo momento, procurou-se analisar a questão das mulheres e o discurso de domínio/submissão com base nos contratos pré-nupciais, arras (bens dotais que por contrato o noivo assegurava à futura esposa) e testamentos abertos, como expressão da posição secundária da mulher frente a uma sociedade paternalista e fortemente dominada por homens. Objetiva-se, portanto, verificar em que bases reais se sustenta o rótulo de fragilidade/incapacidade jurídica atribuído ao sexo feminino e como as relações de poder entre homem e mulher se refletiram nos discursos contratuais e de (dis)paridade entre homens e mulheres

dessa sociedade herdeira de uma estrutura socioeconômica conservadora e de costumes tradicionais dos tempos coloniais.

## *A história de uma família e da sua cidade: Sant'Anna de Paranayba*

A reconstrução da história da família em tela atrela-se ao desenvolvimento econômico e à expansão territorial da cidade de Sant'Anna de Paranayba. O sertanista Joaquim Francisco Lopes já mencionava o sertão de Paranaíba nos relatórios que datam de 1829 a 1837<sup>1</sup>. Os Garcia Leal haviam-se instalado em fazendas no extremo oeste do Triângulo Mineiro, perto da fronteira com Mato Grosso e se dirigiram ao sertão mais remoto com a finalidade de marcar novas posses. Nos relatórios de Lopes já se demonstrava a autoridade do patriarca Capitão José Garcia Leal:

Segui escoteiro para Paranayba e cheguei no Monte Alto à casa do Sr. Capitão Jose Garcia Leal, o qual a pouco tinha chegado do sertão, e me fez ver boas fazendas que achou, e o sertão que seguia, e demarcou de olho uma fazenda para mim nas margens do rio Paraná, e me ofereceu mantimentos e a sua fazenda para orar, até cultivar a minha.<sup>2</sup>

José Garcia Leal, o mais velho dos irmãos, casado com Ana Angélica de Freitas, trouxe à região irmãos, agregados e escravos. Líder político, foi nomeado em 1836 diretor da povoação, na época com trinta famílias, aproximadamente. Toda a área ocupada por estes mineiros ficou conhecida como Sertão dos Garcias ou Vácuo dos Garcias. O povoado foi erigido em terras doadas pelo capitão José Garcia Leal, assim como o terreno da Igreja de Sant'Anna, cuja imagem foi presenteada por dona Ana Angélica de Freitas, esposa do capitão.

O crescimento do povoado foi logo elevado à categoria de Distrito de Paz, com a presença de um juiz em 1838, subordinado à Cuiabá. Neste mesmo ano, foi nomeado o primeiro vigário do povoado o Padre Francisco Sales Souza Fleury e ali chegaram o primeiro professor e escrivão de paz, Luis Beltrão de Souza (irmão do padre); o primeiro coletor estadual e agente do correio, José Rodrigues Anacleto

---

<sup>1</sup> *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 1943.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 16.

(genro de José Garcia Leal); o primeiro juiz de paz, capitão José Coelho de Souza; o subdelegado de polícia, Joaquim Lemos da Silva. A José Garcia Leal coube ainda o cargo de diretor dos Caiapó aldeados nas margens dos Rios Paranaíba e Paraná.

Nesse contexto de ocupação do sertão também vieram os Pereiras, os Barbosa, os Leite e tantos outros. Na metade do século XVIII teve início o bandeirantismo de jacá – balaios de trama de palha – condicionadores de sementes, alimentos, utensílios domésticos; do carro-de-boi, único veículo de transporte com tração animal e o cavalo de sela. Neste processo colonizou-se o planalto central, as terras do nordeste paulista, a região do Triângulo Mineiro, o sudeste goiano e o sul do antigo Mato Grosso.

## *Garcia Leal – um acordo ultramarino*

Os Garcia, naturais da Ilha do Faial – Arquipélago dos Açores fixaram-se na região de São João Del Rei desde as primeiras décadas do século XVIII atendendo o incentivo da coroa portuguesa para a colonização das terras brasileiras. Os Garcia e os Leal começaram a formar um novo grupo familiar, a partir da união de João Garcia Pinheiro com Maria Leal, também oriunda de Faial. Julia Maria da Caridade, avó de João Garcia, Antonia da Graça e Helena de Jesus, três nativas da Ilha de Faial, estabeleceram-se em Minas Gerais, geraram famílias e ficaram bases sociais e políticas, tornando-se figuras preponderantes na formação da base de famílias mineiras tradicionais, não contrariando o papel da mulher na sociedade colonial, porém como exceções da regra.

O casal João Garcia Pinheiro e Maria Leal eram pais de Pedro Garcia Leal, casado com Josefa Cordeiro Borba que, entre outros filhos, tiveram João, assassinado em Lavras por contendas de terras. Isso motivou o irmão Januário a seguir um ritual de vingança e perseguições. Conhecido como *famanaz Garcia* (que tem má fama), teve sua prisão decretada pelo Conselho Ultramarino, determinação não cumprida.

Em função destas ações a família migrou para o pontal do rio Grande com o Paranaíba. José Garcia Leal, o filho mais velho, ocupou o posto de patriarca da família, instalou-se na fazenda Barra e tomou posse também das fazendas Córrego Fundo e Bonito, além de outras áreas nos rios Verdes e Sucuriú. Casado com Ana Angélica de Freitas, tiveram 13 filhos e após sua viuvez casou-se

novamente com Maria Umbelina Garcia Leal, viúva de Aleixo Ferraz, com quem não teve filhos.

A genealogia da família Garça Leal comprova a teia de relações que abasteceu toda a região de fazendeiros, produtores e políticos. Segundo Alan MacFarlane, “na sociedade familiar na qual a família é controlada pela família ampliada, as trocas econômicas no casamento são complexas, envolvendo não apenas uma grande relação de bens e serviços, mas também um vasto círculo de parentes”<sup>3</sup> As alterações dos casais e de seus herdeiros ficavam por conta de falecimentos, separações e perfilhações, mas permaneciam no âmbito da família ampliada. A estrutura mestre da genealogia desta família pode ser verificada através do testamento aberto do Capitão José Garcia Leal:

Saibam quantos este público instrumento de testamento aberto, como em direito melhor lugar haja e dizer possa virem, que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e cinqüenta, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do dito anno, vigésimo nono da independência e do império, neste arraial de Santana do Paranayba; distrito da vila de Poconé, e segunda comarca da privincia de Matto Grosso, e as casas de morada e residência do capitão José Garcia Leal, onde eu escrivão de órfãos, servindo neste incidente de escrivão do juízo de paz e de notas, por não haver neste lugar, fui vindo, e sendo ali apareceu presente o capitão José Garcia Leal, reconhecido por mim escrivão pelo próprio que se nomeia e trato de que dou fê; e por ele me foi dito em presença das testemunhas abaixo assignadas, que estando em idade avançada e temendo-se a morte que a todos é certo, porem em perfeita saúde e entendimento fazia o seu testamento aberto de forma e maneira seguinte.

Declarou o Capitão José Garcia Leal que era católico romano, filho legítimo de João Garcia Leal e de sua mulher Maria Joaquina do Espírito Santo, já falecidos, nascido e batizado na província de Minas Gerais. Declarou mais ele dito capitão Jose Garcia Leal que foi casado em face da Igreja com Ana Angélica de Freitas, já falecida, de cujo matrimônio tivemos doze filhos de nomes *Flávio, Sabino(falecido) e deixou herdeiros, José(falecido) e não deixou filhos, Galadino, Manuel, Justina, Maria, Ana, Matildes, Vitalina, Miquelina e Felisbina*, os quais se acham casados, e os instituo meus herdeiros universais de todo e qualquer remanescente que houver depois do meu falecimento. Declarou mais ele capitão José Garcia Leal, que lhe tocou na sua meação no inventário eu há pouco se fez, a quantia de noventa e nove contos, novecentos e setenta e oito

---

<sup>3</sup> MACFARLANE, Alan, *História do Casamento e do Amor*. Inglaterra: 1300-1840. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

mil, setecentos e noventa e um réis e tendo de dotar a minha mulher *Maria Umbelina*, por *convenção que fizeram antes de se casar*, e fazer esmolas e doações, lançou mão da terça parte da quantia acima, que importou em trinta e três contos trezentos e vinte e seis mil duzentos sessenta e seis réis que aplicou em escravos, e um e outros gado, dinheiro, e bens de raiz e os seus herdeiros concordaram os quais baixo vão distribuídos segundo sua determinação e disposição de ultima vontade. Declarou ele Capitão José Garcia Leal, que se dispondo a favor de Maria Umbelina no ano de oito centos e quarenta e sete mil quatrocentos reais da terça dele testador, nos bens, e valor que se segue. Um estabelecimento de lugar denominado a Serra com a casa de engenho, paiol, casa de serra, rego d'água, matos de cultura e campos de criar cabra pertencentes ao mesmo estabelecimento, moinho e monjolo, e ralador e uma morada de casa neste arraial coberta de telhas com duas portas de frente para a igreja e três janelas para o mesmo lado, e uma porta de frente para a travessia da ponte, e três janelas para a frente da mesma travessia, tudo na importância de dez contos de reis novecentos e sete mil quatrocentos reais. Declarou mais Capitão José Garcia Leal que dava esmola a Edwirges mulher de Francisco Antonio dois contos novecentos mil réis nos bens seguintes: em terras na fazenda das cabeceiras de Santana no valor de dois contos de réis e novecentos mil réis. Declarou mais o Capitão Garcia Leal que dava por esmola a Sebastião Garcia Leal, pelo amor que lhe tem a quantia de dois contos, novecentos mil réis nos seguintes bens: em terra de culturas e campos de criar na fazenda das cabeceiras do Santana na importância de dois contos quatrocentos e trinta e seis mil seiscentos e sete réis em moedas corrente que se faz a soma de dois contos e novecentos mil réis. Declarou mais ele Capitão José Garcia Leal, que todos os escravos existentes não tiveram ainda o tempo de suas liberdades continuarão no mesmo serviço até seu vencimento e aqueles que não se acham por contrato algum passará por ele Capitão José Garcia Leal por escritura ou título servirá dele e a sua mulher durante a vida de ambos e falecido o último ficarão forros. Declarou mais ele Capitão José Garcia Leal, que sua mulher Maria Umbelina só tem uso fruto do dote que ele dito capitão fez da quantia de dez contos novecentos e noventa e sete mil e quatrocentos réis, e depois do seu falecimento (dela Umbelina) voltará aos herdeiros que ele doador vai declarar para ser distribuído entre os mesmos com igualdade e serão os seguintes: Ana de Souza filha legítima de Diogo José de Souza, Manuel Ferreira filho legítimo de Antonio Ferreira de Melo e sua mulher Matildes Garcia Leal, Francisco de Sales, filho legítimo de José Rodrigues Anacleto e sua mulher Felisbina Angélica Anacleto, Vitória e Ana filhas legítimas de Francisco Antonio, e sua mulher Edwirges, e Francisca filha legítima de sua mulher Maria Umbelina com o finado seu marido Aleixo Ferraz em caso de qualquer destes falecerem

passara esta doação que lhe couberam aos outros. Declarou ele Capitão José Garcia Leal que possui além do rio Paranaíba uma fazenda de cultura no porto, a qual foi avaliada no seu inventário por seiscentos e setenta e cinco mil réis, a qual deixava de esmola aos seus escravos que as poderão desfrutar na vida dele doador aqueles que forem ficando forros, e que por morte di ultimo deste cônjuges gozarão todos os outros escravos. Declarou mais ele Capitão Garcia Leal que os restantes dos bens móveis que ficou apartada para a terça que são gados vacuns, muares, e algum dinheiro e mais bens que houver depois do falecimento dele capitão José Garcia Leal, e sua mulher Maria Umbelina será entregues aos seus herdeiros legítimos com igualdade. Declarou capitão José Garcia Leal que o líquido que existe de sua meação a quantia de sessenta e seis contos seiscentos cinqüenta e dois mil quinhentos e vinte e oito réis, já todos os seus herdeiros estão de posse dessa quantia com igualdade de direito segundo consta dos recibos passados pelos mesmos, e no caso que haja qualquer remanescente em bens, ou moedas por morte do último cônjuge será dividido com igualdades entre seus filhos legítimos. Declarou mais ele capitão José Garcia Leal que até no presente possui se acha livre e desembargado. Declarou mais que ele Capitão José Garcia Leal que seus herdeiros se acham empossados nas suas fazendas de culturas e campos de criar de que lhe deu os competentes títulos com todas as confrontações necessárias para não haver duvidas no futuro. Declarou finalmente o capitão José Garcia Leal haver concluído o seu testamento e disposição de última vontade, e roga em primeiro lugar a seu genro José Rodrigues Anacleto, em segundo lugar o seu filho Manoel Ricardo da Silveira, e em terceiro o seu filho Galdino Martins Saldanha sejam seus testamenteiros, benfeitores e administradores; e se lhes concede três anos para dar contas perante as justiças; e no dia do seu falecimento, se dirá as missas de corpo presente segundo o número de padres que houver no lugar, e roga mais que seu corpo seja amortalhado, com lençol branco, e enterrado na Matriz do lugar, e por desta forma e maneira houve ele dito capitão José Garcia Leal

Seu testamento e disposição de ultima vontade por feito e acabado, e em qual rogo as justiças de sua Majestade Imperial de um e outro foro dêem a ele toda força e vigor, e se nele faltar alguma cláusula e que as hei por declaradas como se delas fizessem especial menção; e havendo por derogado qualquer outro testamento que anterior a este haja feito, pois só quer que valha este. Em testemunho da verdade e com assim o disse a mim escrivão pediu que lavrasse o presente instrumento de testamento aberto que sendo por mim lido aceitou e assignou com as testemunhas presentes. Ver. Francisco Sales de Souza, José Rodrigues Anacleto Silvério de Oliveira, Manoel Passos, José Ferreira de Almeida. Eu, escrivão Luis Ferreira Gomes, escrivão dos Órfãos, servindo neste incidente de escrivão de paz e de notas, o escrevi e assignei, Luis Ferreira Gomes. José Garcia Leal, Pe. Fran-

A preocupação do patriarca capitão José Garcia Leal em seu testamento aberto parece demonstrar uma equidade, que em alguns momentos no documento não distingue a diferença de sexos na distribuição dos bens. O legado paterno, geralmente, interferia nas relações matrimoniais das filhas, , dispondo o que MacFarlane chama de “fundo conjugal”<sup>4</sup>.

No caso estudado, o entrelaçamento de parentes consaguíneos e por afinidade é grande. A viuvez feminina com certa frequência poderia ser explicada pelo fato da região sofrer um alto índice de paludismo (tifo, malária, febres, sezões, lepra) e tantas outras causas oferecidas pelo próprio isolamento das propriedades e das condições de vida que ceifavam vidas bem precocemente, incluindo a violência reinante nesses sertões.

Em uma ratificação do Contrato de Arras (bens dotais que por contrato o noivo assegura à futura esposa), datado primeiro de fevereiro de 1841, firmado entre Casemiro Joaquim Fernandes e Anna Izabel de Jesus de separação total de bens, ambos viúvos e com filhos do primeiro casamento, deixava claro as condições da união matrimonial:

(...) que por este instrumento queirão ratificar o Contrato de Arras que havião feito antes das núpcias, debaixo de cuja condição se receberão em matrimônio, e me apresentarão o papel de tracto, o qual sendo por mim visto na presença das mesmas e testemunhas, vi elle tinha sido feito de próprio punho do cônjuge, e assignado por elle, e por Januário Garcia Leal a rogo da cônjuge, por ella não saber ler(...) tnhão contracto de terem usufruto dos bens de hum e de outro mutuamente enquanto vivos fossem, e que por falecimento de hum ou de ambos, passarião os bens do falecido ou dos falecidos aos filhos de cada um dos cônjuges tinha do seu primeiro casamento, porque ambos erão viúvos com filhos e ambos erão maiores de cinquenta anos, e por consequência infecundos (...) e que outro não seria obrigado as dividas hum do outro, contraidas antes das segundas núpcias(...)

A entre - ajuda parecia vigorar de maneira bem balanceada, com o homem entrando com o capital fixo ou com o potencial de rendimentos e a mulher com o capital mais imediato e potencial de trazer filhos ao mundo, apoiando-se no contrato tácito garantido pela necessidade generalizada de fazer circular as pes-

---

<sup>4</sup> *Idem*, p. 271.



soas e bens. Este contrato é parte de uma organização da produção na qual a estrutura do parentesco é orientada por uma teoria de ação que tinha componentes de controle social provenientes da Igreja e do Estado. Havia até mesmo uma recomendação da Igreja Ultramarina e da Coroa para a construção de famílias, formando um sistema econômico que classifica as pessoas, recursos e as relações entre ambos, por meio da doutrina cristã e do direito.

Na realidade da sociedade brasileira colonial, e ainda na sequência do século XIX, baseada na agricultura ou pecuária extensiva, dificultou a existência de uma classe burguesa comercial ou industrial nesta região em estudo. Predominou nos remotos sertões do país, áreas de pobreza e de isolamento, onde as relações sociais e a rede de solidariedade formadas foram do tipo clânico (senhor rural e camponês/agregados) e a parental, onde existiam os laços de consanguinidade.

## *Mulheres submissas?*

A história da colonização brasileira é uma história que pertence ao sexo masculino, a história de conquistas, desbravamentos, lutas entre os “selvagens” e “civilizados”, não cabendo nesse contexto o destaque da presença feminina. A constituição do sujeito atuante político/econômico feminino pela própria historiografia, até o século XX, é uma tentativa de desconstrução do papel da mulher, colocando-a em posição de coadjuvante ou até mesmo ausente dos acontecimentos relevantes. Um exemplo desta literatura, ambientada na região é o romance “Inocência” escrito por Alfredo d’Escragno<sup>5</sup>: “é coradinha que nem mangaba do areal. Tem cabelos compridos e finos como seda de paina, um nariz mimoso e uns olhos de matadores”. Esta mulher, submetida ao macho provedor, estava confinada aos atributos físicos. Casos excepcionais aparecem quando uma mulher parece ter tido a iniciativa de intervir, nas escrituras encontradas no Cartório de Notas de Paranayba, que buscava a ajuda de uma autoridade para resolver um problema de herança, onde a mesma era favorecida, julgando e declarando em juízo que seu marido era um “sandeu” (imbecil) e, portanto não zelara pelos seus direitos, conforme transcrição abaixo:

Escritura de contracto que fazem e assignão Capitão Jozé Aprígio de Toledo e Anna Barboza, viúva do finado João Rodrigues Costa, como abaixo se declara.

<sup>5</sup>TAUNAY, Alfredo d’Escragno (Visconde de). *Inocência*. Rio de Janeiro: Express, 2001, p. 60.

Saibam quantos este público instrumento de escriptura de contracto virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e cessenta e oito, aos vinte e seis dias do mez de março, do dito ann, nesta Villa de Sat'Anna do Paranayba, Comarca de Miranda, Província de Matto Grosso, em meo Cartório comparecerão como partes contractantes Joze Aprígio de Toledo, e de outra parte Anna Barboza, viúva de primeira cama do finado Manoel Rodrigues Coimbra, e de segunda cama com João Rodrigues Costa, reconhecidos por mim Tabelião pelos próprios de que trato e dou fé, presentes as testemunhas abaixo assignadas, perante as quais, pela contractante Anna Barboza me foi dito que contractou com seu segundo contractante o seguinte = que tendo falecido seo primeiro marido Manoel Rodrigues Coimbra a dez annos mais ou menos, com testamento, deixou por seo testamenteiro ao Major Martins Gabriel de Mello Taques; e não tendo este promovido as contas, nem inventário, Ella contractante cazou-se em segundas núpcias com João Rodrigues da Costa, hoje falecido; e não tendo este procedido ou promovido a arrecadação dos bens deixados pelo seo primeiro marido, por **era sandeu**, transpassou o direto d'esta herança, e para liquidar a ação em juízo tinha-se acordado com o segundo contractante Capitão Parigui, para partirem o líquido depois de tiradas as despesas, ao meo ficando a metade para cada um, e na pessoa do segundo contractante autorizava a fazer e representar em seo nome tudo que fosse preciso a respeito; e prometia haver firme e valiozo tudo quanto fosse feito pelo contractante Aprogio, ficando ambos sujeitos a pagar hum conto de reis cazo de arrependimento, aquelle que arrepender. E para a validade de tudo me pedirão este instrumento que lhes li e asignarão e a rogo da ontractante assigna Ezequiel de Macedo poe ella não saber ler nem escrever, com as testemunhas. Eu, Carlos Bernardes Ferreira escrivão de Orphãos e Auzentes e Tabelião de Nottas que escrevy em público e razo.

O documento acima transcrito conduz a uma interpretação inicial de que a mulher teria voz e respeito de sua vontade ao cobrar ações que lhe permitam obter direitos. MarcFarlane ressalta que o “casamento poderia trazer vantagens sociais, ou pouco mais de prostituição legal”. Contudo, os contratos deixavam bem explícitos os acertos de ordem material e financeira, tal como se pode verificar no contrato conjugal entre os cidadãos Manoel Silvério de Oliveira e Domingos Pain, por sua filha Anna Jacintha da Conceição:

Saibão quantos este publico instrumento de Contracto conjugal virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oito centos e quarenta e seis, aos quatorze dias do mês de Novembro do dito anno, neste Destricto da Parochia de Santa Anna do Paranahiba, nono do Município

da cidade de Cuiabá e Província de Matto Grosso, em o Escriptorio de mim Escrivão adiante nomeado e assignado, compareceu ao presente os cidadãos Manoel Silveiro de Oliveira, Domingos Coelho Pain, e com este sua filha Anna Jacintha da Conceição, menor de quatorze annos e pelo dito Coelho Pain, me foi dito e sendo-lhe pedida para esposa, sua namorada fila Anna Jacintha da Conceição, por Manoel Silvério de Oliveira, não se resolvera a dar-lhe em casamento se não a primeira condição, de que o Contrato de Silvério adorasse, não só por não se achar em circumstancias de dar-lhe no presente algum dote por falta de bens disponíveis, como pela avançada idade do Contractante Silvério já quadragenário, a bem da quebradura, e (ilegível) urinários que (ilegível) resultando de tudo num notável desajustado entre ditos contraentes: o que sendo ouvido e atendido pelo Silvério em presença da Contractante Anna Jacintha, testemunhas Capitão João Alves dos Santos, e padre Francisco de Salles Souza Fleury, não só assinaei a todas as mencionadas condições de passar sua pretendida esposa Anna Jacintha, com dous escravos hum de nome Miguel Ângelo e outra de nome Mafalda crioula, ficando com e de reserva huma fazenda, gado vacum, cavallar e outros bens moveis: como também se contractarão de parte a parte, que nem hum dos Contratantes teria o direito de alienação sobre os bens do outro e nem menos os bens de hum ficarão sujeitos as dividas do outro, e logo a Contratante Anna Jacintha em presença de seo pai Coelho Pain, e testemunhas, dice li os ouvinte que so com certas condições aceitará a mão do esposo que lhe oferecia o preitado Silvério, vista as notáveis diferenças de parte a parte, e os sacrificios de por termos annos. E de como assim o dicerão, contractarão e mutuamente se convencionarão, me pedirão lhes lavrassem em meu livro de Nottas este publico instrumento de contracto conjugal, para todo o tempo constar e todos o assignarão em presença das testemunhas já referidas, e eu Anacleto da Silva Bittencourt. Escrivão Enterino que subscrevi.

O clã brasileiro e sua rede familiar fundavam-se numa estrutura baseada no parentesco, em lealdades pessoais e territorialidade. As famílias desenvolveram estratégias de manutenção de poder, sendo a posse de extensões avolumadas de terras, abundantes no sertão brasileiro, casamentos consanguíneos, prole numerosa e poder econômico, que também se traduzia em político. Um exemplo pode ser visto no Contrato Pré-nupcial que segue transcrito abaixo:

Condições de Contracto concordadas entre as Contratantes Firmino José da Silva e D. Justina Garcia Leal, como abaixo se declara.

Saibão quantos virem este público instrumento, e condições de contrato conjugal, que nos quatro de Maio do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e quarenta e sette, décimo sétimo da independência e

do império, neste Districto da Constituição de S. Anna do Paranayba, nono município da cidade de Cuiabá, Província de Matto Grosso, em meu Escriptorio, compareceo presente Firmino José da Silva, e entregou-me hum papel disendo q'era huma escriptura de contrato conjugal celebrado entre elle Firmino José da Silva e D. Justina Garcia Leal, e me pedio q'em mãos de meu officio o trasladasse em o meu Livro de Nottas; epassando-se o dito papel das mãos d'elle Firmino para as de mim Escrivão, passei e cirri por elle os olhos, e observei q'o dito papel tinha sido escripto pelo Reverendo Francisco de Salles Souza assignado pelos Cônjuges Firmino Jose da Silva e D. Justina, sendo testemunhas o próprio pai da contractante Justina. Capitão José Garcia Leal, Capital João Alves dos Santos; cujo papel He do theor seguinte= desemos na abaixo assignados eu Firmino Jose da Silva e Justina Garcia Leal, que havendo-nos recebido hoje em Matrimonio, muito de nossa livre vontade, e sem constrangimento de nossa pessoa alguma, nos-convencionamos a igualar os nossos bens tanto móveis como os de rais, cimoventes, ficando cada hum de nos com direito de propriedade, de jus, domínio e posse sobre a metade dos bens do outro, embora senão haja filho de nossa união sacramental, exceptuando se somente desta nossa recíproca e perfeita sociedade os bens pertencentes a herdeira e orfãa Amélia, cujos bens se reputarão no rigor da Lei, a metade dos que ficarão por falecimento de seu Paii João Francisco Borges, cuja declaração se terá em vista logo que a dita orfãa chegue ao estado de emancipação, ou se proceda a inventário. E poeque de parte a parte obrigados a trabalhar com igualdade afim de promover e fazer prectificar os bens do nosso casal, quando for possível He de nossa muito livre vontade e de unaneme consenso igual os bens de nosso casal, com que hum de nos entra para o monte comum; cujos bens da parte da contratante Justina são os seguintes= quatro fazendas, huma em Sant' Anna denominada Divisa, outra no Sucuriu, outra no Rio Corrente e a quarta no Rio Pardo, des escravos, trinta a quarenta res de criar, dous cavalos, quatro eguas, hum potro: e da parte do contrahente Firmino são os seguintes – dous escravos, duas reses de ventre, hum animal, huma fazenda no Rio Verde e huma chácara com duas moradas e mais q'houver de arrecadar por inventário e partilha com seos irmãos; e em consequência da Sociedade que livremente convencionamos, fica cada hum de ora emdiantes senhor da metade de todo o monte, salva a excepção mencionada, mas sem algum direito de alienarmos qualquer coisa, senão em beneficio comum. E para constar, mandamos passar o presente para ser redusido a Escriptura pública no Livro de Nottas e ambas as partes contractantes nos assignamos, em presença das testemunhas Capitão José Garcia Leal e Capitão Joel Alves dos Santos. S. Anna 23 de março de mil oito centos e quarenta e sette – Firmino Jose da Silva – Justina – José Garcia Leal e João Alves dos Santos. E nada mais se continha em dito papel.

No contrato acima, ficava explícita a disposição do esposo para que a sua consorte participasse do processo produtivo, pois tantos os meios de produção como os bens de consumo forneciam suporte a nova família. Entretanto, levar meios de produção para uma família presumia a sua configuração como unidade produtiva, enquanto os bens de consumo podiam ser usados tanto pelas unidades de produção como aquelas meramente de consumo, como o caso dos escravos. As transformações na composição dos dotes refletiam uma transformação maior no papel do grupo como uma unidade de produção para uma unidade de consumo. Assim, uma das principais funções do dote era, portanto, além de fornecer meio de formar domicílio, estabelecer uma atividade lucrativa.

O contrato antinupcial de Deolinda Maria de Jesus, abaixo descrito, demonstrava como os papéis eram definidos e aceitos por ambas as partes, sendo que a representação de impotente e inerte da mulher não existia formalmente. A determinação e imposição de sua vontade era a condição para a efetuação da relação matrimonial, pelo menos no texto legal.

Escritura de contracto de casamento entre o Capitão Joaquim Lemos da Silva e Dona Deolinda Maria de Jesus, como abaixo se declara.

Saibão quanto este publico instrumento de escriptura de contracto de casamento virem, que sendo o anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta, aos dois dias do mês de Novembro do ditto anno, nesta Villa de Sant' Anna de Paranyba Província de Matto Grosso em casa de residência do Senhor Vigário Francisco de Salles e Souza Fleury, onde eu tabelião fui vindo, ahi comparecerão “Capitão Joaquim Lemos da Silva e Deolinda Maria de Jesus, e por ambos me foi dito que hião-se receber em matrimônio, e que antes farião seo contracto anti-nupcial pela seguinte forma: Dona Deolinda possuia nesta Villa uma morada de casas e uma escrava de nome Luzia; e que queria que estas cazas e a escrava não se comunica com seu marido fucturo dito Capitão Lemos, e que ella poderia dispor a sua vontade, salvo se ella morresse primeiro, então seu marido poderia desfructar e dispor como lhe conviesse, e pelo Capitão Lemos foi dicto que acceitava o contracto na forma referida, e ambos me pedirão lhes lavrasse o presente instrumento que lhes li e assignarão, conforme assigna por dona Deolinda Maria de Jesus o Ver. Vigário Francisco de Salles e Souza Fleury com as testemunhas Justiniano Augusto de Salles Fleury e Jose Rodrigues Anacleto. Eu Macário Antonio dos Santos Tabelião de nottas a escrevi.

Apesar de haver uma cultura interditando a mulher, algumas delas acabaram se rebelando. Muitos conflitos podem ser percebidos nas *entrelinhas* dos do-

cumentos cartoriais, por conta de casamentos indesejados, resultados de arranjos familiares e econômicos, por não aceitarem a violência implícita das relações paternalistas, ou simbólica a que eram submetidas, vivendo praticamente em clausura doméstica, por não se sentirem respeitadas e valorizadas.

Contudo, é oportuno pontuar o fato de que somente as mulheres das famílias de maior poder político e econômico é que faziam esses contratos e a redação continha a contemplação dos interesses patrimoniais clânicos. Por isso não se pode supor que elas estavam livres ou se rebelavam contra a dominação masculina, nem que tais posturas permeavam toda a sociedade.

Maria Garcia Leal, em Termo de Desistência público, descreve em cartório as causas que a levaram a desistir da herança do primeiro marido, falecido, José Garcia Leal Junior, como se segue:

Saibão quantos virem este público Instrumento, de desistência, ou como indireto melhor nome e lugar aja e diser-se possa, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e quarenta e nove, aos vinte dous dias do mês de Março do ditto anno, pello Capitão José Garcia Leal, me foi entregue este papel, disendo que hera um Termo de Dsistencia, que Donna Maria Garcia Leal, fasia de herança e meação de seo finado marido José Garcia Leal Junior, e me pedio que em razão de meo officio o lançasse em meo Livro de Notas, cujo Termo He do theor seguinte= Digo eu Maria Garcia Leal a abaicho assegnada, que tendo falissido meu marido José Garcia Leal Junior sem testamento, e sem deichar filho algum: por esta mesma razão, e pella circunsstancia, de ter vivido sempre mal satisfeito e desgostoso de nosso consorcio, com resolução de apartar-se muito de minha livre vontade e sem constringimento de pessoa alguma, renunsio a herança da meação que por direito me competia, na pessoa de outros seos herdeiros necessários, ficando me toda a via salvo o direito de reclamação, se por ventura a lei determinar e permitir. E para constar passo esta Desistência em presença de testemunhas e requeiro que seja registrada em livro de nottas da Freguesia de Sant' Anna. Província de Matto Grosso, Fasenda Bebedouros desoito de março de mil oito centos e quarenta e nove. Eu fis e assignei a rodo Fe minha irmã Maria Garcia Leal, Francisco Garcia Leal.

Esta documentação é o fragmento de um universo que evidencia o descontentamento da mulher que reclamava para fazer valer o seu direito. As mulheres aceitaram, nem sempre docilmente, o domínio e a submissão diante do poder instituído pelo universo masculino. Maria Garcia Leal podia abrir mão da he-

rança, pois, certamente, essa não lhe faria falta. Tem-se que ressaltar, também, que inexistência de filhos no casamento era um componente que mudava a linha sucessória e a forma de inserção social da mulher que não gerava filhos.

Não obstante, as condições sociais impostas pela sociedade da época e do lugar, os rígidos padrões morais, éticos e os valores vigentes determinavam que as relações masculino/feminino só se alterariam de forma gradual e não sem conflitos. Estes estranhamentos ocorreram fundamentalmente em função de não haver com frequência fortes laços sentimentais nas relações conjugais produzidas através de arranjos familiares (em geral paternos). O amor romântico não figurava na realidade do esforço de construção dos casamentos, podendo até mesmo ser entendido como transgressão feminina. Dessa forma, o amor contendo o risco da decisão individual feminina poderia ser percebido como um indicador da desordem.

Um velho adágio “O homem traz o sexo, a mulher a amizade. Depois é que vem o amor”, representava a visão então corrente dos casamentos. As razões que levaram Donna Benedicta de Arruda e Silva a pedir que seu esposo “para que a esqueça”, rompendo um claro acordo de casamento envolveu suas famílias e deixou a declarante em situação de exposição indesejável à sociedade. Na transcrição abaixo, é possível sentir a tensão e o peso da decisão de uma atitude pouco convencional.

Lançamento de huma carta firmada pela mulher de Jerônimo Emiliano de Queirós, Dona Benedicta de Arruda e Silva, dirigida ao mesmo, como abaixo se segue.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito sentos e ceenta e seis, aos três dias do mês de Abril do dito anno, nsta Villa de Sant’Anna de Paranayba, em meo escriptório compareceo presente Jerônimo Emiliano de Queiroz, conhecido pelo próprio de mim Tabelião ahi por elle dito Jerônimo Emiliano de Queiros, me foi entregue huma cartinha, e pedio-me que a transcrevesse no presente livro para todo o tempo constar, cuja carta em rasão do meo cargo aceitei para o fim requerido, observando que a letra era Alfêres Simplício Xavier Tavares da Silva, e a firma do mesmo, a qual passo a transcrever e a seguinte=Senhor Jerônimo Emiliano – Santa Anna desenove de março de mil oito centos e ceenta e seis. Primeiro que tudo muito estimo que Vossa mercê esteja bão. Tem esta por fim prevenir a Vossa mercê, que não é possível eu acompanha lo pois que para que Vossa mercê fique certo desta minha resolução faço lhe esta pedindo lhe para que se esqueça de mim tudo neste mundo e enquanto é de gosto, a Vossa merca não cumprir o que tratou

commigo e minha família como prezumo prefiro separar me desde já de sua companhia e para que Vossa mercê não diga que lhe foi dito por isso que com toda franquesa lhe faço sciente de tudo, e não há o que me afaste deste propósito. A minha desgraça agradesso a sua maneira de iludir, porem Deos hade olhar e hade vingar PR mim, eu não importo o que diga o publico, eu deixo nas mãos de Deos, que é o verdadeiro juiz para conhecer a minha rasão. Vossa Mercê culpa minha família eu posso lhe retirar essas prosunções, pois meos pais não dispõe de minha vontade pode dispor de minha pessoa não de minha vontade, torno a lhe pedir que não venha com vistas de me levar para sua casa pois decididamente não vou eu me acho incommodada desde que eu fique melhor tenho de seguir qualquer destino, e em qualquer parte que eu esteja sou sua mulher que lhe estima – Benedicta de Arruda e Silva. Eu Justiniano Augusto de Salles Fleury, Tabelião e Escrivão de Orphãos e Interino que escrevi e me assigno.

É necessário estar atento às singularidades, particularidades que permitam perceber algumas minúcias que compõe este mundo feminino, as figuras silenciosas, uma maioria analfabeta, que aparentemente ditam nas linhas dos documentos seus desejos e anseios, deixando transparecer as suas insatisfações e as formas possíveis de reagir à opressão masculina.

A filha primogênita Justina Garcia Leal casou-se por duas vezes, legitimou dois filhos, tidos no intervalo destes consórcios, dotando-os de poderes iguais aos legitimados pelo casamento e foi visível em seu testamento aberto que sua situação privilegiada, e incomum, lhe assegurou a possibilidade de assegurar direitos de seus filhos de um primeiro casamento.

Escritura pública de habilitação que faz Donna Garcia Leal como abaixo se declara.

Saibão quanto este público instrumento de habilitação ou como em direito melhor nome e lugar haja virem sendo no Anno de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos cinquenta e nove trigésimo oitavo da independência do Império do Brasil aos vinte e nove dias do mês de setembro do dito anno nesta Vila de Sant'Anna do Paranayba Província de Matto Grosso em Cartório de mim Tabellião ao diante monado comparecia presente Donna Justina Garcia Leal moradora nesta dita Villa e reconhecida por mim Tabellião pela própria de que faço menção e dou fé e por ella me foi dito em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas que por este público instrumento e na melhor forma que o direito outorga vinha a juiso habilitar por se filhos, e legítimos herdeiros a Hidra Maria do Espirito Santo casada com Tertuliano Constantino de Souza Natal e Justiniano Augusto de Salles que vivem em sua companhia os quais filhos houve no estado de viuvez depois do falecimento



de seu primeiro marido João Francisco Borges, e antes de passar-se a segunda núpcias com Firmino Jose da Silva já falecida, e que He de sua vontade que estes sucedão na herança igualmente com o primeiro e segundo consorcio.

## *Considerações finais*

O manuseio dos Contratos e Escrituras Públicas, transcritas do original do Cartório da Villa de Paranyba, permitindo focar um novo olhar no mundo das pioneiras deste sertão sul mato-grossense, resultou na valorização de novos sujeitos históricos, suas diferenças e as particularidades culturais d a formação de uma sociedade do século XIX, nos remotos sertões de Mato Grosso. Procurou-se observar atentamente as mulheres, não como sujeitos secundários das narrativas (discursos) e de uma estrutura social e política que as mantiveram, por tanto tempo, nas franjas do tecido social.

Retirando a poeira do tempo que recobriu as relações familiares e entre homens e mulheres no casamento, é possível ampliar também a compreensão das representações sobre as mulheres neste período do século XIX. Mesmo trabalhando com fragmentos, decorrentes de uma documentação esparsa e cheia de sombras e lacunas, é possível cotejar as mensagens, trabalhadas no âmbito das subjetividades, no cotidiano descrito destas vilas nascentes no sertão brasileiro e nas instâncias das múltiplas relações delas com a vida privada dos sertanejos e destes com a própria sociedade. A possibilidade de rever o passado, neste momento de expansão de uma frente pioneira, mostrou também a diversidade e a multiplicação dos movimentos e das relações sociais que envolveram a fundação de cidades interioranas, originadas por famílias e seus agregados. Estes por sua vez foram responsáveis pela introdução e a reprodução dos hábitos e valores contidos no processo colonizador brasileiro e que não puderam excluir a presença e a força das mulheres, pois se o fizessem perderiam a legitimação que encobre o patriarcado.



# Mato Grosso do Sul – Paraguai: um olhar fronteiriço.

Cláudio Freire de Souza\*

Este artigo é parte de um estudo maior que vem sendo desenvolvido sobre a temática das instituições e poder e sua realidade, em especial, nos espaços de fronteira, em diferentes dimensões e interpretações. Trata-se de um estudo em andamento que necessitará de acumular ainda um elevado número de informações e dados, assim como o trabalho de garimpagem e cruzamento de elementos necessários em razão da especificidade dos dados políticos. A questão indígena merecerá um tratamento específico em outro trabalho.

A preocupação com a temática tem a ver com as possibilidades de construção de relações de convivência democrática mais efetiva e, para tal, aponta obstáculos a serem demolidos para a efetivação da construção de *lôcus* de mais participação cidadã na vida das cidades fronteiriças.

**Palavras-chave:** Instituições; poder; fronteira.

This article is part of a larger study that has been developed on the subject of the institutions and

*O poder local, as relações nebulosas na região de fronteiras e as experiências com orçamento participativo (OP).*

**A**s regiões de fronteira geográfica seca têm como parte de suas características a presença constante do diferente, do outro, o estrangeiro ou do não nacional, envolvendo elementos diferenciadores os mais diversos. Esta real diversidade carrega uma característica enriquecedora, culturalmente falando, que é a constituição de sujeitos coletivos diferen-

---

\* O autor é professor associado, doutor, aposentado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/MS, na área de Filosofia e tem como objeto de pesquisa as relações de poder.

power and its reality, particularly in the border areas, in different dimensions and interpretations. This is an ongoing study that will need to accumulate a large number of information and data, as well as the work of gold prospecting and intersection of elements needed due to the specificity of political data. The indigenous question deserves special treatment in another job. The

concern with the theme has to do with the possibilities of building relations of democratic coexistence more effective and, to this end, points out obstacles to be demolished for the completion of the construction of locus of more citizen participation in the life of border towns.

**Keywords:** institutions; power; border.

---

ciados que reivindicam espaços de afirmação do “nós” muito embora possam morar “do outro lado”.

Grande parte do que se passa nas relações cotidianas do habitante da fronteira é mediado pelo sistema de poder. Por conseguinte, não é fácil saber de que poder se trata ou de onde emana a “ordem” na era do Capital, com sua estrutura mercantil que tem como fundamento a negação real do território e a compreensão dualista e conflituosa da noção de fronteira.

Entretanto, as pessoas continuam habitando o território visto que, contraditoriamente, o capitalismo só funciona graças ao estado territorial porque foi neste espaço que se conseguiu organizar, sistematizar e desenvolver a ciência e a técnica, elementos propulsores da expansão do sistema. Tais saberes e fazeres são produzidos pelo ente “público” e, costumeiramente, apropriados pelos que detêm o poder econômico e político na sociedade, muitas vezes relativizando a própria noção de ente público e superdimensionando o papel do ator privado.

Desde o início da ocupação capitalista do território fronteiriço do então Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, o envolvimento do poder público com as pessoas e/ou com os grupos de forasteiros poderosos para demarcar espaços de poder deveu-se a políticas públicas gerais de garantia da presença do Estado e do governo na região. Em razão das enormes distâncias e das dificuldades de locomoção, para cumprir este papel, as autoridades públicas faziam “acordos” que envolviam recompensas por parte do Estado aos chefes locais para que eles colaborassem com o poder público instituído cumprindo, principalmente, o seu papel de polícia.

Dessa forma, a relação público/privada foi ganhando o imaginário coletivo e o papel dos coronéis locais tomando ares de “autoridade pública”, trazendo

consigo os males do desprestigiamento do poder político junto à população e a dificuldade de diferenciação entre o bem público e o interesse privado.

Em outro estudo que publiquei<sup>1</sup> assinalava que essas posturas provocavam no povo o sentimento de dependência que encontrava seu defensor na figura do “chefe político” tido como provedor, intermediador, o protetor dos tutorados e protegidos, fato que contribuiu para o afastamento e agastamento dos setores menos esclarecidos e organizados da sociedade com relação à necessidade de maior participação na vida social e coletiva.

A fronteira Brasil/Paraguai conheceu uma grande mobilização ao longo do último século, passando de região exportadora de erva mate a região produtora de carnes e de produtos agrícolas, abastecendo os grandes centros do Brasil e do exterior. Isso, conseqüentemente, foi conseguido a custa de um fluxo migratório profundo, ora espontâneo, ora induzido pelo Estado brasileiro com suas políticas de ocupação do território.

Tais movimentos de deslocação, no mais das vezes, provocaram uma falta de identidade, unidade e homogeneidade na população, o que facilitou a formação de grupos oligárquicos que se apoderaram dos espaços de poder local. São formas clássicas de manifestação de dominação das oligarquias regionais os laços de parentesco, de amizade e de compadrio.

Ademais, se levarmos em conta a origem econômica e as condições do migrante no Brasil, seu perfil, nível de escolaridade etc., fica fácil perceber que são vítimas potenciais das oligarquias que, com facilidade, lhes passam a imagem de protetoras e reforçam o discurso ideológico<sup>2</sup> da dominação.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul* – as alianças políticas e os projetos de educação. Tese de Doutorado. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

<sup>2</sup> Neste texto a palavra ideologia deverá ser entendida como uma forma invertida de ver a realidade, elaborada de maneira a compensar as contradições do mundo real. Recorro a Marilena Chauí quando diz que: “Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de universal. (...) É possível, também, perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de representações sociais e imediatas), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente fornecer, além do corpus de representações coerentes para explicar o real, um corpus de normas coerentes para orientar a prática.” In: CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. 3 ed.. São Paulo: Moderna, 1982. p. 21.

No presente artigo, pretendo retomar a tese de que o poder local em Mato Grosso do Sul e, em especial, nos municípios que demandam proximidades com a fronteira (geográfica), a presença das oligarquias no poder local ainda se faz de maneira dominante, o que cria dificuldades para a concretização do ideal republicano da vivência social solidária, dificultando formas de convivência de perfis mais locais.

Em um mundo de informação torrencial e oceânica, tentar captar em um artigo os elementos constituintes de uma totalidade orgânica se manifesta como uma tarefa, além de difícil, diria que quase fora de contexto, pois, é nesse turbilhão de informação e pouca decodificação do informado, que continua ativo o processo de dominação, via ideologia.

Como forma de desacreditar o discurso dos agentes públicos é corrente junto à população, a disseminação da idéia de que “os políticos são todos iguais, todos corruptos”. Esse discurso da descrença traz embutido o comportamento descomprometido com a coisa pública, um *laissez-faire* brasiguai com elementos explícitos de que, para grande parte da população alijada dos espaços de participação pela visão messiânica e providencial inculcada nas facções de classes populares pelas oligarquias, o público é o estatal. Talvez tal discurso possa até ter coerência não apenas simbólica, mas real, uma vez que para os administradores conchavados com os oligarcas, o estatal em sua prática política, não é de fato público, embora até possa ser de direito. Assim as ações interesseiras dos grupos se apossam dos espaços estatais e os transformam em *locus* privilegiados das negociatas e dos repasses de altas somas de recursos financeiros públicos para mãos privadas. É assim que se estabelece o conluio e que se mantêm na prática costumes lesivos ao interesse público, ao estado de direito democrático e ao conceito de *res* pública.

Não somente no poder político (executivo, legislativo, judiciário) constituído se manifesta a presença das oligarquias; elas ocupam boa parte do *locus* público não institucional, de tal maneira que monopolizam o poder simbólico e com isso dificultam o debate, estreitando o espaço para a elaboração da opinião e da fala do contraditório. Assim, vive-se uma situação de falta de debate público das questões que dizem respeito à vida pública. Em pleno estado de direito (2009) o cidadão é tratado como se estivesse em um regime de exceção: tiram dele o direito de emitir sua opinião. Decreta-se o fechamento da *ágora*, mata-se aos poucos a política.

Cria-se e manipula-se, via meios de comunicação e outros aparelhos de inculcação ideológica, uma forma de postura individualista que se considera soberana ao coletivo e com isso os conchavos são montados entre os antigos e os novos coronéis, genitores e gestores das oligarquias, instrumentalizadas pelos “pós-modernos” aparatos tecnológicos.

Nesse quadro de fala/encobre, ou como disse em outro texto, ou fala que encobre, de perfil perfeitamente dominador/domesticador, ressurge e se impõe a figura tradicional de dominação paternalista prometendo ao povo tudo, como se estivesse a mover-se em um território sem lei, sem antes, sem depois, sem memória, sem história.

Para quem se propõe a compreender tais nuances fica fácil perceber que é no campo da política onde se manifestam de forma mais elaborada os efeitos do paternalismo que adquire a denominação de fisiologismo, populismo ou mesmo caudilhismo, muito embora seja bem provável que onde exista um populista exista também um caudilho e vice-versa.

Os elementos para tal compreensão se dão pela observação do poder de continuidade de tais práticas nas áreas de fronteira em Mato Grosso do Sul, onde as chamadas famílias tradicionais dominam os espaços de convivência social e política.

A forma tradicional do mando se caracteriza ainda pela presença marcante do setor conservador ligado a propriedade da terra que, de formas nem sempre explícita, financiam partidos políticos comprometidos com seus ideais, elegem seus simpatizantes e manietam o poder local que fica refém de suas demandas nem sempre publicáveis.

Os espaços de barganha das negociações se referem, geralmente, ao apoio do poder local às solicitações deste setor que se autointitula “setor produtivo” e, com isso, aprofundam-se os laços de dependência do público com o privado, onde os limites da coisa pública se dissolvem na proteção do interesse das oligarquias; sempre ávidas por mais terra, conseqüentemente, por mais poder.

O grupo, coletivo dos interesseiramente iguais, se torna então o elemento dominante e centro das buscas de respostas às demandas gerais, pois seus poderosos movimentos de articulação desviam atenção do centro dos interesses que é a garantia da continuidade da dominação oligarca, materializada nos períodos eleitorais, em um de seus representantes diretos ou oportunamente cooptado.

Muitas vezes, não importa se os ocupantes dos cargos públicos eleitos no processo político sejam ou não descendentes sanguíneos diretos dos dominantes, vale mais a fidelidade do cooptado aos interesses privados e o compromisso dos acordos pré-eleitorais assumidos que qualquer outro vínculo. Com isso, eleições após eleições, muito pouco se muda no que diz respeito aos rumos da política local no interesse da coisa pública e, as maiorias nas câmaras municipais são conseguidas logo após apuração dos votos com distribuição de cargos, favores ou mesmo pecúnia.

As autoridades federais têm encontrado resistências enormes dos poderes locais para fazer cumprir a legislação da república, tanto que operações demandadas pelo ministério da justiça e outros ministérios têm prendido, incriminado e/ou afastado mandatários locais pegos em patrocínios de desvios os mais diversos. Se tais setores oligárquicos tem demonstrado, nacionalmente, poderes que conseguem barrar ações do governo federal, no nível local, a influência destes grupos e/ou pessoas se torna dominante.

Outra forma de envolvimento e tráfico de influências se dá com setores latifundiários e grandes comerciantes sabidamente metidos em contravenções que, na faixa de fronteira, utilizam o contrabando como forma de ganhar dinheiro e poder, geralmente, via empresas de fachada. Além da importação de produtos estrangeiros sem a correspondente legalização de fronteira (alfândega) e outros delitos, existe o movimento inverso, qual seja, parte dos “grandes produtores” do Brasil transporta seus produtos até o Paraguai e depois entra com ele de volta como se tais produtos fossem fruto da produção em terras estrangeiras. Notas “frias” acompanhando o transporte de mercadorias são comuns serem apreendidas pelas barreiras policiais que, às vezes, fiscalizam a faixa fronteiriça. Armas e demais artefatos também circulam pela fronteira abastecendo os bandos criminosos dos grandes centros, tanto periféricos quanto centrais do País, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A participação desse segmento na vida política local é muito presente e a forma como eles manipulam o poder público em benefício próprio e dos seus também. Nesta aproximação delituosa do público com segmentos do privado é colocada em prática a política que tem a esperteza e a astúcia como critérios de ação, ou em que a regra maior passa a ser o descompromisso com os conteúdos éticos e morais e o descaso com o social ou coletivo.



Mais de trinta anos após a criação de Mato Grosso do Sul (1977) e trinta depois da posse do primeiro governador do Estado, Harry Amorim Costa (1979), pouca coisa mudou neste campo das influências malélicas na política local por parte dessas pessoas e grupos, o que significa dizer que o trabalho educativo das massas possa estar deixando a desejar no que tange a formação para a cidadania.

Se o quadro político pouco mudou; se não se promoveu alternância nas classes dirigentes; se a mudança aconteceu ao longo desses anos todos, apenas no âmbito das facções de classe das oligarquias é de se perguntar; como se trabalhar em tal meio, práticas democráticas de Educação para a convivência pacífica? Qual o papel dos meios de comunicação para a formação cidadã em uma região de fronteira e como tem sido o trabalho dos profissionais de tal área de formação? Tem o estado, ou mesmo movimentos sociais, promovido outras formas de inserção social ao longo destes anos nesta região de fronteiras?

Já afirmei, anteriormente, que tem sido prática corrente nas eleições municipais as negociatas pré-eleitorais que, na verdade, esmilingue o poder, o fraciona em pedaços que serão entregues aos financiadores ou doadores de campanha, de acordo com os valores financeiros repassados.

Nesses negócios, secretarias ou departamentos que arrecadam mais tem um valor maior, de tal forma que o eleito para o cargo de prefeito tem pouca autonomia gerencial, embora seja legalmente o responsável último pelas prestações públicas de contas.

Essa “engenharia negocial” menospreza toda noção de *res pública* garantindo, assim, espaços para a continuidade, em plena construção democrática, de uma nova humanidade. É verdade que por constituírem atividades ilícitas, portanto, ilegais, as contravenções e também outras práticas ilegais são objeto de estudo de difícil comprovação, uma vez que os processos judiciais, quando ocorrem, geralmente correm em segredo de justiça e seus dados só podem vir a público depois de transitado e julgado. No entanto, as reportagens da imprensa quase que diariamente repassam notícias sobre atividades ilegais, assim como o tráfico de drogas, de armas e até de mulheres para a prostituição, da região de fronteira, para os grandes centros urbanos.

A ação cidadã de alguns juízes federais e o envolvimento de policiais na tentativa de barrar as práticas ilícitas tem esbarrado na frouxidão e permissividade da normatização política e de certas práticas e costumes populares.

A sensação de impunidade que prolifera fazem com que o poder econômico, mesmo o conseguido a custa de espertezas criminosas, juntamente com o poder político local, encarreguem-se de pisotear as leis, tripudiar os costumes e, mancomunados sequestram, matam e impõem suas regras a uma sociedade que aprendeu a refugiar-se em seu mundo doméstico, a individualizar-se.

Se for verdadeiro que cada espaço antropológico produz sua própria cultura, a desconstrução dessa forma de ser regional deve ser merecedora de longos estudos e encaminhamentos. Provavelmente, devemos admitir que os espaços humanos sejam mundos de significações e não categorias reificadas e, como tal, passíveis de serem reinterpretados e revividos.

Além disso, é também dever reconhecer as possibilidades que um Estado democraticamente organizado pode oferecer para fazer avançar o processo de participação popular nos destinos de uma comunidade e nos rumos de uma região. Em outras palavras, o processo educativo do povo cuja obrigação constitucional pertence ao Estado, no caso mais local, ao município, pode assumir uma importância enorme no sentido de possibilitar um avanço significativo na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, nos processos interativos pacíficos entre os diferentes.

Também considero verdadeiro o fato de haver uma disposição da população para conviver com o diferente e, ao mesmo tempo, observo o processo de inter-relacionamento na fronteira como altamente enriquecedor para ambas as partes.

O que desfoca da intenção integrativa são os elementos desviantes que se utilizam de relações de amizade, de conchavos políticos e proximidades do poder local para enriquecimento pessoal e/ou familiar. A sutileza utilizada pelos dominantes nos centros maiores do País faz com que a apropriação que eles exercem sobre o município (o Estado) passe quase que imperceptível, ou, dito de outra forma, como algo “normal”. Entretanto, isso não se dá dessa forma nos municípios de fronteira pelo simples fato de haver uma negociação onde os verdadeiros poderosos (os eleitores) ficam fora do exercício de poder e da participação no poder.

Se estivesse vivo, Aristóteles, o filósofo grego da cidade que mostrou ao mundo os rudimentos de uma sociedade democrática, Atenas, classificaria nossas relações políticas fronteiriças de oligárquico-plutocráticas. Todo poder para

grupos políticos que manipulam o interesse público em seu favor e glória, de tal modo que a defesa dos interesses particulares suplanta o bem público e o interesse coletivo.

O individualismo<sup>3</sup> se expressa pelo processo de liderança onde o mais articulado, o mais esperto, assume o papel de condutor dos destinos da oligarquia. Não se trata de forma alguma de uma visão moralizante negativa do processo, uma vez entendendo que, na democracia construída dentro dos espaços possíveis do sistema capitalista de produção existem limites postos pelo sistema do capital ao papel do Estado. O que me provoca questionamentos é se tais limites, dentro da visão democrática liberal do Estado, possibilitam tais conluios oligárquicos, ou se o desenvolvimento atual do capitalismo no Brasil já não deveria ter eliminado tais práticas coronelistas e cartorialistas.

O que se depreende da análise das questões políticas regionais é que se tem pouco clara a visão liberal de Nação e Estado, onde por Nação deve ser entendida a sociedade comum a todos e por Estado esta mesma Nação politicamente representada. No entendimento de Nação, leia-se também a questão do espaço e dos costumes e tradições, enquanto no Estado estão os elementos do ordenamento legal e do uso da força na manutenção da ordem interna da Nação.

O que tem acontecido, entretanto, na região fronteiriça, é que elementos conservadores submissos (os intelectuais orgânicos definidos por Gramsci) têm dominado as orientações políticas de tal forma que o bloco histórico oligárquico tem se mantido no poder sob diferentes facetas, apesar das sucessivas eleições.

Este bloco no poder se aproxima cada vez mais de financiadores de campanha política que, historicamente, envolve muitos recursos financeiros para sua realização. Dessa maneira, práticas nada democráticas passam a ser toleradas

---

<sup>3</sup> Com base na filosofia liberal as oligarquias continuam a fazer a defesa intransigente dos “direitos naturais do indivíduo” apesar o alerta do velho Aristóteles que escreveu: “Quando duas aldeias são unidas numa única comunidade completa, grande o bastante para ser quase auto-suficiente, o Estado passa a existir, originando-se nas simples necessidades da vida, e continuando devido à necessidade de uma vida boa. Portanto, se as formas primitivas de sociedade são naturais, também o é o Estado, pois é o fim delas, e a natureza de uma coisa é o seu fim. [...] A prova de que o Estado é uma criação da natureza, anterior ao indivíduo, está em que o indivíduo, quando isolado, não é auto-suficiente; portanto, ele é como uma parte em relação ao todo. Aquele que é incapaz de viver em sociedade, o que não tem necessidade disso, porque é suficiente para si mesmo, deve ser uma besta ou um deus: ele não é parte do Estado. Um instinto social é colocado em todos os homens pela natureza.” In: Aristóteles, *Ética*, livro I, cap.2.

pelas lideranças políticas dos diferentes blocos que disputam o poder local. O dinheiro é necessário a todos os que pretendem chegar ao poder, seja como prefeito ou como vereador.

O chamado eleitoral e sua disputa salutar pelo poder passa a ser então uma coisa, uma mercadoria, um grande investimento, um jogo onde ganhar é fundamental. Todos os meios e apoios são bem vindos, pois o objetivo último é ganhar e tomar conta da “máquina”. A esta altura, os compromissos públicos já foram deixados para trás e o eleito deve se apressar a recuperar o investimento feito pelos seus apoiadores, leia-se, seus financiadores. O serviço que deveria ser prestado ao público agora tem como prioridade os bolsos privados. Os dados apontam também para a existência de eleitos que se agarram a princípios de ética e moralidade, porém, seus discursos e ações ainda encontram terrenos pouco férteis para prosperar.

A dimensão distorcida que se tem é a de que a política passa a ser um espaço privilegiado de se conseguir *status* e prestígio social, perdendo, assim, uma de suas principais características historicamente conquistadas que é a de prestação de serviços à sociedade.

É possível reconhecer, porém, que o liberalismo com seu sistema do capital, foi capaz de romper barreiras culturais imensas, umas com o uso da força armada; outras pelo processo de ideologização das massas, via meios de comunicação, e poderá, com o martelar de idéias e o passar do tempo, encontrar formas de integração desses elementos em um ideário diferente, redefinindo categorias políticas e conduzindo a práticas coerentes com o seu *modus operandi*.

Embora as práticas das oligarquias regionais e fronteiriças sejam contraditórias aos próprios princípios liberais, resta trabalhar na perspectiva dialética como possibilidade de compreensão do real e caminho de mudanças postas nos movimentos contraditórios da sociedade civil e da sociedade política.

Ao trabalhar esta categoria “sociedade política” recorro a Marilena Chauí que, em um de seus escritos teóricos, corrobora a idéia de que esta sociedade exerce um papel pedagógico junto ao povo. Evidentemente, ao ser pedagógico está também assentado em seu tempo e em suas condições materiais de existência, daí a importância desta mediação.

Há, na ênfase dada à sociedade política, a admissão do caráter pedagógico da prática partidária e parlamentar, na medida em que, através dela, o proletariado não se isola, pois os sindicatos devem ser apartidários embora não apolíticos, assim como ela ensinará aos mandantes que seus planos, organogramas e cronogramas devem ser “conferidos” com o real, pois a política não se reduz ao cálculo de variáveis tecnicamente controláveis.<sup>4</sup>

Se por um lado existe o papel conservador desenvolvido por agentes sociais de origem oligárquica atuantes no poder local, também é verdade que o fluxo contínuo do movimento de deslocamentos fronteiriços é repleto de elementos contraditórios de riqueza social coletiva, que oxigeniza as relações locais com novas idéias e valores.

Esta construção do diferente tem estado presente no cotidiano das cidades de fronteira o que tem sido possível graças aos poderosos meios tecnológicos globais hoje atuantes em todos os lugares e ao movimento social de vanguarda, exercido por lideranças populares locais. A expansão da rede de escolas de diferentes graus, do fundamental ao superior também se coloca como indutora e fomentadora de novas mentalidades, possibilitando, a médio e longo prazo, rupturas com o tradicional e a construção de novos espaços de poder.

A educação parece poder exercer papel preponderante. No passado, a união de pessoas e grupos marginais ao poder do Estado se deu de forma enviesada, como política em muitos momentos deliberada, visando à ocupação e garantia da soberania territorial em ambos os lados da fronteira.

Tais processos criaram raízes que garantiram a presença das oligarquias locais atreladas ao poder institucional, desviando suas políticas públicas para atender aos interesses privados de dominação política e favorecimento econômico. Entretanto, diante das contradições postas pela própria ordem do capital, portanto liberal, a chamada sociedade civil local passa a organizar-se e a clamar das autoridades públicas locais, retorno social dos impostos recolhidos para a municipalidade e estabelecimento de prioridades, principalmente, no que diz respeito à saúde, educação e moradia. Dados preliminares de projetos apresentados nas câmaras de vereadores, nos últimos anos, dão uma idéia da cobrança que os novos atores sociais (estudantes, trabalhadores sindicalizados, movimento de mulheres, sem teto, sem terra, indígenas, etc.) têm exercido como elementos novos de uma nova dinâmica que parece estar sendo construída regionalmente.

---

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena. *Op. cit.*, p. 254.

A necessária presença do Estado se afirma por suas políticas gerais e pela manifestação inequívoca de um se seus “poderes”, qual seja, o de produzir e impor, especialmente por meio da escola, a veiculação da ideologia oficial e das categorias de pensamento que usamos cotidianamente. No domínio da produção simbólica a presença do Estado é sentida e, a partir desse domínio, novas possibilidades são postas para a sociedade. Mesmo no que diz respeito às normas emanadas da própria Constituição republicana, em diferentes setores há uma perceptível dificuldade de assimilação e acatamento destes preceitos.

Tais dificuldades de fazer valer a autoridade do estado nacional, também estão presentes dentro do campo da organização política, onde o ideário federativo dos partidos políticos enfrenta sérias resistências das oligarquias locais, marcando as alianças eleitorais por fatores localistas e de disputas de grupos pelos apoios das chamadas lideranças oligarcas.

Como já anteriormente mencionado, os apoios tem custos que, geralmente, porém não exclusivamente, significam a destruição prática do fundamento republicano democrático da separação dos poderes. Surge dessa mistura de competências o fortalecimento real do poder Executivo que chama para si a condução, não apenas das tarefas executivas, mas também, estabelece a pauta do poder legislador e fiscalizador do município “fazendo” maiorias governistas, mesmo que seu partido ou coligação não tenham elegido maior número de parlamentares.

As negociações pós-pleito eleitoral envolvendo presidência da Câmara de vereadores, cargos de secretários ou mesmo diretores de Departamentos e outras funções de confiança, quase sempre com base na nomeação de apadrinhados políticos dos vereadores, praticamente torna os vereadores meros homologadores das ações determinadas pelo prefeito municipal.

Iniciativas praticadas em outras regiões do País que buscaram envolver de forma mais efetiva os cidadãos na vida das cidades, tais como, as experiências de Orçamentos Participativos (OP), têm encontrado em toda grande região de fronteira sul-mato-grossense, resistências dos setores dominantes e de segmentos expressivos de autoridades e detentores de mandato da política local e estadual. Tais pessoas, ciosas de virem a perder espaços preciosos de manobra que mais facilmente os deixam a vontade para praticarem ações legalmente não reco-

mendáveis e, continuarem agindo da forma tradicional, dificultam o necessário envolvimento das lideranças populares nessas ações de cidadania.

Um dos poucos municípios sul-mato-grossenses que implementou tal política, a fez a revelia de um envolvimento mais efetivo das demais instâncias como o estado e o governo federal. Dourados vivenciou nos últimos sete anos (2001 a 2008) a experiência de trabalhar no município com o Orçamento Participativo que, no entanto, era uma ação limitada a algum bairro e dentro deste, a alguma demanda específica, com orçamento também condicionado ao que fora aprovado pela Câmara Municipal.

Em um trabalho de pesquisa feito em 2008 pela então acadêmica de Pedagogia, Fany Matos de Oliveira<sup>5</sup>, sob minha orientação, pudemos perceber que havia certo desconforto de parte majoritária dos vereadores da câmara municipal local, com o encaminhamento direto das demandas da comunidade para o prefeito municipal. Parece que percebiam que um elo da velha corrente eleitoreira das oligarquias estava sendo rompido e a “mendicância” do eleitorado abria espaços para as manifestações cidadãs.

As escolhas de delegados, as temáticas debatidas, as reuniões com seus debates acalorados, tudo isso sendo feito de maneira autônoma pela comunidade local, afugentava as raposas tradicionais da política, do compadrio e do assistencialismo patrimonialista e pseudocaritativo.

O governo do estado, em 2000, ensaiou um projeto estadual de orçamento participativo que, diante das resistências apresentadas pelos setores conservadores, atrelados ao então governo estadual dando-lhe sustentação na assembléia Legislativa e em outros setores da administração, não teve continuidade e rapidamente ganhou o esquecimento real e político, a ponto de o governador então em exercício, não mais mencioná-lo como parte de seu projeto político.

Não é correto atribuir ao povo resistência com relação à busca de novos caminhos na construção de espaços de convivência mais democráticos e visões de organização social mais republicana, o que tem acontecido é que as oligarquias agarradas ao poder local, conseguem dar a linha ideológica dos diferentes governos estaduais. Estudos e pesquisas apontam que a maior resistência a novas

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Fany Matos. *Orçamento participativo no município de Dourados: reflexos na construção democrática e na educação popular (reflexões iniciais)*. Monografia – FAED/UFMGD, 2008.

maneiras de convivência se deve as alianças dos setores conservadores com lideranças populares que se corrompem e negociam seus ideais com as velhas raposas que, assim, permanecem sob novas roupagens ocupando os espaços de poder.

Dentre as diferentes propostas de forte apelo popular está a do Orçamento Participativo já mencionado anteriormente. Nos municípios em que está implantado ele vem funcionando com a realização de assembleias municipais, que é um encontro que junta várias pessoas com diversos interesses. Este encontro é destinado a empossar os seus novos representantes que são os Conselheiros e também é feita a entrega ao governante da ordem como foram estabelecidas as obras e serviços que serão prestados a toda a População. Este é um momento da Assembleia que serve como uma oportunidade de discussão de diversos temas que, por um motivo ou outro não foram contemplados nos debates.

Os Conselheiros são as pessoas que são eleitas para representar as regiões ou as Temáticas do Orçamento Participativo. As eleições para definir quem serão os conselheiros se realizam durante as Assembleias Regionais e Temáticas. Os eleitos passam a fazer parte do Conselho do Orçamento Participativo, que é o órgão máximo que decide onde os recursos públicos serão aplicados.

Estas pessoas têm seus nomes referendados por associação de moradores, sindicatos do município e por representantes da prefeitura, que exercerão seu papel nos debates (direito de fala), mas não tem direito de voto nas decisões dos recursos por pertencerem à máquina administrativa municipal. O Conselho tem a sua função principal de propor, planejar, fiscalizar e decidir onde serão aplicadas as verbas do município. Também é o responsável pelas alterações que venham a ocorrer no processo do Orçamento Participativo em seu Regimento Interno, que é verificado e discutido podendo ser alterado anualmente.

Os critérios adotados no Orçamento Participativo são aprovados pelo Conselho do Orçamento Participativo, pois são responsáveis, pelas decisões que devam vir a ser tomadas com as verbas destinadas à Administração Pública.

Para que as reivindicações do Povo sejam atendidas, a população elege Delegados que são representantes diretos da sua comunidade, dependendo da quantidade de participantes das assembleias, é definida a quantidade de delegados eleitos.

Os projetos em torno do Orçamento Participativo reforçam o conceito de democracia onde o governo não deve esgotar a participação da sociedade, mas



sim deve permitir que se inicie um novo processo, onde existam dois focos de poder democrático, um originário do voto, e o outro originário de instituições diretas de participação.

Com o Orçamento Participativo, o povo tem o direito de interferir nas decisões que antes só cabiam ao poder público, especialmente as que dizem respeito (mas não só) quanto ao destino das verbas, dando o direito de qualquer cidadão independente de sua raça, etnia, religião, visão política ou opção sexual, contribuir com opiniões nas escolhas para onde destinar as verbas públicas. Assim, o OP torna as decisões mais democráticas porque participativas e de intervenção direta da cidadania.

Esta forma de planejar vem ganhando mais espaços para discussões, pois se torna cada vez mais eficaz no processo da democracia e é um método inovador de gestão dos recursos públicos municipais; é uma forma de democracia direta, sem a intervenção de outras pessoas, o povo tem voz ativa junto ao poder público.

As conquistas do povo se estendem para os diferentes aspectos de vivência coletiva e são perceptíveis inclusive no que diz respeito à própria credibilidade das lideranças pertencentes aos diferentes grupos partidários; uma conquista que o povo vem ganhando, deixando de lado as visões partidaristas imediatistas e percebendo que realmente a democracia direta em diferentes momentos é necessária para gerir e distribuir responsabilidades na gestão e administração da coisa pública.

É pertinente ressaltar que há pouco tempo os Orçamentos Públicos eram guardados a “sete chaves”; para a população em geral, era praticamente impossível ter acesso a eles, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, quando se tinha, eles não significavam uma obrigatoriedade de intervenção no real. Assim, o orçado, nem sempre correspondia ao arrecadado e com isso os administradores se sentiam “desobrigados” de executar os orçamentos, embora tivessem sido aprovados.

Entretanto, nacionalmente, movimentos populares, setores importantes do movimento sindical, estudantil, conselhos populares na saúde, infância /adolescência, habitação, entre outros, buscavam ainda em meados dos anos 80 do século vinte, conquistas de espaço na vida pública brasileira, reclamando mais participação na vida nacional e tais vitórias por parte dessas mobilizações, findaram por ajudar na organização das populações locais em suas demandas. Com isso, as campanhas políticas dos partidos em cujos programas a identificação

com as demandas populares são mais radicais e evidentes, passam a assumir as bandeiras de lutas populares e inserir em seus programas eleitorais, espaços para uma maior presença direta da população.

Orçamento Participativo, na visão de suas lideranças, tem como base a ética com a população, o “resgate” da cidadania e do direito social, mas para isso ocorrer, dizem, deve haver uma organização, uma reestruturação na administração, e maior debate para a conscientização da população. Deve-se ainda investir na massificação do que é participação responsável e cidadã da coletividade envolvida, sempre respeitando o estágio de desenvolvimento de concepção da sociedade sobre democracia e transparência dos atos públicos, além de questões práticas, como o processo de integração entre as diversas secretarias de governo conduzidas pelas estratégias gerais programaticamente definidas nas assembléias populares.

Porém, segundo os dados levantados e autores consultados, a maior dificuldade que se encontra para se transformar o orçamento público em Orçamento Participativo, é a corrupção que ronda os governos que tem sempre um “jeitinho” de colocar pessoas por uma indicação ou alguma forma de “apadrinhamento” para administrar as finanças públicas, afastando o quanto seja possível o poder do povo, via conselhos populares e/ou OP da decisão de “para onde ir” os recursos públicos.

Estas formas de intervenção popular, como o OP dispõem de um regulamento que é estabelecido entre a população e o governo, e todo ano é revisado e são feitas alterações quando necessário. Como o Orçamento Participativo é uma forma de decisão e não apenas de consulta, tudo é registrado e documentado para maior segurança e trabalho de conscientização junto à população e, para que os representantes escolhidos de encaminhá-lo às autoridades constituídas tenham mais respaldo no que apresentam. Isso faz com que a população possa cobrar do governo as execuções de suas obras e serviços conforme decidido nas assembléias populares do OP, quebrando-se a dependência historicamente presente na região fronteira, do apadrinhamento político e do assistencialismo praticados pelas oligarquias, distorcidamente chamadas de políticas públicas.

Acompanhando os desdobramentos da implantação do OP foi possível perceber que ele traz desafios e ensinamentos no processo de participação popular e de planejamento democrático na gestão pública, incluindo o cidadão como um

participante efetivo nos embates políticos mais importantes de sua comunidade, o que se transforma em uma verdadeira escola de vivência e formação política continuada.

É prudente ressaltar que o OP vem de uma nova visão de gestão pública e de um planejamento democrático que resultou de um processo político de geração de consciência e cidadania que, nos idos dos anos noventa do século vinte, ganhou importância internacional e seu uso foi recomendado por organismos das Nações Unidas.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, em seu artigo 1º, parágrafo único diz: *Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*, portanto, contempla tanto a democracia representativa, quanto a democracia participativa.

Depreende-se disso que, se de fato, vive-se em um ambiente democrático, nada melhor do que a mais ampla participação do povo no destino da coisa pública em sua teoria e prática, ou seja, ela não pode prender-se somente na Lei, mas deve fazer-se valer na realidade do dia a dia da população.

Tal visão de participação e de maior vivência cidadã é fruto da combinação da democracia direta efetuada pela população no orçamento participativo e da democracia representativa em que a população das cidades elege prefeitos e vereadores para uma gestão de quatro anos.

Para coleta de dados desta pesquisa, entrevistamos diferentes pessoas e autoridades públicas municipais da região de fronteiras de Mato Grosso do Sul, dando destaque ao município de Dourados, em razão de ter sido neste município onde se deu a experiência de orçamento participativo mais duradoura, como já foi anteriormente mencionado. Preliminarmente, visto que os dados desta pesquisa ainda estão sendo tabulados, diante dos relatos apresentados e das leituras efetuadas é possível afirmar que o OP tem se mostrado, nas cidades em que é praticado, um instrumento eficaz no combate a corrupção e uma forma de revitalização do próprio processo democrático pela base.

A destinação dos recursos orçamentais do município é decidida em meio a diversas formas de opiniões e interesses, assim exercendo uma democracia constante e não apenas se encerrando no ato do voto, deixando de pensar e decidir por um e, juntando opiniões e decidindo com o todo, que é a municipalidade.

Em meio à dificuldade de aceitação por parte dos chefes locais da nova forma de elaborar e fiscalizar a governança dos recursos públicos, quebrando a visão tradicional que encara a coisa pública como propriedade de alguns, as decisões e mudanças vão ocorrendo, gradativamente, estimulando cada vez mais a participação de toda a comunidade, aguçando o senso crítico da população e a participação cidadã.

Os grupos oligárquicos teimam em aplicar os acordos conchavados e resistem às idéias de participação popular e recuperação do debate público, talvez buscando construir algo como uma democracia sem participação, fria, sem conflitos, sem espaços para opinião, sem oposição; em suma, a negação de si mesma.

## *Conclusão*

Diante do que pesquisamos até o presente, foi possível constatar a resistência ferrenha por parte daqueles que mais podem financeira e politicamente, digo, as oligarquias regionais, a novas formas de democracia participativa e cidadã. Tanto isso é verdadeiro que a prática do orçamento participativo (OP), uma pequena experiência de democracia direta, hoje é apenas uma lembrança nos meios populares, extinto que foi tanto no município de Dourados como em outros municípios do Estado.

# Uma análise econômica da Província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX

*Ney Iared Reynaldo\**

O presente artigo visa analisar a conjuntura econômica da Província de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX. Demonstrando a necessidade da reorganização e do aproveitamento de diversos produtos extrativistas, que uma vez utilizados pelas populações da província, estariam superando a dependência dos produtos vindos de fora, em substituição aos consumidos e produzidos localmente, cuja atividade contribui para uma possível acumulação e vinculação aos mercados regional e nacional.

**Palavras-chave:** Província de Mato Grosso. Produtos extrativistas. Mercado regional

This article aims to analyze the economic situation of the province of Mato Grosso, in the first half of the 19th century. Demonstrating the need for reorganization and the utilization of various extractive products, once used by the populations of the province, would be overcoming the dependency of products from outside, replacing

A independência do Paraguai e o isolamento político em que foi envolvido esse país nas primeiras décadas do século XIX trouxeram reflexos significativos para a economia da Província de Mato Grosso. Principalmente as relações comerciais na fronteira e a comunicação com outros mercados provinciais foram afetadas. Para que a Província saísse da estagnação, buscaram-se alternativas, como o desenvolvimento de uma economia mais autossuficiente, que diminuísse a sua dependência das importações de produtos, seja do próprio país, seja do exterior.

---

\* Docente do Departamento de História e Ciências Econômicas do Campus Universitário de Rondonópolis, Universidade Federal de Mato Grosso. [neyhis@yahoo.com.br](mailto:neyhis@yahoo.com.br)

the consumed and produced locally, whose activity contributes to a possible accumulation and linking regional and national markets.

**Keywords:** Spain Almeria province of Mato Grosso. Extractive products. Regional market

---

## Introdução

**N**o intuito de verificar as potencialidades econômicas da província, o presidente José Saturnino da Costa Pereira (1823-1834) encarregou o sargento-mor, Engenheiro Luiz D'Alincourt (1787-1841), entre os anos de 1825 e 1830, de fazer um amplo levantamento estatístico acerca dos recursos econômicos existentes no interior mato-grossense. Em um dos trabalhos publicados pelo engenheiro militar, encontra-se uma descrição detalhada da fauna e da flora mato-grossenses e das suas potencialidades econômicas<sup>1</sup>.

Em seu relato, o sargento-mor alertou que Mato Grosso apresentava grande dependência da importação de alimentos de outras províncias, o que retirava recursos de sua economia e reduzia as possibilidades de sua arrecadação interna. Alertou para a necessidade da substituição de alguns produtos que eram importados, argumentando que seus preços poderiam ser reduzidos com sua produção parcial própria da Província<sup>2</sup>. Propôs também ao Governo tornar conhecidos alguns produtos que já eram ali produzidos, a fim de que os comerciantes os explorassem economicamente.

Nesse relato, encontramos diversos exemplos desses produtos. Ao visitar distintas localidades da Província na sua parte sul, no vale do rio Paraguai, D'Alincourt constatou boa produção de alimentos, como: feijão, arroz, milho e mandioca, encontrados com fartura, pois “só bastava aproximar-se dos terrenos alagados e colhê-los, o suficiente para atender ao consumo interno e o restante favorecia sua exportação”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Em seu Relatório final, D'Alincourt assinalou recursos naturais, que ainda estariam por ser explorados pela sociedade mato-grossense. D'ALINCOURT, Luiz. *Resultados dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Matto-Grosso*. Cuyabá: [s.n.], 1828. p. 60.

<sup>2</sup> D'ALINCOURT, Luiz, Offícios sobre a estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso de 1824 a 1826. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 41.

<sup>3</sup> *Idem.*, p. 48.

Durante suas investigações, Luiz D´Alincourt fez um verdadeiro inventário das potencialidades mato-grossenses, concluindo que, nas áreas percorridas do vale do rio Paraguai, podia ser encontrada grande disponibilidade de recursos da flora natural<sup>4</sup>. Chegou a sugerir novas formas de aproveitamento, indicando os meios necessários para transformar estas matérias-primas em produtos de plena aceitação no mercado internacional. Esse é o caso da descoberta, no interior das florestas da região, de grande quantidade de salsaparrilhas, anil e baunilha, matérias-primas que eram importadas por Mato Grosso e que poderiam, se estimuladas pelo Governo e pela iniciativa particular, ser exploradas na Província<sup>5</sup>.

## 1 As indústrias extrativistas

Apesar de haver essa diversidade de recursos da flora natural e produtos agrícolas a serem explorados na Província de Mato Grosso, foram as atividades extrativistas de jazidas minerais que primeiro receberam a atenção de governantes e investidores. Visavam à substituir as importações mas, principalmente, a incrementar as exportações da província aos demais mercados do Brasil.

O *Anuário Econômico da Província de Mato Grosso*, publicado em 1852, na administração de Augusto João Manoel Leverger, entende *indústrias extrativistas* como sendo o conjunto de matérias-primas existentes no interior da Província que, uma vez aproveitado, poderá gradativamente substituir as importações de outras províncias, reduzindo, com isso, a sua dependência desse tipo de comércio. Este documento classifica as *indústrias extrativistas* em duas categorias: mineral e vegetal<sup>6</sup>. A primeira, tradicionalmente explorada em Mato Grosso desde a época colonial, teve suas atividades reiniciadas na segunda metade do século XIX, apesar da falta de recursos técnicos na sua exploração e a segunda permitia a introdução de novas matérias-primas, como a poaia, no mercado internacional.

---

<sup>4</sup> D´ALINCOURT, Luiz, Resumo das explorações feitas pelo engenheiro [...] desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá (25 jun. 1826). *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1857, p. 66-78,.

<sup>5</sup> D´ALINCOURT, Luiz. Resultados..., *Op. cit.*, p. 65.

<sup>6</sup> ANUÁRIO *Econômico da Província de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, de ago. 1852, p. 75-77.

# 1.1 As indústrias extrativistas minerais

## 1.1.1 Diamantes e ouro

O desenvolvimento da mineração nesse período é exposta por quase todos os presidentes da Província de Mato Grosso<sup>7</sup>. Essa preocupação permitiu à economia provincial novos investimentos de capitais, tanto nacionais como estrangeiros, no sentido de reativar as antigas atividades extrativistas de jazidas minerais, relacionadas à extração de diamantes, ouro e pedras preciosas<sup>8</sup>. Com relação ao valor dos diamantes, Corrêa Filho assegura que os preços “nos primeiros tempos só alcançavam 30 a 20.000\$ a oitava” e chegaram, em 1830, a “320\$000 no lugar de extração<sup>9</sup>. Ao todo (diamante e ouro), houve um razoável aumento da produção entre os anos de 1824 e 1839, bem como uma valorização em *onça*<sup>10</sup> no mercado externo totalizando uma receita de 156\$000<sup>11</sup>. (ver tabela 1).

**Tabela 1** - Produção mineral da Província de Mato Grosso

Minério	Ano	Quantidade (Kg)	Valor (em mil reis)
Diamantes	1824	1.800	58\$000
Ouro	1839	3.781	98\$000

**Fonte:** Dados coletados nos relatórios econômicos das finanças da Província, entre os anos de 1824 e 1854. Localização: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata F, Pasta VIII.

A tabela acima aponta para um crescimento da produção de diamantes e ouro no período em questão. Buscando recuperá-la, em 7 de junho de 1852, foi autorizada, na Corte, a formação de uma Companhia de Mineração, que tinha por objetivo explorar, para exportação, as jazidas de Mato Grosso<sup>12</sup>. Em 1853, os agentes da Companhia já trabalhavam no vale do rio Paraguai. Para isso, o

<sup>7</sup> WAEHNELADT, Rodolfo. Explorações da Província de Matto-Grosso. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 27, pt. I, 1864, p. 202.

<sup>8</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação da província de Mato Grosso: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de diamantes, ouros e pedras preciosas. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 15, 1866, p.57-79.

<sup>9</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, p. 51.

<sup>10</sup> Onça - Antiga medida de peso equivalente 1/16, ou em certos casos, 1/14 do arrátel. Eram aproximadamente 28,7 gramas.

<sup>11</sup> *Idem.*, p. 196.

<sup>12</sup> *Relatório da Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso, dados referentes à extração de diamantes entre os anos de 1852 e 1853*. Typ Mendes, Cuiabá, 11 de maio de 1853, p. 95.



Governo Provincial ordenou que fossem cedidos cem escravos para realizar as tarefas de extração. Apesar da falta de tecnologia e de investimentos privados complementares, essa Companhia conseguiu ampliar as áreas de exploração e obter ganhos consideráveis<sup>13</sup>.

A exploração nas áreas auríferas necessitava, como já foi dito, de tecnologia, pois o ouro já não era encontrado à beira dos rios, e essas Companhias tinham recursos suficientes para levar adiante os trabalhos necessários. Em 1854, o presidente da Província Augusto Leverger enfatizava as vantagens que a instalação dessas Companhias poderia trazer para Mato Grosso,

Realizada que fosse a 1ª, ha toda a rasão de, que outros serião o exemplo, convidadas pelos lucros que devem recolher, entretanto que serião de summa utilidade, para a prosperidade da Província, pelos diversos interesses que lhe darião, inclusive o addiantamento da industria [...]<sup>14</sup>.

Nesse mesmo ano, o Governo Provincial de Mato Grosso também investiu na mineração, através do Decreto n. 132, de 15 de maio, criando a Administração Provincial dos Terrenos Diamantinos<sup>15</sup>. Com isso, expôs o desencontro entre as ações dos governos imperial e provincial. Nesse sentido, no *Relatório Extraordinário* de 1854, Augusto Leverger colocava em dúvida os relatórios apresentados pela administração da Companhia de Mineração, que, segundo ele, não eram claros em suas conclusões, e “[...] deixava muita margem de dúvidas, sobretudo, quanto à quantidade de pedras extraídas e seu valor comercializado na região”<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra. LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1852 maio 3, Abertura Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuiabá. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853. f. 7.*

<sup>14</sup> *Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra. LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1854 maio 3, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá, Typ. do Echo Cuiabano. f. 21.*

<sup>15</sup> *ANUÁRIO da Companhia Mineradora de Mato Grosso*, 1853. Cuiabá: [s.n.], 1854. p. 42-51. Localização: Biblioteca do Arquivo Publico do Estado de Mato Grosso.

<sup>16</sup> Essa suspeita o levou, em 1852, a nomear o Coronel João Joaquim de Siqueira Pinto para o cargo de diretor-geral da Companhia de Mineração, o qual apresentou resultados bem diferentes sobre a produção mineral. *Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra, Augusto João Manoel Leverger, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854*, Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1854. p. 122.

Barrozo<sup>17</sup>, ao estudar essa produção mais recentemente, aponta que o diamante mato-grossense experimentou maior declínio no período, possivelmente por causa das novas descobertas das minas baianas<sup>18</sup>. A pressão exercida pela concorrência dos diamantes, aí produzidos em grande quantidade, fez com que houvesse queda de seu preço no cenário internacional e, por conseguinte, uma diminuição da exploração na Província, o que não significa que as pequenas quantidades de diamantes encontradas em Mato Grosso não fossem rentáveis<sup>19</sup>. Neste documento apresentado pelo comerciante Baptista Prudêncio de Almeida ao presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger,

Os preços que nos primeiros tempos só alcançavam 30\$ a 40\$ a oitava e na época que discrevo chegou a vender-se no logar da extração a 320\$000. Depois, ocorreu a fatal baixa dos preços dos diamantes pela abundância do Sincorá, na Bahia, chegando a descer aqui nos annos de 1847 a 1850 a menos de 10\$000 a oitava<sup>20</sup>.

Podemos observar o prejuízo que ocasionou o achado de diamantes na Bahia, já que a grande oferta fez os preços diminuírem consideravelmente. O auge da produção das minas de ouro da Província, verificado nas primeiras décadas do século XIX, apresentou bons resultados. O minério era encontrado em grande quantidade na beira dos rios e em minas profundas, por isso se esgotou rapidamente. Combinando ambição, audácia e aventura, garimpeiros e autoridades políticas passaram a organizar expedições para outras paragens em busca do metal precioso.

Visando a organizar a exploração de ouro na Província, a partir de 1854, o Governo Provincial passou a calcular o Imposto de Extração Aurífera, que ficou sob o controle da reeditada Casa de Fundação em Cuiabá, vinculada à Secretaria de Fazenda. Nesse sentido, Borges<sup>21</sup>, observa que a partir de então, a mineração

---

<sup>17</sup> BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela: um estudo sobre o garimpo e os garimpeiros do alto Paraguai*: 1992. f. 182. Tese. (Doutorado em História). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 1992.

<sup>18</sup> *Idem*,

<sup>19</sup> Ver RONCO, Adriana Patrícia. *O Desenvolvimento econômico de Mato Grosso (1850-1902)*. 2006. f. 44. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

<sup>20</sup> Informações de João Baptista Prudêncio de Almeida, apresentadas ao Presidente da Província, Augusto João Manoel Leverger. Citado por CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata ...*, *Op. cit.*, p. 25.

<sup>21</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária*: algumas observações sobre

de ouro apresentou melhora considerável do ponto de vista fiscal na Província de Mato Grosso<sup>22</sup>. Segundo o fiscal de rendas da Província, Francisco Torquato de Andrada, parte dos recursos arrecadados pela exploração do ouro e a entrada de investimento privado possibilitaram a importação pelo rio Paraguai de maquinários específicos para exploração de minas de profundidade, localizadas na região de Cuiabá e no vale do rio Paraguai<sup>23</sup>.

Embora os resultados apresentados nos relatórios oficiais, registrassem apenas 77,8 quilos de ouro, entre os anos de 1852 e 1854, considerando apenas a extração das minas no vale do rio Paraguai, este número demonstrava que a exploração aurífera não foi abandonada e que as explorações em busca de ouro continuaram<sup>24</sup>.

### 1.1.2 Outros minerais: ferro, cobre e manganês

A Província de Mato Grosso possuía várias jazidas de minerais não preciosos, algumas de extração viável. No intuito de maior aproveitamento dessa diversidade, o Governo Provincial autorizou, à época, a exploração das jazidas de ferro, cobre e manganês existentes nas minas junto ao rio Paraguai. O geólogo Rodolfo Waeneldt, em suas andanças pela Província descobriu que ao lado dos minérios de ferro, cobre e manganês se achavam grandes quantidades de quartzo e calcário<sup>25</sup>.

Para isso, foi organizada uma sociedade composta por acionistas de comerciantes de Cuiabá e Corumbá, dirigida pelo Dr. Luis Alberto da Cunha Alves Ventorille e Alfredo Feitosa da Silva Ribeiro. Essa sociedade, depois de explo-

---

a história econômica de Mato Grosso 1870 a 1930. Cuiabá: Genus, 1991.

<sup>22</sup> *Idem*

<sup>23</sup> Dados levantados junto a Coletoria de Rendas da Província de Mato Grosso, 22 de abril de 1854. Localização: Arquivo Publico do Estado de Mato Grosso. Pasta 4. Lata E (Coletoria de Rendas).

<sup>24</sup> GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma Província na fronteira do Império*. 2001. f. 25. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

<sup>25</sup> WAEHNELADT, Rodolfo. *Op. cit.*, p. 186.

rar as minas situadas no rio Paraguai, logo foi dissolvida<sup>26</sup>. O próprio Augusto Leverger, em 1853, informava à Assembléia Provincial sobre “a existência de outras jazidas minerais na Província”<sup>27</sup>.

### 1.1.3 Pedras preciosas

Para que as jazidas minerais pudessem continuar a ser mais exploradas, Augusto Leverger decidiu incentivar também a exploração de pedras preciosas. Por meio da Resolução n. 15 de 21 de maio de 1854, autorizou o comerciante inglês Peter W. H. Montenegro a extrair pedras de esmeraldas pelo prazo de vinte anos. Para isso, Montenegro deveria pagar um imposto de 10% sobre o valor do minério extraído. Seu investimento deveria ser em torno de 50 mil libras esterlinas. E se, no término de dois anos, não começassem os trabalhos, a concessão poderia ser cancelada<sup>28</sup>.

Como o interesse pela exploração de minério ia além dos limites e interesses provinciais, o Governo da Província de Mato Grosso concedia autorização, em diversas oportunidades para a exploração de pedras preciosas de valor de mercado, principalmente de esmeralda, águas marinhas e turquesas<sup>29</sup>, na Província, mediante pagamento por esse privilégio. A esse respeito, informava o presidente da Província de Mato Grosso à Assembléia Legislativa.

Tem o Governo desta Província feito diversas concessões da datas de exploração mineral, notadamente, de pedras preciosas, pelo preço comprado por cada metro quadrado é de 5 reis, além do imposto de 5 por cento sobre o produto da mineração, o que é exorbitante, vindo-se a pagar, além dos 5% sobre o produto líquido, cerca de 70 contos de reis por cada 100 datas minerais<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1851 maio 3, na *Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853. f. 91.

<sup>27</sup> LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1853 maio 3..., *op. cit.* f. 39.

<sup>28</sup> WAEHNELADT, Rodolfo. *Op. cit.*, p. 191.

<sup>29</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Mato Grosso: seguido de roteiro de viagem e de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Tipografia Henrique Schroeder, 1889, p. 69.

<sup>30</sup> LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1853 ago 14, na *Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. f. 101.

A razão que levou a intervenção do Governo da Província a organizar e fiscalizar a exploração destas pedras preciosas se dava devido ao seu elevado contrabando para fora da Província, sobretudo, pela fronteira com o Paraguai<sup>31</sup>. Segundo Corrêa Filho, “muitas pedras de valor de Mato Grosso entravam clandestinamente no mercado platino, pelo rio Paraguai”<sup>32</sup>.

### 1.1.4 Sal

Segundo Beauchair (1993), o sal era um produto importante para Mato Grosso, a medida que era utilizado, na conservação de alimentos<sup>33</sup>. Sendo o sal produzido próprio para o consumo humano e de boa qualidade, sua extração se expandiu por todo o vale do rio Paraguai. Esse produto era comprado nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo a preços elevados, pagando-se até 100\$000 (cem mil contos de réis) o alqueire<sup>34</sup>.

As primeiras salinas naturais, encontradas no século XVIII, foram as de *Almeida*, as de *Jauru* e as de *Formosa*, mas a sua produção não cobria as necessidades de Mato Grosso, razão pela qual se tornava imprescindível comprar o sal às casas comerciais. O sal marinho era vendido, na Província, a um alto preço<sup>35</sup>.

A exploração das salinas se manteve durante muito tempo; novos locais foram descobertos e anexados às áreas de extração. Quando, em 1824, D’Alincourt percorreu a parte meridional da Província, assegurou que, entre Camapuã e Miranda, existia grande quantidade de sal. Essa situação não contribuiu para que se suspendessem as importações de sal; pelo contrário, entre os anos de 1825 e

---

<sup>31</sup> Livro de Cobrança Executivo de Impostos devido à Fazenda Provincial, Cuiabá, 1854. Localização: Arquivo do Ministério da Fazenda sob custódia do Núcleo de documentação e Informação Regional. Lata D - 1854, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>32</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. Subsídio para o histórico da Mineração em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, tomo 15, n. 11, v. 4, 1926, p. 22.

<sup>33</sup> BEAUCHAIR, Geraldo de. *A construção da economia nacional (1822-1860)*. Tese (Doutorado em Economia). 1993, f. 30. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

<sup>34</sup> Cf. CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

<sup>35</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1945, p. 116.

1826, havia chegado sal marinho pelo valor de importação de 5.950\$000, posteriormente vendido ao preço de 28\$800 o alqueire<sup>36</sup>. Em 1848, o presidente da Província, Manoel Alves Ribeiro (1843-1848), dava um alentador informe acerca da extração de sal:

Tendo alguns individuos descido o rio Paraguay com intento de aproveitar das abundantes salinas que existem abaixo da Lagoa Negra, procurou a Presidência informar-se do Comandante Geral do Baixo Paraguay da quantidade de sal que se tem sido fabricado, e teve em resposta de 9 de março último a lisongeira noticia que desde outubro do anno passado até aquella data se havia fabricado 2.232 alqueires de sal, gênero de primeira necessidade, que lhe comprado nesta província, como sabeis, por mui grande preço em razão da dificuldade de transportar-lo de beira mar<sup>37</sup>.

Essa notícia contribuiu para aumentar o interesse pela extração do sal. Descobertas as salinas situadas no Baixo Paraguai, a produção alcançou valores muito importantes, o que levou o presidente da Província o Major Joaquim José de Oliveira (1848-1849), a afirmar que: “tem-se fabricado uma quantidade considerável de sal comum, de maneira que, se a produção deste gênero não diminuir, a sua importação da Província do Rio de Janeiro deve cessar inteiramente”<sup>38</sup>. A produção se manteve constante, sucesso que permitiu, não já anular, mas sim diminuir consideravelmente a importação. Augusto João Manoel Leverger comunicava, que a produção de sal, devido às inundações do rio Paraguai, havia caído tanto que o alqueire de sal chegava a custar 200\$00<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> D’Alincort, Luiz. Officio contendo notícias interessantes sobre a parte meridional da província de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 142, 1857.

<sup>37</sup> *Discurso recitado do Vice-Presidente da Província de Matto-Grosso RIBEIRO, Manoel Alves. [Discurso] 3 maio 1848, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá. Cuiabá, Typ. Provincial, 1848. f. 13-14.*

<sup>38</sup> *Relatório do Presidente da Província o Major OLIVEIRA, Joaquim José de. [Relatório] 3 maio 1849, Abertura da assembléia Legislativa Provincial. [manuscrito] Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Const. de J. Villeneuve e comp. 1850. f. 15.*

<sup>39</sup> *Relatório do Presidente da Província de Matto-Grosso o Capitão de Fragata LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 10 maio 1851, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, [manuscrito] Cuyabá, typ. do Echo Cuiabano, 1852, f. 13.*

## 2. Extrativismo vegetal

### 2.1 Poaia

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, destacamos uma matéria-prima que passou a ser explorada em grande quantidade na Província de Mato Grosso, a poaia. Segundo Miranda, esse tubérculo esverdeado, encontrado no vale do rio Paraguai, entre os anos de 1837 e 1854, foi bastante procurado no mercado externo<sup>40</sup>. As árvores podiam ser achadas em grandes proporções, sendo um dos seus principais coletores Francisco Pinto de Arruda, que todos os anos preparava importantes comitivas para colher o produto<sup>41</sup>.

Para o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, a poaia se constituiu na grande esperança comercial das autoridades mato-grossenses desde o início do século XIX, pois se colocava entre os produtos que, demandados pelo mercado internacional, proporcionaram um aumento na arrecadação de impostos<sup>42</sup>. Em razão de sua crescente valorização comercial, em abril de 1853, foi decretada a Lei Provincial n. 4, que estabelecia o primeiro imposto sobre a exploração e exportação da planta. A partir daí, a poaia nunca mais deixou de figurar nos orçamentos públicos da Província de Mato Grosso<sup>43</sup>. Todavia, a extração desordenada provocou prejuízos à manutenção da exploração, pois só se aproveitavam as raízes, sendo queimado o restante<sup>44</sup>. No intuito de regular a extração da poaia, algumas medidas foram tomadas, estimulando o seu cultivo na Província de forma organizada e estratégica. Seguem comentários a respeito de uma dessas medidas.

---

<sup>40</sup> A exportação da Província de Mato Grosso, no ano de 1837, atingiu aproximadamente 25.000 arrobas de poaia, cita CASTELNAU, Francis de la Porte. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949, p. 38-39. Mais sobre o assunto ver MIRANDA, Gracy Ourives. Poaia, ipeca, ipecacuanha: poaia - uma riqueza descoberta em Mato Grosso. *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá, v. 3, n. 3, set./dez. 1983, p.54-60.

<sup>41</sup> PITALUGA, Otávio. *Necessidades e vantagens da proteção da poaia*. Cuiabá, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, v. 2, n. 2, 1977, p. 14-22.

<sup>42</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Op. cit.*, p. 27. Ver também ADDOR, Arnaldo Augusto. *Considerações acerca da poaia*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1947, p. 35.

<sup>43</sup> Veja-se, ainda, REYNALDO, Ney Iared. *Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940)*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004. p. 146.

<sup>44</sup> CUNHA Adolpho Jorge da. *O poaieiro de Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1981, p. 98.

A mais importante destas medidas era a instituição de um prêmio em benefício de cada indivíduo ou empresas que cultivasse sistematicamente poaia nas terras de matas banhadas pelo rio Paraguay, seus afluentes ou subafluentes, em áreas não menor de quatro hectares e nunca superior a dez e que a cada hectare nunca tivesse menos de 100.000 pés de poaia<sup>45</sup>.

A produção da poaia estava dirigida na sua totalidade para o comércio internacional, em 1854, o presidente, Augusto Leverger, chamava a atenção sobre este dado: “A poaia, já constitui um verdadeiro ramo da indústria e tem dado bons resultados sendo exportada para Europa”<sup>46</sup>.

O movimento comercial da poaia mato-grossense apresentou um alto crescimento de volume, bem como o seu valor no mercado platino, conforme demonstrado na tabela 2. Nesse período, os valores foram bastante animadores, saindo 38:776\$000 (trinta e oito mil e setecentos e setenta e seis contos de réis), em 1852, para 669:511\$000<sup>47</sup> dois anos depois, aumento que se deve ao fato de a Argentina passar a importar o produto mato-grossense.

**Tabela 2** - Exportação de poaia de Mato Grosso para o mercado platino

Ano	Quantidade (Kg)	Valor (mil réis)	Mercado
1852	21.670	38:776\$000	Paraguai
1853	49.671	53:921\$000	Paraguai
1854	68.790	669:511\$000	Argentina

Fonte: THIÉBLOT, Marcel. *Op.cit.*, p. 177.

Em 1854, o Governo de Mato Grosso impôs o percentual de 10% sobre a exportação de cada arroba<sup>48</sup>, pois a exploração da poaia tinha aumentado consideravelmente. Com esta medida, a administração pública tentava aumentar a arrecadação dos impostos.

A exportação da poaia se realizou até os primeiros anos do século XX; logo depois, a planta começou a se extinguir, além do que já não era requerida pelos

<sup>45</sup> Ver, ainda, IPECACUANHA. *O Observador Econômico e Financeiro*, São Paulo, ano 8, n. 92, set. 1943, p. 109.

<sup>46</sup> *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra. LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1854 maio 3, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial* [manuscrito]. Cuiabá. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. f. 71.

<sup>47</sup> THIÉBLOT, Marcel. *A mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola do Folclore/Livramento, 1980. p. 79-82.

<sup>48</sup> *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra. LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1854 maio 3, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial* [manuscrito]. Cuiabá. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. f. 28.



laboratórios farmacológicos europeus, que tinham descoberto outras drogas que foram utilizadas em seu lugar.

## 2.2 Madeira

A madeira, na região do vale do rio Paraguai, era explorada desde a época colonial. Em 1854, Augusto João Manoel Leverger deixou claro, porém, sua preocupação com a conservação das reservas madeireiras do território mato-grossense, relatando o desperdício anual na utilização das madeiras para construção de embarcações fluviais, oferecia propostas e sugestões para o estabelecimento de medidas, visando à sua preservação<sup>49</sup>. O que preocupava, também, o Ministério da Marinha, pelo seu alto preço<sup>50</sup>.

A necessidade de aproveitar economicamente as madeiras existentes em Mato Grosso era considerada importante e necessária por Augusto Leverger, mas ele ressaltava seu desejo de aguardar a execução da Lei de Terras, decretada em 1850, para tomar medidas nesse sentido e estabelecer o modo como se poderia fazer o aproveitamento racional das áreas florestais. Julgava suficiente que, naquele momento, o Governo da Província estendesse a outras matas, situadas em terrenos devolutos, as medidas tomadas às matas do Cabaçal e Sepotuba, afluentes do rio Paraguai, nas quais a extração das madeiras só era permitida, mediante licença da Presidência da Província, proibindo, nas matas reservadas, o estabelecimento de roças e a retirada indiscriminada de pequenas toras para atender aos vapores que por ali passassem. Além disso, eram tomadas algumas precauções para evitar as queimadas<sup>51</sup>.

Em 1853, o mesmo presidente Augusto Leverger, ao responder à solicitação do ministro da Marinha que desejava informações sobre as madeiras existentes

---

<sup>49</sup> LEVERGER, Augusto João Manoel. *[Relatório] 1854 maio 3, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. p. 11-14.

<sup>50</sup> Ministro da Marinha, [Ofício], Joaquim José Rodrigues Torres, ao Presidente da Província de Mato Grosso Zeferino Pimentel Moreira Freire. Rio de Janeiro, 12 dezembro de 1843. APMT. Livro 71. *Registro de Avisos expedidos pelo Ministério da Marinha (1842-1853)*. p. 9 v.

<sup>51</sup> Condições administrativas da Província de Matto-Grosso apresentadas em Relatório de 13 de janeiro de 1850 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo presidente. LEVERGER, Augusto João Manuel. [Relatório]. In: *O Arquivo*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993; p. 141. (Coleção Fac-similar completa 1904/1906).

na região, especialmente as apropriadas para a exportação e construção naval, destacou o vale do Rio Paraguai, onde eram mais abundantes as madeiras de lei:

há matas abundantes de madeira de lei; estas acham-se também nas margens do rio Paraguai pelo lado direito. Apesar dessa fartura pouco podem por ora aproveitar-se por causa da grande distância em que estão de Villa Albuquerque [Corumbá]. Na proximidade, porém da dita povoação estão às barras do Sepotuba e do Cabaçal, que igualmente afluem pelo lado direito e correm ambos por matas ricas de madeira de construção próprias para reparos de embarcações e que se estendem até prenderem-se à grande floresta, donde esta Província tirou seu nome<sup>52</sup>.

Afirmava, ainda, que, percorrendo as margens do rio Paraguai, especialmente nas proximidades com a República do Paraguai, havia muitos terrenos que não estavam sujeitos à inundação, com matas que poderiam ser aproveitadas. entretanto, como nesta área concentrava-se a maior parte da população da Província, a retirada de madeira para atender às necessidades da lavoura e para construções já abriria muitas clareiras, e as árvores encontravam-se distantes do rio.

As medidas governamentais de preservação pouco valeram para impedir que parte dessa madeira deixasse clandestinamente a Província de Mato Grosso, com destino ao mercado platino. Nesse sentido, encontramos a documentação relativa do vapor *Coxipó* em 30 de novembro de 1854. Apesar de estar transportando madeira nativa, não havia qualquer registro de procedência ou destino da mercadoria na embarcação que levou o vapor a ser detido pela Marinha paraguaia, nas proximidades de Assunção e ser devolvido à Província, porém sem o carregamento da madeira que ficou no Paraguai como forma de pagamento indenizatório, imposto pelas autoridades daquele país<sup>53</sup>.

A partir de 1854, muitas dessas descobertas de diferentes tipos de madeira de lei se deram pela iniciativa privada, pois com o aumento da demanda dos

---

<sup>52</sup> “Informação prestada pelo presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto João Manoel Le-verger, ao Ministro da Marinha, em 1853, sobre as mattas de madeira de construção naval”. LE-VERGER, Augusto João Manoel. [Informação]. In: *O Arquivo*. Várzea Grande, Fundação Júlio Campos, 1993. p. 140. (coleção Fac-similar completa 1904/1906).

<sup>53</sup> Motivo que provocou a prisão do comandante Antônio Trindade da Silva em Cuiabá, não pelo fato de conduzir madeira ilegal na fronteira, mas sim de não ter reagido à intervenção paraguaia no momento da abordagem da embarcação. Onde faz referência à madeira transportada e à abordagem paraguaia, no rio Paraguai. SILVA, Antônio Trindade da. *Diário de bordo do vapor Coxipó, 1854 nov. 30, Cuyabá*. Localização: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Pasta 12. Lata J, (1854). Manifestos de embarcações.

produtos, suas expansões e produções, o comércio e a distribuição tornaram-se cada vez mais lucrativas no mercado regional da Província de Mato Grosso com outras províncias e internacional com relação aos mercados platinos.

## 2.3 Erva-mate

A erva-mate em Mato Grosso foi outro produto extrativo de valor comercial exportador importante desse período. Em 1852, sua área de produção abrangia respectivamente parte do território paraguaio e da Província de Mato Grosso, daí a razão de o Governo Provincial criar uma Comissão que teve por objetivo fazer um levantamento das áreas produtoras de ervais na fronteira com o Paraguai.

Esta Comissão ficou sob as ordens do Coronel Antonio da Silva Salgueiro, comandante do forte de Coimbra. As tropas de apoio estavam sob a responsabilidade de Rodolfo Maria de Oliveira, importante político mato-grossense. Os dois se tornaram os primeiros protagonistas do monopólio sobre os ervais de Mato Grosso<sup>54</sup>.

Em 1854, quando, a Comissão terminou seus trabalhos e devido ao atraso nos pagamentos por parte do Governo Provincial, o comerciante Antônio César de Oliveira fez um acordo e recebeu do Governo da Província de Mato Grosso uma boa quantidade de terras, onde iniciou o cultivo da erva-mate, juntamente com carretas e os bois, o que lhe permitiu continuar comercializando na região<sup>55</sup>.

São poucos os dados que existem a respeito desse comerciante. Segundo Rubens de Aquino, o que se pode dizer é que Antônio César de Oliveira teria contado com a colaboração de dissidentes paraguaios (contrários à política de Carlos Antonio López) para organizar seus trabalhos de exportação da erva-mate no sul da Província<sup>56</sup>. A sede de sua empresa estava localizada em Corumbá, no

---

<sup>54</sup> Ver BIANCHINI, Odália da Conceição Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: 1890-1940*. 1994. f. 153. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

<sup>55</sup> O comerciante português Antônio César de Oliveira foi mascate e esteve na província nos anos de 1854-1858. Trabalhou no Mato Grosso e São Paulo, chegando a fazer transações comerciais até no Paraguai.

<sup>56</sup> Ver AQUINO, Rubens de. *Tereré*. In: *Ciclo da erva-mate*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 339.

rio Paraguai. Teodoro Linhares afirma que “a erva era transportada em carretas e bois até Concepción, de onde seguia, por via fluvial, para a Argentina”<sup>57</sup>, promovendo na prática uma verdadeira “corrida” de terras para o sul de Mato Grosso motivada pela Lei n. 601, mais conhecida por Lei de Terras<sup>58</sup>.

Quando Augusto Leverger assumiu o Governo de Mato Grosso, em 1854, César de Oliveira aproveitou para manifestar seus desejos de obter mais terras na fronteira com o Paraguai para explorá-las. Baseava-se no Decreto Provincial n. 322, datado em Cuiabá, em 15 de agosto de 1854, que concedia o direito de exploração da erva-mate nos terrenos devolutos<sup>59</sup>. Este fato foi confirmado com a assinatura dos Contratos de Arrendamento com a Província de Mato Grosso. O contrato estabelecia:

Cláusula I: É concedida a Antônio Cavassa permissão por vinte annos para colher matte nos heruaes existentes nos limites da Província de Matto-Grosso com a República do Paraguay, no perímetro comprehendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios amambahy e Verde, e pela linha que de esses pontos fôr levada para o interior, na extensão de quarenta quilômetros<sup>60</sup>.

Nesse Decreto, não só foram concedidas as terras solicitadas, como também foram reconhecidos os pedidos feitos ao Governo Imperial, para que todas as concessões fossem incorporadas, estendendo, no término de dez anos, os prazos sobre as concessões obtidas nos contratos anteriores. Também era estabelecido que setenta novos trabalhadores deveriam ser incorporados aos 150 das outras concessões. Esclarecemos que os trabalhadores empregados eram mato-grossenses e paraguaios, reconhecidos pelos seus conhecimentos básicos no manejo da erva-mate.

O decreto também previa que a empresa deveria declarar, nas estações fiscais de Amambá e Maracaju, a quantidade de sacolas de erva a exportar, deven-

---

<sup>57</sup> Cf. LINHARES, Teodoro. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

<sup>58</sup> GADELHA, Regina M. D’Aquino Fonseca. A Lei de Terra (1850) e a abolição da escravidão, capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, jan./jul. 1989, p. 153-162.

<sup>59</sup> Sobre esse assunto ver SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifundiário: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1996.

<sup>60</sup> MATO GROSSO. Decreto n. 322, de 15 de agosto de 1854. *Coleção das Leis e Decretos da Província de Mato Grosso*, t. 15, pt. 2, v. 2, p. 531, 1854.

do construir um porto na Província de Mato Grosso, em um prazo de dois anos. Até que a obra estivesse concluída, a erva seria exportada para Buenos Aires pelo porto de Concepción, localizado no Paraguai. Segundo Corrêa Filho (1957), por esse decreto César de Oliveira se comprometia em produzir anualmente quinhentos mil quilogramas ou cinquenta mil arrobas de erva-mate<sup>61</sup>.

Em 13 de outubro de 1854, a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso aprovou a Lei n. 12, que foi proposta pelo presidente da Província Augusto Leverger. Essa Lei abria a possibilidade de que outras pessoas apresentassem propostas para arrendar a exploração da erva-mate<sup>62</sup>, possibilitando que influentes políticos mato-grossenses, entre eles Albano de Sousa Osório (1857-1858), Joaquim Raymundo de Lamare (1857-1859) e Antônio Pedro D’Alencastro (1834-1836); (1859-1862), investissem na produção e exportação do mate da região, para o mercado platino<sup>63</sup>.

Todas as concessões feitas para explorar os ervais localizados ao sul de Mato Grosso eram realizadas em áreas conhecidas como terras devolutas. Essa foi uma característica própria da exploração da erva-mate. As concessões foram feitas a uma só pessoa. Borges afirma que Antônio César de Oliveira; “nunca chegou ter a posse de terra, pois as mesmas pertenciam à Província de Mato Grosso, o qual poderia dispor das mesmas como acreditasse mais conveniente, uma vez terminado o prazo de concessão<sup>64</sup>.

O concessionário teve certas vantagens, pois não precisou investir capital para receber lucros, não necessitou plantar, nem esperar as plantas se desenvolverem, porque as plantas de erva-mate eram naturais e estavam prontas para ser exploradas; também não investiu capital para comprar terras. O capital investido foi utilizado na contratação de trabalhadores paraguaios e para abrir caminhos, construir portos e depósitos, pois os ervais se encontravam em zonas quase não ocupadas, com vias de comunicação quase inexistentes. Pelas próprias caracte-

---

<sup>61</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1957. p.12.

<sup>62</sup> ARRUDA, Gilmar. *Heródoto*. In: *Ciclo da erva-mate*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 281.

<sup>63</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *Influência do Rio da Prata em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982. p. 24.

<sup>64</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Op. cit.*.

rísticas do produto, a erva-mate devia ser exportada com maior rapidez possível com o objetivo de ser industrializada.

Marques diz que as exportações de mate do Mato Grosso eram realizadas pelo Porto Murtinho, na margem esquerda do rio Paraguai. A área de exploração foi aumentada pela Resolução n. 103, de 15 de dezembro de 1854, que estabelecia novos arrendamentos. Estamos diante de um fenômeno econômico pouco comum na América Latina, na segunda metade do século XIX, pois falamos de uma empresa que sofreu diversos processos de organização e transformação internas<sup>65</sup>.

## 2.4 A agroindústria açucareira

Desde os primórdios da colonização de Mato Grosso, tem-se registro da presença de engenhos açucareiros que produziam açúcar, rapadura, melado e aguardente para abastecer os povoados que surgiram. Há referências a partir de 1728<sup>66</sup> e no início do século XIX o engenho Tamandaré de propriedade de Antonio Joaquim M. Serra em 1818.

Com a abertura da navegação do rio Paraguai em 1853, a agroindústria açucareira continuou sua expansão em Mato Grosso, facilitada pela entrada de novas tecnologias compradas na Europa e provocou um aumento na produção de açúcar branco. Tal produção começou a ser exportada para o Paraguai. Segundo Corrêa Filho (1994), esses canaviais eram irrigados pelas enchentes do rio Paraguai, que anualmente colaboravam na fertilização do solo<sup>67</sup>. Nem todos os engenhos na Província fabricavam açúcar branco, produzindo a maioria deles rapadura e aguardente, o único que tinha máquinas a vapor era o de Joaquim Paes de Barros, enquanto os outros utilizavam uma tecnologia antiga: a moenda de ferro.

<sup>65</sup> MARQUES, Antônio. *A província de Mato-Grosso: recursos naturais*. Rio de Janeiro: Americana, 1946. p. 144-156.

<sup>66</sup> Segundo CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 1994. p. 12-13, em 1726, Antônio de Almeida Lara já havia obtido sesmarias na Chapada, distante dois dias de Cuiabá, onde já tinha começado a produção de açúcar e especialmente de aguardente.

<sup>67</sup> *Relatório do presidente da Província de Mato Grosso o Capitão de Mar e Guerra. LEVERGER, Augusto João Manoel. [Relatório] 1854 maio 3, Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. p. 43.*

Em 1854, eram registrados três engenhos de açúcar e aguardente em Mato Grosso que utilizavam máquinas movidas a vapor. Estes engenhos pertenciam a Antônio Manoel da Silva, Casário Corrêa da Costa, Joaquim Paes de Barros, e estavam localizados ao longo do rio Cuiabá<sup>68</sup>. O engenho localizado em Corumbá pertencia a Maximiliano Romão Cárcano e o de São Luiz de Cáceres, a José de Pinho<sup>69</sup>.

Esses engenhos mato-grossenses de cana-de-açúcar, logo se beneficiaram com a abertura da navegação do rio Paraguai, o que permitiu que maquinarias a vapor fossem compradas e instaladas, transformando-as em pequenas usinas açucareiras<sup>70</sup>. A produção desses estabelecimentos era comercializada no mercado regional, permitindo o autoabastecimento de açúcar, aguardente e rapadura, sendo os excedentes exportados para a república vizinha do Paraguai<sup>71</sup>.

Com a abertura da navegação, em Buenos Aires, Antônio Paes assinou um contrato com Otto Franke, pelo qual o comerciante argentino concedia empréstimo para instalar uma fábrica de açúcar e aguardente em Corumbá, na Província de Mato Grosso em fins de 1853. as máquinas vieram da Alemanha e o pagamento foi feito com a própria produção<sup>72</sup>. Já em 1854, o português cronista Moutinho em sua *Notícia sobre a Província de Mato Grosso*, nos oferece dados precisos relacionados ao total de engenhos existentes na Província de Mato Grosso na época e assegura que eram cento e cinquenta e três<sup>73</sup>.

A instalação dessa pequena usina significou um grande investimento de capital na época, não somente para comprar as máquinas, como também para a construção predial e contratação de técnicos e mão de obra qualificada. O processo de produção passou por variações tanto na qualidade quanto na quantidade de açúcar. priorizando a rapidez no transporte da cana, a usina utilizava embar-

---

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>69</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982. p. 53.

<sup>70</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. A indústria açucareira em Mato Grosso. Rio de Janeiro: *Brasil Açucareiro*, 1841. p. 139.

<sup>71</sup> O Governo Provincial arrecadava 15% sobre a venda da aguardente exportada para o Paraguai.

<sup>72</sup> MENDONÇA, Estevão de. *Quadro corográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: Escolas profissionais salesianas, 1906, p. 121.

<sup>73</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Op. cit.*

cações a vapor e barcaças que percorriam o rio Paraguai em direção ao Prata<sup>74</sup>.

### 3. As fazendas de gado da província de Mato Grosso

De todo os setores da economia de Mato Grosso aquele que mais se expandiu e consolidou foi o da pecuária<sup>75</sup>. Iniciou-se por volta de 1737, com a chegada dos primeiros rebanhos<sup>76</sup>. Como se percebe a pecuária baseada na caça ao gado já era praticada em Mato Grosso durante o período colonial, devido às pastagens naturais da província e pouca demanda de mão de obra. Ronco (2006) e Silva (2005), concordam que o maior desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso ocorreria nas primeiras décadas do século XIX, já no decênio de 1820 em diante, quando do surgimento das primeiras fazendas de gado na região foi favorecido, inicialmente, pela instalação da Corte no Rio de Janeiro (1808), já que, com o significativo aumento demográfico que experimentou essa cidade, cresceu a demanda por produtos pecuários<sup>77</sup>.

Diferentemente da exploração mineral, a produção pecuária é renovável e não necessita de vultosos investimentos para seu desenvolvimento. Essas ca-

---

<sup>74</sup> Cf. MENDONÇA, Rubens de. *História do comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, 1974. Para saber mais, ver Mappa Econômico que compreende o estado actual da agricultura e minas desta Capitania como também os officios mecânicos e produção de gado vacum e cavalari calculado desde o anno de 1769 a 1770. Primeiro da Administração do Capitão-general Luiz Pinto de Souza. (MF-215 doc. 2470 – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro).

<sup>75</sup> Sobre esse tipo animal, há que considerar que, na primeira metade do século XVII, algumas cabeças de gado bovino foram introduzidas na povoação castelhana de Xerez, nas cabeceiras do rio Aquidauana. A destruição de Xerez pelos paulistas deu origem ao gado bravo, que proliferou pelos campos selvagens do Pantanal e passou a ser conhecido por gado alçado. O historiador Virgílio Corrêa Filho supunha que desse gado semisselvagem teriam sido levadas às primeiras matrizes para a fazenda de Camapuã e, depois, para Cuiabá; é esta a versão provável da origem do gado bovino mato-grossense. CORRÊA FILHO, Virgílio. *A propósito do boi pantaneiro*. São Paulo: Pongetti, 1926. p. 21.

<sup>76</sup> FIGUEIREDO, Aline. *A propósito do boi*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1994. p. 105.

<sup>77</sup> RONCO, Adriana Patrícia. *Op. cit.*. Ver, também MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. *Geosul – Revista do Departamento de Geociências da UFSC*, Florianópolis, n. 1, p. 39-53, 1. sem. 1986. p. 51. SILVA, Jovam Vilela da. *Histórico da pecuária no Brasil: Fator de integração e desenvolvimento*. Cuiabá: KCM, 2005. p. 65.



racterísticas fizeram o próprio Estado fundar, nos anos de 1854 e 1855, fazendas públicas em Aquidauana, Coimbra, Cuiabá e Miranda. Parte do rebanho era utilizada no abastecimento dos fortes e guarnições militares recém-criados, e o restante, comercializado na região. As comitivas de gado mato-grossenses utilizavam antigo caminho terrestre de Goiás para chegar ao sul de Minas Gerais<sup>78</sup> e, após terem percorrido uma longa viagem, eram conduzidas a fazendas de inverno, a fim de se restabelecerem e ganharem peso, para logo serem vendidas no mercado consumidor carioca.

O gado mato-grossense se adaptou ao clima de altas temperaturas, com alto percentual de umidade e à permanência, durante muito tempo, em terras alagadas. O couro denso tornava o gado resistente à picada de insetos e às mudanças climáticas do Pantanal. Essas características favoreceram o comércio do gado pantaneiro nos mercados das províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Na fronteira da Província de Mato Grosso com o Paraguai, o rebanho cresceu e colaborou para a formação de grandes fazendas, cujas dimensões eram sempre questionáveis. Dentre as principais fazendas exportadoras de gado existentes nessa região, destacava-se a fazenda *Alegre*, do Major José Caetano Mertello, com 151.210 hectares nas proximidades do rio Brilhante. Em 1854, acabou sendo confiscada pelo Império em função das dívidas do proprietário

Transferida para o domínio do Império, era imenso território, de mais de meio milhão de hectares, ou mais aproximadamente 648.705 hectares, conforme os assentamentos próprios, despovoados pela matança desordenada, que transformou os seus rebanhos em extrato de carne e couro<sup>79</sup>.

Havia, ainda, a fazenda *Firme*, pertencente a Joaquim Gomes da Silva, que abrangeu 175.853 hectares situados entre os rios Negro e Taquari e que foi invadida pelos paraguaios. Suas dimensões eram tão vastas que, de acordo com cálculos de Corrêa Filho (1955), na segunda metade do século XIX, houve a partilha de cem outras fazendas provenientes da original *Firme*<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *O boi pantaneiro*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, n. 59, 2002, p. 341-342. (Monografias Cuiabanas).

<sup>79</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955. p. 27.

<sup>80</sup> *Idem*, p. 27.

Durante as administrações de Augusto Leverger, verificou-se o crescimento do latifúndio na fronteira<sup>81</sup>. O próprio presidente fez referência ao surgimento de uma dessas extensas fazendas voltadas para atender a exportação bovina na Bacia do Prata, a fazenda *Jacobina*, às margens do rio Paraguai de propriedade de Leonardo Soares de Sousa<sup>82</sup>. Essa foi a mais conhecida da Província de Mato Grosso. Seu rebanho bovino foi calculado, pelo Engenheiro Francisco Antônio Pimenta Bueno, em 600 mil cabeças de gado, numa área de 240 léguas<sup>283</sup>, em 1854, chegou, inclusive, a exportar grande quantidade de animais para as praças da bacia do Rio da Prata, conforme demonstrado na tabela 3. Não há referência de outras fazendas com esse número de gado, o que comprovava sua importância para a região<sup>84</sup>.

**Tabela 3** - Tipos de Gado e a quantidade exportada para Bacia do Prata (1852-1854)

Anos	Vaca	Boi	Novilhos	Boi de Carro
1852	3.500	7.952	2.824	935
1853	13.943	8.527	3.011	-
1854	15.608	8.612	-	1.112
Total	33.051	25.091	5.835	2.047

Fonte: Anuário de registro de exportação da província de Mato Grosso. Localização: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Silva destaca que, além dessa produção pecuária de gado de grande porte que era exportada para o exterior, havia também a da pequena propriedade com reduzido número de reses e de cabras, que comercializava seus animais nos açougues mato-grossenses para o consumo popular<sup>85</sup>. Esses açougues tinham por fornecedores inúmeros matadouros oficiais e clandestinos, existentes em Cuiabá,

<sup>81</sup> *Relatórios Anuais do Presidente da Província de Matto-Grosso o Capitão de Fragata Augusto João Manoel Leverger, nos anos de 1851, 1852, 1853 e 1854.*

<sup>82</sup> Ressalte-se que nessa época, a fazenda Jacobina já tinha começado a etapa de declínio, processo que se acentuou com a abolição da escravidão, pela falta de mão de obra, acrescentada pela má administração de Luiz Carlos Leite, a tal ponto que 880.000 hectares foram vendidos em hasta pública para pagamento de impostos atrasados; as terras e o gado foram avaliados somente em duzentos e cinco contos. A fazenda pertenceu à família Leite por 123 anos. LEITE, Luis Carlos [*Inventário patrimonial*] 1854. Localização: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata D. Pasta III.

<sup>83</sup> Cf. SILVA, Jovam Vilela da. *Op. cit.*, p. 189.

<sup>84</sup> Para Lécio Gomes de Souza, esse número não teria ultrapassado a cifra de 200 a 300 mil cabeças. SOUZA, Lecio Gomes de. *Jacobina, história de uma fazenda de Mato Grosso*. Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, v. 1, n. 9, 1998, p. 5.

<sup>85</sup> SILVA, Jovam Vilela da. *Op. cit.* p. 176.

Cáceres e Corumbá<sup>86</sup>. Em 1854, o presidente da Província, Augusto Leverger, verificando a importância que esse comércio regional tinha para a Fazenda Pública, propôs à Assembléia Legislativa Provincial uma reforma nos impostos que eram cobrados sobre os animais que circulavam em Mato Grosso. Declarava ele, acerca dos dízimos sobre a produção pecuária.

[...] entendo, pois, que será conveniente estabelecer de novo as proporções em que os dízimos devem pesar que convenha 10 por cento no gado vacum e cavalar; 5 por 100 no ovelhum e porco, de que sofremos bastante falta, 4 por 100 sobre as aves abolindo-se os dízimos intitulados de minúcias, e continuando a inserção do gado muar, criação que ora começa, e de que tanto dependemos para nossos transportes<sup>87</sup>.

Neste ano de 1854, alguns problemas comprometeram a exploração sistêmica dos rebanhos da Província. Entre eles, uma tripanossomíase epizootia, mais conhecida em Mato Grosso, como o “mal ou peste das cadeiras”<sup>88</sup>, que se tornou endêmica e responsável pela dizimação de quase 1/3 dos rebanhos equinos e vacum de parte da fronteira meridional mato-grossense. Apesar desse problema, Augusto Leverger fez referência ao comércio de gado na fronteira, afirmando que era o que mais benefícios trazia a Província, pois as reses eram vendidas em mercados certos, como os das províncias de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e República do Paraguai<sup>89</sup>.

## 4. As casas comerciais de importação e exportação

Com a abertura da navegação no rio Paraguai, a partir de 1853, as casas

<sup>86</sup> LEITE, Gervásio. *O gado na economia mato-grossense*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880. p. 219.

<sup>87</sup> LEVERGER, Augusto João Manoel. [Fala] 1856 maio 3 *Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial [manuscrito] Cuyabá*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1856. f. 12.

<sup>88</sup> Esta doença teria surgido na ilha do Marajó entre os anos de 1827 e 1830, espalhando-se rapidamente por toda a região norte e Pantanal mato-grossense, aponta PROENÇA, M.C. Apontamentos sobre epizootiologia da peste de cadeiras em Mato Grosso. *Revista Militar de Medicina Veterinária*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 1.413-1.421, out./nov. 2002. Em Mato Grosso, o sintoma principal era a paralisia dos membros posteriores dos animais. Cf. CORRÊA FILHO, Virgílio. *A febre das cadeiras*. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, v. 31, n. 59, p. 401, jan./jun. 2002. (Monografias Cuiabanas).

<sup>89</sup> Sobre essa exportação ao Paraguai ver AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. (Org.). *Álbum graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá: Hamburgo, 1914. p. 131.

comerciais de importação e exportação constituíram-se no centro dinâmico da região do Prata. Foram instrumento indispensável à consolidação e acumulação de capital inglês na Província, pois elas importavam, distribuíam e comercializavam as mercadorias manufaturadas fora do país e exportavam e produziam os produtos primários locais, muitas vezes para o exterior<sup>90</sup>.

Porém, diferentemente desse modelo clássico, a casa comercial mato-grossense surgiu dos recursos capitalizados internamente a partir da exploração mineira, do comércio monçoeiro, de uma pecuária em expansão e da indústria extrativa. À medida que transacionavam os produtos regionais entre si e com o exterior, também traziam dos países industrializados as principais manufaturas.

Alves informa que “a peculiaridade da operação de compra e venda nas casas comerciais da Província de Mato Grosso consistia em que ela só se efetivava mediante a presença física da mercadoria”<sup>91</sup>. Para que se entenda a razão disso, é indispensável destacar duas questões relacionadas a essa operação: a primeira reside no fato de que o pagamento só se fazia mediante a entrega do produto, daí por que as operações de crédito eram desconhecidas ou tinham pequena importância por seu insignificante volume<sup>92</sup>; a segunda está em que a qualidade do produto ainda não apresentava, naquela fase, uma padronização. Logo, o preço acertado na compra e na venda se encontrava sempre na dependência do nível da qualidade da mercadoria que estava sendo comercializada, o que tornava indispensável a presença desta.

A organização dessas casas comerciais na Província de Mato Grosso remonta ao início do século XIX. Até esse período, havia diversos estabelecimentos na Província que concentravam o movimento comercial e financeiro da região: “havia trinta lojas de fazendas e de secos e molhados em Cuiabá e dezesseis em Corumbá, “foram os ‘boliches’ e botecos (tabernas), incumbidos de movimentar o comércio e onde os mineradores gastavam grande parte do ouro que coletavam

---

<sup>90</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a História: 1870-1929* (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 2, n. 6, set./dez. 1984, p. 5-81.

<sup>91</sup> *Idem.*, p. 132.

<sup>92</sup> *Idem.*, p. 65.

durante o dia”<sup>93</sup>.

Os primeiros comerciantes mato-grossenses proprietários dessas casas comerciais submeteram a economia regional ao seu controle. Para isso, montaram uma rede de coleta de informações relacionadas ao preço, tipo do produto, condições de produção, etc, processo no qual contavam com o concurso de homens de confiança, os mascates<sup>94</sup>.

Siqueira informa que estes mascates começaram a percorrer áreas distantes da província, oferecendo, a alto preço, suas mercadorias e recebendo em troca, o pouco meio circulante existente ou a baixo custo, a produção de cada região que visitavam. A maioria dos mascates ou caixeiros-viajantes estava a serviço de uma casa comercial ou de um grande comerciante instalado nas cidades<sup>95</sup>.

Existiram, na Província de Mato Grosso, dois tipos de mascates: os que percorriam o território por terra e os que o faziam pelos rios. Os primeiros conhecidos por mascates *tropeiros*, procedentes das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, seguiam os caminhos terrestres abertos (antigas trilhas indígenas), conduzindo suas mercadorias em lombo de mulas. Os mascates *fluviais* acompanhavam os principais cursos dos rios, trazendo seus produtos para serem comercializados por toda a Província. Para Corrêa, esse tipo de mascate, ia além de seu papel imediato, pois sua circulação na Província

[...] permitiu também maior conhecimento da região, coletando informações sobre suas potencialidades econômicas, suas terras e riquezas minerais. Esses mascates imigrantes nostálgicos da pátria distante, sem qualquer vínculo com a terra e tendo por casa sua própria embarcação, traziam enfim uma característica internacional, cujos interesses estavam ligados aos mercados externos [...]”<sup>96</sup>.

Um dos mais conhecidos mascates da região sul da província foi o português Manoel Cavassa, que chegou de Buenos Aires com uma pequena carga de mercadorias, na década de 1840. Convém salientar que muitos destes mascates foram, com o tempo, instalando suas próprias casas comerciais, principalmente

---

<sup>93</sup> MENDONÇA, Rubens de. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>94</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 27.

<sup>96</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso do Sul: a fronteira oeste revisitada*. Corumbá: 1974. p. 12.

em Cuiabá e, posteriormente, em Corumbá. Nesse período, tal estabelecimento dispunha de acesso privilegiado aos mercados dos grandes centros platinos e brasileiros, fato que lhes possibilitava o controle dos preços das mercadorias e a informação sobre as novas tendências de consumo<sup>97</sup>.

Com o decorrer do tempo, não só comerciantes individuais percorriam a Província de Mato Grosso, como também algumas casas comerciais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro abriram verdadeiras sucursais nas principais cidades da Província, como Cuiabá, Cáceres e Corumbá. Segundo Corrêa Filho essas casas comerciais não estavam interessadas em procurar artigos para o intercâmbio comercial, mas visavam ao ouro que era colhido na região<sup>98</sup>. Além disso, com o crescente aumento da pecuária no sul da Província, muitas delas passaram a investir no comércio de compra e venda de gado e de terras, formando grandes fazendas, destinadas à exportação ou ao mercado interno.

No âmbito regional, levantavam informações anuais sobre as condições ambientais que poderiam interferir na produção dos produtos, que comercializavam<sup>99</sup>. Assim, colhiam informações sobre as áreas plantadas, a respeito da influência de pragas e de variações climáticas, bem como sobre as áreas mineiras efetivamente exploradas, o número de trabalhadores escravizados envolvidos, etc. Reunindo esses informes, a casa comercial podia estimar a magnitude da produção anual de cada produto e, a partir daí, concluir sobre uma eventual superprodução ou escassez de determinadas mercadorias no mercado de consumo<sup>100</sup>. Dessa forma, o comerciante dispunha de uma clareza antecipada sobre quais produtos prometiam maiores lucros, a curto e médio prazo, nas operações de compra e venda.

Essas casas comerciais possibilitaram a recomposição do sistema comercial da Província. Destacamos suas atividades realizadas e vimos que elas iam

---

<sup>97</sup> Confira-se Memorandum que dirige da cidade de Corumbá, Estado do Matto-Grosso, o cidadão Manoel Cavassa ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil (22 de fevereiro de 1894), *apud* CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. *Memorandum de Manoel Cavassa*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

<sup>98</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1945. p. 33. (Monografias Cuiabanas).

<sup>99</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a História: 1870-1929* (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 2, n. 6, set./dez. 1984, p. 5-81.

<sup>100</sup> *Idem*, p. 5-81.

muito além das funções de estabelecimento comercial. Estabeleceram também importantes intercâmbios com outras províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pará, e países vizinhos, como Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.





# Evaluación Sociointercultural para Proyectos de Inversión en Comunidades Indígenas Wixarikas

*José G. Vargas-Hernández\**

*Ernesto Guerra García\*\**

*María Eugenia Meza Hernández\*\*\**

Se analizan aspectos de la problemática que se presenta en la evaluación social de proyectos de inversión para las comunidades indígenas *wixarikas* (huicholes). Los proyectos en este contexto hacen particularmente compleja la evaluación, ya que en la perspectiva socioeconómica con la que se evalúa entra en juego la inconmensurabilidad de los asuntos de carácter social e intercultural que no se pueden pasar por alto. Se abordan las interrogantes que han surgido en la elaboración de este tipo de proyecto y se presenta un marco teórico para la propuesta metodológica de evaluación sociointercultural.

## Introducción

**A**l elaborar proyectos de inversión para la implementación de energías alternativas en las comunidades *wixarikas* (hicholes) en México en el año 2010, se detectó que había una serie de aspectos a discutir en la teoría

---

\* Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativas. [jvargas2006@gmail.com](mailto:jvargas2006@gmail.com). Ph. D. (Administración Pública) por Columbia States University y Ph. D. (Economía) por Keele University. MBA por Pacific States University. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores.

\*\* Universidad Autónoma Indígena de México. [drguerragarca@gmail.com](mailto:drguerragarca@gmail.com). Doctor en Enseñanza Superior por el Centro de Investigación y Docencia en Humanidades del Estado de Morelos. Maestro en Economía por la Universidad Autónoma de Nuevo León. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores.

\*\*\* Universidad Autónoma Indígena de México. [uaim\\_mmeza@yahoo.com](mailto:uaim_mmeza@yahoo.com). Maestra en Educación Social por la Universidad Autónoma Indígena de México. Facilitadora Educativa de la Carrera de Sociología Rural.

**Palabras clave:** evaluación social de proyectos de inversión, evaluación sociointercultural, comunidades indígenas, *wixarikas*.

This paper analyzes aspects of the problem that occurs in the social evaluation of investment projects for indigenous communities' *Wixarikas* (Huichols). A project in this context make particularly complex the evaluation. On the socio-economic perspective with which it is evaluated co-

mes into play the incommensurability of social and intercultural issues that cannot be ignored. It is addressed the questions that have arisen in the development of this type of project and presents a theoretical framework for the methodological proposal of socio-cultural evaluation.

**Keywords:** Social evaluation of investment projects, socio-intercultural evaluation, indigenous communities, *Wixarikas*.

---

de la evaluación social de proyectos de inversión cuando éstos son aplicados en un contexto indígena. Estos proyectos buscan mejorar las condiciones de los *wixarikas* y de otras comunidades indígenas a través de impulsar la infraestructura básica que además posibilite la generación de proyectos con enfoques y principios propios acordes con las culturas y las lógicas económicas de las etnias que participan, así como de su racionalidad social y ambiental, en especial la relación que guardan con la madre tierra<sup>1</sup>.

En las comunidades *wixarikas*, el hecho de valorar la posibilidad de llevar el servicio eléctrico a través de energías alternativas presenta de antemano externalidades que pueden considerarse negativas para su cultura, pues este servicio implicaría un mayor uso de televisores, radios y demás medios de comunicación y abriría la posibilidad de ampliar un proceso aculturador que a pesar de los beneficios, los efectos negativos podrían ser aun más indeseables. Pero el simple hecho de querer ayudar a los *wixarikas* como parte de una política gubernamental pudiera tener implicaciones racistas al colocar a la cultura mestiza nacional por encima de la de ellos. No es un asunto sencillo, la muestra está en que a pesar del alto interés por esta cultura, en las últimas décadas no se ha podido contribuir a mejorar significativamente el bienestar económico y material de esta etnia<sup>2</sup>.

Es evidente que la cultura no indígena tiene un peso mayor y que las decisiones tendrán un sesgo particular en este sentido, pero a través de una serie de

---

<sup>1</sup> Gómez González, G., Gómez Calderón, E. X. and Gómez Calderón, Y. (2008). *Perspectiva de los agronegocios en el desarrollo indígena: caso Querétaro*. Ra Ximahi, (4) 003, 4-14.

<sup>2</sup> Wiegand, P. and Fikes, J. (2004). "Sensacionalismo y etnografía, el caso de los huicholes de Jalisco", en *Relaciones*, vol. 25, núm. 098, México: Colegio de Michoacán., p. 54.

asuntos éticos en las políticas públicas se podrían tomar en cuenta cualificaciones del mundo indígena para tratar de sopesar sus intereses. Por ejemplo, a diferencia del mundo no indígena, para los campesinos huicholes lo productivo y lo religioso está tan íntimamente ligado con la vida económica y social que aparentemente presentan una falta de interés para la adopción y adaptación tecnológica<sup>3</sup>.

Esto no significa que los *wixarikas* se encuentren aislados de la sociedad mestiza, la persistencia de su cultura y comunidad puede ser explicada a través de procesos de identificación de cara al mundo, pero la especificidad de su etnia se debe, en parte, a la creativa integración de lo que no es su cultura<sup>4</sup>.

La compleja madeja para el análisis de proyectos en estos contextos inicia con la consideración de que en la evaluación social, menciona Fontaine<sup>5</sup>, las externalidades permiten entender la factibilidad de impulsar un proyecto sin fines de lucro y en un contexto sociointercultural, éstas van en múltiples sentidos y tendrían que analizarse en lo intrasocial, lo intracultural y lo intercultural<sup>6</sup>.

Al introducir esta perspectiva metodológica de análisis que hemos llamado sociointercultural<sup>7</sup> en la evaluación social se abre un área de investigación para generar modelos que describan las categorías a considerar en este tipo de ambientes.

Lo anterior implica que la evaluación se realice además en forma ‘multi-criterial’, es decir, reconocer que al tratar problemas complejos como los que se presentan en las etnorregiones se necesita tener en cuenta la inconmensurabilidad social, cultural, intercultural e intracultural presente en estos. Esta inconmensurabilidad se refiere a la presencia de múltiples valores legítimos en la

---

<sup>3</sup> Torres Contreras, J. J. (2000), *Tierras magras y políticas equivocadas en el sistema productivo huichol, caso Santa Catarina, municipio de Mezquitic*, Jalisco, Espiral, (7), 019. 162-163.

<sup>4</sup> Florentine Beimborn, M. and Romandía Peñaflo, A. (2009). *Emigración y continuidad cultural de los wixaritari*. Breve reflexión sobre una relación ambigua, *Liminar*, Estudios Sociales y Humanísticos, (7) 2. 13.

<sup>5</sup> Fontaine, E. (2008). La evaluación privada y social de proyectos: el rol del Estado. *Panorama socioeconómico*, (26) 036. 8-17.

<sup>6</sup> Guerra García, E. (2004), La sociointerculturalidad y la educación indígena. En Sandoval Foreiro, E. y Baeza, M. A. (coord.). *Cuestión étnica, culturas, construcción de identidades*, México: UAIM, ALAS, El Caracol.

<sup>7</sup> *Idem*.

sociedad y en las culturas (variados puntos de vista y en conflicto) que conllevan no sólo a la necesidad de involucrar en el proceso de toma de decisiones a los agentes afectados, sino de entender las políticas del Estado para el efecto<sup>8</sup>.

Pero ¿cómo realizar una evaluación sociointercultural de un proyecto de inversión en una comunidad indígena? o más específicamente ¿Cuáles son las categorías a considerar en este tipo de evaluaciones? Estas cuestiones han sido analizadas para el caso mencionado y se describen brevemente en el presente artículo.

## Desarrollo

### *Evaluación de proyectos de inversión*

Se entiende como proyecto de inversión a la formulación de una intervención en un medio para estudiar una problemática existente y el análisis de la factibilidad de lograr un cambio deseado al menos por alguna parte de la sociedad; el proyecto de inversión es aquel donde se plasma con claridad y detalle lo que se desea lograr y además cómo lograrlo; permite justificar la intervención desde distintos puntos de vista para dar o no solución a una problemática<sup>9</sup>. En cualquier caso, aun cuando el objetivo sea privado, la evaluación debe considerarse una forma de investigación social

...aplicada, sistemática, planificada y dirigida, en que se apoya un juicio acerca del mérito y el valor de los diferentes componentes de un programa, de forma tal que sirva como base o guía para una toma de decisiones racional e inteligente entre cursos de acción<sup>10</sup>.

Sin hacer a un lado los aspectos técnicos económicos y financieros, el hecho de que muchas de las externalidades sean difíciles de cuantificar dificulta la evaluación en general.

---

<sup>8</sup> Vargas Isaza, O. L. (2005). La evaluación multicriterio social y su aporte a la conservación de bosques. *Revista Facultad Nacional de Agronomía – Medellín*. (58) 1, 1-22.

<sup>9</sup> Andia Valencia, W. (2010). Proyectos de inversión, un enfoque diferente de análisis. *Industrial Data*, (13) 1. 28-29.

<sup>10</sup> Matos Basó, R. (2005). Enfoques de evaluación de programas sociales: análisis comparativo. *Revista de Ciencias Sociales (Ve)*, (11) 002. 23.

Evaluar es uno de los conceptos más difíciles de abordar en ambientes sociointerculturales ya que generalmente no es posible la implementación de una métrica válida y aceptada por todos los interesados. Además, los aspectos que comúnmente son considerados de validez universal son cuestionados ante la presencia de otras formas de ver el mundo. Evaluar significa entonces para este caso esclarecer todas las dudas que la operación de un proyecto pudiera tener antes de que éste sea aplicado desde el polirelativismo y el multicriterio mencionado. Las incertidumbres que se presentan se deben en gran parte por los problemas que implica la información sociointercultural y las dificultades para la prescripción y la determinación del resultado final<sup>11</sup>.

## *El enfoque de la economía social*

La crisis de los modelos de desarrollo ha permitido la visibilidad de algunas formas ancestrales de entender la economía y el surgimiento de innovaciones que se han venido a llamar economía del tercer sector, economía solidaria, economía del trueque, economía popular o economía social<sup>12</sup>.

En realidad toda economía es social, sin embargo cuando el enfoque es el privado se dejan de lado todas las consideraciones de los otros actores que participan en el total económico<sup>13</sup>. La finalidad no es agregar una variable endógena más sino reconocer preponderantemente las dimensiones sociales de la economía<sup>14</sup>. El objetivo de la economía social no es el lucro; se trata de un modelo orientado al bienestar de grupos y colectividades<sup>15</sup>, de esta forma un proyecto de energía alternativa en estas comunidades asegura la sustentabilidad, aun cuando el costo de la inversión es elevado y aparentemente no se tenga un resultado financiero positivo.

---

<sup>11</sup> Arroyave Loaiza, G. (1994). Análisis de sensibilidad de los proyectos de inversión en salud. *Salud Pública de México*, (36) 003, 318-27.

<sup>12</sup> Bastidas Delgado, O. y Richer, M. (2001). *Economía social y economía solidaria: intento de definición*, Cayapa, (1) 001. 1.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>14</sup> Izquierdo Server, R. (2009). Responsabilidad social de las empresas, crisis y economía social. CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*. 65. p. 5.

<sup>15</sup> Pujol, J. (2003). La economía social en Cataluña. CIRIEC- España *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*. 047. p. 36.

Además, la economía social se difunde a través de un proceso de reconocimiento de las pobres circunstancias en las que se encuentra una comunidad indígena y de la deuda que por más de 500 años tiene la sociedad mexicana para este sector<sup>16</sup>.

La economía indígena se compone de prácticas ancestrales de adaptación a un medio determinado que se componen de los siguientes elementos a) la producción que determina un paisaje determinado de acuerdo con la forma particular de apropiación del territorio de cada pueblo indígena trabajadas con técnicas tradicionales, b) la distribución, donde operan mecanismos diferentes a la intermediación como reciprocidad y redistribución c) el consumo, caracterizado por las formas de igualdad d) la organización del trabajo y e) la tierra, que es vista desde una cosmovisión diferente al de la propiedad individual<sup>17</sup>. Los elementos precolombinos, que se componen de prácticas ancestrales de adaptación a un medio determinado, donde no interviene el dinero, corresponden a una economía que puede ser llamada tradicional<sup>18</sup>, pero existen muchos elementos que se han creado a partir de la relación con el mundo no indígena, quizás la relación económica más antigua de estos últimos ha sido el comercio.

Para que lo anterior se lleve a cabo es necesario el real y verdadero reconocimiento de las organizaciones sociales en este caso del gobierno, de las comunidades y de los pueblos indígenas. De esta forma las políticas públicas son de gran relevancia para la evaluación en este tipo de contextos<sup>19</sup>.

## *La evaluación social*

Un proyecto de inversión social busca cumplir con objetivos sociales a través de metas gubernamentales o alternativas, empleadas por programas de apoyo<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> Bastidas Delgado, O. y Richer, M. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>17</sup> Lugo, D. (2007). Economía indígena y estrategias de reproducción en el grupo indígena Warao. en *Cayapa*. (7) 013. 60.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> Huot, G. and Bissières, D. (2006). El grupo (Chantier) de economía social y los sectores de la economía social en Québec. *Cayapa*, (6) 011. 124..

<sup>20</sup> Matos Basó, R. *Op. cit.*

En el caso que nos ocupa es de resaltar que las zonas indígenas en México presentan yuxtaposiciones entre los usos e intereses que el suelo implica en la cosmovisión de sus pueblos y las actividades preponderantemente económicas de los no indígenas<sup>21</sup>. Los ejemplos más recientes han implicado la lucha de algunas etnias contra el uso y explotación minera de algunos intereses privados sobre los usos que los pueblos indígenas quieren hacer de su suelo<sup>22</sup>. Entonces la diferencia respecto a las otras evaluaciones es que los beneficios, los costos y las externalidades deben observarse desde las diferentes perspectivas al mismo tiempo. Es decir, en los proyectos interculturales no es suficiente realizar la formulación y la evaluación desde una sola perspectiva, sino que es necesario poner sobre la mesa todos los criterios y puntos de vista de las culturas que participan.

La problemática que se presenta es que en la valoración social existen elementos perceptibles por una comunidad como perjuicio que son difíciles de cuantificar o de generar una ponderación en unidades monetarias. De aquí que el desarrollo de este tipo de proyectos tiene preferentemente un enfoque cualitativo.

Pero esto no quiere decir que su desarrollo sea menos valioso. Al contrario, las discusiones desde una perspectiva sociointercultural conllevan a generar nuevos constructos que permiten entender lo que sucede en una realidad social concreta.

## *Las externalidades*

Los proyectos de investigación social siempre conllevan una serie de aristas referente al manejo de las externalidades que no sólo no han sido resueltas, sino que se van planteando en la medida en que se encuentran en la práctica. Las externalidades se producen cuando las actividades sociales o económicas de un grupo de personas tienen un impacto sobre otro o sobre la naturaleza y dicho

---

<sup>21</sup> Korsbaek, L. (2009), Los peligros de la comunidad indígena y sus defensas. *Ra Ximahi*. (5) 003. 373-85.

<sup>22</sup> Saliba, F. (30 de diciembre de 2011). En México, los indígenas huicholes no quieren las minas de oro y plata, *Le monde*, París Francia; *La Jornada* (11 de marzo de 2011). Minera canadiense pone en riesgo a pueblos indígenas. *La Jornada*; *Zapateando* (27 de marzo de 2012), Indígenas marchan para la libertad de Patisthán y contra minas y presas. *Zapateando*. Recuperado de <http://zapateando.wordpress.com/2012/03/27/indigenas-marchan-para-la-libertad-de-patisthan-y-contra-minas-y-presas-accion-urgente-por-la-libertad-de-alberto-patisthan/>

impacto no es tomado en cuenta de manera adecuada por el primer grupo<sup>23</sup>.

En el tratamiento de las externalidades es importante mencionar que desde el enfoque social calcular los costos del efecto negativo y luego tratar de pagarlo de manera correctiva no es precisamente lo óptimo<sup>24</sup>; es decir, internalizar las externalidades no es la mejor filosofía en la evaluación social, pues cuando los grupos son de diferentes culturas existen situaciones de carácter intercultural que deben ser resueltas de manera preventiva.

## *Economía y gestión de los recursos naturales*

La importancia de este tipo de proyectos se incrementa al considerar que a las comunidades indígenas rurales se les ha asignado la tarea de ser proveedoras de recursos a las zonas urbanas y se les ha atribuido la responsabilidad de preservar el equilibrio ambiental<sup>25</sup>.

Además una característica adicional que tienen este tipo de proyectos de energía alternativa en las comunidades indígenas es que a la par se abordan aspectos de economía y gestión de los recursos naturales. Al respecto hay que resaltar que el interés por las Fuentes de Energía Nuevas y Renovables (FENR) se ha debido a la crisis de energía que cada vez más se acentúa<sup>26</sup>. Dentro de esta disciplina se encuentra la economía ecológica, que a diferencia de la teoría económica convencional, su objetivo no es la búsqueda de la eficiencia, de la rentabilidad y del crecimiento en términos puramente monetarios, sino de tratar de hacer compatible la sustentabilidad del capital natural<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> Jaime, A. y Tinoco López, R. O. (2006), Métodos de valuación de externalidades ambientales provocadas por obras de ingeniería, *Ingeniería e investigación y tecnología*. (7) 002.105.

<sup>24</sup> Fontaine, E. La evaluación..., *Op. cit.*, p. 13.

<sup>25</sup> Mozas Moral, A. y Bernal Jurado, E. (2006). Desarrollo territorial y economía social. CIREC-España *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 055.127.

<sup>26</sup> Rodríguez-Murcia, H. (2008). Desarrollo de la energía solar en Colombia y sus perspectivas. *Revista de Ingeniería*, 28. 88.

<sup>27</sup> Domínguez Torreiro, M. (2004). El papel de la fisiocracia en nuestros días: una reflexión sobre el análisis económico de los recursos naturales y el medio ambiente. *Revista Galega de Economía*, (13), 001-002. 8.



Lo que sí es evidente es que la dependencia humana de los ecosistemas se aprecia de manera evidente en economías de subsistencia ligadas al medio natural, donde las comunidades humanas, como las indígenas, toman directamente de los ecosistemas sólo lo que necesitan para vivir; de esto, las comunidades *wixarikas* tienen una gran sabiduría. El reconocimiento de este hecho, implica asumir que el desarrollo económico y social dependerá en el mediano y largo plazo no sólo del adecuado mantenimiento de los sistemas ecológicos que lo sustentan y que constituyen el capital natural del planeta sino también del respeto y de la atención que pongamos en la culturas indígenas, de las que tenemos mucho que aprender<sup>28</sup>.

Las cuestiones relacionadas con los recursos naturales son analizadas tanto desde la perspectiva económica como desde el marco institucional con sus reglas, deberes y obligaciones, formales e informales<sup>29</sup>; además deben ser consideradas las formas de relación que cada cultura tiene con la naturaleza.

## *La incorporación de la dimensión ambiental en el análisis de proyectos*

En este tipo de proyectos en comunidades indígenas rurales es difícil dejar de lado la evaluación de impacto ambiental, que consiste en la identificación, análisis y valoración de efectos de los proyectos sobre su entorno, natural y social, desde el polirelativismo y el multicriterio, aun cuando no necesariamente éstos estén expresados en unidades monetarias.

Para la evaluación del impacto ambiental de un proyecto sobre el medio económico es posible acotar que desde el momento de su construcción y posterior puesta en marcha, éste estará influyendo en el medio donde se instalará, por los efectos que produciría sobre las actividades naturales, humanas y económicas existentes y futuras durante su período de operación y hasta la etapa de abandono.

## *Desarrollo o buen vivir*

---

<sup>28</sup> Gómez, B. E and de Groot, R. (2007). Capital natural y funciones de los ecosistemas: explorando las bases ecológicas de la economía. *Ecosistemas*, (16) 003. 5-6.

<sup>29</sup> Dominguez Torreiro, M. *Op. cit.*, p. 6-7.

Otro elemento a considerar en la evaluación de proyectos en las comunidades indígenas es que en América Latina está en marcha una renovación de la crítica al desarrollo convencional bajo un proceso que ofrece varias particularidades y que aporta otro enfoque a la evaluación social. Lo importante aquí y como se trata de la evaluación en comunidades *wixarikas* es que las posturas del ‘buen vivir’ recuperan visiones ancladas en los conocimientos saberes propios de pueblos indígenas. Las posturas del buen vivir cuestionan al desarrollo con su filosofía de progreso y que en la práctica a significado una relación adversa con la naturaleza.

El buen vivir es un concepto de política pública en construcción, pero en general recupera la idea de una buena vida, del bienestar en un sentido más amplio y en el caso de la economía social y de la evaluación social provee como criterio general que una comunidad viva bien, sin esperar el progreso a costa de la devastación de los recursos naturales.

De lo anterior se destaca que la evaluación de un proyecto es diferente si se enmarca dentro de alguna de las políticas de desarrollo o dentro de la que se presenta con el enfoque del buen vivir. Las políticas públicas son determinantes en la orientación de los trabajos de evaluación social.

## *Las comunidades wixarikas*

Para la cultura huichol, también llamada *wixarika*, hacerse sabio significa saber de la naturaleza<sup>30</sup>. Para esta cultura el mundo mestizo es un altermundo que coexiste de manera mítica con el suyo<sup>31</sup>.

La palabra ‘huichol’ proviene de ‘hueitzolme’, un territorio ubicado actualmente en Nayarit; su lengua pertenece a la rama totorame de la familia uto-azteca del sur<sup>32</sup>. Los *wixarikas* habitan en la región Huicot que comprende aproximadamente doscientas cincuenta mil hectáreas que comparten los estados de Nayarit, Durango, Jalisco y Zacatecas. Esta zona está ubicada en la Sierra Madre Occiden-

---

<sup>30</sup> Iturrioz, citado por Juránková, M. (2007). El perfil comunicativo de los huicholes que viven en la ciudad. *Comunicación y Sociedad*. 007.150.

<sup>31</sup> Durín, S. (2005). Sacrificio de res y competencia por el espacio entre los wixaritari (huicholes), *Alteridades*, (15), 029. 91.

<sup>32</sup> Wiegand, P. and Fikes, J. *Op. cit.*, 51-52.

tal en una amplia franja denominada el ‘Gran Nayar’, pero el peso que el desierto localizado en San Luis Potosí tiene para ellos es determinante para su cultura<sup>33</sup>.

Este tipo de emigración en los los *wixarikas* permite entender en mayor perspectiva las dinámicas de su cultura en su intensiva interacción con ‘el otro’<sup>34</sup>.

En general es una región pobre con caminos son de terracería y veredas, la luz eléctrica es sumamente escasa ya que los problemas de acceso a este territorio dificulta la instalación de servicios y comunicaciones<sup>35</sup>. Además de los *wixarikas* habitan en esta región otros grupos étnicos además de los mestizos: los coras, los tepehuanos, los tepecanos y los mexicaneros que en total congregan 56,614 indígenas<sup>36</sup>.

El pueblo *wixarika* ha sentado sus actividades agrícolas desde cuando menos hace 900 años<sup>37</sup>; tradicionalmente residen en tres comunidades, San Sebastián, Santa Catarina y San Andrés, que junto con Tuxpan y Guadalupe de Ocotán constituyen las cinco unidades territoriales políticas que fueron constituidas desde la época de la Corona española en el siglo XVIII<sup>38</sup>.

Según el último Censo de Población y Vivienda del Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI), en estas regiones habitan 44,788 hablantes de huichol con una edad mayor a los cinco años, de los cuales 22,129 son hombres y 22,659 mujeres (INEGI, 2010). Según el INEGI (2011) esta lengua se encuentra en el lugar 22 en volumen de hablantes, antes del chontal y después del chatino; pero es uno de los grupos con un mayor porcentaje de monolingüismo en México<sup>39</sup>.

La organización productiva de los grupos en esta etnorregión se ha concentrado en actividades primarias de índole agropecuario; la cría de ganado bovino,

---

<sup>33</sup> Porras Carrillo, E. (2006). Algunos aspectos de las relaciones entre el desierto y los huicholes. *Culturales*. (2) 003. 34.

<sup>34</sup> Florentine Beimborn y Romandía Peñaflor. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>35</sup> Barrera, R. O. (2002). Consideraciones geomorfológicas sobre la Sierra Madre Occidental en el norte de Jalisco, México, *Investigaciones Geográficas*, 048, 45.

<sup>36</sup> Guízar Vázquez, F. (2009). Wixaritari (huicholes) y mestizos: análisis heurístico sobre un conflicto intergrupar, *Indiana*, 26, 171.

<sup>37</sup> Tetreault, D. V. and Lucio López, C. F. (2011). Jalisco: pueblos indígenas y regiones de alto valor biológico. *Espiral*. (18) 51. 170.

<sup>38</sup> Wiegand y Fikes. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>39</sup> Juránková, M. *Op. cit.*, p.149.

tanto de los *wixarikas* como de los demás grupos étnicos es la actividad más relevante. La agricultura de temporal y la explotación forestal también han tomado relevancia en los últimos años<sup>40</sup>. El prolongado conflicto intra e intercultural se hace más crudo frente a la colonización de rancheros mestizos que han tenido el soporte del Estado para avanzar en el proceso etnofágico que resulta de las asimetrías de los grupos indígenas y no indígenas. El hecho es que el territorio *wixarika* ha sido reclamado cada día con mayor insistencia desde la época de la colonia y en nuestros días ese reclamo se realiza de maneras más sofisticadas por el grupo mestizo; la lucha actual no solamente es en la yuxtaposición de las regiones mineras con las zonas sagradas, sino que el grupo mestizo utiliza la educación, religión y tecnología, entre otros, para penetrar y modificar su mundo.

Estas y otras consideraciones sociointerculturales de la vida de los *wixarikas* no pueden ser dejadas de lado en la evaluación de un proyecto de inversión.

## *Propuesta de evaluación sociointercultural*

En esta complejidad descrita la propuesta para la evaluación sociointercultural radica en estructurar las categorías de análisis de acuerdo con las macroesferas y las microesferas en las categorías que corresponden a los asuntos a) intrasociales, b) los asuntos intraculturales y c) los asuntos interculturales. En la figura 1 se presenta un esquema en alusión a lo anterior.

Figura 1. Esquema para el análisis sociointercultural

DIMENSIONES	INTRASOCIAL	INTRACULTURAL	INTERCULTURAL
MACROESFERA Política, social, económica	SOCIOINTERCULTURAL		
MICROESFERA Género, clase y etnia			

Fuente: construcción de los autores

## *La evaluación desde las macroesferas*

<sup>40</sup> Guízar Vásquez, F. *Op. cit.*, p.177.

Para evaluar un proyecto como el que se presenta es necesario que se tome en cuenta las macroesferas política, social y económica. Para el caso de las comunidades *wixarikas* los criterios máximos provienen de a) las tendencias en las políticas públicas, ya sean del desarrollo o del buen vivir, las que implican a su vez lo que el Estado desea hacer con los pobres y con los marginados, que en la mayoría de los casos convergen en generar las sinergias necesarias en los más necesitados; b) las tendencias ecologistas a nivel mundial y a nivel nacional que favorecen las tecnologías alternativas y evitar aquellas que se suman al calentamiento global y c) el interculturalismo, lo que el Estado desea hacer para con los grupos étnicos que conforman la nación, es decir, en qué medida y cómo es que se orientan los esfuerzos hacia los pueblos indígenas. Quizás estas tendencias en las políticas públicas son las más importantes en la consideración de la evaluación de cualquier proyecto de inversión.

## *La evaluación desde las microesferas*

Puesto que se habla de proyectos específicos, la evaluación debe considerar las manifestaciones de los diferentes agentes implicados, los gobiernos locales, el pueblo *wixarika* en este caso y la sociedad mestiza que se encuentra en la vecindad y que posiblemente reciban también externalidades de los proyectos. En este caso es importante considerar otros aspectos de la especificidad de la comunidad que participa, que pueden también orientar la decisión final; por ejemplo la constitución demográfica en la *wixarika* es relevante.

## *La evaluación desde lo intrasocial*

En esta categoría se incluye el análisis de costos, beneficios y externalidades que tienen que ver más con los asuntos de la sociedad independientemente de las culturas y etnias que participan. En este caso, el uso sustentable de las tecnologías, las políticas de atención a la pobreza independientemente del grupo étnico a la que pertenezca la población en este Estado, entre otras, pertenecen a la evaluación intrasocial. El uso de la energía alternativa en las comunidades evita utilizar energías dañinas; aquí el problema radica en valorar el posible costo o el beneficio ecológico. Esto es debido a que la contaminación se considera una externalidad negativa generada por los procesos de producción y de consumo, en este caso de la energía

eléctrica<sup>41</sup>. Por otro lado, la inclusión de los intereses de las futuras generaciones trae a las comunidades rurales e indígenas oportunidades de ciertos incentivos provenientes de las políticas globales para la mitigación y adaptabilidad al cambio climático a través del mecanismo del desarrollo limpio de energías<sup>42</sup>.

La presencia de proyectos de corte sustentable es uno de los aspectos intrasociales que hacen compleja esta evaluación, pues el valor del uso de la energía alternativa es más que significativo, independientemente de las culturas involucradas.

## *La evaluación desde lo intracultural*

En la práctica resulta que las comunidades indígenas no son un todo uniforme, pues mientras algunas personas se niegan a tener los beneficios de la energía alternativa debido a que observan ciertos peligros de aculturación, otras los prefieren para aplicarlo en los usos domésticos y de producción que les darían una mejor forma de vida. Es decir, no todos los *wixarikas* se manifiestan en consenso sobre los proyectos de intervención.

En el caso de los mestizos es lo mismo, no todos están de acuerdo con ayudar a una comunidad *wixarika*, sobre todo si hay otras - indígenas o no - que también requieren los beneficios. La tecnología utilizada por los campesinos *wixarikas* normalmente se encuentra integrada a su estructura y dinámica sociocultural y es a partir de su percepción del medio que instrumentan un sistema técnico culturalmente específico, de tal forma que toda innovación tecnológica trastoca su modo de vida su manera de ver el mundo y sus valores<sup>43</sup>.

De aquí surgen muchos cuestionamientos que a final de cuentas se encuentran ligados con externalidades. ¿Cómo afecta o podría trastocar el uso de la ener-

---

<sup>41</sup> Reyes Gil, Rosa E., Galván Rico, Luis E. y Aguilar Serra, Mauricio (2005), El precio de la contaminación como herramienta económica e instrumento de política ambiental. *Interciencia*, (30) 007. 436.

<sup>42</sup> Pinto Silbato, F. (2004). Energías renovables y desarrollo sostenible en zonas rurales de Colombia. El caso de la Vereda Carrizal en Sutamarchán, *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 053. 124.

<sup>43</sup> Berrueta Soriano, V. M., Limón Aguirre, F., Fernández Zayas, José L. y Soto Pinto, M. L. (2003), Participación campesina en el diseño y construcción un secador solar para café, *Agrociencia*, (37) 001. 95.

gía alternativa al sistema técnico cultural de los *wixarikas*?, ¿cómo cambiaría esta tecnología su modo de vida, su manera de ver el mundo y sus valores? ¿permite esta tecnología un mayor arraigo de los habitantes y de sus valores culturales?

Al llegar la energía eléctrica a la comunidad, algunas de las personas que pensaban emigrar ya no lo harían debido a que posiblemente los satisfactores pudieran ser suficientes para que las personas permanezcan, posiblemente alterando su tradición migratoria. La llegada de la energía va ligada también con el uso de medios de comunicación y con estos los procesos de aculturación se incrementan. ¿De qué forma se darían estos procesos? ¿cuánto se valora el desplazamiento de una lengua en una cultura y en la sociedad? Son preguntas que no se pueden resolver de manera simple.

## *La evaluación desde lo intercultural*

La evaluación de los proyectos interculturales debe ser entendida relacionándola con estrategias políticas contextualizadas. No puede pensarse en la interculturalidad desde una lógica instrumental, que propicia la extensión o universalización de un modelo transcultural con supuestas buenas intenciones. Tampoco se pueden trasladar los mismos criterios utilizados en contextos diferentes. En la evaluación están presentes, las formaciones, estructuras y resistencias; las relaciones de desigualdad social y la lucha para transformarlas.

De esta forma una política pública orientada a la expansión de la energía en medios rurales indígenas no siempre es deseable, debido a los dinámicos procesos de aculturación que generalmente se tienen en las relaciones interculturales<sup>44</sup>.

Aquí se tiene que evaluar las externalidades que existen entre las culturas cuando el proyecto intensifica las relaciones interculturales. Los efectos aculturadores deben ser analizados, sobre todo los de la sociedad no indígena sobre los *wixarikas*, la pérdida de los valores culturales, tales como lengua, costumbres y en general la influencia en su cosmovisión.

Pero ¿cómo evaluar las externalidades cuando los criterios son inconmensurables? Por ejemplo, al evaluar cualquier proyecto de inversión se tiene que

---

<sup>44</sup> Pinto Silbato, F. *Op. cit.*, p. 123.

observar la posibilidad de contaminación de la tierra. El problema radica en que, para la cultura *wixarika* la tierra es sagrada y no debe ser trastocada. En resumen la solución se torna imposible. Dejar que otros decidan por ellos no es equitativo ni justo, por lo que se está precisamente en una encrucijada más.

## Conclusión

Se concluye aquí que es necesario abrir investigaciones en la línea de la evaluación sociointercultural en el contexto indígena, para abordar con más profundidad cada una de las externalidades planteadas. La evaluación sociointercultural de proyectos de inversión es una metodología de investigación social que se enmarca dentro de la aplicación de las políticas públicas, que abarca mucho más que la aplicación de técnicas cuantitativas de corte financiero y de la perspectiva privada. De manera transversal al análisis de las macro y microesferas se propone estudiar los aspectos intrasociales, intraculturales e interculturales característicos de las sociedades pluriculturales.

Como se explicó, el análisis de las macroesferas parte de preceptos de la economía social y considera los aspectos propios de la economía indígena en la que se contraponen las teorías de desarrollo con las emergentes propuestas del buen vivir. En esta metodología, queda en evidencia que los asuntos técnico financieros se ven reducidos ante la necesidad de profundizar en los análisis cualitativos de las externalidades.

La complejidad de la evaluación se acrecienta cuando los proyectos en cuestión se refieren a energías alternativas que se enmarcan a su vez en economías ecológicas de los recursos naturales, donde la idea de la sustentabilidad marca de por sí una diferencia significativa en las formas de hacer evaluación en los proyectos sociales de inversión.

En resumen, desde la perspectiva de la economía sociointercultural, los proyectos de energía alternativa en comunidades *wixarikas* no podrían esperar el pago pecuniario de la inversión por una generación de campesinos en su mayoría, ya que su nivel económico no lo permitiría. Sin embargo, la inversión se justifica ya que se promovería el desarrollo social y económico de la comunidad, pero además si ésta se hiciera a través del uso de una energía renovable, generaría externalidades positivas al mundo y al futuro de la humanidad. Este último valor es el que justifica plenamente el proyecto.



# Arqueologia da Região do Maciço do Urucum e Pantanal de Corumbá-Ladário/MS

Emilia Mariko Kashimoto\*

Gilson Rodolfo Martins\*\*

Este artigo mostra os resultados provenientes da pesquisa arqueológica, desenvolvida no período de 2000 a 2010 no maciço do Urucum, Corumbá, Mato Grosso do Sul Estado, Brasil. A análise que evoca a cultura material e a correlação entre a arqueologia e geocronologia: de grupos de indígenas, caracterizando um *pre-cerâmico período colonial* que corresponde a ocupações diferentes ceramista, Tupiguarani predominantemente na área (séculos VII-XV). O período de pós-descoberta cerâmico inclui os primeiros quatro séculos de contato da cultura indígena com a cultura europeia. As ocupações Tupiguarani chegaram ao fim, provavelmente, por causa da expansão do movimento de exploração desde o século XVI.

**Palavras-chave:** arqueologia do Maciço do Urucum, estado de Mato Grosso do Sul/Brasil, Pantanal Tupiguarani.

## 1. A Propósito da Sociodiversidade Pré-colonial no Pantanal

O Pantanal é um conceito geográfico/espacial genérico e muito abrangente. Trata-se, na realidade, de uma área que cobre mais de 138 mil km<sup>2</sup> e que, portanto, dificilmente seria homogênea. Seja a observação do ponto de vista das ciências huma-

---

\* Doutora e Livre-Docente em Arqueologia Brasileira, coordenadora do Laboratório de Pesquisa Arqueológica (MuArq/PROPP/UFMS). emilia.kashimoto@pq.cnpq.br

\*\* Doutor em Arqueologia, Chefe de Divisão do Museu de Arqueologia (MuArq/PROPP/UFMS). Gilson.martins@pq.cnpq.br

This article shows the results originating from the archaeological research developed in the period from 2000 to 2010 in the maciço do Urucum, Corumbá, Mato Grosso do Sul State, Brasil. The analysis evokes the material culture and the correlation between archaeology and geochronology: from groups of indigenous characterizing a *pre-colonial ceramic period* which corresponds to different ceramist occupations, predominantly Tupiguarani in the area (7<sup>th</sup> - 15<sup>th</sup> centuries).The *post-*

*-discovery ceramic period* includes the first four centuries of contact of the Indigenous culture with the European culture. The Tupiguarani occupations came to an end, probably, because of the expansion of the exploration movement since the 16<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Archaeology of the Maciço do Urucum, State of Mato Grosso do Sul/Brazil, Pantanal Tupiguarani.

---

nas ou das geociências, na realidade são vários *Pantanais*, tanto em Mato Grosso do Sul, quanto em Mato Grosso. Para cada um desses *Pantanais*, portanto compartimentos ambientais específicos, existiram modelos de povoamento distintos, cujas relações homem-ambiente também foram diferenciadas. Os processos pré-históricos de povoamento, o que vale dizer também, as origens do homem no Pantanal, devem sempre ser tratados no plural. Por exemplo, o que aconteceu arqueologicamente na região das lagoas Mandioré, Gaíba e Uberaba, na região do chamado “Mar de Xaraés”, foi um processo próprio desse contexto, não se repetindo na sua plenitude nas demais subunidades ambientais pantaneiras. A região setentrional do Pantanal, próxima ao município de Cáceres (MT), banhada pelo Alto Paraguai, onde os principais tributários são os rios Jauru, Cabaçal e Sepotuba, como outro exemplo, apresenta características geográficas e arqueológicas que, com certeza, não foram as mesmas da região do “Mar de Xaraés”. Se englobarmos no conceito Pantanal a região da Serra da Bodoquena (MS) e a área dos municípios de Aquidauana (MS), Miranda (MS), Nioaque (MS) e Porto Murtinho (MS), também aí encontraremos horizontes arqueológicos próprios. Enfim, essa é a primeira constatação que as pesquisas arqueológicas, realizadas até o momento, nos permitem estabelecer.

O acima exposto permite afirmar que, como hoje, quando se observa uma diversidade étnica entre os povos indígenas viventes no Pantanal, tais como os Kadiwéu, Guató, Terena, Umotina e Bororo (povos com histórias próprias e sistemas culturais muito distintos), com relação ao passado pré-histórico e pré-colonial, a diversidade étnica era também uma realidade.

Sobre o passado pré-histórico pantaneiro, portanto época anterior ao período de formação das culturas indígenas reconhecidas como tais etnograficamente, a única coisa que sabemos é que a ocupação humana pioneira do Pantanal deve ter ocorrido por meio de movimentos migratórios oriundos das regiões adjacentes, isto é, possivelmente do Planalto de Maracaju (MS), do Chaco (Paraguai/Bolívia), do sul-amazônico, do Planalto Chiquitano (Bolívia) e do Cerrado (MT/GO). Não está descartada a hipótese de que houve movimentos migratórios com origem andina. Nessa época, o acesso ao Pantanal teria sido orientado pelos cursos fluviais mais expressivos, sobretudo o alto curso dos rios Paraguai e Guaporé, ou ainda pelos tributários que deságuam no alto e médio curso do rio Paraguai, tais como o rio Jauru, Sepotuba, Cuiabá, Vermelho, Taquari, Aquidauana/Miranda e Apa.

O Pantanal de Corumbá tem um ambiente geomorfológico típico de planícies fluviais, sujeitas a grandes inundações sazonais. As poucas áreas que se destacam acima do nível das águas na época da cheia são os topos de diques fluviais ou lacustres, localmente denominados “aterros”, “cordilheiras” ou “capões-de-mato”. Ainda hoje, os fazendeiros procuram esses locais para instalarem as sedes de fazendas, “mangueiros” e retiros, como na época colonial e pré-colonial, quando os mesmos locais eram escolhidos pelas populações indígenas como refúgios topográficos. É bem comum haver material arqueológico em altos topográficos do Pantanal. Somente nos arredores de Corumbá, por exemplo, já foram registrados mais de 250 sítios arqueológicos nesses “aterros” ou “capões-de-mato”<sup>1</sup>. Claro que nem todos os “capões” ou “aterros” são sítios arqueológicos, porém pode-se estimar que mais de 50% destes locais contem material arqueológico, representado por vestígios materiais deixados por índios coloniais, pré-coloniais e até por caçadores-coletores-pescadores pré-históricos.

## 2. Caçadores-coletores-pescadores pré-históricos no Pantanal

Até o momento, a datação mais antiga relativa a presença do homem no Pantanal de Corumbá remonta a oito mil e duzentos anos atrás. Tal descoberta foi

---

<sup>1</sup> SCHMITZ, Pedro I. *et alii*. Aterros indígenas no pantanal do Mato Grosso do Sul. *Pesquisas*, 54. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 1998

produto de um projeto de pesquisa desenvolvido pela equipe de Pedro Ignácio Schmitz, na década de 1990. Esse sítio, relativo ao assentamento de um grupo de caçadores/coletores/pescadores pré-indígenas, está localizado na área urbana de Ladário, inserido sobre um barranco da margem direita do rio Paraguai<sup>2</sup>. Ao que parece, trata-se de uma ocupação com perfil cultural característico do Holoceno arcaico (época iniciada há cerca de dez mil anos atrás, após o final do último período glacial), sugerindo a possibilidade da pretérita presença de paleoíndios naquela região. É muito provável que existam sítios mais antigos que esse no Pantanal, com idades superiores a dez mil anos, isto é, enquadrados geocronologicamente no final do Pleistoceno. Somente futuras pesquisas poderão confirmar, ou não, essas hipóteses.

Um fato que permite pensar a possibilidade da presença do homem durante o final do Pleistoceno no Pantanal é o resultado das pesquisas arqueológicas no município de Jangada, no oeste mato-grossense. Esses estudos, executados por uma equipe de pesquisadores franco-brasileiros, vinculados ao Museu Nacional de História Natural da França e ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, apresentaram datações arqueológicas superiores a vinte e cinco mil anos atrás<sup>3</sup>. Em Mato Grosso do Sul, no alto curso do rio Sucuriú, contexto próximo às nascentes do rio Taquari, foram obtidas datações da presença humana há cerca de doze mil e quatrocentos anos<sup>4</sup>.

Esses dados levantam a hipótese de que é muito provável a presença do homem no Pantanal nesse período, mesmo considerando-se que as condições ambientais eram bem diferentes das de hoje. Provavelmente, a região pantaneira, na sua maior parte, deveria ser coberta por uma savana arbustiva. Nos compartimentos de relevo mais elevados, a vegetação aproximava-se a de uma caatinga. Nessa época, a vegetação era bem mais rala, a temperatura era alguns graus mais baixa que hoje: portanto, o clima era mais seco. Os humanos que aí viveram,

---

<sup>2</sup> SCHMITZ, P. I. *et alii*. Arqueologia do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Pantanal 2000: *Encontro Internacional de Integração Técnico-Científica para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e Pantanal*. Corumbá, 2000.

<sup>3</sup> VIALOU, Agueda e VIALOU, Denis. (org.) *Pré-História do Mato Grosso*. Volume 1. Santa Eliana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>4</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. 12.000 anos: *Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Life Editora/FCMS, 2012.

desenvolveram comportamentos culturais ambientados a esse quadro natural. Talvez, certos traços da cultura material de algumas etnias chaquenhais atuais possam fornecer alguns subsídios para o conhecimento acerca desses horizontes culturais distantes no passado.

Após a ocupação arqueológica no Holoceno arcaico, identificada em Ladário, houve um período de quase quatro mil anos do qual não se tem, até o momento, registros arqueológicos, nesse contexto pantaneiro. Esse grande intervalo cronológico sem evidências arqueológicas não significa a inexistência da presença humana no Pantanal corumbaense. As condições ambientais, entre seis mil e quatro mil anos atrás, eram marcadas por temperaturas elevadas e intensa pluviosidade, características do período denominado *optimum climático*.

Por volta de quatro mil anos atrás, a população humana no Pantanal aumentou. Isso fica evidenciado pelo significativo número de sítios arqueológicos registrados, cujas datações remontam a esse período e épocas mais recentes. Esses sítios referem-se a bandos de caçadores/coletores/pescadores, denominados pré-cerâmicos, entre outras razões, para não serem confundidos com os índios horticultores e agricultores propriamente ditos. Os vestígios arqueológicos desse período cultural são encontrados com certa regularidade em *aterros* ou *capões-de-mato* do Pantanal. Tal configuração ambiental definiu a relação homem-ambiente tipicamente pantaneira de planície de inundação.

Os sítios arqueológicos que representam a presença pretérita de caçadores/coletores/pescadores não-índios possuem pequena extensão. Geralmente são caracterizados por vestígios de acampamentos temporários, exibem itens da cultura material tais como, machados de pedra, esqueletos/sepultamentos, restos de alimentação, adornos corporais confeccionados sobre ossos, conchas ou rochas, raras pontas de projeteis confeccionadas sobre rochas e poucas ferramentas de pedra lascada. Alguns locais, além de servirem como áreas de acampamentos, também eram utilizados para a realização de rituais simbólicos.

No Pantanal existe evidências arqueológicas de representações simbólicas como os painéis com arte rupestre parietal (pinturas e gravuras feitas nas paredes de abrigos sob rocha) presentes na região de Cáceres (MT), ou ainda na “Cidade de Pedra” – formação rochosa próxima à margem direita do rio Vermelho (Rondonópolis, MT), entre vários outros. Na área municipal de Co-

rumbá, MS, ocorrem gravuras feitas em afloramentos litológicos (lajedos) na morraria do Caracará, localizadas nas cercanias das lagoas Gaíba, Uberaba e Mandioré, assim como aquelas registradas no entorno do maciço do Urucum.

Os estudos arqueológicos na região do Urucum tiveram início no ano de 1976, quando o pesquisador Afonso de Moraes Passos, integrante do extinto Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo, desenvolveu uma tese de livre-docência sobre os petroglifos existentes na Fazenda Banda Alta, localizada na face ocidental do maciço.

Os lajedos de hematita situados na base da morraria do Urucum, em Corumbá, foram utilizados por populações pré-históricas para gravações de representações simbólicas complexas. Face à associação dessas inscrições com a simbologia dos rios, corixos, ilhas e aterros das áreas alagadas, Girelli<sup>5</sup> levantou a hipótese de se tratar de arte produzida pelos construtores de aterros nas áreas alagadiças do pantanal.

Em Corumbá, o sítio MS-CP-03 (ver figura 1) teve sua relevância patrimonial reafirmada ao ser inserido na lista de Geosítios do Geopark Bodoquena/Pantanal.



Figura 1: Sítio arqueológico MS-CP-03 – Geosítio do GEOPARK Bodoquena/Pantanal, com detalhes de alguns petroglifos

<sup>5</sup> GIRELLI, Maribel. *Lajedos com gravuras na região de Corumbá*, MS. Dissertação de Mestrado apresentada ao IAP/UNISINOS. São Leopoldo, 1994.

### 3. Os Indígenas Horticultores/agricultores Ceramistas Pré-coloniais no Pantanal

Após o *optimum climático*, a temperatura média teve uma pequena regressão e, desde dois mil anos atrás, vem mantendo-se, aproximadamente, nos padrões atuais. As condições climáticas estabilizadas influenciaram o perfil ambiental da região pantaneira caracterizando-a tal como a conhecemos hoje.

Por volta de dois mil e duzentos anos atrás, surgiram as primeiras evidências da presença de grupos ceramistas no Pantanal, o que pode significar o início do processo formativo das etnias indígenas conhecidas tanto pela arqueologia como pela etnografia. Isso significa uma mudança cultural bastante significativa, a qual pode ter tido origens culturais endógenas e/ou exógenas.

Existiram grupos indígenas ceramistas que se estabeleceram próximos ao rio Paraguai, em capões-de-mato, nas áreas sazonalmente inundáveis, assim como aqueles que fizeram seus assentamentos nos locais topograficamente mais elevados, em lugares não sujeitos às inundações periódicas, como o são os terraços onde estão as cidades de Corumbá (MS) e Cáceres (MT), bem como Aquidauana (MS), Miranda (MS), entre outras. Desta maneira, podemos perceber que houve, no passado pantaneiro, uma pluralidade cultural acentuada, integrada aos diferentes compartimentos ambientais.

Nas áreas não inundáveis do Pantanal há vestígios remanescentes de grandes aldeamentos indígenas que existiram no passado pré-colonial e colonial, bem como alguns testemunhos de etnias extintas antes ou depois da chegada do colonizador ibérico. Nos registros arqueológicos encontram-se amostras de cerâmica com padrões diversificados, seja quanto à sua decoração e/ou quanto à tecnologia de confecção. Isto indica a existência de povos culturalmente diferenciados e com processos históricos próprios. Nos sítios da tradição arqueológica Descalvado a cerâmica evidencia a existência de um povo que habitou o contexto entre as lagoas Uberaba, Gaíba e Mandioré (o denominado “Mar de Xaraés”) e o município de Cáceres. Os vestígios arqueológicos já descobertos indicam que havia grandes aldeias indígenas, algumas das quais foram observadas e descritas pelos conquistadores europeus no século XVI. Em cada uma delas podem ter vivido até duas ou três mil pessoas. Outros tipos de sítios arqueológicos pantaneiros, também referentes a assentamentos de indígenas agricultores, apresentam dimensões menores e referenciam outros grupos étnicos.

### 3.1. Sítios Arqueológicos na Baixa Vertente da Morraria do Urucum, Corumbá-Ladário/MS

A região do maciço do Urucum localiza-se nas áreas municipais de Corumbá e Ladário/MS, constituindo-se em uma paisagem singular na geomorfologia da planície sedimentar do Pantanal. Nas baixas vertentes da morraria (piemonte), não inundáveis, os solos férteis foram substrato para o desenvolvimento de uma densa floresta, bem como palco de distintos processos de povoamento pré-coloniais e históricos. Esse ambiente foi preferencialmente ocupado por povos agricultores Tupiguarani pré-coloniais.

Essa região foi objeto de pesquisas arqueológicas a partir de 1990, quando pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisa/UNISINOS e do *campus* do Pantanal/UFMS, (CPAN) coordenados pelo Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, deram início ao Projeto Corumbá. No âmbito desse projeto, o Prof. Dr. José Luiz S. Peixoto, da UFMS/CPAN, desenvolveu uma dissertação de mestrado relativa à descoberta de vinte e dois sítios arqueológicos na região do Maciço do Urucum, típicos da tradição arqueológica Tupiguarani<sup>6</sup>.

A partir da década de 2000, com a perspectiva de implantação/renovação de obras de engenharia no maciço do Urucum foram realizados projetos de mitigação dos impactos consequentes. Novos sítios foram descobertos, ampliando-se assim a cartografia arqueológica da região o conhecimento arqueológico correlato. Com base nas análises provenientes do cruzamento de dados geoambientais e cartográficos com as informações arqueológicas previamente disponíveis, aplicou-se uma metodologia de levantamento e prospecção arqueológica que resultou na ampliação de pontos/locais pesquisados e no registro dos sítios arqueológicos, Córrego Arigolândia 1 (AL1), Baía do Mato Grande 1 (MG1), Córrego Urucum 1 (UR1), Córrego Urucum 2 (UR2), Córrego Urucum 3 (UR3), Córrego Urucum 4 (UR4), Córrego Urucum 7 (UR7, ou MS-CP-42), Córrego Urucum 8 (UR8), Córrego Urucum 9 (UR9) (ver figuras 2 e 3).

---

<sup>6</sup> PEIXOTO, José L. S. *A ocupação tupiguarani na borda Oeste do Pantanal Sul-mato-grossense*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC/RS. Porto Alegre, 1995; PEIXOTO, José L. S.; BEZERRA, Maria A.; ISQUIERDO, Sérgio W. G. Padrão de Assentamento das populações indígenas pré-históricas do Pantanal sul-mato-grossense. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 2, 1996, Corumbá. Manejo e Conservação. ANAIS., Corumbá:EMBRAPA PANTANAL, 1999.



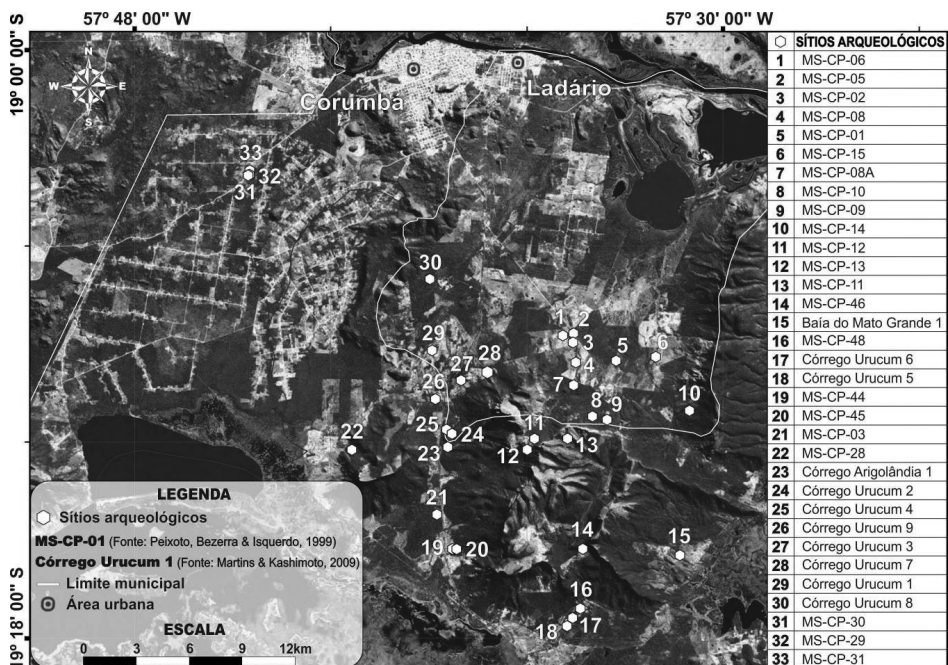


Figura 2: Sítios arqueológicos localizados no contexto do maciço do Urucum, Corumbá-Ladário/MS



Figura 3: Sítio Córrego Urucum 4 (pré-colonial), fragmento de cerâmica e lâmina de machado polida nele localizados.

## 3.2. Escavações de Sítios Arqueológicos no Contexto do Maciço do Urucum

A Arqueologia estuda as culturas pretéritas enfatizando a análise de sua cultura material por meio dos vestígios arqueológicos e das características ambientais dos locais selecionados para o estabelecimento humano - os sítios arqueológicos. As escavações arqueológicas realizadas objetivaram identificar os elementos que contribuam para análises acerca do comportamento cultural, econômico e social dos grupos humanos pretéritos que aí viveram. Ao mesmo tempo buscou-se ampliar o conhecimento acerca das ocupações arqueológicas na baixa vertente da morraria do Urucum.

Foram realizadas escavações arqueológicas nos sítios Córrego Urucum 1, Córrego Arigolândia 1, Córrego Urucum 7, Córrego Urucum 8 e Córrego Piratanga/Corumbá 1, motivadas pelas seguintes perspectivas:

- os locais pesquisados constituem-se em sítios arqueológicos a céu aberto, com vestígios cerâmicos, passíveis de serem afetados por grandes empreendimentos de mineração na área estudada;

- esses sítios constituem-se em locais potencialmente informativos acerca do povoamento regional pelos povos agricultores ceramistas Tupiguarani pretéritos no Pantanal, aptos a serem analisados comparativamente com os vestígios evidenciados no entorno.

Considerando-se as expressivas extensões espaciais dos sítios arqueológicos estudados foram selecionados os locais com maior densidade de vestígios arqueológicos para a realização das escavações arqueológicas. As escavações contemplaram os contextos arqueológicos superficiais e subsuperficiais por meio de limpeza de superfície, escavação de trincheiras e áreas de decapagem<sup>7</sup>.

As datações, apresentadas adiante foram obtidas a partir dos seguintes materiais e métodos: as amostras de carvão de fogueiras arqueológicas foram datadas, pelo método do Carbono 14, no laboratório de física da Beta Analytic Inc. (Miami/Flórida); as amostras de cerâmica arqueológica foram datadas pelo método da termoluminescência no Laboratório de Vidros e Datações da Faculdade

---

<sup>7</sup>MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. Fazenda Urucum, Corumbá, Brasil: Uma Estratigrafia de Paisagens Culturais. Simpósio: Paisajes arquitectónicos del pasado americano: investigación y gestión. In: 53º CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, CD-ROM, 2009, Cidade do México. Atas... Cidade do México: Universidad Católica de México, 2009.

### 3.2.1 Sítio Arqueológico Córrego Urucum 1 (UR1): Arqueologia de uma Aldeia Tupiguarani – Séculos VI a IX

No sítio Córrego Urucum 1 (UR1) foram escavadas, uma trincheira com 16,00m de comprimento, 1,00m de largura e 0,40m de profundidade e duas áreas de decapagem com as dimensões 10,00m x 2,00m e 0,50m de profundidade<sup>8</sup>.

A escavação evidenciou que o sítio é o remanescente de uma extinta aldeia utilitária da cerâmica arqueológica Tupiguarani, dos quais restaram fragmentos cerâmicos com decoração corrugada, engobada ou pintada, além de líticos lascados (lascas e fragmentos de lascas), associados a fragmentos cerâmicos com decoração impressa por meio do uso de cordinhas de fibras vegetais, possivelmente relacionados à uma cultura pretérita de origem chaquenha/Aruak (ver figura 4).

Essa diversidade de padrões decorativos das peças cerâmicas do sítio UR1 sugere contatos interculturais ou diversidade de ocupações indígenas pretéritas na área. Esta interpretação coaduna com a efetuada por Peixoto<sup>9</sup>: *“O contato entre o Tupiguarani e os grupos da área de inundação (Aterros) é possível, pois alguns fragmentos cerâmicos pertencentes aos aterros foram coletados junto aos sítios Tupiguarani (MS-CP-13, MS-CP-42 e MS-CP-44), apontando para um possível contato e/ou contemporaneidade na ocupação deste território.”*

Entre os resultados obtidos nessa escavação, destaca-se a datação de carvões de uma fogueira cujo resultado indica que uma ocupação Tupiguarani no local ocorreu no intervalo entre os séculos VII a IX (amostra Beta-240841).

Esse sítio talvez represente uma das primeiras ocupações de agrupamentos Tupiguarani no maciço do Urucum.

---

<sup>8</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. *Mitigação de impactos sobre o patrimônio arqueológico na área de influência da Mina 63, em Corumbá/MS*: escavação do sítio Urucum 1. Campo Grande: Fundação Candido Rondon/MMX – Metaílicos Corumbá Ltda, 2008. (não publicado)

<sup>9</sup> PEIXOTO, José L. S. A ocupação..., *Op. cit.*, p. 103.

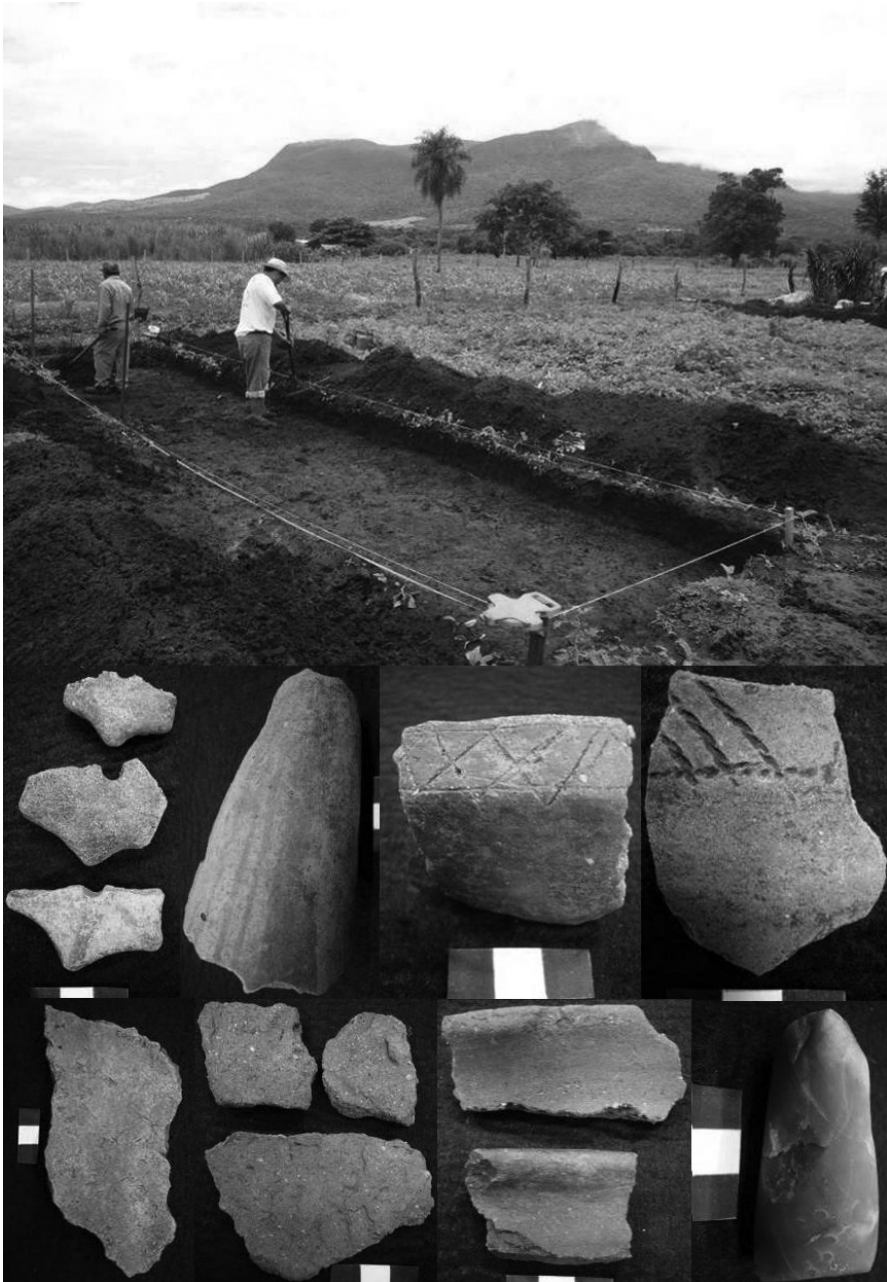


Figura 4: Escavação da área de decapagem “1” no sítio UR1 e fragmentos de cerâmica (com pintura e furos, com pintura em linhas vermelhas, com linhas incisadas, com impressão de corda, com engobo vermelho, corrugada e lisa) e lítico polido.

### 3.2.2 Sítio Arqueológico Córrego Arigolândia 1 (AL1): Arqueologia de uma Aldeia Tupiguarani – Séculos XI a XII

As escavações arqueológicas no sítio Córrego Arigolândia 1 (AL1) abrangeram abertura de quatro trincheiras com 1,00m de largura e 0,50m de profundidade, sendo que as extensões atingiram, em duas trincheiras, 30,00m e, em outras duas, 15,00m de comprimento<sup>10</sup>.

Durante as escavações no sítio arqueológico AL1 foi encontrada uma representativa quantidade de fragmentos de cerâmica arqueológica, estando as mesmas em seus respectivos níveis de deposição original. Do ponto de vista científico, os dados coletados, por meio da bibliografia consultada, dos trabalhos de campo e laboratório e as relações internas entre eles, nos permitiram inferir que o sítio arqueológico AL1 é o espaço referente a uma antiga aldeia de índios produtores da cerâmica arqueológica Tupiguarani, que viveram em torno da morraria do Urucum em tempos pré-coloniais.

Os fragmentos de cerâmica coletados são, predominantemente, de paredes de recipientes lisos, sem decoração, seguidos por fragmentos com decoração externa corrugada, ungulada e pintada; foi realizada a reconstituição de uma vasilha cerâmica desse sítio (ver figura 5). Quanto ao material lítico, no sítio AL1 foram localizadas menos de uma dezena de peças, dentre os quais pode-se destacar uma mão-de-pilão e um percutor, entre lascas e fragmentos de rocha. Deve-se ressaltar que a petrografia da região de Corumbá não se caracteriza pela plena disponibilidade de rochas aptas ao lascamento arqueológico.

As estruturas de combustão também foram raras, porém na trincheira 1, metro 4, profundidade de 0,30 a 0,40m, foi evidenciada uma fogueira arqueológica, no nível mais profundo de ocorrência de vestígios cerâmicos, praticamente sobre o substrato rochoso. Essa amostra de carvão arqueológico (Beta-218203) resultou na datação calibrada de 1010 a 1180 AD, ou seja,

---

<sup>10</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. *Arqueologia preventiva na área impactada pela implantação da Mina 63, Corumbá/MS*. Campo Grande: FAPEC/MMX Corumbá Mineração Ltda., 2006. (não publicado)

a ocupação humana do local ocorreu em data situada no intervalo entre os séculos XI a XII.



Figura 5: Peça cerâmica coletada na escavação do sítio AL1, reconstituída em laboratório. A peça está exposta no Museu de História do Pantanal (MUHPAN).

### *3.2.3 Sítio Córrego Urucum 7 (UR7) – Arqueologia de uma Aldeia Tupiquarani – Séculos XV ao XVI*

No sítio Córrego Urucum 7 (UR7) foram escavadas: duas trincheiras de 10,00m de comprimento, 1,00m de largura e 0,50m de profundidade; duas áreas de decapagem com as dimensões 2,00m x 2,00m, profundidades de 0,80m e 0,30m<sup>11</sup>. Foram coletados numerosos vestígios remanescentes da cultura material dessa realidade pretérita, tais como, uma urna cerâmica, fragmentos cerâmicos com decoração corrugada, engobada e pintada, além de líticos polidos (ver figuras 6 e 7). Assim, como no sítio Córrego Urucum 1, esses vestígios estão associados a fragmentos de cerâmica decorada por meio de impressão de cordinhas de fibras vegetais, possivelmente relacionados às culturas pretéritas de origem chaquenha/Aruak, sugerindo, portanto, contatos interculturais ou distintas e sucessivas ocupações indígenas pré-coloniais no mesmo local.

<sup>11</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. *Diagnóstico Arqueológico da área a ser impactada pela ampliação da área de lavra e beneficiamento de ferro e manganês da Urucum Mineração, Corumbá, MS*. Campo Grande: FAPEC & Golder Associates do Brasil, 2006 (não publicado); MARTINS, Gilson R. et al. *Relatório final do projeto de pesquisa: arqueologia preventiva na área de estocagem da Urucum Mineração S/A, Corumbá/MS*. Campo Grande: FAPEC/Urucum Mineração S/A, 2009.

O sítio UR7 constituiu-se numa aldeia pré-colonial, correlacionável ao conjunto de sítios Tupiguarani do maciço do Urucum, compondo um complexo de sítios possivelmente integrados na mesma conjuntura arqueológica. Uma amostra de carvão de fogueira arqueológica, coletada na trincheira 1, profundidade de 0,40 a 0,50m foi datada em 1420 a 1540 AD (Beta-247319), cronologia situada no intervalo entre os séculos XV ao XVI.

Durante esses estudos constatou-se, portanto, que a área em tela foi o espaço onde, no passado pré-colonial, houve um grande aldeamento de índios associados à tradição da cerâmica arqueológica Tupiguarani, com contatos com a tecnologia cerâmica dos índios Guaná.



Figura 6: Escavação da área de decapagem “1” no sítio UR7 e a sequência da evidência da vasilha cerâmica arqueológica Tupiguarani; no canto superior direito, a mesma urna após ser restaurada no MuArq/UFMS



Figura 7: Fragmentos de cerâmica do sítio UR7 com diferentes padrões decorativos: com impressão de cordinha, escovada, espatulada, ungulada, corrugada, pintada (dois fragmentos) e alça com furo de suspensão.

No sítio Córrego Urucum 3 (UR3), situado a cerca de 1,8 km de distância do sítio UR7, foram coletadas três amostras de cerâmica datadas em  $500 \pm 60$ ,  $440 \pm 00$  e  $410 \pm 50$ , ou seja, trata-se de uma ocupação que ocorreu entre os séculos XV e XVI. Esse resultado coaduna-se com aquele obtido no sítio UR7, isto é, foram aldeias contemporâneas no mesmo horizonte cultural Tupiguarani.

### *3.2.4 Sítio Arqueológico Urucum 8 (UR8) -Arqueologia de uma Aldeia Tupiguarani - Séculos XV a XIX*

Durante os trabalhos de levantamento e prospecção arqueológica foram coletados no sítio Córrego Urucum 8 (UR8), diversos vestígios arqueológicos, tais como, fragmentos de cerâmica, lâminas de machados líticos polidos, carvões arqueológicos, assim como foi evidenciado e coletado um esqueleto humano parcialmente desarticulado, o qual foi devidamente consolidado e protegido para o transporte até o laboratório do MuArq/UFMS (ver figura 8). O material ar-



queológico indica tratar-se de um local de um antigo aldeamento Tupiguarani<sup>12</sup>. Com as datações realizadas foram obtidos os seguintes resultados cronológicos:

- Osso humano (Beta – 298153) = 1470 A 1650 (séc. XV a XVII)
- Carvão (Beta – 298155) = 1650 A 1890 (séc. XVII a XIX)
- Carvão (Beta – 298156) = 1670 A 1780 (séc. XVII a XVIII)

Os resultados das datações indicam tratar-se de uma ocupação Tupiguarani entre os séculos XV e XIX. A composição calcárea do solo promoveu condições de preservação do esqueleto humano arqueológico, provavelmente Tupiguarani, ocorrência rara nas condições pedológicas de Mato Grosso do Sul. No entanto, um esclarecimento mais acurado dessa contextualidade arqueológica dependerá da continuidade das pesquisas no local.

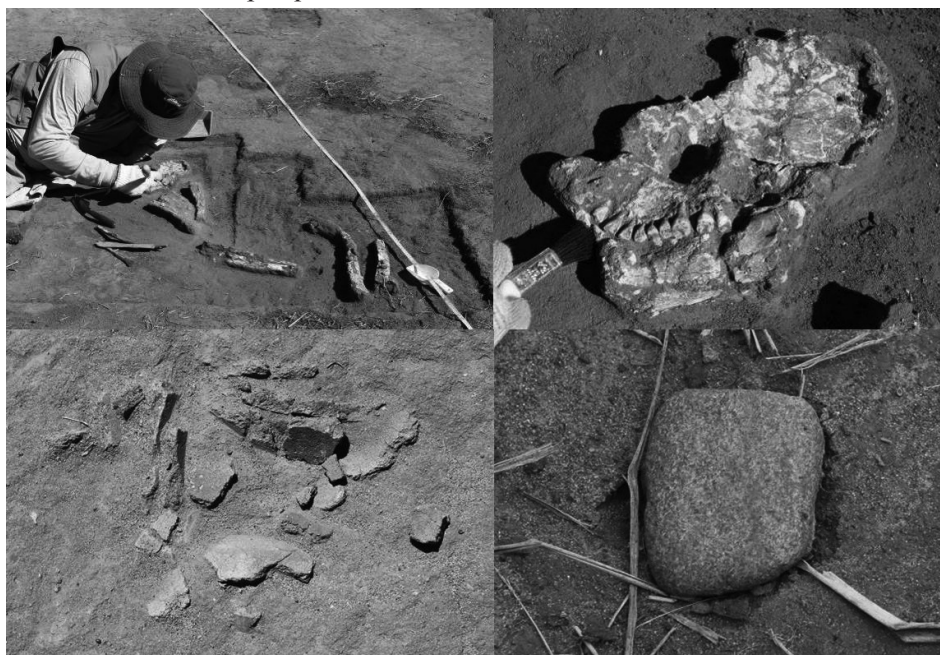


Figura 8: Escavação do esqueleto humano no sítio UR8, fragmentos de cerâmica e lâmina de machado polida

<sup>12</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emilia M. *Arqueologia preventiva na área a ser impactada pela instalação da Mina Laginha, Corumbá/MS*. Campo Grande: Votorantim Cimentos Brasil Ltda./Ecoguias Soluções Ambientais, 2011. (não publicado)

### 3.2.5 Sítio Arqueológico Córrego Piraputanga/Corumbá 1 (CB1): uma Aldeia Indígena da Tradição Pantanal?

O sítio arqueológico Córrego Piraputanga/Corumbá 1 (CB1) localiza-se entre a lagoa do Jacadigo e a morraria. A lagoa deve ter exercido forte atração locacional, sendo o seu contexto ambiental relevante na estratégia de sobrevivência dos habitantes do sítio. A opção pela instalação habitacional nas proximidades da morraria foi influenciada pela topografia mais elevada, portanto imune às inundações, com solo, temperatura e umidade atrativos ao estabelecimento humano indígena. A proximidade do córrego Piraputanga, possuidor de volume de água considerável e permanente, oriundo de nascentes na morraria, portanto, com água corrente e fresca, deve ter sido fundamental no abastecimento hídrico, tanto para o consumo pessoal como para as atividades agrícolas daquela população.

Foram escavadas quatro trincheiras, cada uma delas com as seguintes dimensões: 10,00m de comprimento; 1,00m de largura e 0,50m de profundidade<sup>13</sup>. Nas escavações localizaram-se carvões remanescentes de diversas fogueiras. A maior parte dos fragmentos de cerâmica evidenciados é de paredes de recipientes lisos, sem decoração externa ou interna; uma vasilha cerâmica inteira foi coletada na escavação arqueológica (ver figura 9). Do mesmo modo como nos sítios arqueológicos UR1 e UR7, no sítio CB1 alguns poucos fragmentos apresentam uma decoração plástica feita pela impressão de cordinhas de fibra vegetal, característica típica da cerâmica Aruak/Guaná-Chané, bem como de outras etnias de origem chaquenha, como os Guaicuru. Um número bem reduzido de fragmentos de paredes de recipientes apresentou decoração plástica corrugada, semelhante àquela da cerâmica da Tradição Pantanal. Particularmente chamou atenção um fragmento de parede que apresenta resíduo de uma aplicação em alto relevo de uma figura zoomorfa, provavelmente um réptil (lagarto ou jacaré). A decoração com pintura ou engobo branco na parte interna ocorreu em menos de uma dezena de fragmentos, o que nos leva a pensar que são intrusivos. Outros remanescentes da cultura material localizados foram uma lâmina de machado lítico polido e um suporte de jirau de madeira.

<sup>13</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. *Relatório final do projeto: Arqueologia preventiva na área impactada pela implantação da Usina Siderúrgica de Ferro Gusa, Corumbá/MS. Campo Grande: FAPEC/MMX Mineração e Metálicos, 2007.* (não publicado)

Um aspecto a ser ressaltado é o fato de que na região da baixa vertente da morraria do Urucum, os sítios da tradição Tupiguarani, pelo conhecimento que se possui no momento, são predominantes. Não se enquadrando nessa tradição, o sítio Córrego Piraputanga/Corumbá 1 sugere novas possibilidades interpretativas acerca das realidades arqueológicas dessa região, ou seja, a sua ocupação também por populações integrantes da tradição arqueológica Pantanal, cujo território típico é o dos capões de mato das áreas inundáveis da planície pantaneira, ou talvez da tradição Descavaldo.



Figura 9: Sítio CBI –vasilha cerâmica evidenciada na escavação arqueológica e a mesma após a restauração; na linha inferior, fragmentos de cerâmica, jirau e lâmina de machado polida

## *4. Arqueologia Histórica no Pantanal de Corumbá*

Além das descobertas anteriormente elencadas, alguns sítios podem ser incluídos na modalidade científica intitulada “Arqueologia Histórica”. Possuímos diversas evidências materiais de sociedades coloniais, castelhana/paraguaia e luso/brasileira no Pantanal, as quais permitem, inclusive, o estudo dos primei-

ros encontros/confrontos entre índios e “brancos” e das relações interétnicas entre o colonizador europeu e os grupos nativos aqui existentes. Podemos incluir nos itens com interessante para a Arqueologia Histórica, desde fortes coloniais, como é o caso do Forte Coimbra, em Corumbá, e do Forte de Miranda, bem como estruturas arquitetônicas urbanas, com perfil histórico, nas cidades de Cáceres, Nioaque, Miranda, Corumbá e Ladário, ou ainda, as ruínas das missões religiosas, em áreas indígenas no Pantanal, nos séculos XVII e XVIII. Os fortes, por exemplo, são estruturas passíveis de uma pesquisa arqueológica com objetivos históricos ou etno-históricos.

Entre as mais expressivas missões indígenas coloniais podemos citar as missões jesuíticas do Itatim, no Pantanal Sul, as quais abrangeram a região entre os rios Taquari e Apa, e entre a Serra de Maracaju e o rio Paraguai. As missões jesuíticas tentaram catequizar os índios Guarani que viveram no interflúvio entre os rios Miranda e Aquidauana, como também os Guaicuru e outros grupos que viviam em Corumbá, posteriormente extintos. Porém, os resultados foram efêmeros.

Sobre os períodos mais recentes, a Arqueologia pode contemplar contextos como os da Guerra do Paraguai, de fazendas pioneiras da pecuária, etc. Existe, por exemplo, vestígios abundantes dos episódios que envolveram a invasão paraguaia em Mato Grosso do Sul, como cemitérios, trincheiras, trilhas, armamentos, etc.

A complexidade etnográfica no Pantanal era muito significativa por ocasião dos primeiros trinta anos de conquista da América, no século XVI. Antes da chegada dos “descobridores coloniais” viviam na região pantaneira algumas centenas de milhares de índios. Os primeiros conquistadores ibéricos chegaram no Pantanal entre 1523 e 1525. A presença do primeiro “branco” europeu, ou não-índio no Pantanal, registrada pela História foi a do naufrago/conquistador português, Aleixo Garcia - o primeiro homem “branco” a percorrer e a morrer no Pantanal. Depois dele, a próxima investida do sistema colonial europeu sobre o Pantanal se fez por meio de uma grande expedição conquistadora e colonizadora. Ela foi comandada pelo *adelantado* espanhol, Pedro de Mendoza, o grande conquistador do rio da Prata e Paraguai, isto em 1535. Mendoza veio com uma grande expedição com o objetivo de explorar o alto rio Paraguai. Essa expedição era motivada, sobretudo, pelos mitos indígenas referentes à existência de uma “Serra de Prata”, do “Eldorado” e de cidades riquíssimas com grandes jazidas de metais preciosos. Esses mitos eram, na realidade, fundamentados na existência

concreta de minas de prata na Bolívia (Potosí) e no Império Inca. Com certeza, nessa época, havia centenas, talvez milhares de índios vivendo no Pantanal e que portavam objetos/adornos de prata, daí o nome bacia Platina ou ainda Argentina. O próprio Aleixo Garcia, quando foi morto por índios no Pantanal, em 1525, aproximadamente, estava voltando de uma expedição conquistadora no Chaco e trazia consigo um tesouro que ele havia pilhado de povos indígenas habitantes das terras baixas incaicas, na atual Bolívia.

A partir de então, uma série de subexpedições se desmembraram da grande expedição (aproximadamente 1500 espanhóis) de Pedro de Mendoza. Dentre essas sub-expedições, destaca-se aquela que esteve sob o comando do conquistador, Juan Domingos Ayolas. Ele foi um dos fundadores do Paraguai Colonial e é considerado pela história como aquele que transformou Assunção (fundada em 1537) em área estratégica para a conquista do Alto Paraguai, do Pantanal e do Chaco. Alguns anos depois, o *adelantado* Alvar Ñunes Cabeza de Vaca comandou uma série de expedições de descobrimentos e conquistas: foi o descobridor do complexo lacustre das lagoas de Mandioré, Gaíba e Uberaba, onde esteve na época das cheias. A imensidão das águas interligadas (uma área de centenas de km<sup>2</sup>) fez com que os espanhóis denominassem o fenômeno hidrológico das inundações pantaneiras como “Mar dos Xaraés” (nome de uma etnia indígena que vivia ao redor dessas lagoas). Ainda nos meados do século XVI, Domingos Martinez Irala, conquistador castelhano paraguaio, comandou expedições exploratórias no atual território de Mato Grosso do Sul, sobretudo nas margens do rio Paraná, as quais resultaram, no início da segunda metade do século XVI, na fundação dos núcleos coloniais urbanos Ontiveros, Ciudad Real de Guairá e Vila Rica do Espírito Santo, cujas ruínas, hoje, encontram-se, a primeira em Mato Grosso do Sul, e as duas últimas no Estado do Paraná.

Os conquistadores espanhóis fizeram uma aliança com índios Guarani para dominar o Pantanal e o Chaco, na época densamente povoados por indígenas. Com isso, importaram as hostilidades dos tradicionais inimigos dos Guarani, entre eles os indígenas Guaikuru e outras etnias que viviam nessas regiões.

Essa aliança entre os espanhóis e os Guarani que viviam nos arredores de Assunção foi significativamente responsável pelo início do extermínio das populações indígenas do Pantanal. Depois, a esse processo de extermínio étnico, somaram-se, no século XVII, as diversas incursões dos bandeirantes paulistas.

Eles, por exemplo, foram responsáveis pela extinção total dos índios Guarani que viviam no Pantanal, na região banhada pelos rios Miranda e Aquidauana. Naquela época, até a primeira metade do século XVII, dezenas de milhares de índios Guarani viviam no Pantanal. Hoje, não há mais essa presença étnica na área.

Dessa forma, também foram extintas outras etnias indígenas pantaneiras tais como os célebres Paiaguá, os quais detinham, até meados do século XVIII, hegemonia absoluta na navegação fluvial pelo médio curso do rio Paraguai e seus principais afluentes sul-mato-grossenses tais como o Taquari, o Miranda, o Apa e o Nabileque.

No município de Miranda localiza-se uma estação ferroviária, integrante da extinta E. F. Noroeste do Brasil, chamada Agachi. Esse topônimo é originário do etnônimo dos também extintos índios Agachi. Como essa, talvez mais de uma dezena de etnias indígenas pantaneiras desapareceram em contato com o modelo colonizador ibérico na região durante os três primeiros séculos da colonização europeia do território brasileiro.

Dessas etnias restaram apenas os vestígios arqueológicos, tais como fragmentos de recipientes de cerâmica e de outros objetos. Essas são as evidências reais de que esses povos existiram, porém dos quais, hoje, não sabemos nem as suas denominações. Os arqueólogos atribuem a essas etnias alguns rótulos identitários, isto conforme seus procedimentos classificatórios.

Do ponto de vista da demografia nativa, a presença do “branco” no Pantanal foi realmente um fator dizimador, ao ponto de provocar um verdadeiro vácuo demográfico no Pantanal entre os séculos XVII e XVIII, sobretudo pelas incursões dos bandeirantes paulistas. Esse vácuo seria preenchido depois, no século XVIII, pelas incursões de etnias indígenas chaquenhas (Guaikuru e Guaná), as quais também estavam sendo pressionadas pela reacomodação territorial nativa no Chaco colonial. Essas etnias estavam sendo expulsas de seus territórios tradicionais no Chaco pela expansão espanhola.

Para se ter uma noção do impacto que a colonização ibérica causou na geografia humana nativa tradicional, podemos observar a situação dos índios Guató. Eles são, hoje, um exemplo do processo de como se deu a extinção dos indígenas pantaneiros. Os Guató representam atualmente talvez um dos últimos povos remanescentes dos imemoriais índios canoieiros do Pantanal.

Um aspecto que estes povos tinham em comum era a capacidade de viver e se reproduzir, física e culturalmente, nesse ambiente, o qual, durante muito tempo, foi tido por observadores contemporâneos como inóspito ao ser humano. Os indígenas mostraram que isso não é verdade. A capacidade da humanidade em se adaptar a ambientes tão diversificados como as regiões geladas, onde vivem os esquimós, em desertos, como o Saara, e em extensas áreas inundadas como o Pantanal, mostram a criatividade das culturas humanas em desenvolver sistemas de interação e respostas às equações ambientais, mesmo portando diferentes identidades étnicas. Parafrazeando o nome de uma exposição científica realizada em Paris, em 1992, na humanidade “somos todos parentes, todos diferentes”.

Por meio da arqueologia, da etno-história e da etnografia percebe-se que povos com culturas diferentes viveram num mesmo ambiente. Isso é surpreendente e serve para derrubar o mito de que o homem é um produto do meio. Pelo contrário, ele se relaciona dialeticamente com o meio, isto a partir da sua forma de representar e simbolizar a realidade. As etnias indígenas pantaneiras, com diferentes visões de mundo, diversos modos de ser, se relacionaram e viveram no Pantanal durante séculos, talvez até milênios. Porém, cada uma desenvolveu sistemas culturais próprios, ou seja, línguas, mitos, ferramentas, dietas alimentares, procedimentos medicinais, padrões de sepultamento, enfim tudo aquilo que caracteriza os vários itens de um sistema cultural.

A expansão do domínio português tinha na ação dos missionários um dos pilares da “civilização” das nações indígenas, sobretudo para a constituição de *stocks* de mão-de-obra para a economia colonial.

Até o fim do século XIX, a política indigenista executada pela sociedade envolvente passou por três momentos distintos: entre 1500 e 1755, predominou a missionária; entre 1755 a 1789, prevaleceu a administração civil; e entre 1789 a 1845, preponderaram as expedições punitivas e a expansão das frentes agrícolas e pecuárias.

Após 1845, surgem as primeiras medidas para se evitar a violência exacerbada contra as populações indígenas. Nesse contexto foi fundado, em 1851, por frei Mariano de Bagnaia, a missão denominada Nossa Senhora do Bom Conselho, que perdurou até 1859 e foi totalmente destruída durante a guerra do Paraguai, em 1864.

Peixoto e Schmitz<sup>14</sup> confirmaram os relatos da crônica histórica quanto à existência da Missão Nossa Senhora do Bom Conselho, no Pantanal sul-mato-grossense, hoje município de Corumbá. Localizada pela visualização de um cruzeiro de aroeira em uma mata preservada na região denominada, pelos Guaná (Kinikinao), como Mato Grande, nessa Missão viviam cerca de 700 índios, como informou o capitão da província, João Crispiniano Soares, ao ministério do Império em 12/05/1847.

Alfredo Sganzerla<sup>15</sup>, utilizando informações do diário de frei Mariano de Bagnaia, situava a missão Nossa Senhora do Bom Conselho a três léguas de Albuquerque. Através das informações históricas e das técnicas utilizadas pela Arqueologia, tais como levantamento de campo e análise da cultura material, foi possível fazer coincidir as informações das duas fontes e localizar as ruínas da missão nas margens da lagoa de Mato Grande, a 17 km do distrito de Albuquerque, no município de Corumbá.

No sítio histórico Missão da Nossa Senhora do Bom Conselho (área dos sítios MS-CP-39 e MS-CP-40), foi localizada citada cruz de madeira. Efetuou-se uma datação radiométrica em um fragmento de madeira (amostra Beta-221723) que comprovou a idade 1430 a 1660 AD. (séculos XV a XVII). Portanto, pode-se interpretar que a madeira foi reutilizada pelos missionários, vários anos após o seu corte<sup>16</sup>.

Já no século XIX, o contexto da base da morraria do Urucum foi palco para um balneário recreativo e terapêutico e, posteriormente, sediou uma usina de açúcar, cujas ruínas, hoje, integram um sítio histórico tombado pelo IPHAN (ver figura 10).

---

<sup>14</sup> PEIXOTO, José L. S.; SCHIMTZ, Pedro I. *Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, Pantanal, Mato Grosso do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998 (Pesquisas, série História, 30).

<sup>15</sup> SGANZERLA, Alfredo. *A História de Frei Mariano de Bagnaia*. Campo Grande: Edição FUCMT-MCC, 1992.

<sup>16</sup> MARTINS, Gilson R. & KASHIMOTO, Emília M. *Projeto: Arqueologia preventiva na área impactada pela ampliação da mina DNPM 807204/71, Corumbá/MS*. Campo Grande: FAPEC/Vetorial Siderurgia Ltda., 2005. (não publicado).





Figura 10: Ruínas históricas da Fazenda e Usina Urucum (1889)

Nas partes elevadas do maciço do Urucum, tanto a altitude, centenas de metros acima de sua base, como a aguda declividade da superfície, o solo rochoso e a distância de mananciais foram impeditivos para qualquer tipo de assentamento/aldeamento indígena permanente. Porém, na perspectiva de preservação do Patrimônio Cultural, existe ainda as instalações da antiga mina da empresa Belgo-mineira, a qual se instalou no maciço no início do século XX. Hoje, as galerias e outras instalações não estão mais em uso, no entanto, possuem grande relevância para a história sócio-econômica de Corumbá, bem como para o entendimento dos processos de transformação, sob o viés econômico, da paisagem do maciço do Urucum.





*Caderno  
Especial*



O jornal **O Diário**, Campo Grande, era órgão oficial de propaganda constitucionalista. Antecedeu o **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso** – República dos EEUU do Brasil. Ano 1, n. 1, Campo Grande, 28 de julho de 1932. Segundo **O Diário**, a posse de Vespasiano Barbosa Martins, como governador do Estado de Mato Grosso, ocorreu no dia 11 de julho. (V.B.C.)

## *O Diário. Anno 1, n. 62. Campo Grande, 12.07.1932*

### **A posse do dr. Vespasiano Martins na Interventoria do Estado**

**H**ontem, ás 13 hs.no Paço Municipal, com a presença de inumeras pessoas e autoridades, foi empossado o dr. Vespasiano Martins, no Cargo de Interventor no Estado, pelo exmo. Sr. cel. Oscar Saturnino de Paiva, digno Comandante desta Circumscrição Militar e em nome do Gal. Bertholdo Klinger chefe do movimento da redempção nacional, explodido em S. Paulo.

Depois de breves palavras pronunciadas e allusivas ao acto, o honrado interventor convidou o dr. Arlindo de Andrade Gomes para servir de Secretário interino, enquanto não chegue o cel. João Cunha, nomeado Secretario Geral. Em seguida foi dado o compromisso dos cargos de Prefeito do Município ao dr. Arthur Jorge, de Sub-chefe de policia e delegado deste município aos srs. major Sebastião Rabello Leite e Ladisláo Lima.

Damos em seguida o theor da acta do posse do exmo sr. dr. Interventor Federal:

#### **Ata da posse do exmo. Sr. Interventor do Estado de Mato Grosso – cópia**

Aos onze dias do mês de Julho de mil novecentos e trinta e dois, no edificio do Governo Municipal, desta cidade de Campo Grande, ás treze horas,. Presentes os abaixo assinados, pelo sr. cel. Commandante da Curcumscrição Militar, Oscar Saturnino de Paiva, foi dito que: havendo sido nomeado Interventor Federal no Estado de Mato Grosso o Exmo. Sr. dr. Vespasiano Martins, de ordem do sr, chefe do movimento general Bertholdo Klinger, vinha empossar naquelle cargo o nomeado presente, que desde logo considera-se nas funções do seu cargo. O senhor. commandante da Circumscrição, fez ressaltar a impor-

tância do ato, quando neste momento, trabalha-se para a volta da República, ao regimen da lei. Declarou o senhor. dr. Vespasiano Martins, aceitar o cargo que lhe é dado, assumindo o compromisso de tudo fazer, pelo bem do estado de Mato Grosso. Do ato, eu Secretario Geral interino lavrei esta acta que vai assinada pelo senhor. Interventor Federal pelo senhor. Comandante da Circunscrição Militar, tenente coronel. Adolfo da Cunha Leal, Chefe do Estado Maior tenente coronel Boaventura Nazareth, Chefe do Serviço da Intendencia da Guerra, Major Kival da Cunha Medeiros, Chefe do Serviço de Subsistência, tenente-coronel Alberto Mariz Pinto, Chefe do Serviço de Saúde, tenente-coronel, Raul Machado, Auditor de Guerra Major Sebastião Rabelo Leite, Capitão Alberto Ribeiro Salaberry, Capitão Celso Pires Pedra e mais os cidadão que esta assinam. Cidade de Campo Grande, 11 de julho de 1932, (aa) cel. Oscar Saturnino de Paiva, dr. Vespasiano Martins, tenente coronel, Adolfo da Cunha leal, tenente coronel Boaventura A. Nazareth, Major Kival da Cunha Medeiros, tenente coronel dr. Alberto Mariz Pinto, tenente coronel Rabelo Leite, capitão Alberto Ribeiro Salaberry, capitão Celso Pires Pedra, Dolor Ferreira de Andrade, Arthur Mendes Jorge Sobrinho, Antonio Laves de Campos, Miguel Carmo de Oliveira Melo, Oscar Alves de Souza, Alcides Revelileu, Antonio Alves, Arnaldo Estevão de Figueiredo, Bartolomeu Lopes dos Santos, Francisco D. Maciel, Ovídio de Paula Correa, Afonso Batista, João Tessitorre Junior, Inácio F. Camargo, Patrocínio Marques, Antonio Pedro de Figueiredo, Leonardo Corrêa da Silva, Francisco Pereira Lima, Antonio Francisco Cavassa, Estácio Corrêa Trindade, Eduardo O. Machado.

(Arquivo do I.H.G.M.S.)

## NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Albuquerque é uma publicação semestral, voltada para a divulgação da produção científica no campo da história e áreas correlatas na forma de artigos, traduções, resenhas, conferências, notas de pesquisas, entrevistas e reprodução de documentos históricos importantes e inéditos.
2. Os proponentes de trabalhos devem portar, no mínimo, o título de mestre.
3. Todos os trabalhos publicados deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Científico da Revista. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores ad hoc. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista. O Conselho Científico pode apresentar os originais ao(s) autor(es), caso considere necessárias adaptações.
4. A partir da emissão dos pareceres, cabe à Câmara Editorial a decisão sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
5. A apresentação de um trabalho para publicação pressupõe a autorização do autor. Cada autor receberá, sem ônus, 2 (dois) exemplares do número da revista em que saiu publicado seu trabalho.
6. Os artigos podem ser escritos em português, espanhol ou inglês, tendo no mínimo 15 e no máximo 25 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
7. Todo artigo deverá vir acompanhado de resumo de no máximo 10 (dez) linhas e de três palavras-chave em português e inglês, independentes da língua utilizada no texto.
8. Abaixo do título do artigo, os(as) autores(as) devem indicar, formatado à direita: nome completo, titulação acadêmica, filiação institucional, e-mail.
9. Modalidades de trabalhos encaminhados como “Resenhas” deverão ter até 5 (cinco) laudas, devendo a obra resenhada ter no máximo três anos. As “Entrevistas” deverão conter até 10 (dez) laudas. As “Traduções” devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. Demais modalidades como “Sessões Especiais” e “Dossiês” poderão apresentar número

de páginas variável, de acordo com a decisão da Câmara Editorial.

10. As notas bibliográficas devem constar no rodapé, numeradas sequencialmente, com indicação completa da obra na primeira vez. As citações e referências bibliográficas devem obedecer às normas vigentes da ABNT.

11. As citações no corpo do texto (quando houver) devem estar entre aspas. Caso as citações contenham 4 (quatro) linhas ou mais, devem estar alinhadas à direita,

sem aspas, em espaço simples, com letra corpo 11. As ilustrações (fotos, figuras, gráficos, desenhos, etc.) devem ser enviadas em preto e branco, no formato JPEG ou TIFF, em escala 100% com no mínimo 300 dpi de resolução, trazendo os devidos créditos autorais e a indicação do local de sua inserção no texto.

12. Os trabalhos deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico da Câmara Editorial [revistaalbuquerque@gmail.com](mailto:revistaalbuquerque@gmail.com). O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.



## *Por que Albuquerque*

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenhavam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.





